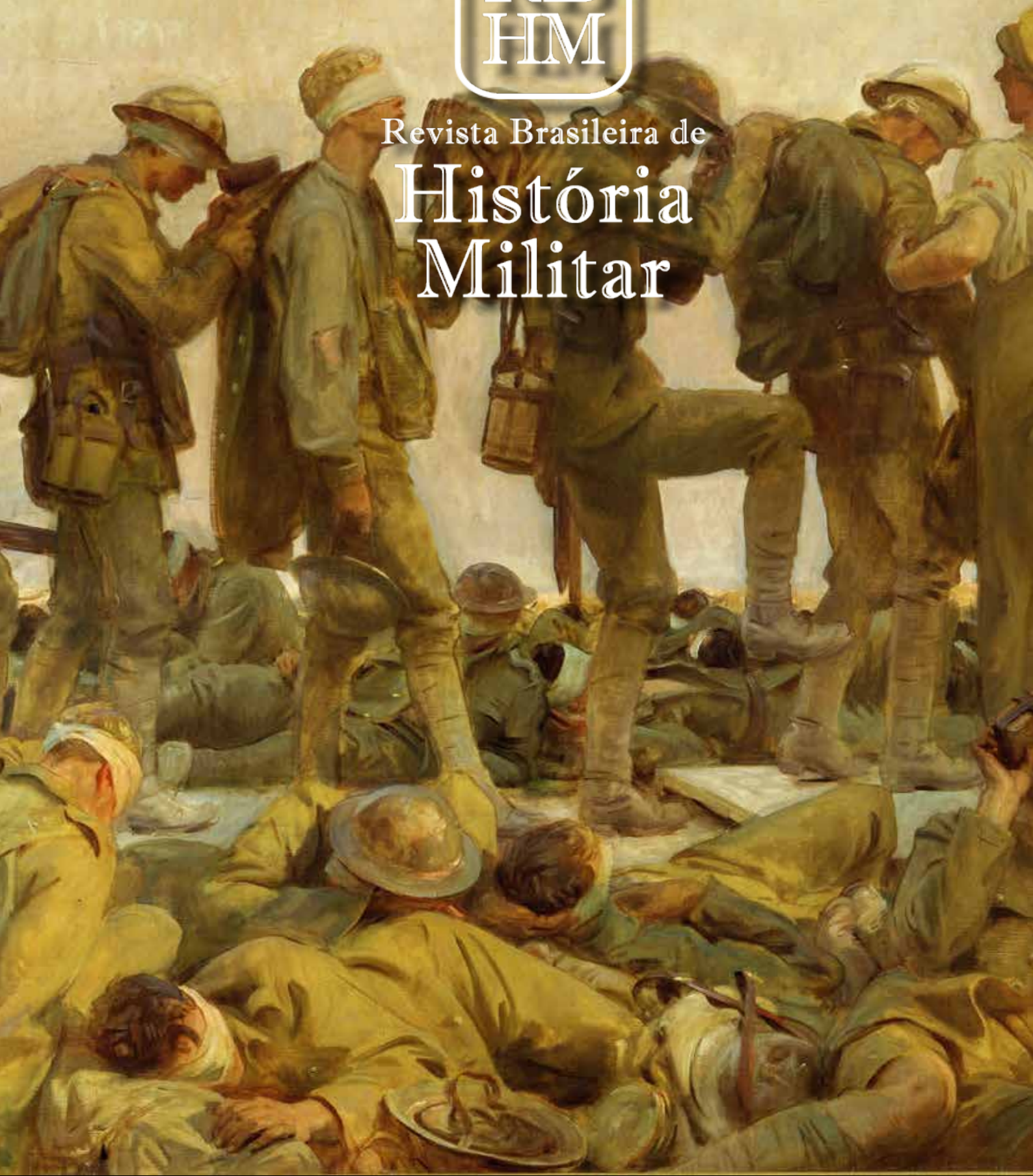




Revista Brasileira de

História Militar



Ano V - N° 14

Agosto 2014



Editorial

Nesta edição temos a participação da Professora Maria Luiza Cardoso do PPG da Universidade da Força Aérea e do Professor Cesar Machado Domingues da Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ), além dos pesquisadores Guilherme Ignácio Franco de Andrade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná Unioeste e Orlando de Miranda Filho, da Universidade de Passo Fundo (UPF). Contamos ainda com contribuições do General Português Gabriel Augusto do Espírito Santo; do Professor Marco Antonio Stancik, da Universidade Federal de Ponta Grossa; e dos pesquisadores José Zelson Bessa Maia, da Universidade de Brasília e Adler Homero Fonseca de Castro, do IPHAM, cujos artigos em outras publicações foram compilados em nosso dossiê sobre a Primeira Guerra Mundial, que neste mês completa 100 anos. A todos o nosso muito obrigado.

Ronaldo Lucas da Silva

Editor Associado

Imagens desta Edição

Capa:

John Singer Sargent, Gassed (1919), óleo sobre tela retratando soldados vitimados por um ataque com gás mostarda durante a Primeira Guerra Mundial. O artista foi contratado pelos ingleses para documentar a guerra e visitou a Frente Ocidental em julho de 1918, acompanhando a Divisão de Guardas na região de Arras e as Forças Expedicionárias Norte-Americanas em Ypres. Quadro em exposição no Imperial War Museum.

Contra-capas:

Tropas canadenses avançando de suas trincheiras na Batalha de Vimy, em abril de 1917. Imagem digitalizada - acervo do editor.





Revista Brasileira de
**História
Militar**

historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Prof. Dr. Marcello José Gomes Loureiro
Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura	

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Carlos Eduardo M. Gama
Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000
(21) 2537 6053 / 8896 7122
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva



Índice

Wilhelm Von Schaumburg-Lippe: um Notável Pedagogo Militar.....6

Maria Luiza Cardoso

Dias de Guerra. A Força Aérea Brasileira em ação antes da entrada do Brasil na Segunda da Guerra Mundial.....25

Cesar Machado Domingues

O Governo provisório de Vichy - A criação do estado fascista francês e a perseguição aos judeus.....41

Guilherme Ignácio Franco de Andrade

Forte de Coimbra: a história de um posto avançado no Oeste do Brasil (1775-1864).....57

Orlando de Miranda Filho

Dôssie Primeira Guerra Mundial.....76

Livro em Destaque.....181

WILHELM VON SCHAUMBURG-LIPPE: UM NOTÁVEL PEDAGOGO MILITAR¹

Maria Luiza Cardoso²

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o papel de Wilhelm Von Schaumburg-Lippe, conhecido como Conde Lippe, na reestruturação do ensino militar português, na época do “despotismo ilustrado”, período caracterizado pelas ações tirânicas do primeiro-ministro de D. José I (1750-1777), Sebastião José de Carvalho (depois Conde de Oeiras, em 1759, e Marquês de Pombal, em 1769), que tentou transformar, à força, a antiga estrutura da sociedade portuguesa, segundo as ideias dos enciclopedistas franceses. Também, se propôs a avaliar as suas contribuições pedagógicas para a educação atual, tanto no âmbito militar quanto no civil.

Quanto aos locais onde foram encontradas as fontes, cabe mencionar que, em Portugal, foram visitadas as seguintes instituições: Arquivo Militar, Biblioteca do Exército, Biblioteca da Marinha, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional de Lisboa, e Bibliotecas da Universidade de Lisboa. No Brasil, as pesquisas foram realizadas no Serviço de Documentação da Marinha, no Arquivo Histórico do Exército, na Biblioteca Nacional, e na Universidade de São Paulo. A metodologia empregada foi a Análise de Conteúdo. Esperamos que o presente texto possa colaborar para a escrita da história da educação brasileira, através do viés da cultura militar, cujos documentos, relativos à área pedagógica, ainda são pouco explorados.

Palavras-chave: 1. História da Educação Militar. 2. História da Educação no Exército. 3. História da Educação.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the role of Wilhelm von Schaumburg-Lippe, known as Conde Lippe in restructuring the Portuguese military education at the time of “enlightened despotism”, period

1 Comunicação apresentada no VII Congresso Brasileiro de História da Educação: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, promovido pela SBHE, na UFMT, em Cuiabá, de 20 a 23 de maio de 2013.

2 Doutora em Educação pela USP, Mestre em Educação pela UERJ, Especialista em História Militar Brasileira pela UNIRIO, dedica-se à pesquisa na área da história da educação militar. Criou o Centro de Memória do Ensino Militar, sediado na UNIFA, e é professora militar do Programa de Pós-Graduação desta Instituição. E-mail: marialuizacardoso@terra.com.br.

characterized by the tyrannical actions of the prime minister of Joseph I (1750-1777), Sebastião José de Carvalho (later Conde of Oeiras, in 1759, and the Marquis of Pombal, in 1769), which attempted to transform, by force, the old structure of Portuguese society, according to the ideas of the French Encyclopedists. Also aimed to evaluate their contributions to the current pedagogical education, both in the military and in civilian. Regarding the places where the sources were found, one should mention that, in Portugal, the following institutions were visited: Military Archive, Library of the Army, Navy Library, National Archives of Torre do Tombo, Archive and General Library of the University of Coimbra, Lisbon National Library, and Library of the University of Lisbon. In Brazil, the surveys were conducted in the Documentation Service of the Navy, the Army Historical Archive, the National Library, and the University of São Paulo. The methodology employed was the Analysis of Content. We hope that this text can help the writing of the history of Brazilian education, through the military culture bias, whose documents concerning the pedagogical area, are still little explored.

Key-words: 1. History of Military Education. 2. History of Education in the Army. 3. History of Education.

Mais conhecido como Conde de Lippe³, Friedrich Wilhelm Ernst von Schaumburg-Lippe foi um general alemão, cabo de guerra⁴ de Frederico II, enviado pelos ingleses a Portugal, quando da Guerra dos Sete Anos. Desde 1756, a Europa estava em Guerra e, em 1762, ela chegou ao território português.

Uma vez que Portugal tornou-se aliado da Inglaterra nesse conflito, o primeiro ministro de D. José I (1750-1777), Sebastião José de Carvalho (depois Conde de Oeiras, em 1759, e Marquês de Pombal, em 1769), tratou de apelar para o apoio daquela nação e de “organizar o exército português nos moldes dos melhores exércitos de então”. (SELVAGEM, 1931, p. 472). A Inglaterra enviou a Portugal “apenas uns sete ou oito mil soldados ingleses, das três armas, sob o comando de lorde Londoun⁵.” (MARTINS, 1945, p. 181). Mas, indicou um general para comandar o exército português. A escolha recaiu sobre o Conde de Lippe, um militar das “Luzes”⁶.

3 Porque era o Conde reinante do pequeno condado denominado Schaumburg-Lippe pertencente ao Sacro Império Romano-Germânico.

4 General que se notabilizou em Campanhas.

5 Segundo Selvagem (1931), as tropas inglesas foram comandadas por lorde Townshend. (p. 475).

6 Do Iluminismo.

A ESCOLA MILITAR PRUSSIANA DE FREDERICO II

A Prússia era uma pequena monarquia militar, e seu monarca, Frederico II, era profundamente erudito e imbuído das ideias enciclopedistas da época.

Com a finalidade de defender, aumentar os domínios do seu reino e enriquecer, ele resolveu investir no preparo do seu exército. Para isso, a nobreza do seu país fornecia os oficiais, “a burguesia o dinheiro, e o povo os soldados”. (SELVAGEM, 1931, p. 472).

Criando conceitos como “honra militar”, “espírito de corpo”, “valor profissional” e “fidelidade ao soberano”, Frederico estimulou o brio dos soldados, estabeleceu recompensas e impôs uma disciplina férrea à tropa que incluía severos castigos corporais.

Nessa época, a do “despotismo ilustrado”, a disciplina era considerada uma condição *sine qua non* para a eficácia da instituição militar. De acordo com Foucault (2004), por meio da disciplina, “o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa [...]. [Dessa forma,] foi ‘expulso o camponês’ e lhe foi dada a ‘fisionomia de soldado’”. (p. 117). A disciplina, assim, teria a finalidade de fabricar corpos submissos e dóceis, uma vez que “aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).” (p. 119).

Adotando uma estratégia ofensiva e antecipando as práticas napoleônicas, Frederico ensinava que “a iniciativa no ataque obrigava o inimigo a regular os seus movimentos pelos do atacante, o que era colocá-lo em condições de inferioridade; [...]” (SELVAGEM, 1931, p. 473).

Quanto à organização das Armas, a *infantaria* passou a contar com batalhões constituídos por fuzileiros e granadeiros, bem municados. A *cavalaria* (couraceiros⁷, dragões⁸ e hussardos⁹) “agrupava-se em regimentos com um número variável de esquadrões”. (*Ibidem*). A *artilharia* foi dividida em: artilharia de sítio, artilharia regimental, artilharia pesada e artilharia a cavalo. Frederico entendia que “atacar o inimigo sem a vantagem do fogo equivalia a empregar cacetes contra armas.” (*Ibid.*, p. 474). Assim, se preocupou sempre em dispor do maior número possível de armamento. Quanto à *engenharia*, limitou-se a criar um estado-maior, uma *escola* e outros *centros de instrução*.

A essa organização militar foram acrescentadas novas táticas de guerra, que reduziram o

7 Usavam uma couraça para proteger o tronco.

8 Sua origem provem da infantaria montada.

9 De origem sérvia, constituíam a cavalaria ligeira.

soldado “a um elemento puramente mecânico, passivo, autômato sem vontade nem personalidade.” (*Ibid.*, pp. 473-474).

A CHEGADA DO CONDE A PORTUGAL E SUAS AÇÕES

O novo comandante do exército português desembarcou em Lisboa em julho de 1762, acompanhado de vários oficiais, principalmente do “príncipe Carlos Luís Frederico, Duque de Mecklembourg, irmão da rainha de Inglaterra e marechal de campo do exército britânico, que foi nomeado tenente-general no exército português e coronel-general de um regimento de cavalaria.” (MARTINS, 1945, p. 181).

O Conde encontrou um exército “em dissolução, sem disciplina, sem instrução, com oficiais mais decorativos do que competentes.” (*Ibid.*, p. 184).

Segundo Pereira Sales, citado por Barrento (1991), o recrutamento de soldados realizava-se de maneira injusta, “nas quais apenas era colhida gente humilde, pobre e desprotegida, que via escaparem-se facilmente pelas malhas os fidalgos, os ricos e os inúmeros privilegiados.” (pp. 23-24). Depois de incorporados às tropas, não tinham o que comer, o que vestir, e mal recebiam os seus vencimentos, sendo “forçados a permanecer nas fileiras durante anos e anos, uma dezena deles e por vezes mais ainda, razões porque procuravam libertar-se de tam duro serviço, desertando sempre e sempre.”¹⁰ (*Ibidem*).

Além de todos esses problemas, o Conde enfrentou grande resistência dos generais portugueses para exercer o seu comando. Com muito sacrifício conseguiu preparar as tropas que, “no final da campanha [guerra] representavam já apreciável coesão, ordem e disciplina”. (MARTINS, 1945, p. 184).

Souza (1997), discorrendo sobre as primeiras medidas tomadas pelo Conde de Lippe para organizar o exército português, afirma:

Tal era o estado do exército português à época [...], que o Conde as primeiras medidas que tomou, foi exigir que fossem pagos pres em atraso (os soldados tinham que mendigar, roubar e matar, para não morrerem á fome), que fossem fornecidos uniformes em bom estado (pois andavam rotos e descalços), e aquartelamentos condignos (costumavam dormir onde calhava), pois achava que estas eram as condições mínimas para conseguir disciplinar os soldados, que lhe pareciam tão bons como os melhores, se tivessem as mínimas condições para uma vida com dignidade. (pp. 251-252).

¹⁰ Nas citações, manteremos a grafia da época.

No que respeita à *artilharia*, sua especialidade, o Conde tratou de abolir os *pés de castelo*, *presídios e troços de artilheiros*¹¹, sendo tudo substituído por um regimento de artilharia (Regimento de São Julião da Barra), com dois batalhões, composto de 720 militares (Alvará de 2 de abril de 1762).

Depois de terminada a guerra, em 1763, o Conde foi mantido em Portugal pelo ministro de D. José, apesar da saudade que sentia da sua família, com a finalidade de promover uma nova organização militar para o exército português, regulamentando a sua disciplina e *instrução*. Assim, o exército de 1ª linha¹² passou a ter “24 regimentos de infantaria, 1 de voluntaries 4 reais, 10 de cavalaria e 4 de artilharia” (SELVAGEM, 1931, p. 480), e o seu efetivo, em tempo de paz, passou a ser de 30.000 homens.

Os regulamentos elaborados pelo Conde de Lippe introduziram no exército português a rigorosa disciplina prussiana, que passou a ser mantida por “severíssimas penas corporais que iam da prisão a pão e água, açoites e varadas até o fuzilamento, [...]” (*Ibid.*, p. 481).

Todavia, um aspecto diferenciava o Conde de Lippe de Frederico II:

[...] enquanto o Rei da Prússia nunca considerara afastar-se da estrutura militar férrea que herdara de seu pai, Frederico Guilherme I “O Rei Soldado”, em que a coesão e disciplina se conseguiam por meio de punições brutais, *o Conde reinante [também] acreditava na motivação do soldado, apelando ao seu patriotismo, e recompensando-o quando merecedor*; [...]. (Grifo nosso. BRITO, 2011, s/p).

A ATUAÇÃO DO CONDE COMO PEDAGOGO MILITAR

O estabelecimento de diretrizes pedagógicas

Aos oficiais foi determinado que estimulassem o brio militar dos seus subalternos e a manter suas tropas sempre treinadas, “por freqüentes exercícios de tática e tabuleiro nos seus campos de instrução e manobra.” (SELVAGEM, 1931, p. 481). O Conde também estabeleceu diretrizes para orientar a *instrução dos recrutas*. Retiramos dos estudos realizados por Souza (1997, pp. 255-258) alguns dos setenta e sete itens que constam dessa legislação, relativas ao ensino militar:

11 A criação dos “troços de artilheiros” e “pés de castelo”, em 1675, foi o primeiro passo para a militarização da artilharia, em Portugal, ficando extintos os bombardeiros da nômnia (artilheiros nomeados pelo rei). Os “troços de artilheiros” realizavam serviços tanto em terra como no mar (nas embarcações), e os “pés de castelo”, nas fortalezas.

12 Os integrantes do exército de 1ª linha eram pagos pela Coroa. Seus soldados eram selecionados dentre os inscritos nas comarcas do reino.

1 – No primeiro ponto e como preâmbulo, estabelece uma hierarquia de responsabilidades em que refere que os Oficiais Superiores, darão ordens aos Capitães, e estes aos seus sobaltemos para que todos se empenhem, para que na sua Companhia todos os soldados saibam manejar com à vontade as respectivas armas, e saibam cumprir cabalmente a sua função em todas as suas vertentes. Mais, que tenham uma postura marcial, e que tenham sempre o uniforme limpo e composto.

[...]

7 – *Os oficiais inferiores¹³ eram responsáveis por notarem as deficiências pela má execução dos movimentos*, fosse em parada, exercício, ou estando de guarda. *Estavam incumbidos de ensinar separadamente os faltos até que estes executassem os movimentos com perfeição*, ou pelo contrário castigá-los quando vissem que não o faziam por ineficácia, mas sim por má vontade.

[...]

16 – Durante todo o ano, os exercícios de Ordem Unida, deveriam ser executados *com frequência*, pois *deste modo era impossível os soldados esquecê-los*.

17, 20 – Seguem-se mais instruções relativas ao cuidado a ter na instrução de vários movimentos de Ordem Unida, e *o cuidado de ensinar separadamente, aqueles que de boa vontade apresentavam mais dificuldades*.

21 – Entende-se que o tempo de recruta até ser considerado um soldado pronto, era de seis semanas, pois *nenhum soldado era considerado apto*, para fazer guarda, nem para qualquer serviço, *sem a (efectivação deste período)* passagem deste tempo.

22 – *Na instrução o soldado não devia ser atemorizado, nem desgostado*. Não devia ser tratado com expressões injuriosas, antes pelo contrário, com toda a docilidade e brandura, para que tome gosto ao serviço [...].

23 – *Um exercício não devia ser ensinado de uma só vez*, para que o soldado o entendesse bem. *Não devia existir impaciência, ou aspereza no ensino*, e principalmente castigá-lo se tivesse dificuldade para aprender ou entender, ou se fosse estrangeiro.

24 – *Os exercícios deveriam tentar ser divertidos*.

25, 26 a 27 – *Instruí-los pouco a pouco*, sem pressa, e por pontos, de modo que percebam os vários pontos. O recruta novo é ensinado à parte.

26 a 70 – Exercício de Tiro e Ordem Unida em Grandes Unidades. Mais uma vez se refere a necessidade da *instrução por fases*: do carregamento disparo, e recarregamento das armas. *Desde a instrução individual*, à formação por fases, pelotão, companhia, batalhão, divisão, e ao modo de *mais tarde*, e a pouco e pouco acabarem por naturalmente *conseguir funcionar na maior complexidade*.

Também é referenciado o tempo de exercício, que seria de dois em dois dias, e tropa que se

13 Os oficiais inferiores corresponderiam aos Sargentos e, talvez, aos Cabos nos dias atuais.

exercitasse de manhã, não o faria à tarde e vice-versa.

71 – Os Oficiais deveriam dar vozes de comando, em voz bastante alta, perfeitamente perceptível e viva. [...]. (Grifo nosso).

Como pode-se perceber, tais orientações pedagógicas ainda são válidas para o século XXI, e seria muito bom, principalmente para os discentes, que fossem adotadas.

O estabelecimento de novos hábitos de higiene pessoal, nos quartéis, nas cozinhas e nos hospitais

Para isso, o Conde de Lippe encarregou os oficiais inferiores dos regimentos das seguintes tarefas:

1º - que deve fazer observar tudo quanto se determina relativamente ao asseio, ventilação e perfumes dos quartéis.

2º - que as enxergas¹⁴ se levantem, e ponham ao ar, e ali se sacudam, ficando expostas ao sol enquanto o houver.

3º - que tenha o maior cuidado no asseio das respectivas privadas, mandando que se conservem limpas e as portas estejam sempre fechadas.

4º - que evite com a maior vigilância, que os recrutas não comam, além das horas estabelecidas; para o que se proibira expressamente, e debaixo das maiores penas, que dentro dos quartéis se vendam frutas, bacalhau, queijo, limonadas, nem alimentos de qualquer qualidade que seja: para o que se visitarão os quartéis; assim como os recrutas ao entrar às horas de recolher.

5º - que cuide que os caldeirões, e mais vasos de cobre, destinados ao serviço de comida, estejam sempre bem estanhados¹⁵, e na última limpeza.

6º - que as suas camisas se lavem, e as faça conservar.

Iguais considerações merecem o tratamento dos recrutas nos hospitais; as quais foram remetidas ao primeiro médico do Hospital de Mafra. A quem tendo recomendado a polícia interna daquele estabelecimento, com um particular cuidado, e a maior vigilância sobre a salubridade do ar nos quartéis. (OBRIGAÇÕES ..., 1798, s/p).

A alfabetização compulsória dos Sargentos

Em 1763, nos artigos de guerra que escreveu, o Conde determinou que “Os sargentos

¹⁴ Camas pobres, catres, pequenos colchões de palha ou folhas secas.

¹⁵ Luzentes.

deverão saber ler e escrever, porque os oficiais, sendo fidalgos, na sua maioria, poderão não o saber.” (MONTEIRO, 1939, pp. 22-23).

A instrução dos artilheiros

No mesmo ano foi publicado Alvará contendo o “Plano que S. M. manda seguir e observar no estabelecimento, estudos e exercícios das aulas dos regimentos de artilharia”.

De acordo com Almeida (1953), “cada unidade de artilharia passou a manter com regularidade as suas aulas de matemática e fortificação [além da artilharia, é claro], por todas as formas se procurando aumentar o nível de cultura militar e *geral* dos oficiais.” (grifo nosso, p. 26). Os oficiais dos regimentos “deviam procurar instruir-se nas respectivas aulas, e competentes exercicios, a fim de se tornarem habéis nos diversos misteres de sua profissão.” (RIBEIRO, 1871, Tomo I, pp. 303-306).

No mesmo plano se designavam “os livros de que, com exclusão de outros quaesquer, se devia fazer uso nas aulas.” (ANTUNES, 1886, p. 20). Eis a relação deles:

O Curso de Mathematica de Bellidoro.

Mecanismo de Artilheria de du Lacq, na parte em que tratava da arte de lançar as bombas.

Em quanto porém os officiaes e officiaes inferiores não estivessem perfeitamente instruidos no methodo de du Lacq, fariam uso do *Bombardeiro Francez* de Bellidoro.

Explicações de M. de Saint-Remy, em quanto ás differentes composições de fogos de artificio, para ensino dos seis artifices pertencentes á companhia dos bombardeiros.

Obras de La Valière (pae); *de de Lorme*, *de Bellidoro*, em quanto á sciencia das minas; e

Memorias de M. de Saint Remy, que continham alguns extractos dos precedentes auctores.

Ataque e defesa das praças por Vauban, na parte relativa á engenharia e fortificação, mais intimamente ligadas com a artilheria.

Sciencia dos Engenheiros, de Bellidoro, para estudo dos mineiros e bombeiros, nos pontos intimamente connexos com a profissão d’estes. (Grifo nosso. RIBEIRO, 1871, Tomo I, pp. 303-306).

Os livros acima citados, os mais modernos da época, foram traduzidos para a língua portuguesa, a fim de que os militares que não dominavam o francês, principalmente aqueles que constituíam os postos mais baixos, como os soldados, pudessem compreender seus conteúdos.

Cabe ressaltar que os militares ficavam proibidos, “debaixo da pena da expulsão das aulas, e dos regimentos” de comprar ou reter (no caso de já terem adquirido) “outro algum livro da profissão,

que não sejam os que ficam acima determinados para os seus estudos.” (*Ibidem*).

De acordo com o alvará, *cabia ao inspetor dos regimentos de artilharia “examinar, se nas escolas de theorica e de pratica se observava fielmente o methodo estabelecido pelo Plano dos estudos e exercicios, que fôra decretado [...]”* (Grifo nosso. *Ibidem*).

Também *era atribuição do inspetor acompanhar o rendimento escolar dos regimentos entre si e dos alunos, individualmente*: “Egualmente devia dar conta dos progressos feitos nos estudos e exercicios de uma inspecção á outra, e do adiantamento de cada um dos officiaes e discipulos nas aulas.” (*Ibidem*).

Em 1771¹⁶, o Conde de Lippe enviou do seu principado as seguintes *orientações didáticas* para as aulas regimentais:

Quanto ás *Aulas*, como estas se achão estabelecidas para a instrucção, *não devem reduzir-se ao simples conhecimento dos factos*, mas ensinar a arte de tirar de um pequeno numero de factos conhecidos consequencias geraes para os factos incognitos; e isto he o que ensina a theorica.

[...]

As Mathematicas são tão indispensavelmente necessarias na Artilheria e Engenharia, que convem entreter, quanto he possivel, neste Corpo o espirito geometrico, que por causa da fadiga e applicação, que pede, se perde com demasiada facilidade; e uma pura pratica cega, e imitatoria não deixará de ter sempre grande numero de partidistas. (Grifo nosso. *Ibidem*).

A matemática ministrada nessas aulas regimentais foi de grande valia, não somente para os militares, mas, também, *para os civis*, “face à constrangedora decadência do seu ensino nos colégios religiosos.” (VIEIRA, 1997, pp. 46-47).

A esse respeito escreveu João Baptista da Silva Lopes (1841), citado por Ribeiro (1871):

Muito aproveitarão á instrucção as *aulas de mathematica estabelecidas nos Regimentos* de artilheria e Infanteria; fazendo com que *não só os militares destes Corpos adquirissem conhecimentos*, [...]. Varios discipulos destas Aulas fôrão admittidos a fazer exame na Academia de Marinha, na conformidade do Alvará de 13 de Agosto de 1790, e nenhum deixou de ser approved. Na Bibliotheca Publica de Lisboa existem varias plantas de sitios do Algarve tiradas e desenhadas pelo Lente da Aula do Regimento de Tavira, o Brigadeiro do Corpo de Engenheiros José de Sande de Vasconcellos, e seus discipulos, entre ellas o mappa da costa entre as barras de Tavira e a foz do Guadiana, feito em 1792, em que vem assignado o mesmo Lente, e seus discipulos o cadete João Stuart, porta-bandeira Domingos Antonio de

¹⁶ O Conde retornou ao seu principado, localizado na Baixa Saxônia, por volta de 1764.

Castro, e Jacinto Alexandre, Cabo José Justiniano Henriques, anspeçada¹⁷ Francisco Xavier dos Reis. [...]. **Os mesmos paizanos lucrário muito com ellas**; assim fossem renovadas com bons planos, que bem podião dar ainda tão bons, ou melhores fructos. (Grifo nosso, pp. 303-306).

A relação da matemática com a náutica e a astrologia havia desaparecido (vide as aulas de matemática ministradas pelo cosmógrafo-mor, muitos anos antes), dando lugar para a relação da matemática com a artilharia-engenharia.

Os lentes das aulas regimentais deveriam ser nomeados pelo rei, dentre os oficiais de maior capacidade do regimento, “o[s] qual[is] teria[m] a seu[s] cargo[s] a explicação e tradução da obra que se mandasse seguir em taes estudos, e venceria[m] a gratificação mensal de 20\$000 réis, afóra o soldo.” (ANTUNES, 1886, p. 20). Geralmente, esses oficiais eram o comandante ou o sargento-mor (subcomandante) do regimento. (VIEIRA, 1997, p. 46).

Mais tarde, em 4 de junho de 1766, foi determinado que “nenhum official dos quatro regimentos de artilheria entrasse nas companhias ou postos d’ellas para cima por antiguidade, mas sim por exames; [...]” (ANTUNES, 1886, p. 20).

A criação das bibliotecas militares

Depois de regressar à sua terra natal, em 1768¹⁸, o Conde continuou se correspondendo com Pombal, demonstrando o seu interesse pelas coisas afetas ao exército. Em 1773, o Marechal-General enviou a Pombal, junto com os Regulamentos de Infantaria e de Cavalaria, uma “Memoria sobre os exercícios de meditação militar para se remeter aos senhores Generaes, e Governadores de Provincias, a fim de se distribuir aos senhores Chefes dos Regimentos dos exércitos de Sua Magestade”. Tal documento refere-se a instruções sobre

a aquisição de uma lista de obras de leitura, acompanhada de uma explicação sobre a necessidade de **formação intelectual e literária dos militares**.

§. VI [...] **Pois não he questão de formar Letrados**, nem fazer ostentação de erudição: o fim desta Instituição, **he somente** exercitar o talento dos Leitores, e fornecellos, ou seja pela mesma Leitura, ou pela Meditação que ella occasiona, de idéas, das quaes possuem, carecendo,

¹⁷ Antiga graduação, abaixo de Cabo.

¹⁸ O Conde voltou a Portugal em 1767, retornando à sua pátria em 1768.

fazer uso immediato na Prática; não sendo o parecer dos Authores autorizado de modo que obrigue á obediência, poder-se-há servir com escolha das suas máximas, *reflectir sobre a diversidade das opiniões, e instruir-se ainda mesmo pelos seus erros.*

[...]

§X [...] Assás geralmente se está hoje persuadido de que *a Guerra não he para hos Officiaes hum Officio; mas sim huma Sciencia* [...].

[...]

§XII. Tambem não se ignora, que muitas vezes, por falta de conhecimentos instructivos, se não sabe dar a verdadeira intelligencia ao espírito das Ordens dos Superiores, e que *as luzes adquiridas pelo estudo, são tão necessárias para fazer obedecer, como para mandar com intelligencia.* (Grifo nosso. *Apud* BRITO, 2011, s/p).

Também em 1773, “êlé propõe a *criação de uma ‘biblioteca militar’ em cada guarnição*, e indica as obras que deveriam constituir o fundo dessas bibliotecas.” (Grifo nosso. MARTINS, 1945, pp. 192-193).

Como visto, a finalidade das bibliotecas era criar o hábito da leitura entre os militares, uma vez que, principalmente “Ao candidato a oficial competia o bom conhecimento das leituras recomendadas, [...]; não se tratava realmente de formar eruditos, mas sim chefes militares.” (BRITO, 2011, s/p).

As bibliotecas ficariam sob a responsabilidade do respectivo comandante ou governador da guarnição e seriam constituídas dos livros militares que o governo indicasse. Também, não teriam um acervo muito grande, “mas seriam escolhidas com a maior discrição as melhores e mais auctorizadas obras.” (RIBEIRO, 1871, Tomo I, pp. 307-309).

Quanto aos empréstimos de livros, estes deveriam ser efetuados mediante “recibo de responsabilidade; e seriam restituídos ás bibliothecas no fim de cada mez, afim de poderem passar a outros leitores.” (*Ibidem*).

O Conde, também, recomendava que nelas houvesse livros e regulamentos militares espanhóis, “pela conveniencia de estarem os portuguezes inteirados do estado das coisas militares no reino visinho.” (*Ibidem*).

Ao contrário do que tinha determinado em 1763, o Conde agora sugeria a leitura de outras obras, provavelmente, mais atualizadas. Sobre esse assunto, ele se justifica dizendo que:

a proibição anterior tivera por fim dar força e prestígio aos auctores expressamente inculcados para as lições publicas, obrigar os alumnos a estudal-os sem distracção, desviar tudo o que podesse occasionar a introducção de innovações, de alterações, de discussões nocivas a um estabelecimento novo. Mas, desde que o Plano dos Estudos tinha já dez annos de duração, e estava por isso fortificado, lhe parecia conveniente admitir a liberdade que agora introduzia; e principalmente, porque era indispensavel não ficar atraz, quando outros se iam adiantando na carreira da instrucção, e nos progressos da instrucção militar. Em todo o caso não queria alteração alguma que não fosse ordenada pelo poder legislativo e superior. (*Ibidem*).

A PARTIDA DE LIPPE E A CHEGADA DE BÖHM

Em 1764, pouco depois da partida do Conde de Lippe, ocorreram novas tensões entre Portugal e Espanha, o que levou Pombal a solicitar ao Conde que retornasse ao reino. Lippe enviou, então, instruções ao ministro e ao próprio rei sobre o que deveria ser feito caso ocorresse um conflito entre os dois países. Felizmente, o perigo passou e o Conde não precisou retornar a Portugal. Todavia, sugeriu que fosse contratado para comandante do exército português o General João Henrique Böhm¹⁹, oficial alemão que o tinha acompanhado na sua chegada a Portugal, em 1762, e que servira no reino até janeiro de 1763.

Böhm foi contratado e chegou em fevereiro de 1765. Dois anos depois, em 1767, o general alemão foi nomeado “tenente-general e governador de tôdas as tropas existentes no Brasil” (MARTINS, 1945, p. 191), tratando de se dirigir para a colônia portuguesa americana.

Segundo Magalhães (2001), o general Böhm foi enviado para a América, juntamente com o brigadeiro sueco Jacques Funck e o brigadeiro italiano Francisco João Roscio, “para auxiliar a execução do trato de limites de 1750 e *iniciar o ensino militar sistemático*.” (Grifo nosso, p. 94). Ele foi um dos responsáveis pela divulgação e aplicação dos regulamentos do Conde de Lippe no Brasil.

Ainda nesse ano (1767), o Conde de Lippe retornou a Portugal para realizar uma visita de inspeção ao exército e às fortificações do reino, visita essa que se prolongou até março de 1768. Nessa ocasião, o Conde organizou uma manobra, a fim de verificar o desempenho dos militares numa situação de conflito, bem como elaborou projetos para instrução e distribuição das tropas nas batalhas.

ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DAS ORIENTAÇÕES DO CONDE DE LIPPE NO

¹⁹ Nome pelo qual ficou conhecido em Portugal, pois seu nome, em alemão, era Johan Heinrich Böhn.

ENSINO MILITAR, NA AMÉRICA PORTUGUESA

Na Aula de Fortificação e Artilharia da Bahia

De 1761 até 1782, o Capitão engenheiro José António Caldas foi professor da Academia da Bahia (ou Academia Militar, como a chamavam nessa época), apesar da sua origem humilde. Em 1755, ele era cabo-de-esquadra e acadêmico numerário nessa Instituição. Todavia, devido aos seus conhecimentos e habilidades foi escolhido para lecionar na referida Academia.

A carta régia que o nomeou capitão engenheiro e lente da Aula, determinava que ele deveria ensinar na “sobredita cidade da Bahia defenças de praças, expugnações dellas e Geometria especulativa, todas as vezes que não houver official determinado por mim que haja de ter este exercicio. [...]. ElRey.” (Carta régia de 3 de abril de 1761. Archivo do Conselho Ultramarino, livro 36 de Officios, folio 109 verso. *Apud* VITERBO, 1894, n. 15, pp. 462-465). Todavia, *Caldas, deseioso de acompanhar os novos conhecimentos que estavam sendo implantados na sua área de atuação*, principalmente em Portugal, *foi mais além* que o seu professor, Manuel Cardoso Saldanha, e ensinou, por exemplo,

geodésia, cartas topográficas e iconográficas, cálculo das despesas dos edificios militares e civis, medição de obras de cantaria, alvenaria e carpintaria, “uma Arte da Guerra com vários principios de tática dos corpos de Infantaria e Cavalaria e um apêndice de fortificação passageira ou de campanha [...]. (CURADO, 1999, pp. 16-17).

Em 1771, registrou-se a seguinte informação a respeito da distribuição das aulas pela semana, da duração das mesmas e do material didático que empregava (às suas custas): “[...] não só dá três dias da semana lições na *aula pública*, por três ou quatro horas de tempo, senão que nos outros três dias a dá do risco²⁰ das plantas militares e civis, contribuindo para isto com papel, tinta, penas e tudo o mais necessário [...].” (Grifo nosso. *Apud* CURADO, 1999, p. 18).

Na Aula do Regimento de Artilharia da Bahia

Devido à qualidade das suas aulas na Academia Militar da Bahia, em 1774, Caldas foi

²⁰ Desenho.

encarregado pelo novo Governador da Baía, Manuel Cunha de Menezes, de ensinar a parte prática da Artilharia e da Arte de Bombas no Regimento de Artilharia daquela província, “por espaço de dois anos desde 1774 até o de 1776.” (*Apud* CURADO, 1997, p. 492).

Na Aula do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro

Em 1767, a Coroa portuguesa encontrava-se temerosa de um conflito marítimo com a Espanha. Como, na época, “as grandes potências tinham assentado que na guerra, [...], a Artilharia era, nas operações, a maior fôrça” (PIRASSINUNGA, 1958, p. 21), ***Pombal resolveu que o Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro tinha que se moldar aos seus congêneres, no reino.*** Assim, nesse mesmo ano ordenava o rei:

[...] que o dito Regimento seja reduzido à mesma formatura, aos mesmos estudos, aos mesmos exercícios e às mesmas manobras, em que os Regimentos de Artilharia deste Reino se acham já tão dextros, como os de Inglaterra e de França e com grande e conhecida superioridade aos de Espanha. (*Apud* PIRASSINUNGA, 1958, p. 21).

O então Conde de Oeiras enviou ao vice-rei, Conde da Cunha um alvará acompanhado de cópias do documento que tinha estabelecido os regimentos de artilharia do reino; exemplares dos livros de Belidor, traduzidos para o português, para uso na Aula; cópia das instruções que regulavam os estudos das aulas; e uma brigada do Regimento de Artilharia de São Julião da Barra para “exercitar” os artilheiros do Rio de Janeiro.

[...] Para que assim se possa executar, manda Sua Magestade remeter: Primo – os necessarios exemplares do Alvará que estabeleceu os Regimentos de Artilharia deste Reino; Segundo – os outros competentes exemplares das Obras do Douto Bellidoro que o mesmo Senhor mandou traduzir na lingua portuguesa para uso das Aulas dos ditos Regimentos de Artilharia; Tercio – a cópia das Instruções particulares com que o mesmo Senhor mandou regular os Estudos das referidas Aulas; Quarto – uma Brigada composta de oficiais e soldados dos ditos Regimentos de Artilharia de São Julião da Barra, para que possam exercitar com Seu Exemplo o com sua pratica os do Regimento dessa Cidade, ao fim de ficar em tudo e por tudo conforme com os deste Reino, sem alguma diferença, como é da Real intensão de Sua Magestade [...]. (*Apud* PIRASSINUNGA, 1958, pp. 21-22).

Para Curado (1999), a adoção dos livros de Belidor representou um “apreciável salto qualitativo, em especial no domínio da Matemática.” (p. 9).

O capitão de mineiros Eusébio Antônio de Ribeiros foi incumbido de reger a aula do regimento de artilharia, “com a obrigação de dirigir estudos em tudo iguais aos que eram ministrados no Reino e decorriam de um plano elaborado pelo Conde de Lippe.” (*Ibid.*, p. 9).

Em 1774, a Aula do Regimento de Artilharia foi acrescida da cadeira “Arquitetura Militar”. Segundo Curado (1999), “A cidade desenvolvera-se, tornara-se capital, era o porto das minas, tinha a sua guarnição militar reforçada e ficava mais próxima das zonas de conflito no sul. O Ensino da Engenharia instalou-se no Rio para ficar e se desenvolver.” (p. 9).

Nesse mesmo ano, chegou ao Rio de Janeiro o Tenente-Coronel Antonio Joaquim de Oliveira, novo lente da cadeira de “Arquitetura Militar”, da Aula do Terço de Artilharia, acompanhado do Sargento-Mor José Pereira Pinto e do Ajudante de Engenheiro Caetano Pimentel.

O novo lente trazia em mãos, além de uma carta endereçada ao Marquês do Lavradio, datada de 18 de setembro daquele ano, “Quatorze Jogos do *Novo Curso de Matematicas de Belidor* [...] E um volume da *La Science de Ingenieurs*²¹ do mesmo *Belidor*.” (Vide documento abaixo). Também, chegaram instrumentos matemáticos para serem empregados na instrução.

Eis a carta enviada de Portugal ao Marquês do Lavradio, vice-rei em exercício:

Ilmo. e Exmo. Snr. A Bordo desta Nau vae o Capitão de Mineiros de Artilharia do Porto Antonio Joaquim de Oliveira nomeado por Sua Magestade Tenente Coronel e Lente da Aula do Regimento de Artilharia dessa Capital; com a obrigação de ensinar igualmente a Arquitetura Militar a seis Aulistas Praticantes, escolhidos por V. Exa. E vão da mesma sorte o Ajudante do Regimento de Artilharia de Lagos José Pereira Pinto nomeado Sargento mór; E o Cadete do mesmo Regimento Caetano Pimentel, nomeado Ajudante e Substituto do Lente da Aula: Tudo na fôrma da Promoção remetida a V. Exa. pelo Galeão N. Snra. da Gloria. Estes officiais vão Comandando o Destacamento de Artilharia da Guarnição da Nau, durante a viagem: E logo que chegarem V. Exa. os mandará suprir por outros, para que eles possam ir exercitar os empregos a que vão destinados. Ao Tenente Coronel Antonio Joaquim de Oliveira se entregaram os instrumentos matematicos que constam da relação junta; Quatorze Jogos do *Novo Curso de Matematicas de Belidor*: E um volume da *La Science de Ingenieurs* do mesmo *Belidor*: Não sendo possivel presentemente remeter as mais Obras, que o Regulamento manda ensinar, por se não acharem prontas; mas irão com a maior brevidade. E assim o que vae, como o que depois fôr, mandará V. Exa. pôr em boa arrecadação, distribuindo sómente o que se fizer preciso, para os Exercícios, pratica e ensino do Regimento e dos Praticantes Aulistas. Deus Guarde a V. Exa. Palácio de N. Snra. da Ajuda em 18 de Setembro de 1774. “Martinho de Mello e Castro. (Grifo nosso. *Apud* PIRASSINUNGA, 1958, pp. 25-26).

21 A novidade desse tratado é que mesclava questões relativas à arquitetura civil às tradicionais questões da arquitetura militar. (BUENO, 2000, p. 54).

De acordo com Pirassinunga (1958), os *instrumentos matemáticos* trazidos pelo referido Tenente-Coronel para uso dos alunos, foram os seguintes:

Estojos Matemáticos.

Quadrantes de Latão com suas caixas de madeira.

Tres círculos dimensorios com suas Caixas de madeira.

Planxetas de madeira com alidades de Latão.

Bussolas com Caixas de madeira.

Níveis de ar, com suas Caixas de madeira.

Níveis de madeira para nivelar as Plataformas com suas Régoas de madeira. (p. 26).

Com o acréscimo do estudo da Arquitetura, a Aula do Terço de Artilharia passou a denominar-se “Aula Militar”. Todavia, agora, ela tinha duas finalidades: “o preparo dos artilheiros e o preparo efetivo de oficiais técnicos em engenharia militar que constituirão de futuro o Corpo de Engenheiros, [...]” (PIRASSINUNGA, 1958, p. 27).

Dentre os alunos mais hábeis que saíram dessa Aula Militar, destacamos o oficial inferior Antonio Rodrigues Montezinho, que concluiu o curso em 1781, sendo premiado com a promoção a “Segundo-Tenente da Companhia de Bombeiros do Regimento de Bragança aqui destacado e, posteriormente, por ordem expressa de Sua Majestade, passou para o Corpo de Engenheiros em posto correspondente ao que tinha, Segundo-Tenente de Artilharia.” (FRAGOSO, 1967, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Wilhelm von Schaumburg-Lippe foi um homem muito culto. Por acreditar que a guerra não poderia ser conduzida por ignorantes, mesmo de origem nobre, e que o sucesso na carreira das armas dependia de uma educação permanente, exigia que os militares cultivassem o saber, principalmente considerando o seu nível hierárquico.

Enquanto prestou assessoria ao reino português no que se relaciona à organização do exército, elaborou regulamentos sobre diversos assuntos: regionalização do recrutamento, manutenção da disciplina nas tropas, implantação da promoção por mérito e competência, ..., e, principalmente estabeleceu diretrizes pedagógicas para a instrução militar, sistematizando o seu ensino.

Com exceção dos seus métodos disciplinares, o que mais chamou à atenção neste trabalho

de pesquisa foi exatamente essa sua contribuição para a educação da tropa e para a organização do ensino militar português, tanto no reino como na sua colônia americana: o estabelecimento de hábitos e atitudes, de currículos, de metodologias de ensino, de avaliação do ensino e da aprendizagem, a organização de bibliotecas atualizadas e ecléticas nos regimentos, a divulgação de conhecimentos na área da motivação educacional, dentre outros aspectos que fazem parte da nossa realidade pedagógica civil e militar. Acreditamos que muitas das suas orientações poderiam ser aplicadas nas organizações militares da atualidade, desde aquelas em que ocorrem simples treinamentos militares até às que são destinadas exclusivamente à formação militar.

Uma vez que a maioria dos fidalgos portugueses, no século XVIII, não se interessavam pelo estudo da ciência da guerra, militares e civis de origem humilde puderam frequentar as aulas ou academias militares. Nelas, aprendiam a ler, a escrever e a contar, bem como uma profissão na carreira das armas. Conforme determinação do Conde de Lippe, poderiam aumentar os seus vencimentos e suas patentes se progredissem nos estudos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jayme Duarte de. *O colégio militar* (1803-1953). Grande edição comemorativa do 150º. aniversário da sua fundação. Lisboa: Oficinas Gráficas da Sociedade Industrial Castor Ltda., 1953.
- ANTUNES, José Ricardo da Costa Silva (Coord.). *Apontamentos para a Historia da Escola do Exercito*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.
- BARRENTO, António. O exército português antes e depois do Conde Lippe. In: SEPARATA DA REVISTA MILITAR – O Conde Lippe e Portugal, nº. 6, Junho/1991. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- BRITO, António Pedro da Costa Mesquita. Publicações Alemãs sobre o Conde de Lippe - Uma Orientação Bibliográfica. In: REVISTA MILITAR, de 19 de novembro de 2011. Publicação mensal da Empresa da Revista Militar, situada em Lisboa. Disponível em: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=627
- CURADO, Silvino da Cruz. O ensino da engenharia militar no Brasil até a Independência. Texto baseado na apresentação do autor no “*Simpósio comemorativo dos 300 anos da*

- criação da aula de fortificação no Rio de Janeiro*”, realizado de 9 a 11 de agosto de 1999, na Biblioteca do Exército. (Texto avulso encontrado no Arquivo Histórico do Exército).
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
 - FRAGOSO, Augusto. Os engenheiros militares no Brasil. Aula inaugural proferida no IME por ocasião da abertura dos Cursos de 1967, a 28 Fev 67. REVISTA MILITAR BRASILEIRA, Julho a Setembro de 1967.
 - MAGALHÃES, J. B. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
 - MARTINS, Ferreira. *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1945.
 - MONTEIRO, Jônatas do Rêgo. *O Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
 - OBRIGAÇÕES EM GERAL DOS OFFICIAIS INFERIORES... Fonte: Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 5ª Secção, Caixa 5, 1798.
 - PIRASSINUNGA, Adailton. *O ensino militar no Brasil (Colônia)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
 - RIBEIRO, José Silvestre. *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871. Tomo I.
 - SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal (Desde as origens do estado portugalense até o fim da dinastia de Bragança)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.
 - SOUZA, Duarte Quirino Pacheco de. Algumas observações à obra do Conde de Lippe em Portugal. Actas do VIII Colóquio de História Militar “Preparação e Formação Militar em Portugal”. Lisboa, Palácio da Independência, de 3 a 5 de Novembro de 1997, Comissão Portuguesa de História Militar.
 - VIEIRA, Belchior. Contribuição dos militares portugueses para a introdução da cultura matemática no Brasil. II Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática e II Seminário Nacional de História da Matemática (Actas). Tema: A contribuição de matemáticos portugueses para o desenvolvimento da matemática no Brasil. Águas de

São Pedro, São Paulo, 23 a 26 de março de 1997, Sérgio Nobre Editor.

- VITERBO, Sousa. Expedições científico-militares de Portugal no Brasil. In: REVISTA MILITAR, n. 1, 1894, anno XLVI.



DIAS DE GUERRA. A FORÇA AÉREA BRASILEIRA EM AÇÃO ANTES DA ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA DA GUERRA MUNDIAL¹

Cesar Machado Domingues²

Resumo:

Em meados de agosto de 1942, 06 navios mercantes nacionais foram torpedeados e afundados perto da costa brasileira pelo submarino alemão U 507, provocando mais de 600 mortes entre tripulantes e passageiros, incluindo mulheres e crianças. Vários fatores motivaram esses ataques, que, embora moralmente condenáveis, certamente não foram gratuitos. Entre esses fatores podemos destacar a participação da recém criada Força Aérea Brasileira e de seus pilotos à bordo de aviões norte-americanos em operações bélicas no Atlântico Sul, incluindo ataques diretos a submarinos do Eixo, enquanto o Brasil permanecia oficialmente neutro no conflito.

Palavras chave:

1. Brasil. 2. Segunda Guerra Mundial – História Militar– 1939-1942. 3. Aviação – Força Aérea Brasileira.

Eixo Temático: Aviação Brasileira Após 1941 – A aeronáutica militar.*

INTRODUÇÃO

Em meados de agosto de 1942, 06 navios mercantes nacionais foram torpedeados e afundados perto da costa brasileira pelo submarino alemão U 507, provocando mais de 600 mortes entre tripulantes e passageiros, incluindo mulheres e crianças. Vários fatores motivaram esses ataques, que, embora moralmente condenáveis, certamente não foram gratuitos. Entre esses fatores podemos destacar a participação da recém criada Força Aérea Brasileira e de seus pilotos à bordo de aviões norte-americanos em operações bélicas no Atlântico Sul, incluindo ataques diretos a submarinos do Eixo, enquanto o Brasil permanecia oficialmente neutro no conflito. Os ataques do U-507, e seu saldo trágico de mais de 600 mortos, fizeram o Brasil reconhecer formalmente sua beligerância no final de agosto de 1942, assumindo seu lugar ao lado dos Aliados. No entanto, os relatos, testemunhos e documentos analisados, demonstram claramente que, embora oficialmente neutro, o Brasil já havia

¹ Trabalho apresentado no I Seminário de História da Aviação Brasileira, realizado na Universidade da Força Aérea em Julho de 2012 .

² Professor de História na Universidade Estácio de Sá; Especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB e Editor da Revista Brasileira de História Militar. – RBHM

se alinhado definitivamente aos Estados Unidos da América, apoiando e participando ativamente nas operações militares contra os países do Eixo, inclusive com os meios de seu Poder Aéreo, muito antes dos ataques do U-507 e de sua declaração formal de guerra, a Alemanha e a Itália.

Durante o período que se passou, desde a Invasão da Polônia em 1º de setembro de 1939, que marcou o início da Segunda Guerra Mundial, até a entrada oficial do Brasil na guerra em agosto de 1942, a política externa brasileira caracterizava-se pelo que foi chamado por Gambini de “duplo jogo de Getúlio Vargas”³. Nesse período o governo brasileiro se relacionava de maneira ambígua e pragmática com os envolvidos no conflito, buscando tirar o melhor proveito da situação, em que pese às questões ideológicas e geopolíticas envolvidas, principalmente nas afinidades entre o Estado Novo e os regimes fascistas, por um lado e a influência norte-americana no continente americano, por outro.

CONTRADITÓRIA NEUTRALIDADE.

Com a eclosão da guerra na Europa, foi convocada uma reunião de chanceleres, realizada no Panamá em setembro de 1939. Um dos resultados dessa reunião foi a chamada: “zona de segurança continental” marítima ao longo da costa do Atlântico, com 300 milhas de largura, que objetivava permitir que os países americanos, neutros por princípio, mantivessem sua navegação marítima afastada das operações de guerra. Essa medida gerou descontentamento entre os beligerantes, embora os afetasse de maneira desigual, pois França e Inglaterra, possuindo possessões no continente poderiam justificar a presença de seus navios na “zona de segurança”, com a alegação de que faziam escala em seus territórios nacionais. Por outro lado, para a Alemanha significava uma restrição às áreas de atuação de seus submarinos e corsários, além de permitir que seus inimigos ingleses pudessem concentrar suas forças navais numa superfície menos extensa e, conseqüentemente, mais fácil de patrulhar.

De qualquer forma, somente os Estados Unidos tinham condições materiais de vigiar de maneira efetiva a zona de segurança instituída ao longo de sua costa atlântica e no Caribe. As nações sul-americanas, notadamente o Brasil, com seu imenso litoral, não dispunham de condições de assegurar a manutenção dessa zona de exclusão e já em 1939 começam a ocorrer uma série de atos de guerra dentro dos limites dessa “Zona de Segurança”. Dentre esses episódios, podemos citar: o combate e posterior afundamento do cruzador alemão Graf Spee, ao largo de Montevidéu, o mal

³ GAMBINI, Roberto, **O Duplo Jogo de Getúlio Vargas**, São Paulo: Editora Símbolo, 1977.

esclarecido naufrágio do navio alemão Wakama, afundado após ter partido do Rio de Janeiro, quando tentava romper o bloqueio imposto pelos ingleses; o arresto de passageiros de origem alemã, do navio de cabotagem brasileiro Taipé, em dezembro de 1940, próximo ao litoral norte-fluminense, por tripulantes de um cruzador inglês e apresamento, em janeiro de 1941, do navio francês Mendoza, por um cruzador inglês, enquanto navegava em águas territoriais brasileiras.

Esses episódios demonstram que, sem condições efetivas de assegurar a manutenção da zona de segurança, os países sul-americanos dependem da boa vontade dos países beligerantes em respeitar a neutralidade de suas águas, o que só foi obtido parcialmente, à conveniência desses beligerantes. Todavia, conforme afirma Seitenfus, o objetivo fundamental da Conferência do Panamá foi alcançado, ao conservar uma atitude comum de neutralidade diante da guerra⁴.

Embora as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha tivessem sido afetadas, devido às exigências do embaixador do *Reich*, Karl Ritter, para que o governo brasileiro permitisse ao Partido Nazista funcionar livremente no Brasil⁵, o que fora proibido por Getúlio Vargas em decreto de abril de 1938⁶, uma reaproximação estava sendo articulada, como demonstram o convite, aceito, por Góes Monteiro, para assistir manobras do Exército Alemão, o estabelecimento de uma comissão brasileira para compras de armas nas proximidades da fábrica Krupp⁷ em Essen e a visita de um grupo de oficiais aviadores a instalações da Luftwaffe⁸.

Em que pese esse relacionamento com a Alemanha, não se deve minimizar a influência norte-americana sobre as demais nações do continente, e a força do pan-americanismo⁹, que, desde o anúncio da Doutrina Monroe em 1823, vinha sendo difundido e estimulado pelos Estados Unidos e refletia-se nas deliberações das várias Conferências Pan-Americanas realizadas desde 1889¹⁰. Assim sendo, é lícito considerar que seria uma tendência previsível um alinhamento entre Brasil e Estados Unidos da América, mesmo sob uma posição de neutralidade face ao conflito, inicialmente europeu. Da mesma forma, com a entrada oficial dos EUA na guerra, após o ataque japonês a Pearl Harbor em

4 SEITENFUS. Op. Cit. p. 175.

5 McCANN, Frank D. **Aliança Brasil Estados Unidos (1937 – 1945)**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1995, p.148.

6 Decreto lei

7 Fábrica de armamentos alemã, de quem o Brasil adquiriu diversos equipamentos, muitos deles posteriormente retidos pelos britânicos e só liberados após difíceis negociações.

8 Luftwaffe, Força Aérea Alemã.

9 O termo usado pela primeira vez em 1882 num editorial do jornal *New York Evening Post*, pertinente a uma teoria que afirma constituírem as nações do Novo Mundo uma só comunidade, a despeito de suas diferentes raízes culturais. AZEVEDO, Antônio C. do Amaral. **Dicionário de Nomes Termos e Conceitos Históricos**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1999, p. 343 – 344.

10 Foram dez conferências Pan-Americanas realizadas entre 1889 e 1954, até a criação do OEA. Essas conferências tinham como objetivo fundamental regular as relações, a associação e a cooperação entre as diversas nações do continente em diversos âmbitos de interesse comum, incluindo a defesa.

dezembro de 1941, esse alinhamento seria cada vez mais notável e efetivo.

Esse alinhamento seria baseado em algumas premissas, entre as quais se destaca a concessão de bases no saliente nordestino para os norte-americanos. Desde antes da eclosão da guerra, os norte-americanos, cientes da importância estratégica do saliente nordestino, mais próximo da costa africana que quaisquer das ilhas antilhanas, estimularam a construção de pistas de pouso, pela Panair, subsidiária nacional da Pan American Airways¹¹. A Panair do Brasil foi autorizada, pelo decreto nº 3.462 de 25 de julho de 1941, a “construir, melhorar e aparelhar os aeroportos de Amapá; Belém; São Luiz; Fortaleza; Natal; Recife; Maceió e Salvador, com o fim de permitir sua utilização por aeronaves de grande porte”¹². Essas pistas seriam utilizadas posteriormente, tanto no transporte de suprimento para os aliados, quanto em operações militares realizadas pelas forças armadas brasileiras e norte-americanas.

Um exemplo desse uso posterior é comprovado por uma carta, datada de 03 de janeiro de 1942, escrita por Salvador Borborema, então Chefe de Polícia do Pará, recebida e encaminhada por Filinto Muller a Benjamin Vargas¹³, sobre movimento de navios e aviões estrangeiros no Norte do Brasil.

(...) Sob o rótulo “Panair”, por aqui transitam, diariamente, aviões de bombardeio americano, conduzindo tropa americana e material de guerra, os quais chegam, de preferência, à noite e saem também à noite, sem que nenhuma autoridade tenha deles notícia, antes ou depois, e qualquer pedido de informação é negado por quem devia saber e informar.

O campo de aviação da “Panair”, que também serve a aviões da Aeronáutica, está sendo policiado por tropa americana em número de 50 soldados, que se apresentam fardados, nas horas de folga, pelas ruas da cidade e muitos deles se hospedam no Grande Hotel e Central Hotel.”¹⁴

Conforme afirma Frank McCann, “Embora os dirigentes brasileiros não permitissem que grandes efetivos de unidades americanas guarnecessem a região, cooperaram na eliminação das linhas aéreas do Eixo e na construção de aeródromos. Essas companhias eram as alemãs Lufthansa

11 “A Panair foi autorizada a realizar, por sua conta, obras para construir ou melhorar os aeroportos de Amapá; Belém; São Luiz; Fortaleza; Natal; Recife; Maceió e Salvador”. uma série de campos de pouso, ligando a América do Norte ao Nordeste do Brasil

12 LAVANIÈRE-WANDERLEY. Nelson F.. **História da Força Aérea Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Aeronáutica, 1975, p.228.

13 Filinto Müller era Chefe de Polícia do Distrito Federal e Benjamin Vargas era Irmão e Chefe da Guarda Pessoal de Getulio Vargas.

14 Bilhete de Filinto Muller a Benjamim Vargas. Arquivo Getulio Vargas. CPDOC. Classificação GV confid 1942.01.06 – microfilmagem: rolo 19, fot. 0200 - 0922. Disponível na base de dados acessus do CPDOC.

e a Condor, esta última subsidiária da primeira e mais antiga empresa aérea em operação no Brasil, e a Italiana Latti (Linea Aere Transcontinentali). Além disso, as companhias nacionais Varig e Vasp, também possuíam “fortes vínculos” com a Lufthansa¹⁵.

Esses programas foram projetados separadamente, mas estavam intimamente conectados com a defesa continental e, posteriormente, com o prosseguimento da guerra.”¹⁶ Inclui-se nesse processo de “desgermanização” a dispensa do pessoal alemão que trabalhava nas companhias nacionais e redução gradual da influência da Lufthansa, que permitiria que a Condor fosse totalmente nacionalizada, mudando seu nome para Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul.

Embora houvessem divergências entre os norte-americanos, que desejavam enviar suas próprias tropas para ocupar e defender a região, e o governo brasileiro pretendendo que os americanos fornecessem o material bélico que permitissem equipar suas próprias forças para defender o território nacional, gradualmente foram sendo feitas importantes concessões, notadamente após a criação, em outubro de 1940, da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, com objetivo de implementar medidas comuns de defesa. Daí em diante, outros acordos foram firmados. Um deles, assinado em janeiro de 1941, previa a instalação de duas missões militares norte-americanas no Rio de Janeiro, uma para o exército outra para aviação. Além disso, o Brasil, por um acordo firmado em outubro do mesmo ano, receberia um empréstimo de US\$ 200 milhões, subsidiados, para compra de material bélico ao longo de cinco anos, baseado na Lei de Empréstimos e Arrendamentos¹⁷.

Desde abril de 1941, operava no atlântico sul a Força Tarefa 3 – uma divisão da Marinha Norte-Americana – que tinha como missão patrulhar uma área triangular que tinha como vértices Trinidad, no Caribe, a Ilha de Cabo Verde e o Saliente Nordeste. Essa força utilizava-se dos portos brasileiros de Salvador e, principalmente do Recife, como pontos de escala e aprovisionamento, conforme acordo firmado com o Governo Brasileiro. Esse acordo previa não só o uso dos portos para repouso, substituições e manutenção da força norte-americana em operação no Atlântico Sul, mas também o uso dos campos de aviação de Natal e Maceió para aeronaves dos Estados Unidos.¹⁸

15 MCCANN, Op. Cit. p. 177.

16 MCCANN, Op. Cit. p.176

17 Lend Lease Act, aprovada pelo Congresso Americano que conferia ao presidente dos EUA, poderes para vender, transferir, trocar, arrendar e emprestar armamentos e equipamentos a qualquer país aliado.

18 DUARTE, Paulo de Q. **Dias de Guerra no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Editora, Bibliex, 1968, p. 74.

HOSTILIDADES ANTES DA DECLARAÇÃO DE GUERRA.

No início de 1942 a Guerra, antes restrita a Europa¹⁹, havia se tornado efetivamente Mundial, após o ataque japonês a base americana de Pearl Harbor e o avanço nipônico sobre possessões britânicas e norte-americanas na Ásia. Apesar do ataque alemão na Rússia ter sido sustado nas portas de Moscou, os nazistas haviam estabilizado a frente e logo retomariam a ofensiva, obtendo novas vitórias que os levariam até os limites da Ásia, nas margens do rio Volga em Stalingrado. Da mesma forma, ainda faltavam vários meses para que o general Rommel fosse repellido em El Alamein e para que o Japão sofresse sua primeira e decisiva derrota em Midway, sendo obrigado a passar à defensiva.

Após o ataque japonês a base norte-americana de Pearl Harbour, e a conseqüente entrada oficial dos Estados Unidos na Guerra, foi convocada a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que se realizou no Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942. A intenção norte-americana era obter a aprovação de uma resolução que determinasse o rompimento imediato de relações diplomáticas e comerciais de todos os países americanos com o Eixo. Já nos primeiros dias da conferência, os representantes diplomáticos de Alemanha, Itália e Japão, convencidos que, atendendo às demandas norte-americanas, o Brasil poderia romper suas relações diplomáticas e comerciais com seus respectivos países, se empenham em “pressionar o governo do Brasil com a finalidade de mantê-lo neutro e impedi-lo de romper relações diplomáticas com o Eixo”²⁰.

Logo após o início da Reunião, entre os dias 16 e 17 de janeiro, um comunicado conjunto das nações do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – é entregue ao Palácio do Itamaraty, individualmente, por cada dos seus embaixadores. O documento escrito pelo embaixador alemão Kurt Prüfer, é claro e objetivo, dizendo textualmente:

“A ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha significaria, indubitavelmente, o estado de guerra latente, acarretando ocorrências que equivaleriam à eclosão da guerra efetiva [entre os dois países] os quais nenhuma divergência de interesse separa [e, portanto] carece em absoluto de sentido.”²¹

As cartas dos embaixadores italiano e japonês também traziam argumentos e ameaças

¹⁹ Apesar do avanço japonês na China continental desde 1937, que antecede inclusive a invasão da Polônia pelos alemães em 1939, considera-se que, até então, este era um conflito paralelo ao conflito europeu.

²⁰ CERVO, A. Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2002. P. 262.

²¹ **Carta pessoal do Embaixador Alemão Kurt Prüfer**, entregue ao Itamarati. Transcrita no Relatório Anual ao Presidente da República (RAPR) elaborado pelo Itamarati. P. 119 – 121. Apud. SEITENFUS, Op. Cit. P. 267.

semelhantes.

Apesar das ameaças, o Governo Brasileiro, na figura de seu presidente Getúlio Vargas, tendo conseguido firmar com os Estados Unidos o compromisso de reequipar suas Forças Armadas e de apoiar a construção de uma usina siderúrgica em Volta Redonda, anunciou o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, no último dia da conferência, 28 de janeiro de 1942.

Em 1941, o Nordeste do Brasil havia se tornado uma escala importante para as rotas aéreas que atravessavam o oceano Atlântico rumo à África, inclusive de aeronaves novas, produzidas nos Estados Unidos e destinadas à Inglaterra. Segundo Vagner Camilo Alves, “mais de 25.000 aviões passaram por bases no Brasil, antes de chegar aos seus destinatários na África, Europa e Extremo Oriente”²². De fato, havia uma crescente presença norte-americana nas bases aéreas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador e, principalmente, em Natal. Além disso, os portos de Recife e Salvador representavam pontos de apoio importantes para a U.S. Navy²³.

Ainda em dezembro de 1941, após a entrada oficial dos EUA na guerra, uma parte do esquadrão naval *VP-52*, formado por hidroaviões Catalinas, destinados a patrulhas anti-submarino e apoiados por dois navios-oficina (*USS Greene* e *USS Thrush*), passam a operar a partir de Natal. Se desde então, apesar de oficialmente neutro, o Brasil já havia adotado medidas claramente favoráveis aos Aliados, que incluíram a utilização de bases aéreas e navais no Nordeste para operações de patrulha de unidades norte-americanas, com o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo, essa postura tornou-se ainda menos “neutra”.

Essa alegada neutralidade do governo brasileiro era bastante questionável, pois as concessões feitas aos Estados Unidos contrariavam claramente o próprio decreto-lei 2986, de 27 de janeiro de 1941, que trazia textualmente em seu artigo 1º:

“O Brasil impedirá, por todos os meios de que disponha, que seus portos, fundeadouros ou águas jurisdicionais sejam utilizados como base de operações bélicas, com violação das regras do direito internacional, e, com tal fim, vigiará as operações dos navios mercantes, tanto de bandeira beligerante, quanto neutra, a fim de impedir que se utilizem os mesmos portos, fundeadouros ou águas jurisdicionais como base de onde possam prestar assistência aos beligerantes”²⁴

Se essa contradição já era notável antes da entrada oficial dos norte-americanos na guerra,

22 ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. História de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: PUC/Rio; São Paulo: Loyolá, 2002. P. 98.

23 Marinha Norte-Americana.

24 Trecho integral do referido decreto, publicado em: MINISTÉRIO DA MARINHA. Op. Cit.. P. 264 e 265

devido ao apoio que estes forneciam aos britânicos, tornou-se explícita após os Estados Unidos assumirem formalmente o status de beligerante. Naturalmente a Alemanha protestou contra essas violações da neutralidade brasileira, mas esses protestos não resultaram em nenhuma alteração na postura pró-Aliados, adotada pelo governo de Getúlio Vargas, que, por outro lado, permanecia declarada e formalmente neutro.

Apesar do número restrito de submarinos disponíveis para operações no Atlântico Sul, a ameaça de retaliação contida na carta entregue pelo embaixador alemão deveria ser levada em conta. Apenas os navios de bandeira chilena e argentina permaneciam como exceção à ordem de bloqueio dada aos U-boats alemães e já, em fevereiro de 1942, o Brasil contabilizaria o afundamento de três navios que ainda navegavam iluminados e identificados, de acordo com convenções internacionais para navios de países neutros. Esses ataques são seguidos de um protesto formal do Brasil, exigindo reparação pelos ataques aos seus navios mercantes. E, na ausência de uma resposta alemã, é editado no dia 11 de março de 1942, um decreto-lei determinando textualmente que:

“Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália”²⁵.

Embora se fale muito em submarinos alemães, em maio de 1942, 04 submarinos italianos é que foram enviados para a costa brasileira. Foi um deles que, em 18 de maio, realizaria o primeiro ataque a um navio brasileiro, no litoral do nordeste. Nessa data, o navio mercante *Comandante Lira* foi torpedeado e, após ter sido abandonado pela tripulação, atacado a tiros de canhão pelo submarino italiano Barbarigo, comandado pelo capitão Enzo Grossi, que se afastou ao perceber que o navio estava em chamas e, provavelmente, por acreditar que logo iria ao fundo. No entanto, a chegada de navios brasileiros e norte-americanos permitiu que o mesmo fosse rebocado até o porto do Recife. Embora não tenha logrado afundar o navio, o ataque ao *Comandante Lira* está relacionado a um dos episódios mais representativos da beligerância brasileira nos meses que antecederam à entrada oficial do Brasil na guerra.

²⁵ Decreto Lei 4.166, de 11 de março de 1942, disponível no Portal de Legislação do Senado Federal. <http://www6.senado.gov.br/sicon/#> acesso em: 06 de novembro de 2010.

A Força Aérea Brasileira surgiu após a criação, em 20 de janeiro de 1941²⁶, do Ministério da Aeronáutica, pois, até então, a aviação militar no Brasil estava dividida entre a Aviação Naval e a chamada Aviação Militar, integrada ao Exército. Em 1942, por ocasião do ataque ao *Comandante Lira*, a 2ª Zona Aérea, responsável pelas operações aéreas brasileiras em todo o Nordeste Brasileiro²⁷, era comandada pelo recém promovido Brigadeiro Eduardo Gomes.

Para treinamento dos pilotos brasileiros nos novos aviões fornecidos pelos norte-americanos, foi instalado em fevereiro de 1942, na base aérea de Fortaleza, o *Agrupamento de Aviões de Adaptação*. Desde então, pilotos e aeronaves, com as cores do Brasil participavam de operações de patrulha sobre o oceano, muitas delas realizadas em aviões que “não dispunham de armamento e, outros, contando com tão pouco para os prováveis alvos, eram inofensivos”²⁸. Essas patrulhas, mesmo com aviões “inofensivos” serviam, pelo menos para obter informações e também para intimidar inimigos que, muitas vezes, não tinham como saber se os aviões que ouviam ou vislumbravam à distância podiam atacá-los e, na dúvida, submergiam e se afastavam.

No dia seguinte após o ataque do submarino italiano, um grupo de pilotos brasileiros, que incluía o Capitão-aviador Parreiras Horta, havia se encontrado com o Comandante da 2ª Zona Aérea e recebido instruções de atacar qualquer submarino que se mostrasse hostil. Ao ser perguntado sobre o que se devia entender por hostil, o Brigadeiro Eduardo Gomes teria respondido: “o que não mostrar a bandeira”²⁹.

No dia 22 de maio, o Capitão Parreiras Horta, no comando de um avião B-25, identificado como brasileiro, em missão de patrulha nas imediações de Fernando de Noronha, avistou um submarino e ordenou que fosse atacado. Esse submarino era o italiano *Barbarigo*, o mesmo que havia atacado o cargueiro *Comandante Lira* cinco dias antes. Poucos dias depois, em 27 de maio, mais dois ataques seriam registrados contra outro submarino italiano, o *Capellini*.

O relatório do comandante do *Barbarigo* somente registrou ter sido atacado por um avião que lançou oito bombas sem lhe causar danos, não havendo qualquer indicação quanto à nacionalidade

26 Inicialmente o nome adotado em 20 de janeiro foi “Forças Aéreas Nacionais”, passando a designação de “Força Aérea Brasileira”, conforme o Decreto nº 3.323, datado de 22 de maio. LAVANIERE-WANDERLEY. Op. Cit., p.235.

27 A divisão em Zonas Aéreas foi feita através do decreto. 3762, de 25 de outubro de 1941 e era a seguinte: 1ª ZA: sediada em Belém (Amazonas, Pará, Maranhão e território do Acre); 2ª ZA: sediada no Recife (todos os estados do NE); 3ª ZA Sediada no Rio de Janeiro (Sudeste mais o Estado de Goiás); 4ª ZA Sediada em Porto Alegre (Estados do Sul) e 5ª ZA: Sediada em Campo Grande (somente o Estado do Mato Grosso).

28 SIQUEIRA, Op. Cit., p.117.

29 Idem. P. 152.

do Avião³⁰. O *Capellini também* não registraria a nacionalidade dos aviões que o atacaram antes que deixasse sua zona de operação. O esclarecimento sobre o ataque seria dado inoportunamente, já que o Brasil ainda era oficialmente neutro, pelo então ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, que em 28 de maio anunciaria com júbilo, o ataque das aeronaves brasileiras aos submarinos do Eixo. O aviso n.º 96, dirigido ao Diretor Geral do Pessoal da Aeronáutica referindo-se ao ataque de 18 de maio dizia:

“É com o máximo entusiasmo e justificado orgulho que, com as reservas naturais decorrentes da situação que atravessamos, mando registrar, na fé de ofício do Capitão-Aviador Affonso Celso Parreiras Horta, a referência que ora faço ao glorioso feito por ele praticado no Nordeste da República, em serviço de comando.

Coube a este oficial, que integra o meu Gabinete, dar a primazia da defesa do Brasil à Força Aérea Brasileira. Em missão de patrulhamento das nossas costas, o Capitão Parreiras Horta teve a oportunidade de localizar e perseguir, no dia 22 de maio, às 13 horas e 57 minutos, um submarino corsário que, ultrajando a nossa soberania, vinha, em águas territoriais, atacando nossos mercantes e, depois torpedeá-los, metralhando suas tripulações brasileiras.

Posteriormente, teve a oportunidade de, localizando novos submarinos no dia 27 de maio, às 13 horas e 30 minutos e 16 horas e 30 minutos, respectivamente, atacá-los e atingi-los³¹, conforme partes enviadas pelo bravo comandante da 2ª Zona Aérea, o Brigadeiro Eduardo Gomes, sob cuja jurisdição de encontrava.³²

A notícia dos ataques, também saiu na imprensa. Deoclécio Lima de Siqueira, então capitão-aviador que trabalhava diretamente com o Brigadeiro Eduardo Gomes, disse em entrevista ao CPDOC³³:

“Nós ainda não tínhamos entrado no conflito, mas atacamos esse submarino. Parece um ato provocativo, mas, coincidentemente, este era o que havia atacado o nosso navio Comandante Lira. Em consequência desse ataque, o ministro Salgado Filho, entrevistado pelos jornalistas, disse: “Realmente atacamos um submarino do Eixo (ou submarino alemão, porque naquele tempo só se falava nos submarinos alemães). E atacaremos tantos outros que aparecerem.”³⁴

30 *Marinha Italiana. La Marina Italiana nella Seconda Guerra Mondiale, I Sommergibili negli oceani*, Roma: Ufficio Storico della Marina Militare. s.d. Vol XII pág. 263. Apud. SIQUEIRA, Op. Cit., p. 157.

31 Cabe ressaltar que, apesar do que consta no documento citado, o segundo ataque do dia 27 de maio foi, na verdade, realizado por outro avião, sob o comando do então Capitão-aviador Oswaldo Pamplona Pinto. Também os horários não estão corretos, pois o primeiro ataque foi efetuado antes das 07H00 da manhã, conforme declaração do próprio Parreiras Horta. GAMA. Op. Cit. 147 e SIQUEIRA. Op. Cit., p. 159-165.

32 O referido aviso encontra-se transcrito na fé de ofício do Brigadeiro Affonso Celso Parreiras Horta. Apud. SIQUEIRA, Op. Cit., p. 167 e 168.

33 CPDOC. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

34 SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **Deoclécio Lima de Siqueira (depoimento, 1993)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 42 p. dat. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historiaoral/arq/Entrevista629.pdf>

Também as palavras do Brigadeiro Nero Moura³⁵, referindo-se ao período desses primeiros ataques, nos dão uma dimensão do nível de beligerância que já havia entre o Brasil e as nações do Eixo.

“Já nessa época participávamos do patrulhamento no Nordeste, trabalhando com os americanos a pleno vapor na defesa da costa, com aviões cheios de bombas de profundidade, e, embora sem ordens expressas, andamos atacando submarinos que estavam nas nossas barbas, fora de águas territoriais, mas a menos de 200 milhas. Ainda não havíamos declarado guerra, mas as instruções das autoridades eram para que os pilotos, no patrulhamento das praias, ou sobre o oceano, bombardeassem os submarinos caso fossem atacados. Houve dois ou três ataques, não sei se tiveram sucesso, mas repercutiram na imprensa, através de inúmeras entrevistas do ministro Salgado Filho sobre o assunto. Quer dizer, já havia um consentimento tácito de que podíamos atacar. Mas, como os americanos voavam conosco, às vezes a responsabilidade da ação ficava por conta deles, que estavam em guerra e podiam jogar as bombas.”³⁶

Dois dias após o primeiro ataque brasileiro a um submarino do Eixo, em 24 de maio um navio mercante brasileiro armado – O *Gonçalves Dias* – seria interceptado e posto a pique pelo submarino alemão *U-502*, na região do Caribe, ao sul do Haiti. Logo após a Marinha Alemã “solicitou que fossem levantadas todas as restrições para ataques a navios brasileiros”³⁷ Também foi determinado que se elaborasse um plano de ataque aos portos brasileiros. Assim sendo, como afirma Karl Dönitz, face esses episódios, “mesmo sem uma declaração formal de guerra por parte do Brasil, os dois países se encontravam “praticamente em estado de guerra”.³⁸

Desde então, o Brasil não era mais tratado como um país neutro. De fato, a partir de 15 de agosto, uma série de navios mercantes nacionais foram torpedeados e afundados perto da costa brasileira pelo submarino alemão *U 507*, provocando grande reação popular e servindo de justificativa para a entrada formal do Brasil na Guerra.

O impacto provocado pelos ataques do *U-507* foi de tal monta que, além manter todos os mercantes aos portos, suspendendo inclusive a navegação costeira, até que se organizassem comboios, se chegou a cogitar a possibilidade de transferir provisoriamente a capital do Rio de Janeiro para Belo

35 Nero Moura, ex-piloto do presidente Getúlio Vargas e veterano da Campanha da Itália, era major-aviador em 1942 e foi nomeado, em 1943, comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça.

36 Entrevista realizada em 1983 no contexto da pesquisa “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras” do CPDOC, posteriormente publicada em livro. MOURA, Nero. *Um Vôo na História*. Fundação Getúlio Vargas, Editora, 1996. P. 112.

37 ROHWER, Jurgen. *Operações Navais da Alemanha no Litoral do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial*. *Revista Navigator. Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982 (nº 18) p.14.

38 DÖNITZ. *Op. Cit.*, p. 383.

Horizonte, medida logo descartada.³⁹

O então capitão Deoclécio Siqueira, transportando em seu avião o General Mascarenhas de Moraes, comandante militar do nordeste, descreve um quadro dramático, avistado quando se aproximou da costa sergipana.

“Numa larga área do mar, mais ou menos em forma circular, uma grande quantidade de todos os tipos de destroços boiavam sobre o mar. Parecia que uma forte tempestade passara por aquelas paragens e produzira destruições em fantásticas habitações existentes até há (sic) pouco sobre as águas, pois muitos objetos de uso domiciliar podiam ser identificados. Cadeiras, colchões, redes, mesas, pedaços de madeira de todos os tamanhos e tipos. E aqui e acolá bóias salva-vidas por toda a parte num testemunho dramático da imensidão da catástrofe. (...) Chegavam a terra os restos de três navios. Chegavam os destroços, os corpos das vítimas que não eram poucas e, vez ou outra, alguém ainda com sinais de vida. Vista do ar, aquela cena mais parecia um pesadelo (...)”⁴⁰

Esse verdadeiro massacre imposto à marinha mercante brasileira, quando, em apenas três dias, foram afundados cinco navios, ocasionando a morte de mais de 600 pessoas, provocou uma onda de protestos entre a população. No entanto, a capacidade de retaliação brasileira era quase nula e só restava ao governo, além de medidas contra empresas e interesses dos países do Eixo em território nacional, formalizar sua entrada na guerra. Assim sendo, em 22 de agosto, o governo de Getúlio Vargas reconheceu a existência de uma situação de beligerância com a Alemanha e a Itália, sem incluir o Japão, com quem mantinha apenas o rompimento das relações diplomáticas. E, finalmente, em 31 de agosto de 1942, através do decreto lei 10.358, foi declarado o Estado de Guerra, entre o Brasil, a Alemanha e a Itália.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Desde o início de 1941, bem antes do ataque japonês a Pearl Harbour que marcaria a entrada oficial dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o Brasil já caminhava para um alinhamento com os Estados Unidos da América, se colocando, conseqüente, numa posição antagônica aos países do Eixo, principalmente se considerarmos que, bem antes de sua entrada oficial na guerra, os norte-americanos já apoiavam abertamente o Reino Unido, em sua luta contra a Alemanha Nazista.

³⁹ MINISTÉRIO DA MARINHA. Op. Cit., p. 348.

⁴⁰ SIQUEIRA. Op. Cit., p. 174 e 175.

A derrota da França e, posteriormente, as vitórias alemães no Norte da África, aumentaram a importância estratégica do saliente nordestino e, concomitantemente, a preocupação norte-americana com a defesa da região e seu interesse em utilizá-la, seja militarmente, seja como escala nas rotas de transporte de suprimentos e equipamentos enviados aos britânicos. Ao longo de 1941 é notável a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, destacando-se nesse processo a instalação de Missões Militares Norte-Americanas no Rio de Janeiro, a autorização para o uso das bases no Nordeste, as concessões dadas a Panair e a inclusão do Brasil na Lei de Empréstimos e Arrendamentos.

Naturalmente que estes fatos não passavam despercebidos aos países do Eixo, que protestavam ocasionalmente contra as evidentes violações brasileiras ao estatuto de sua própria neutralidade, mas que também, pragmaticamente, toleravam essas transgressões, em troca de defenderem seus próprios interesses no território brasileiro, através de sua representação diplomática e de seus agentes. No entanto, após a entrada formal dos EUA na guerra e, principalmente, com o rompimento das relações diplomáticas no início de 1942, essa situação de equilíbrio precário, começa a se deteriorar rapidamente e o alinhamento do Brasil com os Aliados fica cada vez mais evidente.

Se por um lado, podemos criticar os primeiros ataques, por terem sido realizados contra navios identificados como brasileiros, oficialmente pertencentes a uma nação neutra, por outro devemos reconhecer que essa neutralidade brasileira era bastante questionável, principalmente se considerarmos os acordos firmados com os Estados Unidos, que incluía concessões e apoio explícito a operações militares.

A reação brasileira a esses primeiros ataques, com destaque para os bombardeamentos realizados em 22 e 27 de maio de 1942. Posteriormente anunciados publicamente, por um integrante do alto escalão do governo brasileiro, como ataque a submarinos alemães⁴¹, afirmando ainda que os ataques iriam continuar, praticamente definia o Brasil como beligerante, embora oficialmente permanecesse neutro. Sem dúvida, esses bombardeamentos, juntamente com a crescente identificação de navios mercantes brasileiros armados, contribuíram decisivamente para que, em julho de 1942, fossem suspensas todas as restrições ao ataque contra os navios do Brasil.

Embora se reconheça a importância da participação humana no processo histórico, não

41 Embora os ataques tenham sido contra submarinos italianos, o Ministro da Aeronáutica Salgado Filho não sabia disso e julgava que eram alemães, tanto os submarinos que atacaram o *Comandante Lira*, como os que foram atacados por seus aviões.

se trata aqui de julgar a moralidade dos ataques, de justificar atitudes e reações de qualquer dos lados envolvidos no conflito e, muito menos, de encontrar indivíduos a quem se possa acusar ou imputar culpa, seja pela perda de vidas inocentes, seja pelo rumo dos acontecimentos. Também não se procurou definir uma data, ou momento, a partir do qual se pudesse enquadrar o Brasil como nação beligerante de fato.

O objetivo primordial desse trabalho foi destacar alguns aspectos relacionados a aviação e a importância da participação da recém criada Força Aérea Brasileira no processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. E, se possível, comprovar a existência de um estado de beligerância entre o Brasil e as nações do Eixo, antes do torpedeamento dos navios próximos a costa brasileira, o que serviu de alegação oficial para a entrada formal do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Foram indubitavelmente, os ataques do *U-507*, e seu saldo trágico de mais de 600 mortos, que fizeram o Brasil reconhecer formalmente sua beligerância no final de agosto de 1942, assumindo seu lugar ao lado dos Aliados. No entanto, os relatos, testemunhos e documentos apresentados demonstram claramente que, embora oficialmente neutro, o Brasil já havia se alinhado definitivamente aos Estados Unidos da América, apoiando e participando ativamente nas operações militares contra os países do Eixo, muito antes dos ataques do *U-507* e de sua declaração formal de guerra, a Alemanha e a Itália.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ALVES, Vagner C. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Loyola, 2002
- AZEVEDO, Antônio C. do Amaral. Dicionário de Nomes Termos e Conceitos Históricos. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1999.
- BELOT, R de. A Guerra Aeronaval no Atlântico (1939 – 1945). Rio de Janeiro: Editora Record, ND.
- CERVO, A. Luiz e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- DAVIDSON, Eugene. A Alemanha no banco dos Réus - tomo II. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.
- DÖNITZ, Karl. Diez Años y Veinte Días. Memórias del Hombre que sucedió a Hitler

- como Jefe del III Reich. Madrid: La Esfera de los Libros. 2005.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. Dias de Guerra no Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Editora, Biblioteca do Exército - 1968.
 - GAMBINI, Roberto, O Duplo Jogo de Getúlio Vargas, São Paulo: Editora Símbolo, 1977
 - GAMA, Arthur Oscar Saldanha. A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora CAPEMI, 1982.
 - HILTON, Stanley. O Brasil de Crise Internacional (1930/1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
 - _____ . A Guerra Secreta de Hitler no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
 - LAVANIÉRE-WANDERLEY. Nelson F.. História da Força Aérea Brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Aeronáutica, 1975.
 - MASON, David. Submarinos Alemães: A Arma Oculta. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1975.
 - McCANN, Frank D. Aliança Brasil Estados Unidos (1937 – 1945). Rio de Janeiro, Bibliex, 1995. (p.126)
 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
 - MINISTÉRIO DA MARINHA. Historia Naval Brasileira, Quinto Volume, Tomo II. Rio de Janeiro, SDGM, 1985.
 - MOURA, Nero. Um Vôo na História. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
 - PARENTE, Paulo André L. A Construção de uma Nova História Militar. Artigo publicado na Revista Brasileira de História Militar, edição de dezembro de 2009. Disponível em <http://www.historiamilitar.com.br>
 - PENNA, L. de Abreu. República Brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
 - ROHWER, Jurgen. Operações Navais da Alemanha no Litoral do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Revista Navigator. Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982 (nº 18)

- SANCHES, Marcos G. A Guerra, problemas e desafios do campo da História Militar Brasileira. Artigo publicado na Revista Brasileira de História Militar, edição de abril de 2010. Disponível em <http://www.historiamilitar.com.br>
- SANDER, Roberto. O Brasil na Mira de Hitler. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- SEGONZAC, Alain Dunoyer de. Vida, Morte e Ressurreição do corsário Atlantis. História Viva. Rio de Janeiro: Editorial Duetto, 2007 (nº 45)
- SEINTENFUS, Ricardo. O Brasil vai à Guerra. São Paulo: Editora Manole, 2003.
- SILVA, Hélio. 1942, A Guerra no Continente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- SIQUEIRA, Deoclécio L. Fronteira. A Patrulha Aérea e o Adeus do Arco e Flecha. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora, 1987.
- VIDIGAL, Armando A. F. A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985

Sites consultados:

- CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - <http://cpdoc.fgv.br/>
- Projeto Naufrágios do Brasil. Informações sobre naufrágios na costa brasileira. – <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/>
- Uboat.Net. Site com informações sobre aos submarinos alemães nas duas guerras mundiais. - <http://www.uboa.net/index.html>

O GOVERNO PROVISÓRIO DE VICHY - A CRIAÇÃO DO ESTADO FASCISTA FRANCÊS E A PERSEGUIÇÃO AOS JUDEUS

Guilherme Ignácio Franco de Andrade¹

Resumo: O presente artigo aborda o processo de tomado do poder pelo Marechal Phillippe Pétain durante a II Guerra Mundial, demonstrando a participação ativa de setores conservadores da sociedade e do uso dos grupos de extrema direita para utilização da força e ações coercivas e repressivas dos aparelhos do Estado. O trabalho também mostra o processo de consolidação do fascismo na França e do alinhamento político com o nazismo e suas práticas segregacionistas, como o colaboracionismo do Governo Provisório de Vichy, na perseguição, expropriação e deportação de judeus para os campos de extermínio na Alemanha Nazista.

Palavras-chave: Governo de Vichy – Fascismo – II Guerra Mundial – Holocausto

Resumo:

El presente artículo aborda el proceso de tomada del poder por el Mariscal Phillippe Pétain, durante la II Guerra Mundial, demostrando la participación activa de los sectores conservadores de la sociedad y del uso de los grupos de extrema derecha para la utilización de la fuerza y acciones de coerción y represión de los aparatos del Estado. El trabajo también muestra el proceso de consolidación del fascismo en Francia y del alineamiento político con el nazismo y sus prácticas segregacionistas, como el colaboracionismo del gobierno Provisorio de Vichy en la persecución, expropiación y deportación de los judíos para los campos de extermínio en la Alemania nazista.

Palabras-clave: Gobierno de Vichy- Fascismo – II Guerra Mundial – Holocausto

A Segunda Guerra Mundial teve início em 1939, após Inglaterra e França declararem guerra à Alemanha nazista, para conter o avanço expansionista do III Reich, que anteriormente já havia anexado a Áustria, a Tchecoslováquia (atualmente República Tcheca e Eslováquia) e a Hungria. Até esse período França e Inglaterra permaneceram neutras a expansão do território alemão, porém a invasão da Polônia ligou o sinal de alerta para as potências aliadas conterem os planos expansionistas

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus Marechal Cândido Rondon. Sob orientação do Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil. Bolsista Capes.

alemães. Na primavera de 1940, a Alemanha seguiu sua guerra expansionista, conseguindo derrotar Noruega, Dinamarca, Holanda (Países Baixos) e a Bélgica. Depois de sucessivos ataques e invasões a outras nações, em 1940 a França é invadida com extrema facilidade pelo exército alemão. Este episódio da História da França para Marc Bloch, é considerado por muitos franceses como um dos piores períodos da história contemporânea do seu país². Para muitos historiadores a derrota francesa é alvo de debate e cheio de controvérsias: muitos creditam a derrota francesa à falta de capacidade de comando das lideranças políticas e do alto escalão do exército³. Outros acreditam que a “facilidade” com que o exército alemão derrotou as tropas francesas, foi resultado de uma certa simpatia de certos grupos políticos e militares pelo regime nazista, dessa forma a ocupação era vista com bons olhos.

Concluída a invasão alemã, o território francês foi ocupado em diferentes zonas, a parte sul se tornou uma zona livre, o norte ficou sendo administrado pelos alemães incluindo a capital Paris. O governo provisório ocupou a zona livre⁴ abaixo da cidade de Vichy, se tornando nova sede do governo.⁵ Com a derrota da França para os alemães e grande faixa do país ocupado pelas tropas alemãs, se tornava necessário um debate entre os políticos franceses sobre quais as melhores formas de se lidar com ocupação. Sendo de grande preocupação, quais seriam as melhores saídas, quais as formas e acordos necessários para que a população francesa não sofresse com a repressão e o abuso de poder dos soldados nazistas.⁶

A Alemanha governaria a França através de um representante militar. Esse representante possuiria liberdade para controlar a política e a economia do país. Em geral a única exigência do governo alemão para as autoridades francesas era que o representante do governo provisório mantivesse a ordem e a estabilidade. O Marechal Petain, durante o tempo que permaneceu como autoridade central do governo colaboracionista, controlava todas as regiões ocupadas na França, com ajuda de um grande aparato repressivo militar e com uma grande máquina de propaganda. Isso era considerado importante pelos alemães, principalmente pelo embaixador responsável pela tutela da França, Otto Abetz.⁷

No início da ocupação, os diversos partidos discutiam propostas, formas de governo e práticas políticas que fossem viáveis dentro de uma possível submissão à Alemanha. Nesse momento

2 BLOCH, M. A Estranha Derrota. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. Pg. 36

3 BLOCH, M. A Estranha Derrota. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. Pg. 36

4 Mapa em anexo, no final do texto.

5 HOBBSAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pg.36

6 KEDWARD, H.R. Occupied France: Collaboration and Resistance 1940- 1944 Blackwell, Oxford, 1989, pg.4 - 5

7 Idem, pg. 6

de fragilidade e instabilidade política, os grupos de extrema direita se aproveitaram para construir um projeto chamado de “Revolução Nacional”, um projeto com caráter reacionário, antiparlamentarista, antiliberal e nacionalista autoritário.⁸

Em 1940 o marechal do exército francês Philippe Pétain, considerado herói da 1ª Guerra Mundial, pela “Batalha de Verdun”, assumiu o governo provisório. Sua subida ao centro do poder contou com a aprovação de grande parte dos políticos do país, até mesmo dos representantes dos partidos sociais democratas e dos socialistas.⁹ Em primeiro momento, Pétain se apresentou como salvador, apaziguador, dizendo ter capacidade e influência suficiente para solucionar os problemas da ocupação alemã. Em um acordo com as lideranças do partido nazista que eram responsáveis pelo regimento e pela tutela do país, Petain se aproveitou do momento de instabilidade em que seu país atravessava e concordou em colaborar com o regime nazista para assumir o poder, mesmo sabendo que para isso teria que seguir a linha repressiva do nazismo e colaborar com a perseguição aos judeus. Para Petain a 3ª República estava condenada ao fracasso, então ele buscou instaurar um regime fascista, com características parecidas, nos moldes do 3º Reich.¹⁰

Existe um longo debate entre os historiadores franceses sobre o governo de Pétain, se ele seguiu uma linha de governo fascista, se o governo apenas colaborou com as atrocidades, a repressão, para defender seu “povo”, se o uso da força e dos aparelhos repressivos foram utilizados apenas pelas forças alemãs e alguns simpatizantes que não representariam o governo. Enfim, o período durante muito tempo foi tratado como tabu pelos pesquisadores locais, por existir todo um processo de luta, de embates pela memória do período, por parte daqueles que participaram da resistência francesa, dos colaboradores e carrascos, da população que vivenciou o processo de ocupação. Quer dizer, existe um campo de disputas em aberto, que envolve processos de revisionismo e embate para construção de uma nova memória, que procura romper com a história oficial.

Dentre os debates, acreditamos que a partir do processo histórico estudado e do que entendemos por conceito de fascismo¹¹, o regime instaurado por Petain, apresenta elementos suficientes para o considerarmos enquanto regime fascista.

Em 24 de outubro de 1940, o acordo de colaboração entre Marchal Pétain e Hitler

8 SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. London and New York, Routledge, 2007, pg.16

9 Ver PAXTON, R. O. *Vichy France: Old Guard and New Order 1940–1944*, New York, Columbia University Press, 2001, p. 32 e JACKSON, J. *France: The Dark Years 1940–1944*, Oxford, Oxford University Press, 2001, pp. 132–33.

10 DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge, 2002, pg.101

11 Ver discussão do conceito de fascismo no subcapítulo 1.4.

foi concretizado. O Parlamento Francês abriu as portas para que fosse instaurado um governo profundamente anti-democrático. Basta dizer que seu governo foi marcado por uma série de eventos desastrosos, como assassinatos, torturas, perseguição e deportação de comunistas, socialistas, opositores e judeus para os campos de extermínio.¹²

O governo de Petain não poderia ter funcionado sozinho ou apenas o acordo com o governo alemão não garantiria tranquilidade e aceitação da população local. Para que fosse possível exercer o domínio da situação e ter governabilidade, Petain buscou aliados políticos que fossem simpatizantes de um governo radical, ultraconservador, do fascismo, pois não poderia buscar apoio em grupos que não apoiariam a política repressiva do estado. Os apoiadores do regime de Vichy, estavam totalmente convencidos das eficácia dos métodos do nazismo alemão, a propaganda partidária (produção do consenso), a repressão da população (coerção), o Estado controlado apenas por um partido e o culto ao grande líder. Dessa forma, os colaboracionistas acreditavam em uma nova ordem mundial controlada pelo fascismo, sendo seu maior modelo a Alemanha nazista. Um dos principais colaboradores do regime de Vichy e grande aliado do Marechal Petain foi Pierre Laval, que chegou a ocupar o cargo de primeiro ministro no país (1942–1944). Laval era um militante da extrema direita francesa, simpatizante do nazismo. Ele atuou como o principal interlocutor, sendo intermediário nas relações políticas entre Vichy e Berlim.

Sendo assim o governo provisório sob as lideranças de Petain e Laval, não se importaram em atuarem como cúmplices de Adolf Hitler, mesmo que para isso fosse necessário aumentar o nível da repressão e a perseguição sistemática dos cidadãos franceses, dos comunistas, dos socialistas e dos judeus-franceses.¹³ O governo de Vichy pode ser caracterizado ideologicamente como reacionário, autoritário, ultranacionalista, pelo repúdio ao liberalismo econômico, a democracia e o racionalismo. Um dos grupos que conseguiu exercer muita influência sobre sua ideologia foi a *Action Française*¹⁴(AF), movimento político fascista, ultra conservador, antisemita e anti-liberal.¹⁵

Segundo alguns pesquisadores, a extrema direita na França, surgiu historicamente a partir da Revolução Francesa em 1789, grande parte da nobreza destituída de seus títulos e propriedades, de setores da classe média alta, que se sentiam confortáveis e lucravam com o regime absolutista,

12 DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge. 2002, pg.101

13 HANLEY, D.L *Contemporary France - Politics and society since 1945*. New York and London, Routledge. 1979, pg.17

14 Ação Francesa.

15 SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. London and New York, Routledge, 2007, pg.22

incorporavam os grupos ultraconservadores que rejeitavam as mudanças no país. Outro setor que perdeu espaço dentro da política e viu sua força e influência diminuir drasticamente foi a Igreja Católica, pois a revolução deu os primeiros passos para o Estado Laico. Então podemos considerar o período pós-revolução francesa como marco histórico para os esboços de um pensamento de extrema direita, pois constituiu os primeiros blocos políticos que se opunham à criação da República e aos princípios básicos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.¹⁶

A igreja católica durante o século XIX com apoio dos grupos radicais, formaram as grandes forças de oposição à república e o desenvolvimento do liberalismo. Durante esse período tanto a igreja, como os setores radicais, possuíam como projeto político, o retorno da monarquia, acreditando que essa forma de governo possibilitaria o retorno desses grupos a posições políticas importantes. Embora fosse considerada uma oposição que fizesse presença, que incomodasse os republicanos, esses grupos com o passar do tempo, sofreram um processo de envelhecimento, sendo necessário uma renovação em sua base¹⁷.

No final do século XIX o caso Dreyfus¹⁸ e o surgimento do grupo nacionalista AF de Charles Maurras, colaboraram para o processo de rejuvenescimento dos grupos de extrema direita. Outros fatores que colaboraram com o desenvolvimento do nacionalismo francês foi o acirramento das disputas nacionais entre as nações europeias, como as disputas por colônias e a guerra Franco-Prussiana. Como consequência desse crescimento, em 1880 surge uma nova proposta, uma nova vertente, um grupo de extrema direita que fugia das tradições monarquistas de seus antecessores. O Boulangismo, como ficou conhecido, era uma proposta voltada para o poder das massas: criado pelo general George Boulanger, ele propunha a criação de um governo forte baseado no apelo ao povo, fonte de toda a autoridade, fugindo da característica monarquista dos grupos anteriores.¹⁹

O movimento é caracterizado por ser um dos primeiros modelos proto-fascistas na Europa. Para o historiador William Irvine, o Boulangismo representava uma ameaça à república, pois ele propunha um golpe de estado, substituindo a democracia da república por uma ditadura.²⁰ Vários adeptos do movimento boulangista fizeram parte de partidos e grupos de esquerda, por isso existe

16 Ver em IRVINE, W. *Royalism, Boulangism, and the Origins of the Radical Right in France*. New York and Oxford, Oxford University Press, 1989, pg. 21 e DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge, 2002, pg. 27

17 IRVINE, W. *Royalism, Boulangism, and the Origins of the Radical Right in France*. New York and Oxford, Oxford University Press, 1989, pg. 22

18 Ver em BEGLEY, L. *O Caso Dreyfus: Ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da história* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

19 WINOCK, M. *Histoire de l'extrême-droite en France*. Paris: Seuil, 1994, p. 11.

20 IRVINE, W. *French Royalists and Boulangism - French Historical Studies*, Duke University Press, 1988. pg.395 - 406

uma certa discussão na academia se o Boulangismo poderia ser um movimento de extrema esquerda. Mas isto é refutado por Irvine, que afirma que “o Boulangismo pode ser melhor entendido como a coalescência das forças fragmentadas da esquerda”.²¹ Existiam também discussões sobre uma possível articulação entre o general Boulanger e seus laços conflitantes com parcelas da nobreza francesa.²²

O Boulangismo enquanto movimento político incorporou novas características a ideologia da extrema direita, características que se tornariam marcantes e presente em quase todos os movimentos de extrema direita conhecidos no século XX e XXI. Essa nova característica incorporada pelo general Boulanger e por Edouard Drumond, é a questão do antissemitismo, e obtiveram uma rápida aceitação pelos católicos, sendo seu principal aliado na disseminação da corrente antisemita, visto que o antissemitismo possuía uma grande quantidade de adeptos dentro da igreja católica. Outro setor em que o antissemitismo logo criou raízes, foi no seio da classe média, dos pequenos burgueses. Em alguns grupos das classes médias o preconceito aos judeus fazia sentido, segundo as acusações do boulangismo do envolvimento dos judeus banqueiros com o controle do mercado. Em suma o Boulangismo foi o primeiro movimento de extrema direita a acusar o judeus e a maçonaria de controlar a república parlamentar.²³

No início do século XX, com a ascensão do fascismo italiano e do nacional socialismo, surgiria uma terceira tendência que iria adicionar mais corpo a ideologia dos grupos de extrema direita. Alguns pequenos grupos franceses começaram a desenvolver um projeto fascista para a realidade histórica francesa. Os líderes desses novos movimentos foram Pierre Drieu La Rochelle e Robert Brasillach.²⁴

Nesse caldeirão de movimentos e ideias, a extrema direita procurou tomar forma durante a ascensão do nazi-fascismo. Os processos históricos ocorridos na França deram abertura para várias tentativas de construção de um projeto sólido para a extrema direita, que por vezes haviam fracassado na tentativa de consolidação, mas não tiveram corpo suficiente para permanecer no cenário político. Com um número considerável de militantes e diversos movimentos de extrema direita, Petain, Laval e a AF teriam base material suficiente para implantar a Revolução Nacional.

21 Idem, pg. 395

22 IRVINE, W. *Royalism, Boulangism, and the Origins of the Radical Right in France*. New York and Oxford, Oxford University Press, 1989, pg. 73.

23 DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge, 2002, pg.74

24 Idem, pg. 116

O movimento AF foi fundado em 1899 por Maurice Pujo e Henri Vaugeois, ambos militantes de diferentes movimentos nacionalistas. Em seu início foi criado um jornal chamado *Revue de L'action Française*²⁵, segundo Remond²⁶ o jornal tinha caráter nacionalista e antisemita, característica influenciada pelo Boulangismo. Uma de suas principais tarefas era combater os intelectuais da extrema esquerda e o desenvolvimento das propostas socialistas na França.²⁷

A AF, enquanto movimento político no final do século XIX, era bastante limitado, não possuía muita representatividade, sua revista só ganharia mais corpo com a entrada de Charles Maurras, que se tornou o principal intelectual do grupo. Sobre a influência de Maurras, a AF se tornaria um movimento preparado para um assalto aos valores da democracia e todas as instituições que representassem a 3ª República.²⁸

O movimento com a influência de Maurras, iria se tornar monarquista, contra revolucionário, anti democrático, ultra nacionalista e católico ortodoxo. Esse novo *corpus* ideológico sustentava o fim dos valores democráticos e das instituições pertencentes a 3ª República. Na compreensão do grupo, a forma como a 3ª República era conduzida, ameaçava os valores culturais franceses e os interesses da nação. Seu objetivo maior era substituir os princípios universais, liberdade, igualdade e fraternidade por seu slogan, “trabalho, família e pátria”.²⁹

Para entender o desenvolvimento do Regime de Vichy e a Revolução Nacional, foi preciso fazer essa historicização dos movimentos de extrema direita que existiram na França antes da invasão alemã. Para que pudessemos compreender quem eram esses sujeitos, que se voltaram contra seus próprios conterrâneos, para alcançar seus objetivos políticos, se aliaram com um dos seus maiores inimigos históricos (Alemanha).

A constituição de 10 de julho de 1940 definida em reunião dos políticos em Vichy, em uma votação dos deputados e senadores, concedeu plenos poderes para Pétain, que colocou fim a 3ª República, criando o novo Estado francês. No dia seguinte à Assembleia, Pétain suspendeu a câmara dos deputados e dos senadores, depôs o presidente em exercício Albert Lebrun, abolindo o cargo de presidente.³⁰ Como novo chefe de Estado, Pétain se intitulou como chefe supremo, unificando os poderes executivos e legislativos. Tal manobra possibilitou tamanha autoridade que o novo chefe do

25 Revista da ação francesa.

26 RÉMOND, R. *Action française*. In Lawrence D. Kritzman (editor). *The Columbia History of Twentieth-Century French Thought*. New York: Columbia University Press. 2006, pg.8

27 *Idem*, pg.9

28 SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. London and New York, Routledge, 2007. pg.16

29 *Idem*, pg.22

30 *Idem*, pg.17

estado teria liberdade para poder nomear ou demitir membros do governo, proclamar e implantar leis sem precisar passar por votação, possuindo também controle total da economia e da política fiscal. Além do controle total da política, o Marechal Pétain conseguiu ter o apoio das forças militares e controlar todo aparato repressivo, sendo o detentor do poder militar e das forças policiais.³¹

O novo governo ficou conhecido por “Revolução Nacional”, dada a influência da AF no processo de transformação do governo, a ideologia proposta por Barrès e Maurras do estado nacionalista. A ideia de estado da AF, desenvolvida no final do século XIX e início do XX, foi construída no princípio fundamental do nacionalismo, o desenvolvimento nacional acima de tudo. Na compreensão de Maurras, a França por muito tempo teve que suportar as pressões externas para o desenvolvimento do capitalismo e do liberalismo econômico, sendo deixado de lado pelos políticos republicanos, o desenvolvimento do que ele chamava de *Moi Nationai*, o conceito do “Eu Nacional”, que defendia o desenvolvimento do ser social, focado apenas no bem estar da nação, um francês dedicado integralmente com a causa de seu país, uma sociedade homogênea, livre das influências exteriores.³²

O governo de Vichy influenciado pela presença da AF e principalmente de Maurras, iniciou uma caçada aos inimigos internos, aqueles sujeitos que poderiam atrapalhar o desenvolvimento da Revolução Nacional. Alinhado com o pensamento nacional-socialista e com o controle total do poder, Pétain utilizou do aparato repressivo do Estado para perseguir sistematicamente as minorias, entre eles os judeus, comunistas, estrangeiros e imigrantes, acusados de ações antipatrióticas.³³

A Revolução Nacional se apresentava como antiliberal, devolvendo ao Estado o poder de controlar a economia, regulamentar as importações, exportações e impostos. O governo colaboracionista discursava sobre o retorno da França “gloriosa”, demonstrando apreço ao trabalho manual, o labor no campo e a agricultura familiar como algo virtuoso, ressaltando os valores das mulheres francesas, a ideia utópica de patrões e trabalhadores trabalhando em conjunto, cada um sabendo se posicionar e se conformar com seu lugar dentro da sociedade, ideias parecidas difundidas pelo nacional-socialismo na Alemanha. Esse discurso de harmonia, de submissão a uma estrutura hierarquizada, de aceitar as condições sociais determinantes como algo insuperável é a mais evidente

31 Idem, pg.17

32 DAVIES, P. *The Extreme Right in France, 1789 to the Present: From the Maistre to Le Pen*. New York and London, Routledge, 2002, pg. 19

33 SHIELDS, J. G. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. London and New York, Routledge, 2007. pg.22

preocupação em sufocar a luta de classes³⁴. A recusa à proposta liberal não significava romper com o capitalismo, ele não deixou de manter a estrutura capitalista do Estado e financiamento das elites. Assim como na Alemanha, o Marechal Pétain disponibilizaria para as indústrias prisioneiros para o trabalho forçado.³⁵

Um dos pontos que caracteriza o governo de Vichy enquanto fascista e o que é importante para nossa avaliação, visto que muitos dos colaboracionistas do regime iriam participar de outros movimentos fascistas após a guerra, são as permanências de algumas características que continuaram vivas nos movimentos radicais na França, como o antissemitismo, anticomunismo e a xenofobia. O antissemitismo talvez seja o que tenha surtido maior efeito durante o regime de Pétain: durante seu governo mais de 70 mil judeus foram deportados para Alemanha e enviados para os campos de concentração³⁶. O antissemitismo se tornou forte na França durante a ocupação alemã, pois vários dos membros do governo eram antissemitas declarados, o que ajudou o desenvolvimento de uma política de perseguição à comunidade judaica.

Durante o governo provisório, segundo o historiador Julian Jackson³⁷, o problema judaico foi um dos primeiros problemas encontrados pelos colaboracionistas. Logo após a ascensão de Pétain, os ministros do governo Ménétreil e Alibert começaram a pensar uma legislação contra a comunidade judaica. Em 3 de outubro de 1940 foi criado o Estatuto do Judeu, por Alibert e Pétain. O estatuto criado regulamentava a questão judaica na França, limitando o campo de atuação profissional, a expropriação de bens, a remoção das famílias judias para as zonas não ocupadas. O primeiro “Estatuto Judaico” foi rapidamente seguido por um acontecimento que teve profundo impacto sobre os judeus argelinos. Em 7 de outubro de 1940, o governo francês aboliu o “Decreto Crémieux”, anulando a cidadania francesa dos judeus e excluindo todas as possibilidades de recuperá-la. A abolição do “Decreto Crémieux” revogou também a cidadania dos judeus argelinos que, desde o início da ocupação francesa da Argélia em 1830, haviam migrado para a França, e que em 1939, quase setenta anos depois, formavam pequenas comunidades judaicas oriundas do norte da África nas cidades de Paris, Marselha, e Lyon. Embora o “Decreto Crémieux” tenha revogado a cidadania dos judeus argelinos, não fez o mesmo aos judeus de origem europeia, que viviam na França. Como viviam

34 JACKSON, J. France – The dark years 1940 -1944. New York, Oxford University Press, 2001, pg.149.

35 Idem, pg.360.

36 No dia 16 de Fevereiro de 2009, a Alta Corte de Justiça na França, reconheceu que o Estado Francês deportou mais de 75 mil judeus para campos de concentração, entre os anos de 1940 a 1944.

37 Idem, pg.354.

em solo sob controle francês, os judeus que viviam na Argélia e nas colônias não foram deportados para os campos nazistas, mas os judeus de origem norte-africana que moravam na área da Metrôpole Francesa tornaram-se vítimas do Holocausto.³⁸

Nos meses seguintes foram criadas 26 leis e 24 decretos contra os judeus. Um novo “Estatuto Judaico” em 2 de junho de 1941, ampliou o escopo das leis antissemitas já existentes. Na tentativa de excluir os judeus que viviam nas colônias francesas da vida econômica e profissional da região, as autoridades de Vichy proibiram que os judeus exercessem quaisquer ocupações na área financeira, e isto não incluía apenas bancos e bolsa de valores, mas também os jogos de azar. Foram canceladas as autorizações para que eles pudessem fazer ou tomar empréstimos, bem como para participar do comércio de grãos, gado e madeira. Os judeus também não mais podiam possuir, dirigir ou gerenciar negócios, e aqueles que trabalhavam na mídia foram demitidos. O novo estatuto do judeu era muito mais agressivo e repressivo. Ainda no mesmo ano seria criada uma nova “Comissão Geral sobre Questões Judaicas”, sob a autoridade de Xavier Vallat, com a finalidade de implementar e reforçar as leis antissemitas do regime colaboracionista de Vichy.³⁹

Entre os anos de 1939 e 1942 foram criados 35 campos de concentração no território francês. Eles eram usados para aprisionar refugiados espanhóis da Guerra Civil, judeus espanhóis, prisioneiros de guerra, militantes de esquerda considerados subversivos, judeus franceses e judeus imigrantes, alemães, comunistas, ciganos, deficientes físicos e qualquer pessoa que apresentasse risco para o Estado. No Norte do continente africano, nas áreas que correspondiam a colônias francesas, também foram criados campos de concentração para aprisionar os judeus argelinos e opositores do governo de Vichy.⁴⁰

Existia toda uma estrutura de estradas ferroviárias que ligavam os campos à cidade de Paris para os campos de concentrações alemães: isso demonstra claramente o consentimento do Estado na deportação de judeus para os campos de extermínio. E podemos perceber todo um investimento e financiamento do Estado e de alguns setores da burguesia para construção dessa estrutura⁴¹.

No âmbito profissional, limitaram o número de judeus que podiam atuar como advogados, médicos, dentistas, parteiras, notários, e arquitetos a apenas 2% do total de profissionais licenciados

38 MARRAS; PAXTON, *Vichy France and the Jews*. Stanford, Stanford University Press. 1995, pg. 109

39 Ver em PAXTON, R. O. *Vichy France: Old Guard and New Order 1940–1944*, New York, Columbia University Press, 2001, pg. 130 e ver em MARRAS; PAXTON, *Vichy France and the Jews*. Stanford, Stanford University Press. 1995, pg. 234 - 40

40 JACKSON, J. *France – The dark years 1940 -1944*. New York, Oxford University Press, 2001, pg.633.

41 Idem, pg. 633.

para tais profissões. Os professores israelitas já haviam sido proibidos de lecionar, salvo nas escolas judaicas, e esta nova legislação afetou também os alunos, pois não mais permitia que judeus estudassem em escolas e universidades públicas. As restrições tiveram um enorme impacto sobre os judeus porque eles pertenciam, em grande número, às classes profissionais, onde sua participação era alta. Dispostos a eliminar a concorrência judaica, estas organizações expulsaram os judeus membros das mesmas e também demitiram os empregados de origem judaica. Nos demais protetorados franceses, de forma geral, a integração dos judeus à sociedade não era grande, e assim as restrições profissionais, econômicas e educacionais.⁴²

O regime de Vichy também tentou “Arianizar” todas as propriedades pertencentes aos judeus. Em julho de 1941, foi criada uma lei que ordenava o confisco de todos seus bens imóveis, exceto suas moradias. As autoridades de Vichy repassaram o comércio de propriedade de israelitas a “fiduciários”, os quais podiam receber todos os lucros gerados pelas transações comerciais delas advindas.⁴³ No entanto, embora a lei ordenasse que os fiduciários devessem vender os negócios sob seu controle a “colonizadores adequados”, muito frequentemente, eles adiavam tal passo para poder continuar a auferir lucros dos recursos que estavam em suas mãos. Devido a esta ganância, quando os Aliados desembarcaram no norte da África, após derrotar os colonizadores franceses, muitos estabelecimentos de propriedade de judeus ainda não haviam sido vendidos, podendo assim retornar às mãos de seus legítimos donos. As autoridades de Vichy administraram as campanhas de “Arianização” de forma diferente em cada colônia; na Argélia, por exemplo, ela foi implantada de maneira mais sistemática, sob o comando do recém-criado “Departamento de Arianização Econômica”.⁴⁴

O antissemitismo do governo de Vichy segundo, o Peter Davies⁴⁵, deve ser analisado sobre vários prismas. O primeiro ponto que deve ser levado em questão é o acordo assinado entre o governo Francês e Alemão, pois quando Pétain assumiu a administração do governo, ficou acordado que ele deveria repatriar todos os judeus alemães que haviam fugido para a França, como refugiados na década de 1930, tarefa que coube a Laval executar de forma implacável. Em segundo lugar, podemos considerar a cruzada antissemita de Vichy, como uma coalizão de forças da extrema direita, pois temos diversos grupos compondo o governo provisório, entre eles a Ação Francesa de Charles Maurras, o

42 ADLER, J. *The Jews of Paris and the Final Solution. Communal Response and Internal Conflicts, 1940-1944.* Oxford, Oxford University Press. 1989, pg. 84

43 MARRUS; PAXTON, *Vichy France and the Jews.* Stanford, Stanford University Press. 1995, pg. 114

44 ADLER, J. *The Jews of Paris and the Final Solution. Communal Response and Internal Conflicts, 1940-1944.* Oxford, Oxford University Press. 1989

45 DAVIES, P. *France and the Second World War: Occupation, collaboration and resistance.* New York and London, Routledge. 2001, pg.31

partido fascista na França *Parti Populaire Français*⁴⁶ liderado por Jacques Doriot, membros da igreja católica e as ligas paramilitares⁴⁷.

Dentro desse panorama, é preciso pensar a política, como um campo de disputa travado durante a ocupação alemã, entre os diferentes setores para impor seu projeto hegemônico. Ainda que o governo de Vichy tivesse algumas limitações, devido a tutela alemã, era possível para os grupos dominantes lutar pelo seus interesses. Por ser um campo em disputa, temos que pensar nos diferentes projetos que englobavam o cenário político. Sendo assim, no que diz respeito a questão judaica, não podemos afirmar que todos os grupos ou membros do governo provisório necessariamente eram antissemitas, fascistas; temos que entender que o projeto desenvolvido durante a ocupação não parte de um pensamento homogêneo, que existiam projetos políticos sendo disputados, cada um procurando exercer maior influência, ter maior controle de cargos e ministérios. Todavia isso não isenta esses grupos das suas responsabilidades, do colaboracionismo, do uso do terror e cumplicidade com o envio dos judeus para os campos de concentração.

Para Nicos Poulantzas⁴⁸, o desenvolvimento da política durante o governo fascista, como em nosso caso específico o Regime de Vichy, a tomada do poder ocorre em três etapas⁴⁹. A primeira etapa é o período que antecede a tomada do poder, é o início do processo histórico, quando as coisas ainda se encaminham para o ponto irreversível. Nesse recorte o primeiro estágio corresponde a derrota militar e política da França em 1940, conforme ocorrido em outros países invadidos, a Alemanha elaborou projetos fascistas para serem aplicados nesses países conquistados e entregou o poder para grupos locais que fossem simpáticos a ideologia. Tomemos como exemplo os casos da Noruega, Polônia, Letônia e Áustria, que após serem conquistadas e anexada (o caso da Áustria), formaram governos fascistas e apoiaram as políticas de extermínio do Nazismo.⁵⁰ Nessa primeira etapa de concretização do fascismo para Poulantzas, nada mais é que uma formalidade de algo já consumado, *“esta chegada ao poder surge como um simples e último acto formal, só intervindo quando as coisas essenciais já estão jogadas e decididas: Como uma confirmação de uma vitória já adquirida, em suma”*.⁵¹

46 Partido Popular Francês

47 DAVIES, P. France and the Second World War: Occupation, collaboration and resistance. New York and London, Routledge, 2001, pg.32

48 Os trechos retirados dos livros do Nicos Poulantzas, serão mantidos em sua gramática original, visto que o livro foi traduzido no português de Portugal.

49 POULANTZAS, N. Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo. Volume I. Porto, Portucalense Editora, 1972, pg.73.

50 HOBBSBAM, E. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pg.37

51 POULANTZAS, N. Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo. Volume I. Porto, Portucalense Editora, 1972, pg.74

A tomada do poder por Pétain e conseqüentemente suas ações no comando do Estado, exemplifica o que Poulantzas aponta como prática política do fascismo em seu período de consolidação, sendo essa a segunda etapa do fascismo,

o primeiro período do Fascismo no poder: período caracterizado por uma instabilidade e uma ambigüidade particulares, por causa do carácter de origem de classe, muito complexo, do fascismo, isto é: por causa do carácter muito ambíguo do apoio popular de que beneficia no momento da sua chegada ao poder. É o período em que o fascismo está ainda fortemente marcado pelos seus começos, vendo-se obrigado, na maioria das vezes, a tomar medidas de compromisso, próprias para alimentar numerosas ilusões.⁵²

E a terceira etapa do fascismo, que pode ser compreendida conforme Poulantzas, a fase da estabilização, que corresponde ao período em que o grupo no governo não precisa mais manter seus compromissos com todos os setores da sociedade, ele pode abandonar os grupos mais fracos e priorizar o desenvolvimento do capitalismo e o financiamento da burguesia. Uma outra modificação no fascismo após a consolidação do poder é a exclusão de alguns grupos que formam o governo, limitando o poder cada vez mais para grupos exclusivos. Conforme Pétain aprofunda seu domínio, ele procura expulsar possíveis concorrentes, um dos casos que podemos citar é o afastamento de Pierre Laval, por ser considerado um homem forte e com laços estreitos com o governo alemão, dessa forma ele foi afastado por um período do governo, por temer que ele poderia ser substituído por Laval. Para Poulantzas essa terceira etapa do fascismo é compreendida pela fase de estabilização,

O período de estabilização do fascismo, ele próprio efectuado em várias etapas. Período que começa pela depuração, feita pelo fascismo, das suas origens de classe ou, pelo menos, da ambigüidade dos seus inícios - o que se manifesta, aliás, em depurações maciças e sangrentas nas suas próprias fileiras: desta forma ele se desmascara-se e passa a desempenhar plena e directamente às suas funções de classe. Se não é verdade que, como afirmava Trotsky, o fascismo degenera, durante este período, numa - vulgar ditadura militar - pois não deixa, em momento algum, de apresentar as características que o distinguem -, não deixa de ser verdade que ele se vê assim livre, dê forma brutal, de uma parte da carga de classe que sobre si pesa, inaugurando. O período da sua estabilização.⁵³

Após conseguir se estabelecer enquanto governante, Pétain acreditou que poderia se livrar de alguns membros do governo, por considerar alguns políticos como futuros adversários em uma

⁵² Idem, pg. 74

⁵³ POULANTZAS, N. Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo. Volume I. Porto, Portucalense Editora, 1972, pg. 74

possível substituição no comando do Estado pelas forças alemãs. E um dos candidatos escolhidos a deixar o governo foi justamente um de seus principais apoiadores, Pierre Laval⁵⁴. Ele foi um dos políticos que mais militou e defendeu obstinadamente no parlamento a entrega de plenos poderes a Petain em 10 de julho de 1940. Mesmo sua devoção à Pétain, não garantiu seu cargo como vice presidente, o Marechal Pétain o demite em 13 de dezembro de 1940, por medo de sua ascensão política e a forte influência exercida nos grupos de extrema direita⁵⁵.

Após ser demitido do cargo, Laval é preso, ato que deixou a cúpula nazista furiosa, pois ele era o principal mediador entre o governo francês e o alemão. Sua boa relação com o embaixador alemão Otto Abetz, garantiu sua liberdade do cárcere dias depois de ser preso, por ordens do próprio Adolf Hitler. Esse ato por parte do Pétain, gerou um processo de saturação na relação entre os dois países.⁵⁶

Embora afastado do poder, Laval havia se tornado ainda mais influente e dessa vez amparado pelo III Reich, que interferiu rapidamente para lhe tirar da prisão. Tal demonstração de força serviu para consolidar sua posição enquanto representante da Revolução Nacional e do seu caráter de liderança. Em uma demonstração de fidelidade Laval criou um contingente da Legião de Voluntários Franceses, soldados para combater ao lado dos alemães na invasão da Rússia em 1942.⁵⁷

Em abril de abril de 1942 os alemães obrigaram Pétain a nomear Laval como chefe de estado lhe concedendo o controle do governo com poderes quase ilimitados. A Alemanha queria uma administração de governo que estivesse alinhada com o III Reich e para eles Laval era o homem certo para ocupar esse cargo.⁵⁸

Em 1942 Pierre Laval assumiu o cargo de Chefe do governo, isolando Pétain do governo, o relegando a um representativo, mas com pouco poder. O novo homem forte de Vichy assume a direção do governo, e os ministérios da Informação, das Relações Exteriores e do Interior.⁵⁹ O governo de Laval aumentou consideravelmente o nível de repressão a população francesa e comandou a perseguição aos membros da resistência, considerados os grandes inimigos internos. O importante do período para nossa análise é o estreitamento do fascismo com as elites burguesas alemãs, diferente do governo de Pétain, que se preocupou em beneficiar a elite francesa, Laval foi de grande importância

54 PAXTON, R. O. Vichy France: Old Guard and New Order 1940–1944, New York, Columbia University Press, 2001, pg. 83

55 Idem, pg. 84.

56 JACKSON, J. France – The dark years 1940 -1944. New York, Oxford University Press, 2001, pg.175

57 Idem, pg. 175

58 WARNER, G. Pierre Laval and the Eclipse of France, New York: The Macmillan Company, 1968, pg. 299

59 Idem, pg. 307

para a fabricação de armas e mantimentos para o exército alemão.⁶⁰

Durante seu governo Laval tentou tomar algumas posições em defesa dos cidadãos franceses, ele procurou fazer concessões com o governo alemão, tentando conseguir a libertação dos seus compatriotas que se encontravam enquanto prisioneiros de guerra. Em troca da liberdade dos seus soldados ele enviaria trabalhadores voluntários para a Alemanha. Em poucos meses de governo Laval requisitou que 250 mil trabalhadores franceses fossem recrutados e enviados para fábricas alemãs⁶¹. Para legitimar suas ações Laval promulgou uma Lei em 4 de setembro, que obrigava homens entre 18 a 50 anos e mulheres dos 21 a 35 anos a trabalhar para o governo, sob pena de prisão aqueles que se recusassem.⁶²

Cada vez mais pressionado pelo governo alemão, que sofria com a batalha em diversos fronts, Laval nomeia para seu governo, em dezembro de 1943, Joseph Darnand, chefe da Milícia, grupo paramilitar pró-nazi, como secretário geral da Manutenção da Ordem, para poder liberar os soldados alemães em território francês para combater em outros lugares. Com a guerra se alastrando por diferentes fronts e a chegada das tropas aliadas a França, Laval foge com os alemães para a Espanha, mas acaba sendo entregue as novas autoridades francesas e é condenado a morte.⁶³

Em uma análise geral podemos visualizar algumas diferenças entre o governo durante o comando do Marechal Phillipe Pétain e o governo de seu sucessor Pierre Laval. Embora ambos os governos tenham muito mais semelhanças que diferenças, e compreendemos em linhas gerais, que ambos os governantes em Vichy, como um laboratório para o desenvolvimento do fascismo na França. Ambos os governantes colaboração com a repressão da população e a perseguição e assassinato de membros da resistência francesa, com a política de segregação racial e com o envio de judeus para os campos de concentração.

Para Pétain podemos entender que o colaboracionismo foi uma via segura para impor a Revolução Nacional, uma forma de impor um governo forte, nacionalista, que ele acreditava que poderiam garantir as melhores condições de vida na França. Ele acredita na liberdade controlada pelo Estado, na sociedade hierarquizada, o Estado no topo dessa pirâmide, para garantir o desenvolvimento e equilíbrio do capitalismo, em outras palavras garantindo o poder das elites.

Para Laval, sua indiferença em relação ao desenvolvimento da Revolução Nacional,

60 Idem, pg. 311

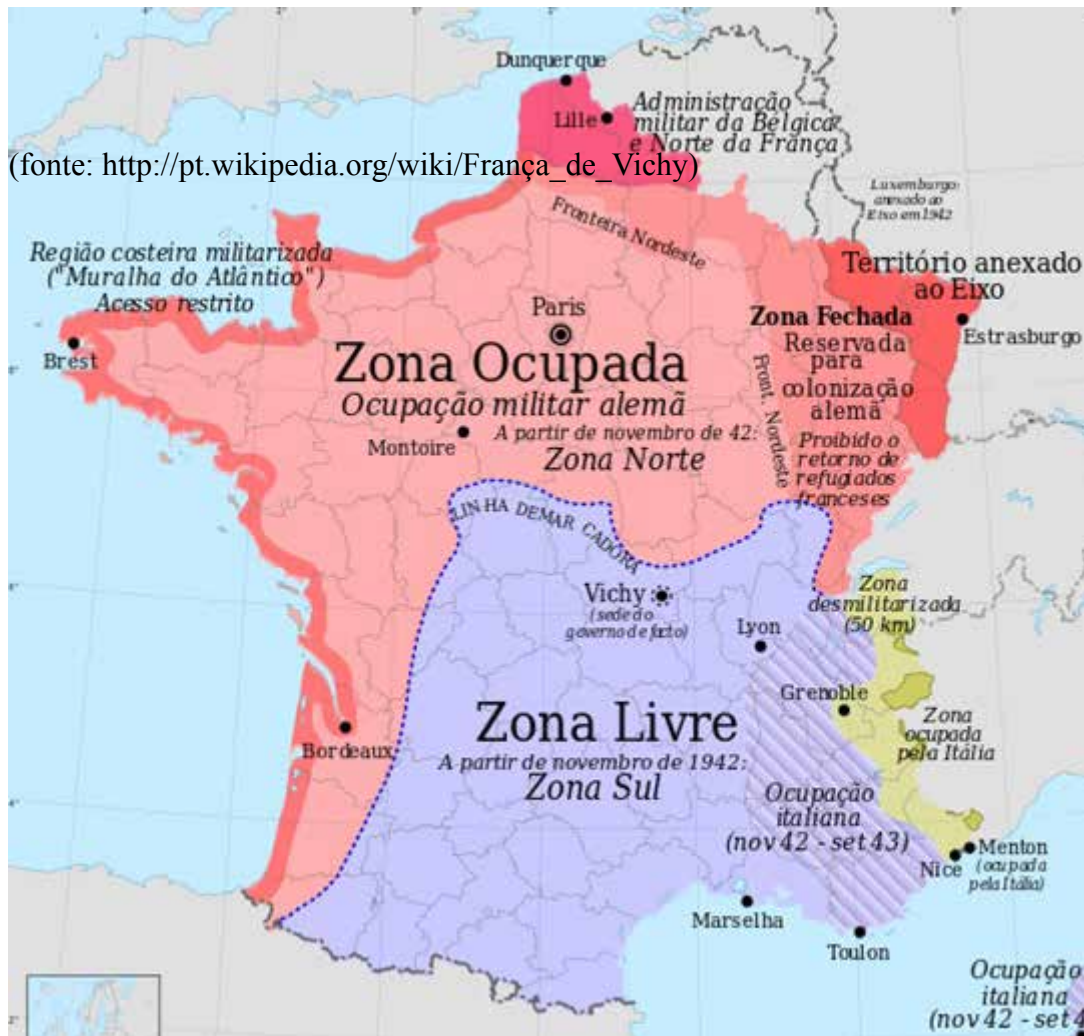
61 JACKSON, J. France – The dark years 1940 -1944. New York, Oxford University Press, 2001, pg.219

62 Idem, pg.219

63 MARRÛS; PAXTON, Vichy France and the Jews. Stanford, Stanford University Press. 1995, pg. 217-218

a colaboração foi uma estratégia de longo prazo, pois ele via o nacional socialismo alemão como a nova política mundial a ser seguida, embora tenha se decepcionado com esse objetivo, quando percebeu que isso não fazia parte dos planos alemães. Mesmo assim ele se mostrou disposto a sacrificar a população francesa para concretização dos planos germânicos.

Anexo 1



FORTE DE COIMBRA: A HISTÓRIA DE UM POSTO AVANÇADO NO OESTE DO BRASIL (1775-1864)¹

Orlando de Miranda Filho²

Resumo: o artigo abordará o processo de construção do forte de Coimbra e os conflitos militares a que esteve exposto. Com a criação da capitania do Mato Grosso, em 1748, a administração lusitana construiu fortificações para garantir a ocupação das fronteiras às margens do rio Paraguai. Em meio a disputas ibéricas, o forte de Coimbra representou um baluarte português nos limites do território espanhol. Passada a época colonial, Coimbra foi palco de uma importante passagem da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870).

Palavras-chave: Forte de Coimbra; província do Mato Grosso; Guerra do Paraguai.

Abstract: This paper addresses the building process of the fort of Coimbra and the military conflicts to which it was exposed. With the creation of the captaincy of Mato Grosso State, in 1748, the Lusitanian administration built fortifications to ensure the occupation of the borders next to Paraguay River. During Iberian disputes, Coimbra fort represented a Portuguese bulwark within the limits of the Spanish territory. After the colonial era, this fort was the set of an important passage of the War of the Triple Alliance against Paraguay (1864-1870).

Keywords: Coimbra Fort; province of Mato Grosso; Paraguayan War

No século 16, ao iniciar o processo de conquista e de colonização da América, os portugueses possuíam uma longa tradição no desenvolvimento de fortificações militares, imprescindíveis à ocupação, povoamento, organização e exploração de novos territórios. As técnicas de construção de fortalezas foram adaptadas à realidade encontrada no mundo colonial.³

O povoamento europeu do que hoje denominamos de ‘Brasil’ começou pelo litoral, onde se fundaram arraiais, vilas e cidades. A partir do século 18 ocorreu uma expansão colonizadora associada às atividades dos bandeirantes, dos criadores de gado e dos mineradores. Essas levas migratórias dirigiram-se ao oeste e alargaram a linha fronteiriça estabelecida em Tordesilhas (1494), em detrimento das possessões espanholas.

¹ Agradecemos a leitura e revisão do dr. Mário Maestri, do PPGH da UPF.

² Mestrando em História no PPGH da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: orlando.filho@ifc-edu.br orlandomf16@yahoo.com.br

³ CHAVES, Otávio Ribeiro. *América portuguesa: conquista e povoamento no extremo oeste*. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

Buscando oficializar a ampliação demográfica da região oeste, a administração lusitana implantou duas medidas complementares no sul da América: a criação de uma capitania, para delimitar novas fronteiras, e a construção de fortificações, para manter o controle territorial. Nesse sentido, encontra-se a criação da capitania do Mato Grosso, em 1748, e a construção do forte de Coimbra, em 1775.⁴

Da expedição fundadora do capitão Mathias Ribeiro da Costa, em 1775, até a reconstrução após a Guerra do Paraguai, os episódios envolvendo a estruturação, ampliação e a defesa de Coimbra marcaram o oeste do Brasil colonial e imperial. Para além das glórias e dos mitos, encontra-se a história real do forte de Coimbra, uma fortaleza militar com mais de dois séculos de existência.

CRIAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO

A busca por minérios e a captura de nativos para movimentar o sistema escravista, levaram muitos bandeirantes até as raias do domínio espanhol. Em 1719, a bandeira de Antônio Pires de Campos encontrou pepitas de ouro na confluência dos ribeirões Coxipó e Mirim.⁵ A notícia logo se espalhou e atraiu levas de imigrantes aos sertões próximos ao rio Cuiabá.

Milhares de pessoas trilharam o ‘caminho do ouro’: de mineradores e comerciantes a jesuítas e agricultores, todos tinham algum interesse na nova rota colonial. Em 1727, o Arraial da Forquilha foi elevado à condição de Vila Real do Senhor Bom Jesus, consequência do aumento demográfico que estimulou o contato da região com outras localidades coloniais.⁶

Em maio de 1748, no intuito de ocupar estrategicamente as novas possessões coloniais, o soberano português dom João V ordenou a criação da Capitania Geral de Cuiabá e de Mato Grosso.⁷ Com a fundação de novos núcleos urbanos e da construção de fortificações, a colônia portuguesa ganhou contornos cartográficos pautados no povoamento, em oposição à rígida e artificial divisão de Tordesilhas (1494), há muito superada.

A Espanha, no entanto, discordava dos limites reivindicados por Portugal, e para resolver o impasse buscou-se uma saída diplomática. Em 1750, após discussões e tratativas, as nações ibéricas

4 CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira: o sul do Mato Grosso (1870-1920)*. Campo Grande: UCDB, 1999 p. 18.

5 CORRÊA, Virgílio Filho. *História do Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 300.

6 VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: INL, 1987.

7 IAREB, Ney Reynaldo. *Guerra do Paraguai: um confronto anunciado (1852-1864)*. Tese de doutoramento, PPGH, Unisinos, São Leopoldo, 2006, p. 28.

assinaram o Tratado de Madri.⁸ O acordo estabelecia o reconhecimento do princípio *uti possidetis* do Direito Romano, segundo o qual a posse legal é determinada pela posse de fato, desde que a ocupação seja efetiva e prolongada. Em 1777, foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, que versava sobre o controle da Colônia de Sacramento e outras áreas em disputa.⁹

Os tratados lindeiros não foram capazes de garantir o fim das divergências na América Meridional, e os lusitanos prosseguiram com a construção de fortes militares, sobretudo no curso médio do rio Paraguai. Segundo a historiadora mato-grossense Maria do Carmo Brazil, essa “política de fortificações projetava a revalidação, por decalque das balizas naturais, uma das principais estipulações portuguesas no Tratado de Madri.”¹⁰

DA CONSTRUÇÃO E DAS FINALIDADES DO FORTE DE COIMBRA

Em 1771, o português Luís de Albuquerque Melo Cáceres foi nomeado como 4º governador da capitania do Mato Grosso. Militar de formação, registrou minuciosamente os eventos de sua viagem entre Lisboa e Cuiabá. Sobre a passagem na bacia platina escreveu que o “caminho até o rio [da Prata] é tudo planície, mas corre entre vários alagadiços e pantanais e o rio corre para o Norte”.¹¹ Luís de Albuquerque era um grande cartógrafo. Sua coleção particular reunia dezenas de mapas do Mato Grosso, sendo muitos de autoria própria.¹²

O período albuquerquiano (1772-1789) caracterizou-se pela criação de núcleos de povoação em direção ao curso do rio Paraguai, daí a importância do conhecimento geográfico e cartográfico do governador da capitania. Não por acaso, a presença lusitana no Mato Grosso ancorava-se em um “criterioso e inteligente plano de ocupação das fronteiras para legitimar as posses portuguesas [...]”.¹³ Vila Bela, sede da capitania fundada em 1752, situava-se bem ao norte, e a administração local direcionou as atenções à parte sul, até então desabitada e desprotegida.

Pretendendo “empurrar” a linha de colonização portuguesa nos rincões da América, Luís de Albuquerque, governador de Mato Grosso, ganhou notoriedade pela construção dos fortes

8 FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 85.

9 PILETTI, Nelson. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1998, p. 75.

10 BRAZIL, Maria do Carmo. *Brasil e Portugal no período pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso*. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/mariabrazil/arquivos/docs/genericos/Per_Pombalino.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2013.

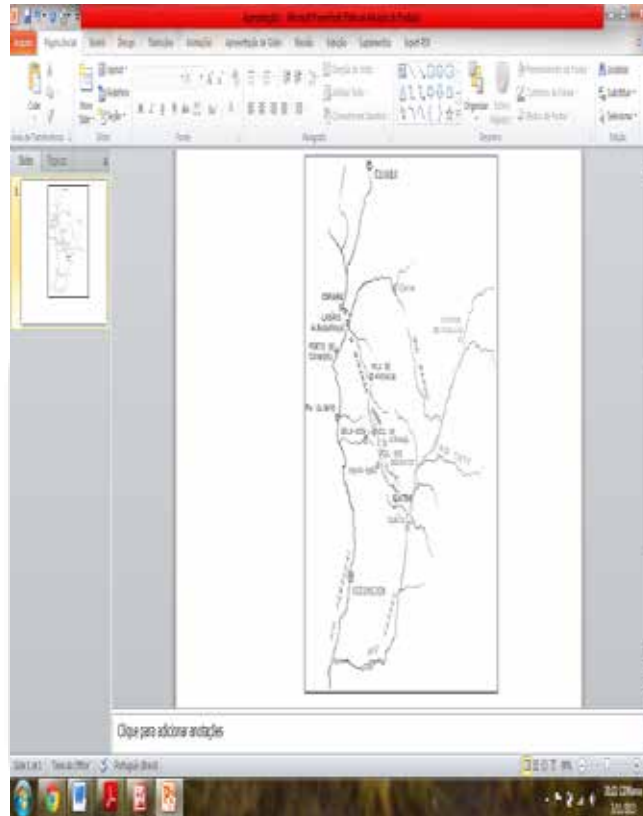
11 Diário de Luís de Albuquerque Melo Pereira Cáceres. Disponível em: http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/caceres_diario.html. Acesso em 07 de setembro de 2013.

12 FERNANDES, Daniela. *De Mato Grosso a São Paulo: um percurso... duas fontes*. Disponível em: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/85.pdf>. Acesso em 07 de setembro de 2013.

13 CORRÊA, *História e fronteira [...]*. Op.Cit. p. 18.

de Coimbra (1775) e Príncipe da Beira (1776), além da fundação de povoações, consolidando o domínio português na região. De acordo com o historiador mato-grossense Ney Reynaldo Iareb, o “governo colonial português expandiu a ocupação da margem direita do rio Paraguai, mediante o estabelecimento da povoação do Iguatemi (1767), da guarnição de Miranda (1776) e da povoação de Albuquerque (1778)¹⁴”. Ver Ilustração 1.

Ilustração 1 – Esboço do sul do Mato Grosso no século XIX.



Fonte: Revista militar brasileira. Ano 61. Número especial. Volume 108. Brasília, Biblioteca do Exército, 1975, p. 73.

Em julho de 1775, o capitão Mathias Ribeiro da Costa foi incumbido de comandar uma expedição fundadora. O destacamento do Corpo de Dragões era composto por 245 homens, divididos em três grupamentos e guiados por nativos da região. O objetivo era alcançar a região denominada Fecho dos Morros, 292 km abaixo de Cuiabá, e construir uma defesa militar fortificada no estreito de São Francisco, extremo sul da Capitania.¹⁵

Mathias Ribeiro recebeu ordens do governador para descer até a latitude 21°30', no entremeio

¹⁴ REYNALDO, *Guerra do Paraguai* [...]. Op. Cit. p. 33.

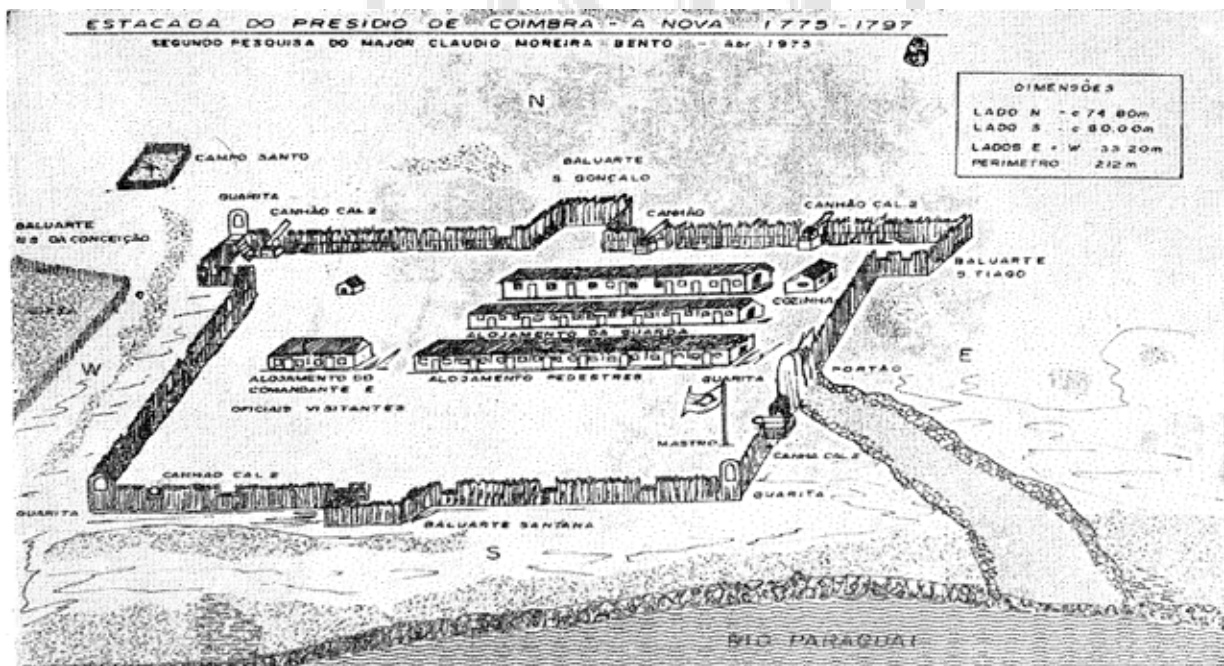
¹⁵ BENTO, Cláudio Moreira. *Forte de Coimbra: dois séculos de História, de fé e de Glórias*. Revista militar brasileira. Ano 61. Número especial. Volume 108. Brasília, Biblioteca do Exército, 1975, p. 46.

Forte de Coimbra: a história de um posto avançado no Oeste do Brasil (1775-1864)

de duas colinas, para construir o posto avançado de Coimbra e garantir o controle de importantes rotas fluviais. Em 13 de setembro de 1775, o forte de Coimbra foi estacado na margem direita do rio Paraguai. A planta projetada por Ricardo Franco de Almeida indicou um formato de polígono estrelado.

Segundo John Keegan, historiador militar inglês e autor da obra ‘Uma história da guerra’, uma “fortaleza não é um lugar simplesmente de proteção contra um ataque, mas também de defesa ativa, um centro onde os defensores estão protegidos da surpresa ou da superioridade numérica e uma base da qual podem fazer surtidas para manter os predadores à distância e impor controle militar sobre a área por que se interessam”.¹⁶

Inicialmente, “a construção era precária, de madeira e terra [...] e era coberto de palha”.¹⁷ Possuía três alojamentos que contemplavam: o comandante e os oficiais visitantes; a guarda e os pedestres em trânsito. Quatro baluartes foram construídos alinhados aos pontos cardeais: São Gonçalo (Norte); Santana (Sul); São Tiago (Leste) e Nossa Senhora da Conceição (Oeste). Cinco canhões e três guaritas completavam a defesa. Ver Ilustração 2.



Aspecto geral da estacada do Presídio de Nova Coimbra no período 1775-1790. Sua reconstituição foi feita com apoio, principalmente, no “Diário de una Navegacion y Reconocimiento del Paraguay hasta los Presidios de Coimbra y Albuquerque — 1790” de D. Inácio Passos, piloto de navio, sob o comando do Capitão D. Martin Boneo. Foram enviados pelo Vice-rei do Prata em caixas para reconhecer e assim intimidar os portugueses de Coimbra e Albuquerque. O Presídio tinha a aceção, na época, de Vila Militar.

Ilustração 2 - Desenho forte de Coimbra do século 18.

Fonte: Revista militar brasileira. Ano 61. Número especial. Volume 108. Brasília, Biblioteca do Exército, 1975, p. 50.

¹⁶ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 188.

¹⁷ BARRETTO, Annibal. *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010, p. 178.

A reconstituição da Ilustração 3 foi produzida a partir do “Diário de Navegación y Reconocimiento del Paraguay hasta los Presídios de Coimbra y Albuquerque – 1790” de don Inácio Passos, navegador sob o comando do capitão D. Martim Boeno. Ambos foram enviados pelo Vice-Reino do Prata para reconhecer as posições ocupadas pelos portugueses nas fronteiras dos impérios ibéricos.¹⁸

A posição do forte, considerada uma grande vantagem estratégica, pode ter origem em um erro de topografia. “O comandante enganou-se na identificação do acidente topográfico, indicado pelo governador, e ao alcançar o então denominado estreito de São Francisco, à latitude de 19°55’, pareceu-lhe ser o local específico nas ‘instruções’.”¹⁹ O erro do local para o estabelecimento do forte não afetou sua importância, como demonstra a carta de Luís de Albuquerque de Melo, na qual ele temia que Coimbra fosse tomado pelos hispânicos, o que inviabilizaria o comércio com a província de Mato Grosso.

“Prevenir que os espanhóis não se apoderassem, não só do sobredito posto, como constou naquele tempo que pretendiam, mas que ao depois e nele fortificados, ao abrigo dos estabelecimentos que têm no Paraguai, se fizessem senhores das pantanosas bocas dos rios Emboteteu (Miranda, atualmente), e Paraguai, privando a dita Capitania da indispensável navegação e comércio de São Paulo e Rio de Janeiro [...] o que seria um golpe fatalíssimo, de consequências talvez irremediáveis.”²⁰

O sargento-mor Marcelino Rodrigues de Campos assumiu o comando da fortificação de Coimbra logo após sua fundação. A missão da fortaleza era dificultar o acesso espanhol ao rio Paraguai; assegurar a posse do território; repelir nativos ‘hostis’ e criar condições à ligação por água entre as capitanias. Para os portugueses, a estacada de Coimbra assegurou projeção geopolítica, influenciando a criação da vila de Corumbá, em 1778, e do forte de Miranda, em 1797, compondo “o triângulo de defesa e povoamento do sul de Mato Grosso”.²¹

REMODELAÇÃO DE COIMBRA: O BATISMO DE FOGO

Na noite de fevereiro de 1777, apenas dois anos após sua fundação, um incêndio danificou parte do forte, deixando morto um trabalhador escravizado. Controladas as chamas, os danos foram

18 BENTO, *Forte de Coimbra* [...]. Op. Cit. p. 50.

19 CORRÊA, *História e fronteira* [...]. Op.Cit. p. 402.

20 Idem. Op. Cit. P. 403.

21 MELLO, Raul Silveira. *O bicentenário do forte de Coimbra: 13 de setembro de 1775 – 13 de setembro de 1975*. Revista. P. 36.

reparados, mas a estrutura permaneceu basicamente de madeira. A preocupação com uma invasão a Coimbra aumentou em “1790, quando o vice-rei do Prata enviou em pequena e discreta expedição fluvial, rio Paraguai acima, com a finalidade de intimidar e reconhecer as posições militares portuguesas de Coimbra e Albuquerque”.²² A operação, conhecida como “Expedição Boneo-Passos”, alusão a um capitão e um piloto da marinha espanhola, gerou o receio de que um ataque era iminente.

Em 1797, Ricardo Franco de Almeida Serra, tenente-coronel e engenheiro português, assumiu a chefia militar de Coimbra. Com o objetivo de reformular a fortificação, que teve seus velhos troncos de carandá castigados pelo tempo, Ricardo Franco capitaneou o projeto de remodelação do forte, substituindo a madeira por uma construção de argamassa e de pedra e realizando aprimoramentos de ordem técnica.²³ A premente necessidade de melhorias não era acompanhada de recursos financeiros; faltava mão-de-obra qualificada e material de construção, o que atrasou o término da remodelação.

A remodelação não havia sido concluída quando o forte foi posto à prova. Em 1801, Portugal e Espanha entraram em conflito – eram as guerras napoleônicas (1799-1815). De um lado estava a aliança comandada pela França, e do outro as nações lideradas pela Inglaterra. Em disputa estava a supremacia da Europa pós-Revolução Francesa. Portugal e Espanha, pressionados por franceses e ingleses, acabaram ficando em lados opostos da guerra.

Os efeitos do confronto repercutiram no mundo colonial. Os hispânicos, tendo como base o vice-reinado do Rio da Prata, organizaram um avanço militar em um ponto vulnerável do território português – o sul da capitania de Mato Grosso.

A expedição comandada por dom Lázaro de la Ribera y Espinoza, governador da Intendência do Paraguai desde 1796, compunha-se de quatro goletas (barco de dois mastros) armadas com canhões e guarnecidas por aproximadamente oitocentos homens. O tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, comandante de Coimbra, estava à frente de 49 soldados e sessenta civis.

Em 16 de setembro de 1801, Lázaro de la Ribera tentou desembarcar as tropas visando um ataque terrestre, mas a artilharia portuguesa, composta de seis canhões e auxiliada pelos 110 fuzis dos defensores, repeliu o movimento inimigo. Em 19 de setembro de 1801, na tentativa de encontrar uma brecha na defesa, os espanhóis atacaram a antiga parte de madeira da fortaleza, também sem obter sucesso.²⁴ Em 25 de setembro, com pouca comida e após infrutíferas tentativas, os militares espanhóis

22 BENTO, *Forte de Coimbra* [...]. Op. Cit. p. 65 e 66.

23 BARRETTO, *Fortificações* [...]. Op. Cit. p. 180.

24 A defesa da bacia do Paraguai, no Mato Grosso. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/brasil6.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

se retiraram da batalha, retornando a Assunção.

A vantajosa posição geográfica, aliada à resistência da guarnição, garantiu a vitória lusitana no batismo de fogo de Coimbra. Esse cenário positivo não se repetiria no horizonte dos confrontos da fortaleza.

A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

Por razões que transcendem o objetivo do presente trabalho, não abordaremos com profundidade as origens da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Em um sentido geral, as raízes do conflito estão no processo de surgimento e de consolidação dos Estados nacionais platinos, afetados por questões internas e na luta por hegemonia regional entre o Império do Brasil e Buenos Aires.

Em abril de 1864, o governo imperial enviou ao Uruguai o conselheiro José Antônio Saraiva (1823-1865). A ‘Missão Saraiva’ foi motivada pela pressão dos estancieiros rio-grandenses, proprietários de vastas áreas em território uruguaio. Eles exigiam do governo oriental a anuência das taxas para exportação de gado e a manutenção do sistema escravista, abolido no Uruguai em 1842, além da punição dos funcionários locais, que supostamente teriam abusado de suas funções no trato com fazendeiros do Rio Grande do Sul.

Atanasio Cruz Aguirre (1864-1865), presidente da República Oriental do Uruguai pelo Partido Blanco, recebeu o *ultimatum* da missão Saraiva: ou as “solicitações” eram aceitas, ou haveria intervenção militar. Sendo a primeira descartada, prevaleceu a segunda alternativa.²⁵

Como desdobramento da intervenção imperial, Francisco Solano López (1824-1870), presidente do Paraguai e potencial aliado dos blancos uruguayos, respondeu à manobra militar do Império do Brasil. Conforme divulgado oficialmente antes da guerra, o governo lopista não ficaria inerte diante de uma ingerência estrangeira no Uruguai, o que pode ser explicado pela importância do porto de Montevideu para manutenção da soberania paraguaia, visto que o país não possuía saída para o mar.

Em setembro de 1864, diante da recusa do presidente Atanasio Aguirre em aceitar o ultimato, a marinha imperial, liderada pelo almirante Tamandaré e depois o exército, liderado por Mena Barreto, cercaram Montevideu. Como resposta, o presidente Solano López ordenou o apresamento do navio

²⁵ DORATIOTO, Francisco. *A Guerra do Paraguai: 2ª visão*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 54.

imperial Marquês de Olinda. A embarcação navegava em águas paraguaias, mas o destino era o Mato Grosso; a bordo estava Frederico Carneiro de Campos, coronel recém-nomeado como novo presidente daquela província.²⁶

O barco a vapor deixou Assunção, mas a canhoneira paraguaia Tacuarí foi destacada para alcançá-lo antes que cruzasse a fronteira. Interceptado na manhã do dia 12 de novembro, o Marquês de Olinda teve de retornar ao porto. O navio foi confiscado e toda tripulação e passageiros foram feitos prisioneiros – mais tarde, parte dos tripulantes foi liberada.

Viana de Lima, ministro imperial residente no Paraguai, exigiu explicações quando soube do apresamento. Como resposta, recebeu um claro comunicado: “Em consequência a uma provocação tão direta [invasão do Uruguai], devo declarar à V. Exa. que ficam rotas as relações entre este governo e o de S.M. o Imperador, impedida a navegação das águas da República para a bandeira de guerra e mercante [...]”.²⁷ Para os imperiais, esse foi o *casus belli*, embora o próprio governo paraguaio alertou que uma invasão ao Uruguai representaria estado de guerra.

COMEÇA A MOVIMENTAÇÃO DO CONFLITO

O governo do Paraguai organizou outro ataque ao Império após a captura do vapor Marquês de Olinda. Em dezembro de 1864, foram mobilizadas duas expedições para invadir a província do Mato Grosso: uma fluvial e outra terrestre. A primeira, destinada ao ataque do forte de Coimbra, ferrolho da defesa imperial no rio Paraguai; a segunda, para apoderar-se do sul da província, com destaque para Corumbá.²⁸

No comando das tropas terrestres, estava o coronel Francisco Isidoro Resquin; enquanto o coronel Vicente Barrios liderava a força naval. Segundo o intelectual e coronel paraguaio Juan Crisóstomo Centurión, que participou da guerra, o comando por terra partiu no dia 14 de dezembro, e tinha “unos 3500 hombres más o menos, en su mayor parte de caballeria que al mando del General (entonces coronel) Resquín partió de Villa Concepción e invadió por tierra la misma provincia de Matto Grosso.”²⁹

Por sua vez, as tropas destinadas ao assalto do forte de Coimbra partiram dos moles do porto

26 Idem. Op. Cit. p. 58.

27 FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplíce Aliança e o Paraguai*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, p. 251.

28 Idem. Op. cit. p. 252.

29 CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Asunción: El lector, 1987, p. 21.

de Assunção. O coronel George Thompson, engenheiro militar inglês que lutou ao lado das tropas paraguaias, autor de célebre obra sobre a guerra do Paraguai publicada em 1870, escreveu que: “[...] toda la población de la Asunción, corría á las barracas, pues se sabía que esse día debía zarpar una expedición para invadir á Matto-Grosso.”³⁰

O corpo de soldados, sem experiência militar, perfilou-se para receber a última proclamação de Solano López antes de zarpar: “Soldados: Mis esfuerzos para el mantenimiento de la paz han sido estériles. El imperio del Brasil poco conocedor de vuestro valor y entusiasmo os provoca á la guerra: la honra, la dignidad nacional y la conservación de los caros derechos no mandan aceptarla.”

Seguia dizendo o Mariscal: “Soldados y marinos: – Llevada este mismo voto de confianza á vuestros compañeros que de nuestras fronteras del Norte, han de unirse á vosotros, y marchad serenos al campo del honor, y recogiendo, gloria para la patria y honra para vosotros y nuestros compañeros de armas, mostrad al mundo entero cuánto vale el soldado paraguayo.”³¹

UMA GUERRA PREVISÍVEL

Em 1975, durante as festividades do bicentenário do forte de Coimbra, construção localizada no sul de Mato Grosso, Raul Silveira de Mello, general e historiador militar, justificou o abandono apressado das tropas imperiais daquela posição, devido a uma manobra sorrateira e inesperada “[...] o forte foi pego às cegas, inteiramente de surpresa, porque só se advertiu da presença da esquadra paraguaia quando ela estacionou a 6 km a jusante [posição rio abaixo em relação ao observador].”³²

A tese do general Raul Silveira é questionada pelo relatório encaminhado a Augusto João Manuel Leverger, vice-presidente da província mato-grossense, em novembro de 1864. “A 30 do mês findo [novembro] cheguei aqui de volta do Forte de Coimbra, para onde foi conduzindo o batalhão de artilharia da Província. [...] direi a V. Exa., que não é satisfatório o estado do dito Forte, contudo pode resistir aos navios do Paraguai e defender-se talvez dos seus ataques por terra. O Exmo. Sr. Comandante das Armas determinou alguns melhoramentos e serviços que entende serão de vantagem e pretende fortificar a antiga posição da Marinha em frente ao mesmo Forte [...]”³³

30 THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro. Conquista, 1969, p. 23.

31 THOMPSON, *Guerra do Paraguai*[...]. Op. cit. p. 23.

32 MELLO, *Forte de Coimbra* [...]. Op. Cit. p. 34.

33 Ofício do Comandante da flotilha de Mato Grosso, em Corumbá, ao Presidente da Província, em 01/nov/1864. Disponível em: http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=163&muda_idioma=ES. Acesso em 02 de setembro de 2013.

O documento sugere que um ataque paraguaio não apenas era vislumbrado pelas autoridades imperiais, como também era esperado, contradizendo a alegação de ataque “às cegas”. Em agosto de 1865, o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, presidente da província, transferiu o cargo para Augusto Leverger, então vice-presidente provincial. Em relatório é citado que no “dia 10 de Outubro de 1864 apresentou-se nesta capital [Cuiabá] o comandante do vapor Corumbá [...] Francisco Candido de Castro Menezes com as notícias vindas do Sul [...] Por ele recebi do nosso vice-almirante [...] Visconde de Tamandaré, e do nosso Ministro residente na Assumpção [...] a conveniência de preparar-se contra alguma surpresa desleal que ele [Francisco Solano López, presidente do Paraguai] tentasse sobre as fronteiras desta província. [...]”.

Portanto, era de pleno conhecimento a possibilidade de ataque paraguaio ao Mato Grosso e, conseqüentemente, ao forte de Coimbra. Segundo o brigadeiro Albino de Carvalho, o enorme fracasso na defesa da região não se devia às autoridades locais: “V. Ex. conhece perfeitamente que a Província [do Mato Grosso] estava desarmada ou indefesa, sendo certo que esse estado e suas conseqüências não podem atribuir-se à falta de previsão e energia do Governo local.”¹

Em 1863, as autoridades mato-grossenses cobravam oficialmente melhorias no sistema defensivo da província “[...] do estado efetivo dos corpos que guarnecem a Província [...] será ainda necessária para que todo o serviço se faça com a devida regularidade, aumentando-se alguns destacamentos hoje muito reduzidos”.²

Na década de 1860, no intuito de conhecer as condições de defesa da fronteira oeste, foi realizado um levantamento de todo o arsenal do forte de Coimbra, incluindo armas, canhões e munição.

Ver Tabela 1.

Tabela 1 - Relação de armas do forte de Coimbra na segunda metade do século XIX

Armamentos	Calibres	Quant. (Unid.)
Canhões de ferro	4,6,8,12 e	23
	32	
Canhões de bronze	1,3,4,6, e	17
	14	
Cartuchos de pólvora	1,3,6,24 e	645
	32	
Balas sólidas		4.517
Balas ocas	12 e 32	482
Bombas	32	481
Espingardas	12	28
Baionetas	12	28
Carabinas	-	12
Pistolas	18	72
Espadas	-	10
Sabres	-	179
Lanças	-	246
*landernetas	18	100
Barricas de pólvora	-	54
Cartucheiras	-	1.004
Metralhadoras	3,6,12,24	705
	e 32	
Rifles	12	198
Caixas de pólvora solta	-	30
Atacadores	-	37
Pedras de fuzis	-	8.600
Cabereis para montar canhões	-	2
Total	-	17.470

Fonte: REYNALDO, Ney Iareb. Guerra do Paraguai: um confronto anunciado (1852-1864). Tese de Doutorado em História, PPGH, Unisinos, São Leopoldo, 2009, p. 139.³

Não apenas o Império, como também o Paraguai e a Argentina organizavam-se com maior ou menor intensidade para uma batalha na região, sem mencionar a preparação gerada a partir das guerras civis.

MISSÃO COIMBRA: O ATAQUE

O êxito da operação paraguaia na província de Mato Grosso passava pelo assalto bem-sucedido ao forte de Coimbra. Devido a isso, a esquadra paraguaia era composta de “cinco buques de guerra, dos lanchas cañoneras y tres transportes con tres mil hombres de desembarque [...] a practicar las operaciones sobre el fuerte de Coimbra y demás puntos militares brasileños, situados sobre el alto Paraguay”³⁴

Antes do ataque, quando estavam a aproximadamente cem quilômetros do alvo, o coronel Vicente Barrios enviou uma embarcação menor para fazer o reconhecimento da situação no forte. A missão foi e voltou sem ser avistada; os paraguaios não identificaram nenhuma movimentação

³⁴ CENTURIÓN, *Memorias [...]*. Op. Cit. p. 21.

atípica, apenas ouviram disparos nas cercanias da fortaleza. Mais tarde, soube-se que era a guarnição do forte praticando tiro ao alvo.³⁵

Na segunda-feira de 26 de dezembro de 1864, a expedição fluvial comandada pelo coronel Barrios fundeou ao sul de Coimbra. Parte das tropas desembarcou na margem esquerda do rio, onde se posicionaram antes do ataque.³⁶ De acordo com George Thompson, o coronel Barrios ordenou que “los vapores anclaron á una legua de Coimbra, en donde se efectuó el desembarque de las tropas y de la artillería [...]. La artillería estaba colocada en una colina frente á Coimbra al otro lado del río. Las cañoneras tomaron posición para bombardear el fuerte, y todo quedó dispuesto para el ataque.”³⁷ Às cinco horas da manhã do dia seguinte, após a neblina do rio ter se dissipado, as sentinelas imperiais avistaram o inimigo.

Atingir o alvo era apenas a primeira parte da missão, pois a tomada de Coimbra seria um pesadelo tático. Protegido pelas encostas naturais do Fecho dos Morros, o local só poderia ser atacado por um lado. Possuía espessas e altas muralhas de pedra e argamassa, guarnecidas por canhões e soldados armados. Na liderança de Coimbra estava o capitão Benedito de Faria. O tenente-coronel Hermenegildo Portocarrero, comandante do 2º Corpo de Artilharia do Mato Grosso, assumiu o comando da resistência, pois fazia inspeção de rotina no local e possuía maior patente militar.

Sob às ordens do coronel Portocarrero estavam cento e cinquenta e cinco homens: a guarnição era de “12 oficiais, 1 cirurgião, 9 sargentos e 93 cabos e soldados, [e] foi, no combate, reforçada por alguns índios e civis, e por presos militares e comuns (ao lado mais 40 homens), perfazendo assim 155 o número de defensores.”³⁸ Embora estivessem em número muito menor, os imperiais contavam com enorme vantagem defensiva, de onde causariam grandes baixas ao exército inimigo. Prudentemente, os paraguaios tentaram primeiro a rendição.

As oito horas e trinta minutos do dia 27 de dezembro, o coronel Vicente Barrios enviou um *ultimatum* a Hermenegildo Portocarrero. A nota demonstrava polidez ao pedir “una prueba de moderacion y humanidad”, mas também estipulava o prazo de uma hora para rendição. Caso houvesse negativa ou silêncio do coronel, o procedimento seria utilizar a força para derrotar o inimigo, ficando os soldados e os oficiais colocados sob lei marcial.

“Viva la República del Paraguay! A bordo del vapor de Guerra Iguerey. El Coronel Comandante

35 MOURA, Carlos Francisco. *O forte de Coimbra*. Curitiba: UFMT, 1975.

36 FRAGOSO. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Op. Cit. p. 262.

37 THOMPSON, *Guerra do Paraguai*. Op. Cit. p. 26.

38 Idem. Op. Cit. p. 30.

de la Division de Operaciones del Alto Paraguay, en virtud de órdenes expresas de su gobierno, viene a tomar posesión del fuerte de su mando, y queriendo dar una prueba de moderación y humanidad invita á V. para que dentro de una hora lo rinda, pues que no hacerlo así, y cumplido el plazo señalado, procederá a tomarlo á viva fuerza quedando la guarnición sujeta á las leyes del caso. Mientras espera su pronta respuesta, queda de V. atento, Vicente Bárrios. Al Señor Comandante del Fuerte de Coimbra.”³⁹

O tenente-coronel Portocarrero respondeu prontamente. O militar, talvez tentando protelar um ataque, alegou não possuir ordem superior para se entregar, afirmando que “a doutrina que rege o Exército Brasileiro, a não ser por ordem de autoridade superior a quem transmito cópia desta nota, somente pela sorte das armas entregarei Coimbra”.⁴⁰ Conforme o *ultimatum*, essa resposta representou o prenúncio do ataque.

Terminado o prazo estabelecido, Vicente Barrios ordenou o desembarque das tropas a aproximadamente seis quilômetros do forte, fora do alcance das armas inimigas. Às 11 horas da manhã, após ocuparem suas posições, os paraguaios romperam fogo. Primeiro, através dos canhões dos navios, a seguir, pelos canhões de campanha, posicionados no morro da Marinha, na margem esquerda do rio. Como os projéteis não alcançaram o forte, o tenente-coronel Portocarrero não respondeu ao fogo inimigo até às 14 horas.⁴¹ Reforçado pela canhoneira Anhambaí, ao comando do tenente Baldoíno José Ferreira, a resistência do forte conseguiu repelir sem maiores dificuldades o avanço inimigo.

Construída em 1858 no arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, a canhoneira teve grande importância nos primeiros movimentos do confronto. Dotada de dois canhões e de soldados armados, ela disparou contra os paraguaios, provocando baixas e retrocesso da marcha inimiga. Naquele dia, o duelo da artilharia foi interrompido às 19h30min⁴².

Na manhã de 28 de dezembro de 1864 a batalha foi reiniciada. Naquela quarta-feira os paraguaios procuravam alcançar o parapeito das muralhas, enquanto a guarnição imperial buscava repelir o movimento inimigo. Quando o combate foi suspenso já era noite, e as armas dos paraguaios mortos foram recolhidas para reforçar a defesa de Coimbra.⁴³

39 MOURA, *O forte de Coimbra*. Op. Cit. p. 62.

40 BENTO, *Forte de Coimbra [...]*. Op. Cit. p. 75.

41 MOURA, *O forte de Coimbra*. Op. Cit. p. 63.

42 MAIA, Jorge. *A invasão de Mato Grosso: primeiro centenário da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964, p. 125.

43 MOURA, *O forte de Coimbra*. Op. Cit. p. 64.

O general Tasso Fragoso, historiador militar e introdutor da história militar crítica no Brasil, autor da monumental obra *História da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*⁴⁴, escreveu que: “Portocarrero mandou sair duas partidas, que exploraram o terreno vizinho e recolheram armas e feridos do inimigo [...] Foram assim trazidos para o interior, e convenientemente tratados, 18 feridos e arrecadadas 85 armas.”⁴⁵ O ataque causou enormes baixas entre os paraguaios e praticamente nenhum dano aos defensores.

Apesar de o Paraguai envolver mais de três mil soldados na operação, a vantagem tática da fortaleza compensava a inferioridade numérica. Do desembarque até Coimbra, o caminho era irregular, marcado pela presença de pedras e troncos de árvores. Isso sem contar os soldados imperiais, que, protegidos pelas muralhas, castigavam os invasores com “una lluvia de balas de fuzil e metralla.”⁴⁶ A “chuva de balas” que Juan Centurión faz menção, foi proporcionada por mais de 9.000 cartuchos disparados das entranhas da fortaleza.⁴⁷ Ela provocou mais duas centenas de baixas, entre mortos e feridos – quase dez por cento das tropas paraguaias, apenas no primeiro ataque!

UMA RETIRADA INESPERADA

Quando Vicente Barrios enviou o ultimatum ao comando de Coimbra, Hermengildo Portocarrero ordenou que a embarcação Jauru levasse um comunicado ao Comandante das Armas, localizado na vila de Corumbá, para explicar a gravidade da situação. Esperava-se com isso garantir a chegada de reforços, imperiosos naquela situação. Antes de obter qualquer resposta o tenente-coronel Hermenegildo Portocarrero reuniu um conselho de oficiais para discutir o futuro do forte.

Ao comandante máximo de uma posição, cabe determinar irrestritamente sobre a ação de suas tropas. Nada lhe impede, entretanto, de consultar e de discutir com seus oficiais subalternos as possíveis medidas a serem tomadas. Em geral, a reunião do conselho de oficiais constitui recurso que lança mão para socializar a responsabilidade de decisão que não pretende carregar sozinho.

Após rápidas deliberações, todo o conselho decidiu pelo abandono do posto. A exceção foi o capitão Conrado, que não foi convidado para a reunião porque defendia a resistência até a chegada dos reforços solicitados.⁴⁸ As explicações militares para justificar a rápida defecção ampararam-se na

44 MAESTRI, Filho. Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança. Revista O olho da História, número 18, Salvador, julho de 2012.

45 FRAGOSO, *História da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Op. cit. p. 265.

46 CENTURIÓN. *Memorias [...]*. Op. Cit. p. 92.

47 BARRETO. *Fortificações [...]*. Op. Cit. p. 180.

48 MAIA. *A invasão do Mato Grosso*. Op. Cit. p. 129.

escassez de cartuchos – restariam cerca de 2.500.⁴⁹ Segundo o relatório de Heremegildo Portocarrero, produzido após a evacuação, a munição era confeccionada pelas esposas dos militares, que “há dois dias, como nós todos, não comiam nem dormiam, não podiam fazer novo cartuchame, por ser isso um esforço sobrenatural”.⁵⁰

As vinte e uma horas do dia 28 de dezembro começaram os preparativos para a evacuação. Duas horas depois, a uma distância média de cinco quilômetros dos paraguaios, a conhoneira Anhambaí partiu levando soldados, familiares e oficiais até a povoação de Corumbá, num total de 250 pessoas⁵¹. Para trás ficou o forte desprovido e dotado de muita pólvora e de armas - aproveitadas pelo exército invasor.

Durante a debandada rio acima, os retirantes do vapor Anhambaí encontraram a treze léguas – setenta quilômetros – de Coimbra os reforços enviados pelo Comando das Armas da Província do Mato Grosso. As embarcações Jauru e Corumbá traziam dois oficiais, cinquenta artilheiros, armas e munição. Caso fossem utilizados, tratava-se do primeiro reforço para manutenção da resistência. Mas como a evasão já estava em curso irreversível, os três vapores seguiram rio acima, com destino final em Cuiabá.⁵²

Os paraguaios foram surpreendidos com a inusitada solução da situação. “Por la mañana con sorpresa de todo el mundo, se observó en el furte la falta de bandera y de movimiento de gente.”⁵³ Para garantir que não fosse uma emboscada, o coronel Vicente Barrios “despachó un reconocimiento al mando de un oficial quién halló que la guarnición había abandonado el fuerte durante la noche, escapándose al amparo de la oscuridad”.⁵⁴

O mais antigo e poderoso forte de Mato Grosso não suportou 48 horas de ataque. Em consequência da fuga da guarnição, o desespero se espalhou à população da região, com destaque para o sul. Os paraguaios, exultantes pela conquista, primeiro ocuparam Coimbra (1864), pouco tempo depois tomaram com facilidade as vilas de Albuquerque (1865) e Corumbá (1865), igualmente abandonadas pelas tropas imperiais. A segunda coluna paraguaia, comandada pelo coronel Francisco Isidoro Resquín, invadiu por terra o sul da província mato-grossense, dominando a colônia militar de Dourados e as povoações de Nioaque, de Miranda e de Coxim, todas tomadas em 1865.⁵⁵

49 FRAGOSO. *História da Guerra da Triplíce Aliança contra o Paraguai [...]*. Op. Cit. p. 264.

50 MAIA. *A invasão do Mato Grosso*. Op. Cit. p. 129.

51 BENTO. *Forte de Coimbra [...]*. Op. Cit. p. 84.

52 MAIA, *A invasão de Mato Grosso [...]*. Op. Cit. p. 132.

53 CENTURION, *Memorias [...]*. Op. Cit. p. 92.

54 Idem. Op. Cit. p. 92.

55 BARRETTO, *Fortificações do Brasil*. Op. Cit. p. 178.

Em 1865, Hermegildo Portocarrero, por ter abandonado o posto, chegou a ser julgado por um Conselho de Guerra no Rio de Janeiro, mas foi absolvido. Entre os paraguaios, a vitória militar foi acompanhada de despojos de guerra. De acordo com o general paraguaio Francisco Isidoro Resquín, que participou da ocupação do extremo sul da província do Mato Grosso, os “paraguayos encontraron en Coimbra grandes depósitos de armas y de pólvora. La guarnición lo había abandonado todo.”⁵⁶

A rápida defecção das tropas foi envernizada de heroísmo nas explicações oficiais brasileiras. Em outubro de 1865, ao assumir o posto de presidente da província, Augusto Leverger afirmou na Assembleia Legislativa do Mato Grosso que o “Forte de Coimbra, primeiro ponto atacado, resistiu heroicamente durante dois dias, ao ataque da artilharia e ao assalto de colunas de infantaria, que depois de retiraram-se, deixaram o chão juncado de mortos e feridos.”⁵⁷

Até mesmo os inimigos criticaram a postura da guarnição imperial. O general paraguaio Francisco Resquín, escreveu que as “comunicaciones [do forte de Coimbra] no estaban cortadas y que poseían burques á vapor, es indudable que debieron sostenerse en aquella posición.”⁵⁸ Mas o governo imperial concedeu uma medalha do mérito para premiar o exemplo dos ‘heróis da pátria’. Mais tarde, no ocaso do Império, dom Pedro II agraciou o tenente-coronel Portocarrero com o título de barão de *Coimbra*.

No período republicano, o presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei de 1942, denominou de “Forte Portocarrero”, o 6º Grupo de Artilharia de Costa, homenagem justificada porque “o Ten. Cel. Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero dera em 1864, como comandante dessa guarnição, exemplo de raro valor militar, pela sua inexcedível coragem e inimitável bravura”.⁵⁹ Ambos governantes, o presidente e o imperador, parecem ter buscado reconstruir os eventos como parte da história oficial do Estado.

Na arquitetura da guerra, não é possível dimensionar com precisão os impactos da perda de Coimbra. Em livre conjectura, talvez se a guarnição imperial tivesse aguardado a chegada dos reforços, poderia ter resistido até o inimigo recuar. Na versão oficial, a retirada ocorreu pela insuficiência de cartuchos disponíveis em Coimbra. Em análise pessoal, percebemos que Hermenegildo Portocarrero, juntamente com o conselho de oficiais, optou pela saída mais segura – a fuga. Nas palavras do próprio

56 RESQUÍN, Francisco Isidoro. *Datos historicos de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*. Corrientes (Arg.). 2008, p. 44.

57 Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá, Typ. de Souza Neves etc., 1865. 23 páginas.

58 RESQUÍN, *Datos historicos [...]*. Op. cit. p. 44.

59 Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/2/1942. Decreto-Lei nº 4.027, de 16 de Janeiro de 1942.

comandante do forte, isso ocorreu “para não serem sacrificadas tantas vidas”.⁶⁰

Segundo todas as fontes militares consultadas, havia realmente pouco mais de 2.500 cartuchos de fuzil disponíveis – número considerado baixo para a situação. Mas, segundo essas mesmas fontes, não faltavam peças de artilharia, além das muralhas e da proteção geográfica natural. E os cartuchos poderiam continuar sendo fabricados no forte, que estava para receber reforços. A título de comparação, em apenas dois dias de confrontos, os paraguaios registraram mais de duzentas baixas, totalizando quase dez por cento do efetivo em ação; enquanto os imperiais não tiveram feridos. Hermenegildo Portocarrero também não aguardou a resposta do pedido de reforço feito no primeiro dia de ataque, 27 de dezembro. O Comando das Armas da província do Mato Grosso, logo após receber a notificação da situação, enviou reforços. Antes de chegar, o forte já havia sido abandonado.

Sobre o ineficiente sistema defensivo do forte de Coimbra, muito se deve atribuir à falta de treinamento e de recursos disponíveis. Já o heroísmo dos defensores, tão decantado pela história oficial, não passa de mitologia do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança. 2. ed. São Paulo: Universidade de Brasília, 1995.
- BARRETTO, Annibal. Fortificações do Brasil. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1969.
- BENTO, Cláudio Moreira. Forte de Coimbra: dois séculos de História, de fé e de Glórias. Revista militar brasileira. Ano 61. Número especial. Volume 108. Brasília, Biblioteca do Exército, 1975.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay. Asunción: El lector, 1987.
- CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: conquista e povoamento no extremo oeste. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. História e fronteira: o sul do Mato Grosso (1870-1920). Campo Grande: UCDB, 1999 p. 18.
- CORRÊA, Virgílio Filho. História do Mato Grosso. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro,

⁶⁰ MAIA, *A invasão de Mato Grosso [...]*. Op. Cit. p. 129.

1969, p. 300.

- DORATIOTO, Francisco. A Guerra do Paraguai: 2ª visão. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 9. ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- FERNANDES, Daniela. De Mato Grosso a São Paulo: um percurso... duas fontes. Disponível em: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/85.pdf>. Acesso em 07 de setembro de 2013.
- FILHO, Virgílio Corrêa. História de Mato Grosso. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro. 1969.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.
- GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras e guerra no Prata. São Paulo. Atual, 1995.
- IAREB, Ney Reynaldo. Guerra do Paraguai: um confronto anunciado (1852-1864). Tese de doutoramento, PPGH, Unisinos, São Leopoldo, 2006.
- JESUS, Nauk Maria. Na trama dos conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa. Tese (Doutorado em História), PPGH, UFF, Rio de Janeiro, 2006.
- KEEGAN, John. Uma história da guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 188.
- MAESTRI, Mário. Guerra do Paraguai: Instauração e Restauração da Historiografia Nacional-Patriótica. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/093/93maestri.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2012.
- _____. Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança. Revista O olho da História, número 18, Salvador, julho de 2012.
- MAIA, Jorge. A invasão de Mato Grosso: primeiro centenário da Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964,
- MOURA, Carlos Francisco. O forte de Coimbra. Cuibá: UFMT, 1975.
- RESQUÍN, Francisco Isidoro. Datos historicos de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza. Corrientes (Arg.). 2008
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819). São Paulo: INL, 1987.



Dossiê Primeira Guerra Mundial

A Grande Guerra e a Arte Militar.....77

General Gabriel Augusto do Espírito Santo

**Aplicação das três Imagens ou Níveis de Análise ao Exame das Origens e Causas da Primeira
Guerra Mundial.....126**

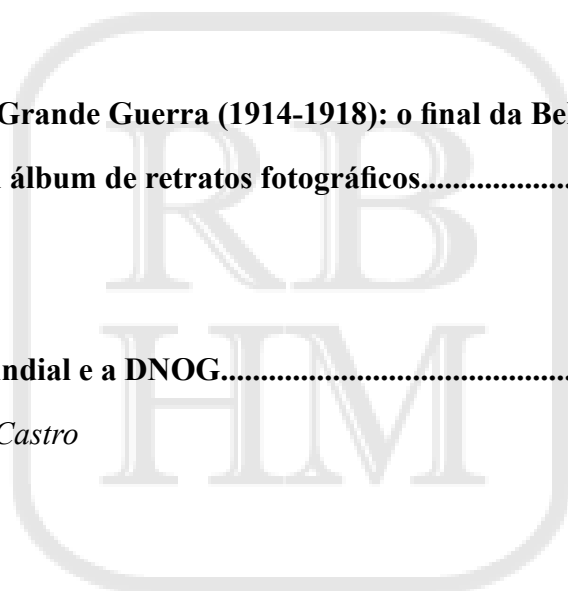
José Nelson Bessa Maia

**Entre flores e canhões na Grande Guerra (1914-1918): o final da Belle Époque e o começo do
“breve século XX” em um álbum de retratos fotográficos.....146**

Marco Antonio Stancik

O Brasil na 1ª Guerra Mundial e a DNOG.....167

Adler Homero Fonseca de Castro



A GRANDE GUERRA E A ARTE MILITAR

General Gabriel Augusto do Espírito Santo¹

A primeira guerra mundial foi um conflito desnecessário e trágico.

John Keegan, Historiador, 1998

O MUNDO E A EUROPA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

No início do século XX, o mundo vivia uma nova globalização, não só económica, devida a um comércio crescente, mas também cultural e política, com a expansão imperial a tornar-se a sua face mais visível.

Em 1913, as exportações representavam entre um quinto e um quarto dos produtos nacionais da Inglaterra, da França e da Alemanha. O investimento estrangeiro (com mais de três quartos com origem na Europa) quase que duplicara, entre 1900 e 1914, com a Grã-Bretanha a dominar o comércio e o investimento fora da Europa. Durante a primeira década do século, a Europa assistiu a uma vaga de emigração, abrindo novas fronteiras para a agricultura, desde as pampas da América do Sul, às planícies da América do Norte e da Austrália, colocando a Europa no centro de uma cadeia de interrelações económicas. A França, a Alemanha e os Países Baixos repartiram a criação e a interdependência de um complexo de indústrias pesadas na baixa do Reno, ligadas por empresas multinacionais e trabalho migrante (polacos no Ruhr e italianos na Lorena) que se traduziram no fluxo de carvão e aço através das fronteiras comuns.

Esta crescente interdependência económica deveria levar os estados a cooperar mas, de facto, o impacto dessa cooperação era limitado, apesar de os governos assinarem convenções para harmonizarem serviços postais internacionais, telégrafo e comunicações sem fios, ao mesmo tempo que regulavam os horários dos caminhos-de-ferro nas fronteiras.

O padrão ouro, desde 1870, sem leis escritas, estabelecia uma união monetária entre as potências europeias, o Japão e os EUA. Em 1914, a maior economia mundial estava nos EUA (98 milhões de habitantes, 37 biliões de dólares de PIB), seguida da Alemanha (65 milhões, 12 biliões), Grã-Bretanha (45 milhões, 11 biliões), Rússia (171 milhões, 7 biliões), França (39 milhões, 6 biliões), Áustria-Hungria (52 milhões, 3 biliões), Itália (37 milhões e 4 biliões) e Japão (55 milhões e 2 biliões).²

¹ Foi Presidente da Direção da Revista Militar (2001-2011).

² CREVELD, 2006, p. 4.

Uma obra de Norman Angell, com o título de *A Grande Ilusão*, aparecida no início do século, e que se tornou num best-seller, defendia que a interdependência financeira não tornava as hostilidades entre potências imprevisíveis e que o mercado internacional de ações iria facilitar o financiamento da guerra.³ Corria também o pensamento de que as democracias não lutam entre si, mas ainda havia um longo caminho a percorrer, porque o processo de democratização estava incompleto. A Terceira República estabelecida em França, em 1870, tinha, talvez, a constituição mais avançada na Europa, mas o controlo político sobre a diplomacia e as questões militares ainda era fraco. As dinastias Habsburgo, na Áustria-Hungria, Hohenzollern, na Alemanha, e Romanov, na Rússia, exerciam forte poder discricionário sobre as relações externas.

Muitos países do Continente tinham partidos socialistas que, em conjunto com elementos progressistas das classes médias, se opunham à guerra, exceto em legítima defesa. Partidos da direita e do centro reclamavam atitudes firmes na defesa dos interesses nacionais, que eram apoiadas em grande parte por jornais e grupos de pressão. Em 1914, muitos políticos e militares reconheciam que qualquer guerra maior necessitava de apoio popular, mas nem a globalização nem a democratização tinham tornado a guerra impossível.

As políticas imperiais que dominavam a Europa no início do século estendiam as rivalidades entre as potências às partes mais distantes do globo. Entre 1800 e 1914, a proporção da superfície terrestre ocupada por europeus, quer em colónias quer em antigas colónias, crescera de 35% para 84,4%. Depois da partilha de África, após a Conferência de Berlim, em 1884-85, parecia que a China, o Império Otomano Turco e a Pérsia iriam sofrer o mesmo destino, já divididos informalmente em esferas de influência. Dois estados extra europeus seguiam as tendências das grandes potências, com os EUA a derrotarem a Espanha, em 1898, expulsando-a de Cuba e das Filipinas, e o Japão a derrotar a Rússia, em 1904-05.

A prestigiada *Enciclopédia Britânica*, na sua edição de 1901, dizia que “a guerra civilizada limita-se, até onde possível, à incapacitação das forças armadas do inimigo; se assim não fosse, a guerra continuaria até ao extermínio de uma das partes. Há boas razões para que essa prática se tenha tornado um hábito nos países da Europa”. Nesse mesmo ano, no funeral da rainha Vitória, em Londres, todos os chefes de estado das potências europeias, com exceção do presidente da França, usavam uniforme ainda que, desde 1871, não tivesse havido qualquer guerra na Europa em que exércitos de

³ STEVENSON, 2005, p. 6

grandes potências tivessem cruzado qualquer fronteira hostil. Houvera apenas uma curta guerra, em que mais de duas das grandes potências tinham combatido, a Guerra da Crimeia (1854-56), entre a Rússia, de um lado, e a Grã-Bretanha e a França, do outro. Além disso, a maioria das guerras envolvendo grandes potências foram comparativamente rápidas. A de maior duração não fora um conflito internacional, mas uma Guerra Civil dentro dos EUA (1861-65). As outras tiveram a duração de meses ou mesmo semanas, como a guerra entre a Rússia e a Áustria (1866). A guerra, e os seus horrores, deveriam ser banidos e, por iniciativa do czar Nicolau II, foram convocados dois congressos internacionais sobre a paz, nos Países Baixos, entre 1899 e 1907. Além de visarem uma limitação à corrida armamentista que se desenvolvia na Europa, e a aspetos humanitários relacionados com a guerra, procuravam também uma regularização dos conflitos pelo recurso à arbitragem.

A par destes pensamentos corria outra realidade. A Europa pressentia a guerra com o fim do Concerto das Nações, que regulava as relações entre potências, desde a queda de Napoleão Bonaparte, e as nações preparavam-se para essa guerra, numa escala nunca vista, até então. Num continente, em que poucas potências exerciam o controlo sobre um conjunto de povos subordinados, e onde a Grã-Bretanha e a França regulavam a maioria desses povos, era inevitável que as reacções entre todos fossem influenciadas pela suspeita e a rivalidade. Essa rivalidade foi despertada pela Alemanha quando, em 1898, aprovou uma lei que permitia desenvolver uma marinha capaz de enfrentar a *Royal Navy* em batalha, o que a Grã-Bretanha considerou como uma ameaça ao seu domínio dos mares e lançou um programa naval, naquele mesmo ano, que levou à construção do maior navio de combate até então construído e concluído em 1906: o *HMS Dreadnought*. Rivalidade que a Alemanha continuou, com disputas sobre territórios coloniais da França, em Marrocos (1905, 1911), e disputas nos Balcãs (1912 e 1913).

Esta rivalidade teria de ser contida pela dissuasão, baseada em alianças e na preparação militar para um futuro conflito. As alianças principais existentes no início do século eram a da Alemanha com a Áustria, assinada em 1879, e a da França com a Rússia, assinada em 1894, que eram alianças defensivas, visando dissuadir, respetivamente, a Rússia e a Alemanha de qualquer ação ofensiva. A Itália, desde 1882, tinha algumas ligações com a primeira aliança e a Grã-Bretanha relações ainda mais ténues com a segunda. A Grã-Bretanha, em 1904, regulou as suas disputas com a França, fora do continente europeu, pela Entente Cordiale e o mesmo fez com a Rússia, em 1907. Depois de 1907, Londres, Paris e S. Petersburgo estabeleceram um alinhamento diplomático que

se designou por Tripla Entente, contra a Alemanha e a Áustria-Hungria, o que levava a Alemanha a dizer-se cercada. A Europa de interesses divergentes materializava-se por blocos que iriam juntar, à diplomacia, os instrumentos militares.

A corrida armamentista iniciada procurava romper com o equilíbrio de poderes. As evoluções tecnológicas tinham aumentado exponencialmente o poder de fogo dos navios e das formações terrestres, mas observadores ao conflito russo-japonês tinham constatado que boas formações de infantaria, com efetivos e moral, poderiam romper o potencial de fogo de outra infantaria, mesmo instalada em trincheiras e protegida por aquela invenção dos rancheiros americanos do Texas que era o arame farpado. Eram necessários efetivos e quase todas as potências (com exceção da Inglaterra) recorriam à conscrição, passando leis que permitiam estender esse serviço efetivo para dois e três anos, recrutando a partir dos dezoito anos (a Alemanha veio depois recrutar jovens estudantes abaixo dessa idade – os Batalhões dos Inocentes) e criando reservistas em vários escalões etários até aos quarenta e cinco anos. Em 1906, a França recrutou cerca de 0,75% dos seus cidadãos masculinos, a Áustria-Hungria 0,29%, a Rússia 0,35% e a Alemanha, 0,47%.

Na última guerra na Europa, que tinha envolvido as populações da Prússia e da França, as duas potências tinham colocado em ação cerca de sessenta divisões. Em 1901, as populações da Grã-Bretanha, França e Rússia atingiam os 280 milhões, podendo acionar 250 divisões. As populações da Alemanha e da Áustria-Hungria atingiam os 160 milhões, podendo levantar 140 divisões. A Itália, com 35 milhões de habitantes, podia levantar até 30 divisões. Os EUA, com 98 milhões de habitantes, poderiam com facilidade levantar 70 a 80 divisões, mas nem mesmo no final do conflito atingiu tais efetivos.⁴ Essas divisões eram constituídas por brigadas (4 a 5.000 efetivos), regimentos (2 a 3.000 efetivos), com batalhões, companhias, pelotões, secções e esquadras. As divisões eram depois juntas em Corpos de Exército (duas ou três divisões), Exércitos (dois ou mais Corpos de Exército) e Grupos de Exército, formados pela França, Alemanha e, em parte, pela Rússia, englobando Exércitos e com efetivos compreendidos entre 500.000 e um milhão de homens.

O emprego e o empenhamento de tão grandes efetivos passaram a exigir um novo fator: o planeamento estratégico militar. Planeamento introduzido na escola prussiana pelo General Helmuth

4 Em 1914, uma Divisão de Infantaria do exército alemão compreendia 17.500 efetivos, 72 peças de artilharia e 24 metralhadoras. No exército francês, a Divisão tinha 15.000 efetivos, 36 peças de artilharia e 24 metralhadoras. No exército inglês, a Divisão tinha 18.073 efetivos, 76 peças de artilharia e 24 metralhadoras. Durante o conflito, quase todos os exércitos diminuíram os seus efetivos orgânicos, compensando-os com o aumento do potencial de fogo. As Divisões dos EUA deslocadas para França, em 1917, tinham cerca de 28.000 efetivos. A Divisão de Cavalaria no exército alemão compreendia 5.200 efetivos, 5.600 cavalos, 12 peças de artilharia e 6 metralhadoras. No exército inglês, compreendia 9.269 efetivos, 9.815 cavalos, 24 peças de artilharia e 24 metralhadoras. (STEVENSON, David, 1914-1918)

von Moltke, Sênior, e que depois foi seguido por quase todos os exércitos europeus. Foi também elemento de dissuasão, como as ordens para mobilização, e que se tornou novo alvo para a espionagem que tentava conhecer os planos dos adversários. França, Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia tinham planos para se oporem a invasões ou para invadirem vizinhos como medida preventiva. Sem ser o maior (o plano russo, era de facto o maior), o que ficou mais conhecido para a história foi o Plano Schlieffen, depois conhecido por Schlieffen-Moltke, que visava a invasão da França, com um grande movimento flanqueante, pela Bélgica a Norte, e ataques frontais em toda a fronteira para Sul até às montanhas dos Vosges. O Plano iria ser acionado no dia 1 de agosto de 1914 e, embora Liège só tivesse caído face ao ataque alemão em 16 de agosto, Bruxelas foi ocupada a 20 do mesmo mês e os alemães entraram em França a 24, dois dias depois da data prevista.

Embora as duas partes rivais vissem a guerra como evitável, ambas desejavam enfrentá-la. Em 1914, a Áustria-Hungria sentia-se cercada e considerava perigosa a situação na Europa do sudeste, e a Alemanha, sentindo o mesmo, entendia que o equilíbrio de poderes na Europa, como um todo, estava ameaçado. Para alguns intelectuais europeus, a paz tinha-se tornado aborrecida e a dissuasão, com variados instrumentos, iria deixar de funcionar no verão de 1914. O conflito regional e a tensão geral na Europa juntaram-se e a sua interação deu origem à Grande Guerra.

UMA GUERRA GLOBAL, LONGA E TOTAL, ENVOLVENDO TODOS OS RECURSOS

O detonador do conflito, que passou a ser designado por Grande Guerra, nasceu com um ato terrorista, em Sarajevo, capital da Bósnia, em 28 de junho de 1914, quando um sérvio-bósnio matou a tiro o herdeiro do trono da Áustria, o arquiduque Franz Ferdinand e a sua mulher, que visitavam a cidade. A crise que se seguiu entre estados europeus deixou a diplomacia de parte, recordando com saudade Talleyrand ou Bismark, e tudo se preparou para a guerra, com declarações de hostilidades sucessivas entre Aliados (França, Rússia e Grã-Bretanha) e os Poderes do Centro (Alemanha e Áustria-Hungria) e uma imediata mobilização de forças. Homens e cavalos circulavam por toda a Europa na primeira semana de agosto. Os exércitos europeus, em 1914, continuavam na organização napoleónica da dependência do cavalo, quando os estados-maiores calculavam que a proporção cavalo/homem deveria continuar de 1 para 3. O exército austríaco mobilizou 600.000 cavalos, o alemão 715.000, o russo (com 24 divisões de cavalaria) mais de um milhão e mesmo o pequeno

exército inglês mobilizou 165.000 montadas.⁵

Os comboios enchiam-se de homens e animais. A secção de transportes do estado-maior alemão organizou o deslocamento de 11.000 comboios durante o período de mobilização e cerca de 2.150 comboios, com cinquenta e quatro carruagens, atravessaram a ponte Hohenzollern sobre o Reno, entre 2 e 18 de agosto. As companhias de caminho-de-ferro francesas deslocaram cerca de 7.000 comboios. A corrida era repartida em destinos. Os franceses deslocavam-se para nordeste a partir das guarnições de treino (Sedan, Nancy, Belfort e outras), atrás da fronteira de 1870. Para a Força Expedicionária Britânica, que tinha começado a desembarcar em Boulogne, a 14 de agosto, a sua direção era sudeste, a caminho de Le Câteau, perto da fronteira da Bélgica. Os alemães tinham marchas mais longas, primeiro para Oeste e depois para Sul, em direção a Paris. O I Exército do General von Kluck, o mais a Norte dos sete Exércitos alemães que atacaram de Leste para Oeste, ao longo das fronteiras com a Bélgica, Luxemburgo e França, tinha pela frente uma marcha de cerca de 320 quilómetros.

A 4 de agosto, forças alemãs entraram na Bélgica e começou a mortandade, incluindo civis, que iria prolongar-se por mais de quatro anos, até ao armistício, assinado a 11 de novembro de 1918.

A estratégia militar alemã procurava atacar a Oeste, conquistando a França e tomar uma atitude defensiva a Leste, com o esforço na Prússia oriental, para se opor à Rússia. Essa estratégia baseava-se em dispor, nos tempos escolhidos e para cada ação estratégica, de superioridade de potencial de combate que, dados os equilíbrios tecnológicos entre adversários quanto ao seu poder de fogo, teria de ser procurada na superioridade numérica. Tal nunca foi conseguido por parte da Alemanha, quer no início do conflito quer até 1918. Em agosto, a Oeste, a Alemanha dispunha de um exército de cerca de 1,7 milhões de efetivos a que se opunham o exército francês (2 milhões), belga (100.000) e britânico (um pouco menos de 100.000).⁶ A Leste, onde a Alemanha tinha deixado um Exército, com três Corpos de Exército e alguns apoios, logo em agosto, teve de enfrentar o exército russo que, a partir do início do mês, empenhou 21 divisões contra as forças alemãs (13 divisões) e 53 contra a Áustria-Hungria (37 divisões). Os planos alemães para ataque a ocidente baseavam-se numa guerra de movimento, como vinham os ensinamentos do século anterior, atravessando regiões onde sabiam que a resistência seria mínima, confiando no caminho-de-ferro para deslocar tropas e abastecimentos para áreas mais próximas do combate. Mas esqueceram que os meios para um apoio

⁵ KEEGAN, 1999, p. 83.

⁶ STEVENSON, 2005, p. 47.

logístico a tão grandes efetivos ainda eram escassos, baseado nos transportes rebocados por animais, que se mostraram insuficientes.

A história do conflito, quer a Oeste quer a Leste, durante o restante do ano de 1914, é uma história de combates violentos, procurando ganhar, manter ou reconquistar terreno, que tentaremos descrever mais à frente, e que se vão materializar, no tempo, e a Oeste, como “a batalha nas fronteiras”, “a grande retirada” e “a batalha do Marne”, e que a Leste se vai estender numa frente de Norte para Sul, desde a Prússia oriental até às montanhas dos Cárpatos. Conflito que, iniciado no continente europeu, se estende imediatamente aos oceanos. Com uma vantagem inicial da Grã-Bretanha no domínio do mar, com a esquadra austro-húngara limitada ao mar Adriático e com a Alemanha, com um conjunto de estações para reabastecimento naval e de carvão, que se estendiam pelo continente sul-americano, africano, ilhas do Pacífico e na China (Qingdao), e alguns navios modernos dispersos no Mediterrâneo, na costa sul-americana e no Índico, o conflito nos oceanos tomou a forma de ações dispersas e com a tentativa de pequenos bloqueios recorrendo à guerra de minas e à ameaça da arma submarina. A batalha de Coronel, ao largo da costa do Chile, a 1 de novembro de 1914, quando a esquadra do Almirante Graf von Spee afundou alguns navios ingleses comandados pelo Almirante John Cradock, marca o primeiro sucesso alemão e a primeira derrota inglesa no mar depois de cem anos de vitórias, que vai ter como reação uma nova aposta na sua estratégia militar naval.

É também uma história de alguma frustração política em França, com o território parcialmente ocupado pelo invasor nos seus dez distritos mais produtivos e industrializados, com a suspensão da atividade da Assembleia Legislativa e a transferência do executivo para Bordéus. É ainda a história da afirmação de generais e almirantes alemães (Paul von Hindemburgo, Helmuth von Moltke, Júnior, Eric Ludendorff, Erich von Falkenhayn, Maximilian Graf von Spee), russos (Yahou Zhilinski, Alexander Samsonov), franceses (Joseph Joffre, Ferdinand Foch, Joseph Gallieni, Pétain), ingleses (Horatio Kitchener, John French, Douglas Haig), americanos, a partir de 1917 (John Pershing, Douglas Mac Arthur), e outros, que muitas vezes tiveram de tomar nas suas mãos, por falta de decisões e controlo político adequado, grandes responsabilidades no interesse da sobrevivência dos homens que comandavam.

Os primeiros meses do conflito mostraram, mais uma vez, que uma coisa são planos e outra é a ação. A movimentação de grandes efetivos exigia uma logística que ainda não respondia às necessidades, comunicações entre comandantes e velocidade na transmissão de ordens, que o telégrafo

por linhas não satisfazia e, tal como as comunicações rádio nascentes, ofereciam oportunidade de interceção pelo adversário. Uma movimentação em combate que continuava limitada pela velocidade de marcha do homem ou dos cavalos, e uma capacidade industrial para produzir munições e outros recursos, que necessitavam mobilização de mão-de-obra e utilização de transportes marítimos que uma nova ameaça, o submarino, utilizado pela Alemanha, tornava vulneráveis. As populações e o seu moral, assim como as suas vidas, iriam ser afetados e as grandes estratégias concebidas para o novo conflito exigiram que o conceito de guerra total começasse a ser desenvolvido, entendido como o conflito militar em que os intervenientes estão dispostos a fazer todos os sacrifícios em vidas humanas e recursos utilizados para atingirem a vitória.

A batalha do Marne (setembro de 1914) trouxe ganhos importantes para os aliados. A superfície da França ocupada caiu de 7,5% para 4% e centros vitais para a rede ferroviária, tais como Reims ou Arras, tinham sido libertados, ainda que instalações industriais ou os centros mineiros da Lorena continuassem na mão do invasor.

O preço pago por estes primeiros meses de guerra foi terrível. O exército francês sofreu 528.000 baixas (com 265.000 mortos), entre agosto e dezembro de 1914. O exército belga perdeu metade da sua força combatente e as baixas atingiam 89.969 efetivos. Do contingente inglês que tinha desembarcado em França, em agosto, um terço estava morto e do total dos seus oitenta e quatro batalhões (cada um com um efetivo inicial de mil homens), em 1 de novembro, só nove tinham mais do que 300 efetivos. As baixas russas atingiam 1,8 milhões, das quais 396.000 eram mortos e 486.000 capturados. As baixas austro-húngaras atingiam 1,25 milhões. Só as baixas alemãs, durante 1914, foram menores do que nos anos seguintes, ainda que tenham atingido cerca de 800.000 (metade do seu exército), das quais 116.000 mortos, com 85.000 na frente ocidental. As invasões também tinham sido destruição. Os russos incendiaram as quintas da Prússia oriental e os alemães reduziram a cinzas a biblioteca de Louvain, o Salão dos Tecidos, em Ypres, e bombardearam a catedral de Reims, justificando que estava a ser utilizada como posto de observação para a artilharia francesa.

No final de 1914, o conflito estava preparado para uma escalada e para uma evolução em direção a algo historicamente sem precedentes e a uma nova forma de guerra total.⁷ A Turquia, que se tinha aliado à Alemanha e à Áustria, em 31 de Outubro, abria nova frente face à Rússia na região do Cáucaso.

⁷ STEVENSON, 2005, pp. 92-6.

O ano de 1915 começou com uma paralisia de atividades nas frentes ocidental e oriental. O inverno era rigoroso e algumas epidemias dizimavam as tropas, especialmente na frente oriental, enquanto as chuvas e a natureza do terreno dificultavam os movimentos nas planícies da Flandres. Os exércitos alemães seguiram a diretiva de Moltke para “se entrincheirarem e aguentarem no terreno”.

Segundo David Stevenson⁸, tentar analisar cronologicamente a evolução do conflito, desde o período de paralisação até às dinâmicas que se lhe seguiram, não será o melhor método, propondo, em alternativa, que a I Guerra Mundial seja analisada em oito áreas inter-relacionadas.

A primeira, será investigar porquê a guerra se alastrou a outras frentes e continentes, como a expansão do conflito com a entrada de novos beligerantes, as campanhas fora da Europa contra o império otomano e as colónias alemãs e o impacto alargado de fatores extra europeus sobre esse conflito. O empenho dos Aliados nas suas campanhas em África e no Médio-Oriente eliminou parcialmente os benefícios recolhidos com a participação dos seus impérios no esforço de guerra, embora esses benefícios tenham constituído, provavelmente, uma vantagem.

A segunda, é a evolução dos objetivos de guerra de ambas as partes, pelos quais os governos e os públicos supostamente lutavam, bem como os obstáculos que surgiam para um compromisso de paz. Também se verificou uma escalada na diplomacia e, em 1917, as duas partes estavam mais divididas do que no início do conflito.

A terceira, central, respeita às estratégias adotadas pelas principais frentes terrestres, e o que conduziu às ofensivas dos Poderes Centrais na Polónia e em Verdun, e aos contra-ataques coordenados dos Aliados, no verão de 1916 e na primavera de 1917.

A quarta, relaciona-se com considerações de ordem tática, tecnológica e logística que condicionaram aquelas estratégias e que conduziram a grandes batalhas de atrição.

A quinta, diz respeito à forma como os beligerantes recrutaram os seus exércitos e marinhas, permitindo que soldados e marinheiros aguentassem sacrifícios, que a gerações futuras pareceram intoleráveis.

A sexta, relaciona-se com as economias e a forma como foram mobilizadas para a produção de guerra e como foi financiada essa produção, e o falhanço dos Aliados para explorarem em toda a sua extensão a sua aparente vantagem, quer em terra quer no mar.

Uma sétima área, relacionada com a anterior, diz respeito à superioridade nos mares. No

⁸ STEVENSON, 2005, p. 104-5.

início de 1915, os Aliados tinham o comando dos oceanos e passaram o resto do tempo da guerra para resistirem ao esforço dos navios de superfície e submarinos alemães para lhe retirarem aquele comando, ainda que os seus progressos tenham sido lentos.

Finalmente, convirá analisar a capacidade de resistência da unidade política e do moral das populações nas frentes internas, e o papel desempenhado pela repressão ou o verdadeiro consenso.

A estas áreas propostas acrescentaremos o combate, e a forma como se desenvolveu durante o conflito.

O ALASTRAMENTO DA GUERRA, OBJETIVOS DE GUERRA E ESTRATÉGIAS

Independentemente da entrada dos impérios coloniais na guerra, o conflito foi globalizado pela decisão de estados independentes para intervirem. Muitos dos que intervieram (especialmente na América Latina), fizeram-no simplesmente como um gesto de afirmação. As últimas entradas que tiveram impacto foram: Japão e Império Otomano, em agosto e outubro de 1914, Itália e Bulgária, em maio e outubro de 1915, Portugal e Roménia, em março e agosto de 1916, e EUA, Grécia e China, em abril, julho e agosto de 1917. Cada estado tinha, ou alegava, as suas razões para entrar na guerra.

O Japão era suficientemente forte e afastado para se sentir seguro, qualquer que fosse a parte a ganhar. Mas apresentava três razões para entrar no conflito. Em primeiro lugar, desejava as ilhas do Pacífico norte em poder dos alemães e o território de Qingdao, desde há muito tempo alugado pela Alemanha à China, com uma base naval perto e caminho-de-ferro que conduzia às regiões mineiras do interior. Estava também alarmado pela revolta na China, em 1912-13, que tinha deposto a dinastia manchú e posto no poder um general com sentimentos anti japoneses. Em terceiro lugar, a recuperação russa, depois da derrota de 1904-05, e a construção do caminho-de-ferro transiberiano também preocupavam o Japão.

O Império Otomano Turco, contrariamente ao Japão, não era um estado unificado, mas um conglomerado étnico. Desde a revolta dos “Jovens Turcos”, em 1908, que o país tentava modernizar-se, politicamente, nas suas instituições e nas suas forças armadas. Tinha perdido a Líbia para Itália, em 1911-12, e a maior parte do seu território na Europa durante as guerras nos Balcãs, em 1912-13. A Turquia viria a tornar-se um antagonista de peso, desviando recursos dos Aliados, mais do que a Itália e a Roménia desviaram da Áustria e, com a exceção dos EUA, tiveram mais impacto na evolução do conflito do que outro qualquer dos beligerantes. Lloyd George e Ludendorff estimaram,

retrospectivamente, que a sua intervenção tenha prolongado a guerra por dois anos.⁹ Os otomanos começaram por tomar a ofensiva, declarando tentar unir “todos os ramos da nossa raça” e proclamando uma Jihad ou guerra santa. Tentando uma ação no Canal de Suez, recorrendo a pontões montados por alemães, que foi repelida pelos ingleses, o seu esforço principal foi no Cáucaso, onde um exército de 150.000 efetivos tentou avançar, em dezembro de 1914. Terreno montanhoso, temperaturas glaciares, epidemias e distâncias enormes do apoio do caminho-de-ferro, reduziram a força turca a cerca de um quarto. Os Aliados começaram a pensar na campanha dos Dardanelos ao mesmo tempo que a Turquia iniciava o genocídio dos arménios.

A Itália entrou em guerra depois de uma crise interna desencadeada pela oferta da Áustria-Hungria e da Alemanha, da cedência do Trentino e do estatuto de cidade livre a Trieste. Ainda que os italianos procurassem ganhos territoriais em África e na Ásia Menor, as suas maiores exigências eram fronteiras defensáveis nos Alpes e na Istria e a presença nas ilhas e costas da Dalmácia, o que lhes garantia domínio no Adriático.

A Alemanha declarou guerra a Portugal, em março de 1916, depois de Lisboa aceitar um pedido da Grã-Bretanha para reter todos os navios alemães nos seus portos. Na sequência, Portugal enviou um contingente militar para a frente ocidental e a sua política foi influenciada para se distinguir da Espanha neutral e para obter o apoio dos Aliados à preservação do seu império em África.

Quanto à Bulgária e Roménia, as suas opções refletiam políticas influenciadas pela sua proximidade. A opção da Bulgária em se juntar aos Poderes Centrais serviu-a inicialmente, mas mostrou-se prejudicial mais tarde. Tinha recebido a promessa de que poderia obter ganhos territoriais na Sérvia e na Grécia, se esta se juntasse aos Aliados. A opção da Roménia de se juntar aos Aliados esteve também ligada a reivindicações territoriais na Transilvânia.

As intervenções no conflito, em 1917, dos últimos participantes, nomeadamente dos EUA, estiveram mais relacionadas com a defesa de interesses próprios, como o comércio internacional, a sua economia e a coesão nacional, do que ganhos territoriais, mas também de resposta a opiniões públicas mais exigentes para a necessidade de a diplomacia voltar a funcionar.

Logo em agosto de 1914, os neozelandeses tomaram a Samoa alemã e os australianos a Nova Guiné. Os japoneses ocuparam as Ilhas Marianas, Carolinas e Marshall e, no mês seguinte, entre setembro e novembro, uma força japonesa de 50.000 efetivos, apoiada por navios e mais de

⁹ STEVENSON, 2005, p. 114..

cem canhões, cercou e destruiu as defesas de Qingdao. Nas colônias alemãs em África, o Togo, com uma estação naval alemã que coordenava todos os movimentos dos navios na área, foi conquistado por uma força franco-britânica, ao mesmo tempo que uma força de tropas sul-africanas, depois de dominarem uma rebelião interna africânder, entre janeiro e julho de 1915, conquistou o território alemão do sudoeste africano. Duas outras campanhas foram mais longas e levaram as forças alemãs a tomarem atitudes ofensivas. Nos Camarões, uma guarnição de cerca de 1.000 europeus e 3.000 africanos entrou na Nigéria opondo-se a uma invasão inglesa que, tendo conquistado Duala, em setembro de 1914, só em setembro de 1916 venceu as resistências que se lhes opunham. Na África Oriental Alemã, a mais valiosa das possessões alemãs, o comandante local, Paul von Lettow-Vorbeck, derrotou um ataque de tropas indianas da Grã-Bretanha, em Tanga, e continuou operações de guerrilha no território português de Moçambique e no inglês da Rodésia do Norte, onde se rendeu, duas semanas depois do armistício de 1918.¹⁰

A decisão dos Aliados abrirem frentes nos flancos do Teatro da Europa, no intuito de desviarem forças do opositor das frentes ocidental e oriental, levou-os a deslocarem forças para os estreitos dos Dardanelos, que os turcos tinham fechado, e para a Mesopotâmia, onde as novas explorações de petróleo no território de Mosul (Iraque) despertavam os interesses britânicos. Durante as operações nos Dardanelos, de fevereiro de 1915 a janeiro de 1916, onde sobressai a ação em Gallipoli, envolveram-se centenas de milhar de efetivos e as baixas, mais uma vez, ultrapassaram algum esforço de guerra visto até então.

Apontam alguns autores, como causa para o impasse e escalada que se processaram a partir de 1915, a falta de habilidade dos opositores para negociarem. Falta de habilidade atribuída à incompatibilidade entre os objetivos políticos definidos pelos opositores em confronto ou, como se dizia na época, entre os seus objetivos de guerra, ditados por causas externas onde sobressaiam disputas territoriais ou de ganho de influência, mas também por causas internas, procurando o apaziguamento de opiniões públicas crescentemente críticas e no fortalecimento de unidades nacionais. Objetivos de guerra que eram definidos como opções a tomar, em cada momento, mas que não representavam objetivos vitais e que não pudessem ser negociados. Daí que o estudo do conflito, no tempo que durou e nas fases por que passou, mereça séria reflexão quanto à paralisia da diplomacia, quando as oportunidades surgiram para negociar. Ainda havia uma percepção difusa daquilo que mais tarde

¹⁰ STEVENSON, 2005, p. 123.

viria a ser conhecido por gestão de crises, e talvez generais, diplomatas e estadistas tenham esquecido Tucídides e a Guerra do Peloponeso.

Se os hipotéticos objetivos de guerra ditavam porque é que se combatia, as estratégias militares iriam ditar onde combater. Ainda que as orientações políticas detivessem algum controle sobre as operações militares, as estratégias militares adotadas pelos opositores durante o conflito foram mais ditadas pelos generais, os seus estados-maiores e as suas concepções da guerra do que as orientações políticas dos governantes. Com diferenças entre os Poderes Centrais, onde a Alemanha ditava as estratégias a seguir, e os Aliados, que antes de coordenarem ações, a partir de 1916, na conferência de Chantilly, entraram em guerra por interesses divergentes, as estratégias prosseguidas foram influenciadas por generais como Falkenhayn, Ludendorff, Hindenburgo, Joffre, Foch, Sir John French, Sir Douglas Haig ou Mustafa Kemal.

Iniciado o conflito com estratégias militares ditadas pelo conceito de poder de fogo e movimento e o princípio da ofensiva, procurando aniquilar o adversário pela batalha ou rendição, essas estratégias foram paralisadas quando a Alemanha recorreu às trincheiras e o seu progressivo desenvolvimento na frente ocidental, procurando balancear meios entre essa frente e a frente oriental, onde o exército russo, o de maiores efetivos entre os beligerantes, sempre manteve o princípio da ofensiva até 1917, quando a revolução no seu interior paralisou o seu instrumento militar.

A paralisação do movimento em combate só foi modificada com a introdução planeada e organizada do carro de combate (*tank*) que, embora tenha sido experimentado pelos Aliados nas ofensivas de Somme e Arras, em 1916, só em Cambrai (novembro e dezembro de 1917) se mostrou decisiva. A paralisação do movimento deu origem ao desenvolvimento de estratégias defensivas e à adoção temporária do princípio de que a melhor ofensiva assenta numa boa defesa (Foch) e consequente aparecimento de grandes batalhas de atrição, como as de Verdun ou Somme, em 1916, mas que não conseguiram ganhos substanciais de terreno, já que, de finais de 1914 até 1918, as flutuações na linha da frente ocidental nunca ultrapassaram os cinco quilómetros. Os Poderes Centrais e os Aliados tinham seguido caminhos diferentes até chegarem a estes tempos de massacres.

Do lado dos Poderes Centrais, Falkenhayn adotou atitudes ofensivas, mas de objetivos limitados, de forma a segurar as fronteiras orientais da Alemanha e da Áustria-Hungria e forçar a Rússia a uma paz separada, ou pelo menos destruir a sua capacidade ofensiva. Conseguiu o suficiente para ser capaz de atacar a Ocidente, na primavera de 1916, como sempre tinha desejado, sem grande

interesse em ganhos territoriais mas, antes, para provocar baixas nas forças francesas e que afetassem o seu moral. A operação foi desastrosa para aliados e alemães e, quando os aliados retaliaram, Falkenhayn foi forçado a retirar, tendo Hindenburgo e Ludendorff reparado o fracasso estratégico pelo recurso à guerra submarina e ao aumento da produção de armamento na Alemanha.

Os Aliados, a quem faltava uma direção central para a guerra, prosseguiram um conjunto de guerras paralelas, até que as derrotas de 1915 permitiram a Joffre orientar uma ação depois da Conferência de Chantilly, que servia os interesses da França, mas permitia também coordenar os esforços dos Aliados. Recusando-se a entrar em pânico depois das ofensivas de Conrad e de Falkenhayn, na primavera de 1916, os Aliados retomaram a ofensiva no verão e Haig, Foch, Brusilov e Cadorna perseguiram Falkenhayn, infligindo e sofrendo pesadas baixas. Mesmo que os Aliados desejassem continuar com a estratégia definida em Chantilly e com uma ofensiva de atrição, em 1917, nenhum dos governos aliados tinha os apoios políticos para tal, a que se juntavam as insubordinações no exército francês e da revolução russa, o que deixava os opositores sem estratégias viáveis. Alemanha, Áustria-Hungria, França e Rússia enfrentavam crescentes dificuldades em recursos humanos, que não eram compensadas pelo aumento do potencial de fogo. Grã-Bretanha e Itália aproximavam-se da mesma situação, levantando-se a questão sobre onde a guerra poderia ser ganha e se ganhar a guerra tinha algum sentido.

O falhanço dessas estratégias militares terrestres, em grande parte devido a falhanços táticos, tecnológicos e logísticos, conduziu os opositores, a partir de 1917, a procurarem novas formas de aproximações para a paz desejada, para o que foi decisiva a intervenção dos EUA, em abril de 1917, depois da queda do Czar Nicolau II da Rússia, no mês de março.

ESTRATÉGIAS TOTAIS: RECRUTAMENTO, ECONOMIA, NOVAS TECNOLOGIAS, POPULAÇÕES E MORAL

A Grande Guerra foi uma guerra baseada na mobilização de recursos humanos para o combate, para o trabalho em organizações do terreno necessárias à campanha militar, para a produção industrial, incluindo o trabalho feminino, que alimentasse a guerra em munições, navios e outros equipamentos e também da comunidade científica para encontrar soluções para alguns avanços tecnológicos nos armamentos. A I Grande Guerra, como afirmam alguns historiadores, foi voraz a

pedir recursos humanos.¹¹

As forças armadas da Alemanha atingiram entre 6 e 7 milhões de efetivos, dos quais 5 milhões no exército de campanha e o país, durante os anos de guerra, mobilizou cerca de 13,2 milhões de homens, algo como 85% da sua população masculina entre os 17 e os 50 anos. A Rússia mobilizou entre 14 e 15,5 milhões. A França 8,4 milhões (7,74 milhões da metrópole e 475.000 das suas colónias). A Grã-Bretanha mobilizou cerca de 5,4 milhões, o que representou um terço da sua força laboral masculina. A Áustria-Hungria mobilizou cerca de 3,5 milhões de homens.¹² As várias potências, com a exceção da Grã-Bretanha, recorreram ao sistema de conscrição e mobilização para satisfazerem as suas necessidades de recursos humanos, que não impediram que se atingissem situações críticas, na primavera de 1917. O sistema misto de voluntariado e mobilização da Grã-Bretanha, e os seus maiores recursos humanos no império, permitiram-lhe maiores esforços pedidos a um contingente constituído na maioria por voluntários.

Considerando a elevada taxa de baixas que a guerra provocou em todos os participantes nos combates, desde as primeiras semanas do conflito, pode parecer estranho que a crise de efetivos só se tenha evidenciado em 1917. Apresentam-se várias razões para tal facto. A primeira pode relacionar-se com a guerra de trincheiras e a relativa proteção que proporcionava face ao fogo adverso, a que se juntou um melhor reabastecimento proporcionado pelo caminho-de-ferro e rações enlatadas. Também o apoio médico desempenhou papel importante. Enquanto na Guerra Civil Americana, a percentagem de mortos entre combatentes feridos atingiu 13,3 e na Guerra da Crimeia 10, esse número caiu para 8 na Grande Guerra. O número de médicos nas unidades combatentes aumentou significativamente (a Alemanha mobilizou 80% dos 33.081 médicos da nação), as técnicas de raio X, anestesia, cirurgia e medicina preventiva (vacinas) tiveram um desenvolvimento notável com a guerra, que foi considerado o primeiro conflito em que as mortes por ferimentos em combate foram superiores às provocadas por doença.¹³ Às baixas provocadas pela guerra, com as consequências que provocaram na disponibilidade de efetivos para as forças armadas e no seu moral, foram ainda acrescentados outros motivos, como as deserções, diferentes entre Aliados e Poderes Centrais, e graves problemas de disciplina, materializados em insubordinações e abandono das fileiras, com especial incidência a partir de 1917. Alguma interrogação subsiste, para gerações vindouras, sobre os motivos que levavam

¹¹ STEVENSON, 2005, p. 198.

¹² STEVENSON, 2005, p. 198.

¹³ STEVENSON, 2005, p. 207.

os contingentes mobilizados a combaterem num conflito tão violento: patriotismo, sentido de grupo, ação de comando ou fatalismo face à ausência de alternativas. Diferentemente encarado face aos diferentes sistemas de recrutamento adotados, combater parecia ser um desígnio para as gerações mais jovens que tinham sido envolvidas no conflito.

A guerra iria afetar o moral das populações pela insegurança provocada nas regiões ocupadas e nas áreas de combate nas frentes ocidental e oriental, cujo território e culturas foram devastados pelos bombardeamentos da artilharia. Moral que foi diminuindo com o tempo e que, sem sofrerem as violências dos bombardeamentos que ocorreram na II Grande Guerra, ainda assistiram ao bombardeamento de Londres por duas aeronaves Zeppelin da marinha alemã, em maio de 1915, matando 127 indivíduos e ferindo 352 durante o resto do ano.¹⁴

A guerra também iria consumir recursos financeiros das nações numa escala nunca vista e que só iria ter alguma comparação com os gastos da II Grande Guerra. As despesas públicas da Alemanha, a maioria consideradas despesas de guerra, cresceram entre 18% a 76%, no período de 1914 a 1917. Na Grã-Bretanha, as despesas militares em relação ao PIB atingiram 70%, em 1917, o que representa um aumento substancial relativamente ao que se tinha verificado em 1814-15 (10 a 25%) e ao que se iria verificar em 1943 (54 a 57%). Em França, as despesas com a guerra podem ter ultrapassado o PIB, compensando o deficit com empréstimos contraídos em 1917. Nos períodos de 1914-15 a 1916-17, os gastos da Alemanha com a guerra passaram de \$2,920 para \$ 5,936 milhões, os da França, de \$1,994 para \$3,827, os da Grã-Bretanha, de \$2,493 para \$7,195 e os da Rússia, de 2,540 milhões de rublos para 15,267 milhões.¹⁵

Todas as nações, para financiarem estes custos, recorreram a impostos e a empréstimos de dívida pública, quer internamente quer no exterior. O recurso a impostos, variável de nação para nação, cobriu uma fração moderada dos custos de guerra, por razões diversas que cobriam aspetos técnicos com a cobrança, o legado moral e encargo que representavam para as gerações futuras e equilíbrios internos de consenso político para um esforço de guerra com opiniões públicas divididas. Em Inglaterra, que recorreu muito a impostos, essa fonte de financiamento representou 26,2% dos custos da guerra. Na Alemanha representou, provavelmente, 16,7%, em França, 15%, na Itália 23% e na Rússia 26%. França e Rússia recorreram mais a impostos sobre o consumo do que sobre

14 STEVENSON, 2005, p. 190.

15 STEVENSON, 2005, p. 219.

rendimentos.¹⁶

O recurso ao financiamento externo variou entre Aliados e os Poderes Centrais. A Alemanha foi a principal fonte de financiamento para as nações mais pequenas deste bloco, garantindo subsídios mensais, como à Áustria-Hungria (100 milhões de marcos mensais a partir de 1915), e financiando-se, por sua vez, nalguns estados neutrais vizinhos como a Holanda, Dinamarca, Suíça ou Suécia. Quanto aos Aliados, a Grã-Bretanha e França, no início do conflito, foram os financiadores de Itália e Rússia, sendo para esta nação que foram canalizados cerca de 70% dos fundos emprestados pelos EUA àqueles países.

Os empréstimos e o comércio dos EUA foram importantes para o esforço de guerra, ainda que tenham passado por crises, quando o Presidente Wilson tentou mediar o conflito e encontrou a oposição dos Aliados ou durante a revolta da Páscoa, na Irlanda, em 1916, que deteriorou as relações entre a Grã-Bretanha e os EUA. Quando os EUA, quebrando a sua neutralidade, entraram na guerra, em abril de 1917, Londres só dispunha de mais três semanas de reservas de ouro e títulos para poder continuar a comprar nos EUA e só alguns adiantamentos de crédito por parte da firma J.P. Morgan permitiram ao tesouro inglês continuar a cumprir as suas obrigações financeiras. Mesmo que a Grã-Bretanha pudesse continuar a cumprir as suas necessidades em dólares sem a intervenção americana, teria grande dificuldade em apoiar os seus aliados. Manter o equilíbrio entre o dólar americano e o esterlino obrigou a fazer uma parceria das reservas de ouro dos Aliados e teve de recorrer-se à impressão de papel-moeda com reflexos na inflação.

O esforço de guerra das nações, a par do sofrimento das populações, distribuía-se entre custos financeiros e necessidades de produção de munições, armamentos, navios e equipamentos, que exigiam recursos e mão-de-obra. O que contava militarmente não era tanto o potencial económico, mas a capacidade para manter e apoiar as forças armadas. Os Aliados tinham mais população do que os Poderes Centrais. Em 1914, o Império Britânico, França, Rússia, Bélgica e Sérvia contavam 656 milhões de habitantes contra os 144 milhões dos Poderes Centrais, ainda que a maioria dessas populações vivesse afastada dos centros industriais. Nas vésperas do conflito deflagrar, a Alemanha e Áustria-Hungria produziam anualmente cerca de 20,2 toneladas de aço face a 17,1 toneladas produzidas pelos aliados e estavam à frente nalgumas especialidades da indústria química e engenharias.¹⁷

Depois da fase inicial do conflito na frente ocidental, e em especial da batalha do Marne,

¹⁶ STEVENSON, 2005, p. 223.

¹⁷ STEVENSON, 2005, p. 231.

tornou-se evidente que a produção de armamentos e equipamentos tinha de ser acelerada. O consumo de munições de artilharia e de metralhadora ultrapassou todas as previsões, os elevados efetivos necessitavam de armamentos e equipamentos individuais em número crescente, as organizações defensivas nas frentes necessitavam de maiores calibres e maior capacidade explosiva, a guerra nos mares, com a perda crescente de tonelagem, devido à ameaça submarina, necessitava maior capacidade de construção naval e uma indústria aeronáutica nascente iria necessitar de mão-de-obra mais qualificada.

As necessidades de recrutamento para o combate afetaram a mão-de-obra disponível. Na Grã-Bretanha, em meados de 1915, o recrutamento afetou em 21,8% a força laboral no sector mineiro, em 19,5% a indústria mecânica, em 16% a produção de armamento ligeiro e em 23,8% a indústria química e de explosivos. Para compensar estas faltas foi chamado à ação o trabalho feminino que, em França, cresceu de 382.000 efetivos, em julho de 1915, para cerca de 1.500.000, em julho de 1917.¹⁸

Na tentativa de encontrar medidas que permitissem diminuir os efeitos provocados, como a utilização de novas armas em combate, como os gases, o submarino, o avião, a artilharia e morteiro utilizados em posições desafiadas das vistas do adversário, o lança-chamas ou o fogo da metralhadora, as comunicações elétricas por fios ou sem fios, entre outras, a comunidade científica foi chamada a pesquisas científicas e tecnológicas que conduziram a passos importantes na regulação do tiro da artilharia, na deteção acústica dos meios submarinos, na máscara antigás, na localização pelo som ou luz dos disparos da artilharia e morteiros do adversário ou na interseção e descodificação de comunicações.

DA ILUSÃO DE UMA GUERRA CURTA AO REALISMO NA PROCURA DE PAZ

No verão de 1917, três anos de mortandade tinham conduzido a Rússia a uma revolução e a França a insubordinações no seu exército. Os EUA forneciam com cuidado o apoio naval e financiamento, ainda que não tivessem colocado qualquer unidade em combate. Alemanha e Áustria-Hungria estavam próximo da exaustão, ainda que algumas inovações na tática do combate lhes proporcionassem vantagens operacionais. A Grã-Bretanha mantinha um exército coeso, mas a nação estava nos limites das suas capacidades humanas e económicas. À ilusão de 1914 sobre uma guerra

¹⁸ STEVENSON, 2005, p. 234.

curta opunha-se uma realidade bem diferente.

No outono, os Poderes Centrais retomaram a iniciativa, contra-atacando as forças da Rússia, sob o Governo Provisório de Kerensky, e dando sinais ténues de uma nova guerra de movimento, com inovações na artilharia e uma nova tática para a infantaria.

Apesar dos ataques dos Aliados no Isonzo (Itália), na Flandres e na Palestina, as forças alemãs, em julho, expulsaram as russas da Galícia (região na Polónia-Ucrânia), em setembro, conquistaram Riga e, em outubro, infligiram uma pesada derrota às forças italianas, em Caporetto. Em novembro, com a tomada do poder na Rússia pelos bolchevistas, iniciaram-se conversações de paz, materializadas por um cessar-fogo em dezembro e a assinatura do tratado de Brest-Litovsk, em março seguinte.

Tentando alcançar a paz e mediar o conflito, em 8 de janeiro de 1918, o Presidente Wilson, dos EUA, apresentou ao Congresso a sua proposta de catorze pontos que a Alemanha rejeitou. A paz na frente oriental permitiu à Alemanha concentrar as suas forças a ocidente e preparar-se para uma grande ofensiva na primavera de 1918, lançando 191 divisões contra as 178 aliadas, o que lhe dava superioridade numérica, desde 1914, e que poderia conduzir a uma vitória final.¹⁹

A ofensiva alemã começou com a operação “Michael”, numa frente de cerca de oitenta quilómetros, entre Arras e Noyon, e que iria durar de 21 de março a 5 de abril de 1918. O ataque começou às 04h30 de 21 de março com um bombardeamento de artilharia e que concentrou o fogo de 6473 bocas-de-fogo de artilharia (incluindo 2453 peças de maiores calibres) e 2532 morteiros sobre os sectores dos III e V Exércitos britânicos, durante cinco horas. Foram disparadas 1,16 milhões de granadas que podemos comparar com os 1,5 milhões disparados pelos britânicos, em sete dias, durante 1916. O assalto da infantaria foi também prodigioso. Ludendorff reuniu 76 das suas 191 divisões de infantaria, dispendo 32 em primeiro escalão e com 28 a 32 em segundo escalão, face às cerca de 26 divisões dos III e V Exércitos britânicos que dispunham de 2084 bocas-de-fogo de artilharia. O ataque alemão conquistou, num único dia, cerca de 100 quilómetros quadrados de terreno, tanto quanto os Aliados tinham conquistado na batalha do Somme, em 140 dias. Os alemães sofreram 39929 baixas (10851 mortos), mas infligiram aos defensores quase o mesmo número: 38512 (7512 mortos).²⁰

Menos de uma semana depois, Ludendorff lança uma segunda ofensiva na região do rio Lys (Operação “Georgette”). A 9 e 10 de abril, os IV e VI Exércitos alemães atacaram numa frente de

¹⁹ STEVENSON, 2005, p. 397.

²⁰ STEVENSON, 2005, pp. 412-13.

cerca de 32 quilómetros, com doze divisões em primeiro escalão, das vinte e sete empenhadas, com o apoio de 2208 bocas-de-fogo de artilharia e 492 aviões. Opunham-se-lhes cinco divisões inglesas e duas divisões portuguesas. O esforço do ataque alemão foi sobre uma divisão portuguesa, que tinha à sua responsabilidade uma frente de oito quilómetros, mas que não tinha sido reforçada, apesar das informações disponíveis alertarem para isso. A 12 de abril, os alemães estavam aptos a continuar a progressão numa frente de cerca de 45 quilómetros, forçando o dispositivo aliado a recuar dos seus ganhos de terreno no saliente de Ypres e vir parar às portas da cidade.

Enquanto outras operações continuavam a Sul, na fronteira de Itália com a Áustria, Ludendorff decide atacar de novo na frente ocidental, na região de Champagne, entre 27 de maio e 4 de junho, levando a cabo a operação “Blücher”. Com menos perdas do que em ataques anteriores, esta ofensiva alemã causou grande preocupação política, já que as forças alemãs ficaram a menos de cem quilómetros de Paris e na posse do caminho-de-ferro que, da capital, se dirigia para Nancy. A 5 de junho, o governo inglês discutia evacuar todo o contingente britânico em França. Cerca de um milhão de pessoas abandonou Paris que, durante 1918, tinha sofrido raids aéreos mas também a flagelação do “canhão de Paris”, óbuses alemães de grande alcance (55 milhas) que, de março a agosto, tinham disparado sobre a cidade 283 granadas e matado 256 pessoas.²¹ Nos meses seguintes, o foco do combate manteve-se em volta das aproximações a Paris e a superioridade alemã ia desaparecendo. Ludendorff constatava que ia perdendo potencial de combate, já que a entrada das tropas dos EUA em teatro seguia mais rápida do que o previsto (entre abril e junho, tinham chegado efetivos correspondentes a quinze divisões) e, em junho, cerca de meio milhão de militares alemães tinham contraído a “gripe espanhola”.

Durante a primavera e o verão de 1918, os alemães tinham capturado dez vezes mais território do que os Aliados tinham conseguido em 1917, estendendo a frente, da costa da Bélgica a Verdun, de 390 para 510 quilómetros. Tinham sofrido quase um milhão de baixas e, ainda que as baixas britânicas e francesas também fossem enormes, os Aliados contavam agora com o reforço americano, que iria atingir 1.872.000 efetivos, no início de novembro desse ano.

Era tempo de os Aliados retomarem a iniciativa. Às 04h30 do dia 8 de agosto, sem preparação de artilharia, a coberto de nevoeiro e progredindo em solo favorável, uma frota de 552 veículos blindados de várias categorias atacou seis divisões alemãs na região de Amiens e a meio da tarde

²¹ STEVENSON, 2005, p. 418.

tinham avançado mais de doze quilómetros, tendo sofrido cerca de 9000 baixas, mas infligindo quase o triplo ao opositor e capturando cerca de 12000 prisioneiros e 400 canhões. A 30 de agosto, o General John Pershing constituía o I Exército americano e, a 12 de setembro, lança a sua primeira ofensiva no saliente de St. Mihiel conseguindo uma vitória, quando os alemães já estavam a retirar para a sua linha de defesa final, a linha de Hindenburg, que seguia a linha de combates de 1914, agora mais fortificada, especialmente no sector central, depois da retirada do Somme, na primavera de 1917.

Foch lançou o seu grito inspirador de "todos à batalha" e, como resposta, a 26 de setembro, franceses, ingleses, belgas e americanos lançaram uma ofensiva de 123 divisões, com 57 em reserva, contra 197 alemães.

Numa reunião com o Kaiser Guilherme II, em Spa, na Bélgica, a 26 de outubro, Ludendorff apresentou a sua resignação do cargo de Comandante-chefe, que foi aceite. A 9 de novembro, Guilherme II abdicava. Iriam iniciar-se as negociações para um armistício e a paz. A mortandade na Europa iria parar por pouco, ao mesmo tempo que quatro impérios ruíam. Outro império estava para nascer na Rússia onde a guerra civil ia tomando forma.

O COMBATE

Quando as operações militares começaram, em agosto de 1914, as tropas terrestres, constituídas na maioria por jovens conscritos, marchavam para a frente com flores e aplausos das multidões nas gares dos caminhos-de-ferro, fazendo ainda uso de uniformes coloridos com que tinham combatido no século anterior e os seus oficiais ostentando o seu símbolo de comando: a espada. O armamento individual do combatente era a espingarda de repetição, de vários modelos (Mauser, Steyr-Mannlicher, Mosin, Lee-Enfield, Lebel, Berthier, Springfield), com calibres que variavam dos 6,5mm aos 9,0 mm, carregadores ou depósitos que podiam ir até aos dez tiros e utilizando a baioneta. Mas, a cada infante, nos exércitos envolvidos, afligia-o o peso que teria de carregar: a espingarda pesando cerca de cinco quilogramas, a baioneta, cartucheiras com cem munições, garrafa de água, uma embalagem com meias e camisa para muda, mochila com rações enlatadas e roupa eram o padrão comum. Os britânicos, depois das longas marchas nas savanas durante a guerra Boer, tinham inventado o sofisticado equipamento Slade-Wallace, de tecido reforçado que permitia uma melhor distribuição do peso pelo corpo. Os alemães fixavam-se no cabedal, com o capote enrolado sob uma mochila à prova de água. Os franceses carregavam o seu equipamento de campanha às

costas, encimado pela marmitta que brilhava ao sol. Os russos enrolavam tudo no capote que, sobre o ombro, passava debaixo do outro braço. Tudo arranjado, cada infante transportava consigo cerca de 25 quilogramas e, com eles, usando botas cardadas, teria de marchar cerca de 25 quilómetros diários, levando a pensar que, em 1914, os pés eram tão importantes quanto os comboios. Uma Divisão, em marcha sobre um itinerário, estendia-se por cerca de 32 quilómetros.²² Apoiar cada combatente tinha aumentado substancialmente nos últimos quarenta anos, estimando-se em cerca de 3,5 quilogramas a necessidade diária de reabastecimento por homem.²³

Os cavalos ainda constituíam parte importante da força terrestre, quer para a cavalaria quer para rebocar a artilharia e ainda para assegurar transporte de abastecimentos para a frente, constituindo a sua alimentação uma grande necessidade logística para os comandantes. O I Exército alemão que invadiu a Bélgica, em 1914, com 84000 cavalos, consumia por dia cerca de 900 toneladas de ração que necessitavam de 900 carros diários para o seu transporte.²⁴ As viaturas motorizadas faziam o seu aparecimento, com grandes variedades de marcas e diferentes necessidades de peças sobressalentes, sendo os seus movimentos limitados a cerca de 60 quilómetros diários e sujeitos a acidentes frequentes dada a falta de experiências dos condutores.²⁵

Depois das experiências recolhidas na guerra franco-prussiana de 1870-71 e da guerra russo-japonesa, o combate terrestre era encarado, não com a finalidade de travar grandes batalhas, mas visando conquistar terreno, destruindo ou paralisando a ação do adversário. O potencial de combate terrestre assentava no potencial de fogo e a regra de três para um em efetivos regulava o princípio da ofensiva. Maiores efetivos e melhor artilharia eram pré-requisitos para o sucesso.

No combate naval, a finalidade continuava a ser a destruição dos navios adversários. O couraçado, com casco cada vez mais resistente e armado com artilharia de grandes calibres passou a constituir o capital ship das armadas, onde uma diversidade de navios aptos a realizarem outras missões o acompanhavam. O aparecimento do submarino e do torpedo, assim como a mina flutuante passaram a constituir uma ameaça séria para os navios de superfície.

A utilização do espaço aéreo foi evoluindo progressivamente, com o avião e o aeróstato utilizados inicialmente para a observação visual e para fotografar o terreno e só sendo utilizado para o bombardeamento estratégico de cidades ou para conseguir superioridade aérea momentânea sobre

22 KEEGAN, 1999, p. 86.

23 CREVELD, 1977, p. 100.

24 STEVENSON, 2005, p. 124.

25 STEVENSON, 2005, p. 126.

o campo de batalha, nos anos mais avançados do conflito. Nascia o combate aéreo com alguns heróis legendários a deixarem o seu nome para a história na nova forma de combater.

O COMBATE TERRESTRE

Durante os quatro anos que durou a Grande Guerra, o combate terrestre tomou variadas formas, condicionado pelos teatros de operações em que se desenrolou (frente ocidental ou frente oriental na Europa, terreno montanhoso dos Alpes, savanas de África, península de Gallipoli ou terrenos desertos da Palestina ou da Mesopotâmia), efetivos empenhados, armamento utilizado e, especialmente, a concepção dos comandantes das forças empenhadas em desenvolverem operações ofensivas ou de defesa.

Em agosto de 1914, o avanço dos exércitos alemães teve de enfrentar, a Norte, a linha defensiva do rio Meuse, na fronteira com a Bélgica, e as fortalezas que guardavam as suas passagens. Foi um ataque que se baseou na potência das artilharias disponíveis e nos calibres conhecidos até então (21 cm), que foram superados por calibres superiores desenvolvidos em segredo pelas fábricas Krupp e Skoda. O movimento alemão era apoiado por grandes concentrações de artilharia a que as forças francesas, belgas e depois inglesas tentavam opor-se, utilizando o terreno, a metralhadora e também a artilharia. O combate centrava-se na unidade tática elementar, a secção, e cada combatente tinha agora a seu cargo maior área de terreno do que em conflitos precedentes (cerca de 100m²). Os avanços no terreno não se processavam com a velocidade desejada, por deficiências logísticas e de comunicações, mas, passados trinta e cinco dias do início das operações, a 4 de setembro, as forças alemãs cercavam Rheims e estavam a 50 quilómetros de Paris.

No final da segunda semana de setembro, quando as forças francesas e inglesas em contraofensiva atingiram a frente que as forças alemãs tinham ocupado, encontraram trincheiras que corriam ao longo de uma linha contínua que se estendia sobre a crista de terreno atrás do rio Aisne e o seu afluente Vesle, entre Noyon e Rheims. As tentativas de ataque por ambos os opositores limitavam-se a uma faixa estreita de terreno junto da cidade belga de Ypres, onde se travou a batalha do mesmo nome, entre outubro e novembro de 1914, com baixas que os cemitérios da região testemunham. Nada se tinha visto assim na História. As perspectivas de novas ofensivas pelos Aliados ou pelos Alemães pareciam distantes, quando o inverno chegou. Uma linha contínua de trincheiras, com cerca de 600 quilómetros, estendia-se desde o Mar do Norte até à região montanhosa da Suíça neutral. A manobra,

em que cada opositor tinha pensado para desferir um ataque decisivo sobre o flanco vulnerável do adversário, tinha desaparecido, já que os flancos também se tinham fortificado, pelas trincheiras e inundações. Também o sucesso do ataque frontal tinha desaparecido, por incapacidade da artilharia disponível e do poder de fogo defensivo da metralhadora. No final da batalha de Ypres, as baterias inglesas só conseguiam disparar três tiros por boca-de-fogo/dia.

Na frente oriental, os exércitos alemães enfrentaram um combate diferente, face a tropas russas que se regiam ainda por princípios da guerra napoleónica, com uma tática a regulamentar que o pelotão de atiradores deveria estender-se numa frente de cem passos, com cerca de noventa centímetros entre cada homem. Com esta doutrina é fácil entender que as grandes batalhas na frente oriental, no final de 1914, tais como Tannenberg, lagos da Masúria ou mesmo a batalha de Varsóvia, se travassem de maneira diferente. Os atiradores mantinham-se de pé, sem procurar abrigo, as frentes de batalha estendiam-se por grandes frentes e a sua duração passava de um dia a uma semana. As montanhas dos Cárpatos e o inverno rigoroso encarregaram-se de fixar a frente ocidental e quebrar o ímpeto ofensivo.

No final de 1914, Wiston Churchill, primeiro Lord do Almirantado britânico, apresentou ao Gabinete de Guerra do seu Governo um Memorando importante. Avisava de que a guerra tinha caído num impasse, com poucas perspectivas de uma saída por qualquer das partes. Os generais poderiam decidir operações ofensivas que se traduziriam por um aumento significativo de baixas a juntar às já sofridas, pelo que Churchill sugeria que só por meios mecânicos se poderia ultrapassar o impasse, mas que o seu desenvolvimento ainda demoraria algum tempo.

Perante o desenvolvimento defensivo alemão, melhorando as trincheiras e dispendo-as no terreno de forma a proporcionar maior profundidade à defesa, que era uma inovação que também foi seguida pelos Aliados, ambas as partes procuraram desenvolver táticas novas. Táticas que foram desenvolvidas por maior descentralização do comando nas pequenas unidades e a sua capacidade para efetuarem raids sobre as linhas do adversário, pela utilização de novas armas, como a granada de mão disparada por espingarda, o lança-chamas e mesmo a utilização de gases. Que foram também conseguidas com o desenvolvimento do tiro de precisão da artilharia, agora ocupando posições desafiadas das vistas do adversário, recorrendo à fotografia aérea e à preparação teórica do tiro, melhorada com a regimagem das bocas-de-fogo (medição das velocidades iniciais dos projéteis) e cálculo das trajetórias face ao ar atravessado, nas suas condições de temperatura e humidade e também

nas condições de vento. Evitando-se a regulação do tiro, evitava-se a referenciação da artilharia pelo adversário.

As operações na península de Gallipoli, em abril de 1915, tentando modificar a situação estratégica e forçar a Turquia a abandonar o conflito, fazem reviver as operações anfíbias tentadas em séculos anteriores, agora com baixas terríveis causadas pelo fogo de metralhadoras, que esperavam o desembarque ainda sem o conveniente apoio de fogos.

Com a manutenção do impasse, os opositores decidem recorrer aos combates de atrição, tentando abalar os esforços nacionais e a vontade de combater. O ano de 1916 foi o ano das grandes batalhas de Verdun (fevereiro/março) e do Somme (julho), que ainda foram continuadas em 1917, com a batalha de Passchandaele (setembro), onde as baixas britânicas atingiram 300.000, as francesas 400.000 e as alemãs 270.000.²⁶ Foi durante esta fase intensa do combate terrestre que o matemático inglês Frederick Lanchester desenvolveu as suas equações (Equações de Lanchester)²⁷ tentando demonstrar a atrição (baixas) que um exército sofreria, em função do tempo de exposição às armas de fogo do adversário.

Quer Aliados quer Alemães tentavam, com a experiência, melhorar a sua tática do combate terrestre. No início de 1918, a Secção (ou Gruppe), constituída por nove atiradores e uma metralhadora ligeira, sob o comando de um sargento, tornava-se de facto a pequena unidade elementar e Ludendorff dedicava especial atenção ao treino das suas tropas nos princípios da nova tática. Reconhecendo que muitos dos seus efetivos estavam envelhecidos e cansados, estabeleceu uma distinção entre divisões de posição (efetivos mais velhos) e divisões de ataque (efetivos mais novos, melhor alimentados e melhor treinados). Cerca de 56 divisões eram retiradas durante três semanas da frente e sujeitas a um treino intensivo de marchas, tiro de carreira e simulação de combate em movimento. A par dos desenvolvimentos táticos, procurava-se melhorar o armamento. As divisões de assalto foram armadas com a metralhadora ligeira MG08/15, pistolas-metralhadoras e a metralhadora MG08. Os morteiros ligeiros foram levados para a frente para atacarem objetivos específicos e cada divisão passou a dispor

²⁶ PARKER, p. 287.

²⁷ Lanchester desenvolveu dois tipos de equações diferenciais (linear e quadrada), concluindo que os potenciais de combate de duas forças em confronto serão iguais quando o produto do quadrado dos seus efetivos (n^2) pelo seu coeficiente de eficiência (c) for igual ($c \cdot n^2 = c \cdot n^2$). Por outras palavras, o potencial de uma força combatente é igual ao produto do quadrado dos seus efetivos pela eficiência de uma unidade individual de combate ($c \cdot n$). Isto justificava o Princípio da Concentração, e Lanchester ilustra a sua dedução considerando o caso de uma metralhadora ter a mesma eficiência que 16 atiradores. Estava aberta a discussão sobre quantas metralhadoras seriam necessárias para substituírem 1000 atiradores (NA). (Lanchester F.W., "Mathematics in Warfare" in *The World of Mathematics*, Vol. 4 (1956) Ed. Newman, J.R., Simon and Schuster)

de uma companhia de morteiros médios.²⁸

A alternativa para o combate, conforme tinha sugerido Churchill, o tank, apareceu em novembro de 1917. A 20 desse mês, frente a Cambrai, depois de um breve bombardeamento de artilharia, os tanques britânicos atacaram as posições alemãs que ruíram, custando aos britânicos menos de 5000 baixas. Num dia de ataque, os novos instrumentos para o combate terrestre apoiados por infantaria conquistaram mais terreno do que a ofensiva em Passchandaele tinha conquistado em três meses.²⁹

Nascia nova tática para a ofensiva no ataque terrestre, agora com um movimento, poder de fogo e proteção capazes de se equilibrarem numa verdadeira manobra terrestre.

As operações militares em África, entre Aliados e Alemães, envolvendo contingentes expedicionários do continente europeu e contingentes recrutados localmente, conduziram ao desenvolvimento de novas táticas e técnicas do combate terrestre, como a guerrilha, bem ilustradas pelas operações levadas a cabo pelo general alemão Paul Emil von Lettow-Vorbeck (1870-1964), contra forças inglesas e portuguesas nos territórios do Tanganica, Moçambique e Rodésia.³⁰

As operações militares terrestres, com os seus sucessos e desaires, trouxeram algumas inovações para a arte militar. Entre a estratégia militar dos planos e a tática dos combatentes surge a arte operacional, ou tática das Grandes Unidades noutra designação, a cargo dos comandantes dos Teatros e que iria ser posteriormente aperfeiçoada pelo Exército Vermelho, da URSS. Avaliando a situação, o Comandante passou a balancear a defesa e o ataque no Teatro, e observando os princípios da guerra de massa, objetivo, esforço e sua reiteração e economia de meios, passou a concentrar a ofensiva em setores do adversário reiterando o esforço, dividindo a força em escalões de ataque. O conceito de defesa em profundidade foi também desenvolvido pelo exército alemão, publicando, em 1916, “Os princípios do comando na batalha defensiva na guerra de posição”. A implementação deste conceito, em 1917, podia consistir em cinco linhas defensivas, ligadas por trincheiras, com uma “zona avançada”, de 500 a 1000m que funcionava como “arame de tropeçar”, uma zona de combate com 2 km ou mais em profundidade e uma zona de proteção da artilharia.³¹

A batalha passou a ser a batalha de armas combinadas, com a artilharia a apoiar diretamente a infantaria, com a engenharia a vencer obstáculos e a abrir caminho, com a força aérea nascente, e

28 STEVENSON, 2005, p. 400.

29 STEVENSON, 2005, p. 287.

30 LETTOW-VORBECK, My reminiscences of East Africa.

31 JORDAN/KIRAS, 2008, pp. 84-85.

dependente da visibilidade, a começar a apoiar algumas das operações em terra e com o tank, ainda em pequenos números, a levar o poder de fogo e o choque para o interior do adversário. Também a tática da infantaria, com formações mais pequenas e mais dispersas, novas armas e novas táticas evoluiu, entre 1914 e os anos finais da guerra. Voltava-se ao movimento que a trincheira tinha paralisado, esperava-se que a motorização trouxesse maiores capacidades de movimento à força, ainda muito dependente da capacidade de marcha do homem e da velocidade do cavalo.

O COMBATE NAVAL

Quando se iniciou o conflito, as esquadras dos Aliados e dos Poderes Centrais possuíam navios de superfície tecnicamente idênticos. Os Aliados possuíam 59% da tonelagem dos navios a vapor (o Império britânico 43%) contra 15% detida pelos Poderes Centrais.³² Este poder naval permitiu aos Aliados transportar efetivos e abastecimentos e manter um fluxo de recursos fornecidos por todo o mundo, mesmo antes dos EUA se envolverem no conflito, que foi essencial para a ofensiva em 1916.

A partir de 1915, a guerra no mar assemelhou-se, no seu impasse, ao que acontecia em terra. Impasse em inatividade, pontuada por *raids* e emboscadas ocasionais entre navios que procuravam bloquear, nos portos, os navios adversários, sem sucessos visíveis, dado o aparecimento de defesas com base nas minas, torpedeiros e submarinos.

A contenção das esquadras adversas da Alemanha tinha de ser procurada nas saídas para o mar, através dos estreitos do Báltico e do Mediterrâneo. A Alemanha, para combater os navios Aliados, lançou mão do submarino, que afundou poucos navios durante 1914, mas que desencadeou algumas ações espetaculares em 1915, com o afundamento de três cruzadores ingleses.

Os Aliados não estavam preparados para o ataque submarino ao seu comércio e não possuíam qualquer resposta para esse ataque. Destruíram 46 submarinos em 1914-16, que só correspondia a um terço da regeneração da frota por parte da Alemanha, e destruíram 132 em 1917-18. As técnicas para a deteção submarina ainda eram incipientes, limitadas aos hidrofones que tinham alcance de deteção limitado. As ações contra os submarinos eram levadas a efeito pelos destroyers, que colocavam minas ou cargas de profundidade ainda incipientes e que só foram tecnicamente melhoradas a partir de 1916. Nas 142 ações levadas a cabo pelos destroyers da marinha britânica contra os submarinos alemães,

³² STEVENSON, 2005, p. 244.

até final de 1917, só seis foram destruídos.³³

O afundamento do navio de passageiros Lusitânia por torpedos do submarino alemão U-20, a 15 de maio de 1915, ao largo da costa irlandesa, e de que resultaram 1201 mortos, na maioria mulheres e crianças, entre os quais 128 americanos, levou à suspensão temporária dos ataques dos submarinos alemães³⁴, devido ao choque que provocou nas opiniões públicas, com relevo para a americana.

Uma outra tática usada pelas esquadras, recorrendo ao que se tinha passado no século passado, foi o recurso ao bloqueio naval. A Grã-Bretanha tinha deslocado a base das suas esquadras do Canal de Inglaterra para uma base construída em Scapa Flow, nas ilhas Orkney, ao largo da Escócia. Dessa base, os britânicos impediam a liberdade de ação da esquadra alemã para sair do mar Báltico e que viesse para Sul Canal, permitindo assim que os transportes para França se processassem com segurança. Ao mesmo tempo, fechando o espaço entre a Escócia e a Noruega, deixava aos alemães para operarem só o Mar do Norte e o Báltico. De Malta, que tinham ocupado em 1798, os britânicos podiam impedir os movimentos da esquadra austro-húngara e, com as esquadras francesa e italiana, ter liberdade de ação no Mediterrâneo.

A 31 de maio de 1916, ao largo da península da Jutlândia, as esquadras inglesa e alemã encontram-se para o que iria constituir a grande batalha naval do conflito. Foi uma batalha que também terminou em impasse, já que a melhor proteção dos navios alemães e o seu controlo de danos lhes permitiu colocarem-se a salvo sem serem afundados. Como diriam críticos mais tarde, se o desfecho tivesse sido diferente o curso da guerra também teria sido diferente.³⁵

O COMBATE AÉREO

Em Agosto de 1914, cada um dos principais beligerantes possuía algumas centenas de aviões e um complexo militar industrial, pequeno mas dinâmico, que os produzia. Logo que se iniciou o conflito, os beligerantes pressionaram o uso dos meios aéreos para efetuarem reconhecimentos. Em agosto de 1914, os aviões desempenharam uma função importante, quando um avião francês observou o movimento do I Exército alemão, do General Kluck, torneando Paris, e aviões alemães seguiram os movimentos russos antes da batalha de Tannenberg, na frente oriental. Essa observação evoluiu para

33 STEVENSON, 2005, p. 257.

34 STEVENSON, 2005, p. 257.

35 CREVELD, 2006, pp. 63-64.

a fotografia aérea e também para a observação do tiro de artilharia e para a sua regulação. Os pilotos passaram a utilizar armamento individual, tentando disparar sobre o adversário no ar e tornaram-se imaginativos, utilizando pequenos dardos incendiários para atingir as telas dos aviões adversários.

A partir de 1915, a arma do avião passou a ser a metralhadora, que disparada para a frente atingia muito frequentemente a madeira com que era construído o hélice do próprio avião. Mas, em 1916, uma invenção holandesa, imediatamente utilizada pelos aviões alemães, permitiu sincronizar o disparo das armas com a rotação do hélice, facilitando o disparo.

O combate aéreo passou a desafiar a imaginação e valentia, e criou heróis de lenda como o Barão Vermelho, do lado alemão, e a Esquadilha Lafayette, constituída por jovens voluntários norte-americanos, que se celebrizou nos combates aéreos e foi depois reconstituída em cinema (*Fly Boys*). Os aparelhos foram também evoluindo, com os famosos Albatroz, Nieuport e Spad.

A configuração dos aviões e a potência dos seus motores não permitiam, ainda, a sua utilização no apoio às operações de superfície. Mesmo assim, aviões alemães lançaram bombas no terreno, na primeira fase da ofensiva de Verdun, e aviões ingleses bombardearam cinco comboios alemães, durante a batalha de Loos (1916), lançaram algumas bombas e cilindros com gás sobre as tropas alemãs e lançaram cinco toneladas de bombas durante a batalha do Somme.³⁶

O bombardeamento estratégico estava também na sua infância e as experiências levadas a cabo pelo Zeppelin sobre Londres, em maio de 1917, foram suspensas, já que Ludendorff abandonou a ideia de que tais bombardeamentos iriam afetar o moral das populações. O mesmo se passava com os Aliados.

O grande salto em frente deu-se depois de 1917, quando os beligerantes, percebendo a nova arma, procuravam obter superioridade aérea que permitisse o apoio a operações em terra. O número de aviões alemães duplicou entre 1917 (1200) e 1918 (2400), com cerca de 2000 empenhados na frente ocidental, agora todos em metal e asa simples, contrastando com os modelos de tela e madeira dos anos anteriores. Começava também a discussão entre as missões da nova arma, com os defensores do bombardeamento contra os que defendiam o apoio aéreo próximo.

Em abril de 1918, o governo inglês de Lloyd George autorizou uma ofensiva de bombardeamento aéreo, como represália aos bombardeamentos dos novos aviões alemães Gotha e, na sequência, face a um relatório do General Smuts, criou a Real Força Aérea e o Ministério do

³⁶ STEVENSON, 2005, p. 190.

Ar (abril). Os bombardeiros DH4 e DH9 foram os principais instrumentos para a campanha, que atingiram cidades do Reno e centros industriais, quase sempre durante o dia. Sofreram uma firme oposição de peças de antiaérea e projetores e, no final da guerra, tinham sido perdidos cerca de 330 caças e 140 bombardeiros. O bombardeamento estratégico matou 746 civis na Alemanha, comparados com os 1414 em Inglaterra.³⁷

No mesmo ano, e durante as grandes operações desenvolvidas, quer aliados quer alemães recorreram à nova arma na sua missão de apoio a operações de superfície, desenvolvendo meios e doutrina para o apoio aéreo próximo. Novos aviões, de construção metálica e alguma blindagem, fortemente armados, como o alemão Junkers JI ou o inglês Bristol F2B, foram concebidos para aquela missão. Devidamente protegidos por caças, os ingleses utilizaram os novos meios no verão de 1917, em Passchandaele, e, em vagas maciças, os alemães começaram a utilizá-los, em 1918, na ofensiva “Michael”.³⁸

PORTUGAL NA GRANDE GUERRA

Quando a guerra começou, em agosto de 1914, Portugal tinha 5,9 milhões de habitantes, com 44% menores de vinte anos, na denominada Metrópole, e um número desconhecido de súbditos nos seus domínios coloniais em África, na Índia e no Extremo Oriente (Macau e metade da ilha de Timor). Lisboa e Porto tinham crescido na sua população, em cerca de trinta anos, de 132% e 85%, respetivamente. Entre 1910 e 1912, tinha abandonado o País, com destino ao Brasil, cerca de 3,7% da população. Na capital, o analfabetismo atingia 37,5% dos homens e 49,5% das mulheres. O PNB, que em 1860 era 86% dos países mais desenvolvidos, em 1913 recuara para 45%. O setor agrícola tinha crescido a uma média de 0,9% ao ano, entre 1851 e 1913. O nível de industrialização atingido era 46% da média europeia e um consumo de carvão per capita que era menos de um sétimo do registado nas grandes potências. Em 1913, compravam-se 84 milhões de dólares de mercadorias e exportavam-se 32. Em 1910, a dívida pública tinha atingido os 670 mil contos, o correspondente a 71% do PIB^{39, 40}. Compreender a entrada de Portugal na Grande Guerra exige que se analisem os períodos entre 1910 e 1914 e depois, de 1914 até ao final do conflito.

Em 1900, o pavilhão português da Exposição Universal de Paris tinha uma secção com as

37 STEVENSON, 2005, p. 445.

38 MURRAY/MILLET, 1996, pp. 146, 149.

39 RAMOS, p. 596.

40 RAMOS, p. 596.

melhores armas de terra e do mar ao dispor das Forças Armadas portuguesas. Como afirmava uma publicação explicativa⁴¹, uma certa estabilidade e um conjunto de governos interessados na defesa tinham elevado o armamento da Nação ao patamar da média europeia e o seu volume era considerado adequado às necessidades de uma guerra defensiva ou às campanhas coloniais. Os efetivos militares rondariam os 40000 e, para campanha, poderiam ser mobilizados 185.000 homens. O sistema de recrutamento vigente permitia escapar ao recrutamento através de um sistema de remissões monetárias o que fazia que só os mais pobres, os menos saudáveis e os menos instruídos fossem para a tropa. A esquadra portuguesa, aos olhos das potências estrangeiras, parecia uma coisa exígua, desconexa e sem unidade orgânica. Como ficara explícito nas entrelinhas do Ultimato de 1890, um qualquer couraçado moderno e bem armado dizimaria rapidamente toda a marinha de guerra portuguesa junta.⁴²

Portugal tinha mudado de regime político em outubro de 1910, derrubando o sistema de monarquia constitucional vigente e implantando a República (numa Europa onde dominavam os regimes monárquicos), por uma revolta parcialmente armada e parcialmente popular circunscrita a Lisboa, depois de o monarca reinante e o príncipe herdeiro terem sido assassinados na via pública, cerca de dois anos antes. O novo regime político demorou oito meses, até maio de 1911, para eleger uma Assembleia Constituinte e dos 229 deputados, 91 foram nomeados pelo diretório republicano sem nunca terem recebido um voto. Em setembro de 1911, aprovada a Constituição, os membros da Assembleia Constituinte, decidiram transformar-se, sem novas eleições, no primeiro parlamento da República, com duas “secções”: uns transformaram-se em deputados (163) e outros em senadores (71)⁴³. As potências europeias mantiveram-se silenciosas até à aprovação da Constituição e da eleição do Presidente da República, em agosto de 1911, e depois reconheceram o novo regime.

Os conspiradores de 1910 tinham apostado na insubordinação dos quartéis do exército e da marinha de guerra, em Lisboa. O instrumento militar do Reino, que sob o fontismo tinha iniciado uma modernização que ia prosseguindo, era constituído por quadros permanentes e praças de pré permanentes (onde se incluíam os sargentos) e que tinha participado em algumas campanhas de afirmação de soberania, na viragem do século, nalgumas parcelas do Império. Valores de heroísmo, sacrifício e camaradagem de armas tinham sido fortalecidos. Os sentimentos de fidelidade à Coroa variavam entre oficiais, sargentos e praças, mas as sociedades secretas, como a carbonária e a

41 SARDICA, 2011, pp. 39-52.

42 SARDICA, 2001, p. 14.

43 SARDICA, 2001, pp. 15-18.

maçonaria, procuravam minar essas fidelidades. Na noite de 3 para 4 de outubro nada correu bem. Os oficiais e sargentos conjurados só atuaram em dois dos dez regimentos de Lisboa, conseguindo juntar quatro centenas de soldados. Na marinha, apoderaram-se do quartel de Alcântara e dos cruzadores São Rafael e Adamastor. Declarada a República, a hierarquia do Exército aderiu em massa. Nos três dias a seguir ao 5 de outubro, 36 dos 48 oficiais do Estado-Maior e 554 dos 1163 oficiais de infantaria entregaram declarações escritas de lealdade ao novo regime. Foram demitidos 45 oficiais do Exército e 6 constituíram-se em desertores, sendo a maioria capitães e subalternos⁴⁴. A 12 de outubro, foram extintas as Guardas Municipais e nomeada uma comissão para estudar a organização que viria a ser a Guarda Republicana, e depois Guarda Nacional Republicana, com implantação em todo o País.

Sem uma base sociológica de apoio consolidada (um dirigente republicano interrogava-se sobre como 300.000 republicanos podiam impor a república a 5,9 milhões de habitantes), os anos que se seguiram à implantação da República foram tumultuosos do ponto de vista político, com partidos tentando impor ideologias programáticas perante uma maioria de população indiferente que tentava seguir a sua vida sem grandes sofrimentos.

A ideologia do Partido Republicano Português (PRP), que se tinha instalado no poder, era mais uma vez uma ideologia importada, internacionalista e fomentada por elites, como dizia o povo “que não estavam habituadas a trabalhar com as mãos”. O poder instituído procurava “mudar a sociedade”, alterando legislação sobre a religião, poder local, educação e serviço militar, que transformou no sentido de “geral e obrigatório”. Alguns conservadores convenceram-se que o anticatolicismo e o exclusivismo político eram causas para derrubar o regime, e o capitão Paiva Couceiro, refugiado na Galiza e onde teria reunido uns mil seguidores, entrou no norte do País duas vezes (as incursões monárquicas), com homens armados, em outubro de 1911 e julho de 1912, sem qualquer sucesso.⁴⁵

Em 1911, o governo decreta a reorganização do Exército, que passa a ser um exército miliciano, com o serviço militar geral, pessoal e obrigatório para todos os cidadãos masculinos. Reorganização que começa a gerar sentimentos de descontentamento, não só entre os quadros mas também entre a população e que vai ter resistência progressivas à sua execução. A continuada intervenção da formiga branca nos quartéis, em particular na transferência de oficiais, com frequência subordinada ao critério político dos partidos, aumentava o descontentamento.

Até se iniciar a guerra, em agosto de 1914, a vida nacional viveu nas disputas partidárias

44 RAMOS, p. 588.

45 OLIVEIRA, 1993, p. 112.

pelo poder, com as suas lutas internas e cisões, greves e tumultos e perturbações da ordem pública que se iam estendendo da capital ao país, e a que a imprensa europeia dava eco, transmitindo uma imagem negativa de Portugal.⁴⁶

A Câmara dos Deputados e o Senado da nova República, reunidos a pedido do Governo, a 7 de agosto, ouviram pela voz do Presidente do Ministério a declaração da posição da neutralidade de Portugal perante a guerra, “sem esquecimento porém dos deveres da aliança com a Grã-Bretanha”. Com instabilidade interna, com uma reorganização do Exército que, decretada em 1911, ainda mal começara e perante uma situação internacional em evolução rápida, mas com ameaças concretas aos seus territórios de Angola e Moçambique, por parte da Alemanha, a partir das suas possessões vizinhas na África do Sudoeste e África Oriental, Portugal, logo em setembro de 1914, organiza expedições para proteção daquelas parcelas do Império e começa a preparar uma Divisão Auxiliar que estivesse preparada para prevenir qualquer ameaça ou necessidade de intervenção, mas só atuando na Europa a solicitação dos britânicos e em nome da Aliança.

A Inglaterra não pretendia que Portugal declarasse a neutralidade nem que participasse diretamente na guerra, que lhe traria encargos adicionais em financiamento, transportes e auxílio militar. Mas ia pedindo apoios a Portugal, solicitando que as suas tropas pudessem atravessar Moçambique ou que lhe fornecesse 20000 espingardas e munições. Pedidos que eram secundados pela França, que solicitavam algumas peças de 7,5 cm TR recentemente adquiridas por Portugal.

Foram organizadas duas expedições para Angola, para onde seguiram, de 1914 a 1918, em unidades organizadas e rendições, 12430 efetivos do Exército e 600 efetivos da Marinha (organizados em companhias de metralhadoras), além dos navios que ali foram empenhados. Foram também enviados 2321 solípedes e 208 viaturas auto (segunda expedição). As campanhas nas regiões do Cunene e Cuamato evidenciaram grandes comandantes (Alves Roçadas, Pereira d’Eça) e uma forte e proveitosa ligação entre forças da Marinha, do Exército Metropolitano e Colonial. As perdas atingiram os 1493 efetivos⁴⁷. De 1914 a 1917, foram organizadas quatro expedições a Moçambique, cuja fronteira Norte estava ameaçada pelas tropas alemãs na África Oriental Alemã, sob o comando do General Paul von Lettow-Vorbeck. As forças expedicionárias totalizaram 18483 efetivos do Exército, 600 efetivos da Marinha (dois navios e um Batalhão a duas Companhias), a que se juntaram 12500 efetivos de unidades locais. As operações desenvolveram-se, inicialmente, nas margens do

46 VALENTE, “A República Velha (1910-1917)”.

47 OLIVEIRA, 1994, pp. 68-72.

Rio Rovuma, que estabelece a fronteira Norte do território (1916 e 1917), transferindo-se para o interior (1917 e 1918) tendo as forças alemãs atingido quase Quelimane. As perdas destas campanhas atingiram os 6395 efetivos (4811 mortos, 143 em combate).⁴⁸

Estas expedições, apoiadas pelas direções políticas em luta e pelas opiniões públicas, pois se tratava do interesse de Portugal, sofreram desgastes anormais devido a más condições de vida e doenças. A Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha (SPCV), que tinha sido organizada em 1865, enviou ambulâncias para apoio de saúde às tropas. Para Angola foi enviada uma, em 1915, que montou um hospital de campanha em Lubango e ali permaneceu cinco meses até ao final das operações. Para Moçambique foi enviada outra, que estabeleceu um hospital em Palma, no Norte do território, tendo ali permanecido seis meses. A missão continuou, a partir de 1917, com mais cinco hospitais montados na área de operações, tendo feito a evacuação de 8951 doentes para o Hospital de Lourenço Marques.⁴⁹

A participação de Portugal na guerra, e na frente europeia, foi mais uma das questões que desgastou a jovem República e fraturou a Nação. Muito debatida por historiadores contemporâneos, a intervenção, além das consequências do empenhamento de uma força mal preparada, mal armada e mal apoiada num Teatro de Operações, a Europa, onde o Exército não atuava desde o auxílio militar nas campanhas espanholas, no final da década de 1830, vai modificar a relação dos militares com o poder político e vai dividir a sociedade em “guerristas” e “antiguerristas”, acrescentando à crise política a crise económica e social.⁵⁰

O Exército, que se tinha prestigiado perante a Nação nas Campanhas de África, na viragem do século, desde há décadas que se encontrava “remetido a quartéis”, onde tinha assistido, com assinalável passividade, à revolta do 5 de outubro. Em 1907, o General Raul Esteves, numa obra intitulada A Função do Exército, alertava para o facto de a política comunicar às instituições militares o seu caráter fundamental “a instabilidade”⁵¹. A 22 de janeiro de 1915, os oficiais do Exército, descontentes com um conjunto de medidas legislativas e com a cedência de armamento a França, resolveram fazer entrega das suas espadas ao Presidente da República, tendo sido impedidos de o fazer por uma pequena força. O ato, que ficou conhecido pelo Movimento das Espadas, conduziu à demissão do Governo que foi substituído por um Governo presidido pelo General Pimenta de Castro, o militar mais antigo na hierarquia. Entrou-se num período de ditadura, com suspensão das garantias

48 OLIVEIRA, 1994, p. 191.

49 OLIVEIRA, 1994, p. 234.

50 OLIVEIRA, 1994, pp. 177-78.

51 SAMARA, p. 80.

constitucionais, que esteve no poder quatro meses. Uma Junta Revolucionária, formada por alguns militares que tinham participado no 5 de outubro, entre os quais o Major Norton de Matos, nos dias 14 e 16 de outubro, organizam uma revolta em Lisboa, cercam o Governo e o Presidente da República e, depois de cerca de 150 mortos e 1000 feridos, formam novo Governo, presidido por João (Pinheiro) Chagas, que sofre um atentado e é substituído por José de Castro. A interferência, de novo, dos militares na política iria continuar por anos.

No ano de 1916 iria agravar-se a situação que se vivia, piorando as condições económicas resultantes do curso da guerra, continuando o debate sobre a participação de Portugal na guerra e o agravamento da situação financeira do país.

A 23 de fevereiro, a pedido do Governo britânico, foram requisitados cerca de 70 navios alemães ancorados em portos portugueses, o que levou a Alemanha a declarar guerra a Portugal, em março. O Presidente da República, Bernardino Machado, e o governo de sua inspiração, a União Sagrada, com o Major Norton de Matos como Ministro da Guerra, vão tentar organizar um contingente para a luta na Europa, instalando em Tancos uma escola preparatória (iria ser o milagre de Tancos).

Para atuar na frente ocidental, Portugal mobilizou e organizou o Corpo Expedicionário Português (CEP) e o Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI). No início de 1917, foi proposta a transformação do CEP em Corpo de Exército, que passaria a integrar duas Divisões, com um total previsto de 53472 efetivos, e um Corpo de Artilharia Pesada, com um efetivo de 2569 homens⁵². Foram também organizados os Serviços de Aviação do CEP, com material a fornecer pela Grã-Bretanha que nunca foi disponibilizado. A 2 de fevereiro de 1917, as primeiras tropas portuguesas embarcadas chegaram ao porto de Brest, e daí seguiam para a Flandres por via-férrea. O transporte do contingente português para França, que decorreu até 20 de novembro de 1917, foi feito por navios ingleses e portugueses que realizaram 51 viagens.

O ano de 1917 assistiu ao agravamento da situação económica e social em Portugal, com a Revolução da Fome, em Lisboa, que leva à declaração do estado de sítio na capital e concelhos limítrofes (maio), movimentos grevistas (julho e setembro) e instabilidade social. Os atos de beligerâncias aumentavam, com o primeiro raid alemão ao setor português na Flandres (junho), o afundamento do caça-minas Roberto Ivens por uma mina, bombardeamentos de Ponta Delgada e Funchal por submarinos alemães e o combate da Serra Mecula, em Moçambique. A 5 de novembro de 1917, o

⁵² SARDICA, 2001, p. 21.

Comandante do CEP instalou o seu Quartel-General em St. Venant, tomou inteira responsabilidade da defesa do sector do Corpo de Exército, subordinado ao I Exército britânico que tinha a seu cargo uma frente de cerca de 50 quilómetros dos 230 que estavam à responsabilidade britânica. A frente a cargo do CEP, limitado a duas divisões, nunca excedeu os 18 quilómetros.

A 5 de dezembro de 1917, pretendendo dar resposta ao profundo descontentamento que atravessava a sociedade portuguesa, uma revolta conduzida pelo Major Sidónio Pais, ex-adido militar de Portugal na Alemanha, apoiada por muitas unidades da guarnição de Lisboa e pelos cadetes da Escola do Exército, conquista o poder, demitindo o governo e prendendo alguns dos seus membros e o Presidente da República, que se demite e vai para o exílio. Sidónio Pais instaura um novo regime político presidencialista e ditatorial, que vai ser designado por Sidonismo ou Dezembrismo, ou ainda por República Nova, e que vai durar até 14 de dezembro de 1918, data em que é assassinado, depois de ter sido eleito Presidente da República, por votação direta e uninominal, por cerca de meio milhão de votos, então a maior votação da história eleitoral portuguesa.

As operações de combate na Flandres processavam-se como era usual na frente ocidental, com raids ocasionais de parte a parte e as perdas portuguesas, até 8 de abril de 1918, data em o sector português iria desaparecer devido a uma alteração do dispositivo na frente, totalizaram 5420 indivíduos, onde se contabilizavam 1044 mortos.⁵³ O terreno e condições climatéricas estranhas ao militar português, um apoio logístico inglês deficiente e progressivamente escasso, dificultava as condições de vida nas trincheiras. A falta do apoio da retaguarda de Portugal em repletamentos para manter um efetivo escasso, e na implementação de um plano de rotações e de licenças, ia minando o moral, e cantava-se o Fado do Cavanço. Os relatórios de comando davam conta da situação, onde as insubordinações eram frequentes e a que mesmo o novo regime não dava respostas. O planeamento dos comandos ingleses, conhecedores da situação e, talvez, do local da próxima ofensiva alemã, sabiam que aquela tropa seria para sacrificar.

Em 6 de abril de 1918, às 7 horas, o Comando do CEP deixou de ter responsabilidade na defesa do seu sector. A 2ª Divisão ficava incorporada no XI Corpo de Exército britânico, ocupando sectores em Ferme du Bois, Neuve Chapelle e Fauquissart. Às 4 horas e 15 minutos do dia 9 de abril, os alemães lançaram um violento ataque contra as frentes da 2ª Divisão portuguesa e da 40ª Divisão britânica, precedido por uma forte preparação de artilharia com a utilização de gases tóxicos.

⁵³ OLIVEIRA, 1994, pp. 68-72.

Foi a batalha de La Lys que provocou 6983 baixas no contingente português (398 mortos e 6393 prisioneiros).⁵⁴

A desmobilização e o regresso das tropas a Portugal continuaram a ser influenciados pelas disputas políticas em Portugal, e um submarino alemão ainda afundou o caça-minas Augusto de Castilho, em outubro, antes de ser assinado o Armistício, a 11 de novembro.

A História de Portugal na Flandres ficou assinalada pelo sentimento popular de tragédia e os cemitérios e monumentos evocativos, em França, em África e em Portugal a lembrar os que ali caíram.

O FINAL DA GRANDE GUERRA E OS DESENVOLVIMENTOS NA ARTE MILITAR

Com o final do conflito desapareceram na Europa quatro impérios: o alemão, o russo, o austro-húngaro e o otomano. Só a Áustria-Hungria desapareceu do mapa da Europa, e das sete potências mundiais, cinco continuaram localizadas no continente europeu, onde se concentrava o potencial militar mundial. As derrotas sofridas pela Alemanha e Rússia viriam a tornar-se temporárias. O dismantelamento da Áustria-Hungria e o aparecimento na Europa Central e Oriental de pequenos estados iria fortalecer a posição da Alemanha. Grã-Bretanha e França aproveitaram para expandir as suas possessões coloniais no Médio Oriente (à custa dos turcos) e em África (onde a Alemanha perdeu as suas colónias), ainda que a França não conseguisse ocultar o seu progressivo declínio. A Itália, apesar das pretensões grandiosas e atitude agressiva de Mussolini, por falta de recursos e sem uma base industrial sólida para apoiar uma força militar, continuava uma média potência.

Fora da Europa, as mudanças geopolíticas que resultaram de nove milhões e meio de soldados mortos (o número não merece consenso) também foram limitadas. As grandes potências continuavam a ser os EUA e o Japão. Os EUA tinham pago muito para a guerra, tornando-se pela primeira vez uma nação credora, com a sua economia a dirigir o mundo. Em 1929, a sua contribuição para a economia mundial atingia os 43,3% e, dez anos mais tarde, após a Grande Depressão económica e a recuperação da Rússia e Alemanha, ainda atingia os 28,7%. Tal como após a Guerra Hispano-Americana, os EUA dismantelaram o seu exército e confiaram quase, exclusivamente, na marinha para a sua defesa. O envolvimento do Japão na guerra tinha sido menor e sofrera menos perdas e danos do que os EUA,

⁵⁴ OLIVEIRA, 1994, p. 102.

mas mesmo assim ainda entrou na posse de territórios no Extremo Oriente à custa da Alemanha. Por pressão dos EUA, a Grã-Bretanha quebrou a sua aliança com o Japão, que só veio encontrar novos aliados, em 1940, com a Alemanha e a Itália através do Pacto Tripartido.⁵⁵

Durante a década de 1920, a grande preocupação da Grã-Bretanha foi prevenir que o continente caísse demasiado sobre a influência do seu aliado na guerra, a França. A Alemanha estabeleceu uma quase aliança com a nova União Soviética, com vantagens mútuas, que lhe permitiram ir levantando uma força militar quase clandestina, e à União Soviética ter acesso a novas inovações tecnológicas. A França, tal como tinha acontecido antes da guerra, tentava conter a Alemanha pelo estabelecimento de um sistema de alianças, ao mesmo tempo que se preparava para resistir às pretensões italianas na Europa e em África. Os EUA retiraram-se da Europa e focaram-se principalmente nas tentativas japonesas para se expandir no Pacífico e Ásia Oriental. A marinha dos EUA preocupava-se com a necessidade de se preparar para a guerra no Pacífico, onde se incluíam, pelo menos até 1932, planos para enfrentar a Royal Navy.

Os gastos com a defesa diminuiriam drasticamente para valores abaixo dos 5% do PIB e o mercado internacional foi inundado de excedentes de guerra. Muito armamento foi distribuído por pequenas potências na Europa, Ásia e América Latina e algum foi parar às mãos de movimentos de resistência e anticoloniais, desde Marrocos a Burma. A Alemanha, forçada pelos vitoriosos a várias restrições, teve de desmantelar para níveis mínimos a sua força militar. Os EUA e a Grã-Bretanha voltaram aos seus sistemas militares de antes da guerra, com marinhas fortes e exércitos pequenos com base no voluntariado. As forças armadas de França, Itália e Japão permaneceram quase intactas. Na Rússia, logo que os tremendos danos causados pela guerra, a guerra civil e a guerra com a Polónia começaram a atenuar-se, o Exército Vermelho passou a organizar-se e em 1920 já era o maior na Europa, ainda que a sua qualidade merecesse reparos.

A “cultura da guerra” que tinha conduzido ao grande conflito mundial, mudava, com nações, governos e opiniões públicas a desenvolverem uma “cultura de paz”. Os sinais foram evidentes na Grã-Bretanha, com os estudantes de Oxford a afirmarem que nunca mais lutariam pela nação ou pelo rei, nos Estados Unidos, onde as promessas do Presidente Wilson por um mundo melhor, e a sua Liga das Nações, conduziram muitos americanos a não pensarem mais na Europa e a desenvolverem um sentimento isolacionista e mesmo em França, onde um governo de Frente Popular criou um

55 OLIVEIRA, 1994, p. 123.

afastamento entre as forças armadas e a população.

Entre 1919 e 1939, a natureza das relações entre as grandes potências permaneceu idêntica ao que tinha sido antes do conflito, facto que nem a Sociedade das Nações (1924) nem o Pacto Briand-Kellog (1928) foram capazes de mudar. A passagem de um Concerto de Nações a uma Segurança Coletiva, conforme proposto pelo Presidente Wilson, dos EUA, que iria ter dificuldades em se materializar, trazia duas novidades: o fim dos blocos e o alinhamento dos derrotados por cima das diferenças ideológicas (Alemanha e URSS) e o desenvolvimento da segunda vaga de anticolonialismo (a primeira tinha sido a americana dos séculos XVIII e XIX).

No mesmo período, o pensamento militar dominante no mundo europeu foi orientado para encontrar soluções que evitassem o combate mortífero que se tinha verificado com a guerra de trincheiras. E, apesar de orçamentos reduzidos e de opiniões públicas contrárias a um rearmamento, que se materializou em mais uma Conferência sobre Desarmamento (1932-34; uma outra, mais ligada a problemas das Marinhas, tinha decorrido em Washington, em 1921-22), e que reuniu em Genebra sessenta nações, mas que terminou em falhanço, as forças armadas foram capazes de inovar. E essas inovações foram significativas. As marinhas dos EUA e do Japão mudaram o combate no mar com a criação do poder aéreo embarcado em porta-aviões, que acompanhavam as esquadras na batalha. Os alemães desenvolveram uma força blindada, baseada num conceito de armas combinadas, que desfez o equilíbrio de poderes na Europa quando, em 1940, irrompeu pelas margens do rio Meuse e explorou o sucesso até ao Canal de Inglaterra. Na Grã-Bretanha, uma política de investigação e de conceitos iria mudar a guerra no ar. Fixaram-se os requisitos operacionais para os aviões Spitfire e o Hurricane que começaram a ser desenvolvidos, estudou-se a possibilidade de utilizar ondas rádio para detetar alvos aéreos e implementou-se uma rede de defesa aérea baseada nestas inovações, conjunto que iria alterar todo o contexto da luta aérea e que iria permitir ganhar, mais tarde, a batalha de Inglaterra.

O pensamento militar seguiu as inovações tecnológicas que a segunda revolução industrial ia desenvolvendo e tentou conceber teorias de aplicação em sete áreas que viriam a mostrar-se fundamentais no próximo conflito: o combate entre formações blindadas, a luta anfíbia, o bombardeamento estratégico, o apoio aéreo próximo, a luta submarina, a aviação naval e o desenvolvimento do radar.⁵⁶ Os desenvolvimentos, com meios de financiamento diferentes nas várias nações europeias, vieram a ser experimentados em conflitos limitados ocorridos no período interguerras mundiais, como a

⁵⁶ CREVELD, 2006, p. 82.

Guerra Civil de Espanha (1936-39) ou as intervenções de Itália na Abissínia em 1935.

O desenvolvimento dos princípios teóricos da guerra conduzida com meios blindados e mecanizados, centrados no carro de combate (*tank*)⁵⁷, ficaram a dever-se, principalmente, ao inglês Major General John Frederick Charles Fuller (1868-1966) que, tendo participado no primeiro conflito mundial, se dedicou depois a escrever sobre a guerra, muitas vezes com o apoio de Basil Liddell Hart (1895-1970), que também tinha servido no conflito até ao posto de capitão. Ambos procuravam ultrapassar a vantagem da defesa, com o seu poder de fogo e trincheiras, sobre o ataque, o que se tinha verificado no grande conflito que tinha terminado. Enquanto Fuller advogava ataques de formações blindadas como capazes de ultrapassar aquelas defesas, Liddell Hart defendia a estratégia indireta (*Strategy: the indirect approach*). Em vez de atacar frontalmente o inimigo, este deveria ser desequilibrado, combinando rapidez de movimento com segurança e surpresa. Sem grandes apoios do poder político e com restrições financeiras, as experiências e os desenvolvimentos técnicos processavam-se com lentidão.

O carro de combate Mark C foi substituído pelo Mark D. Com uma autonomia de cerca de 350 km e com velocidade que poderia atingir os 40 km por hora, dispunha de blindagem capaz de resistir a munições perfurantes e dispunha de uma torre giratória com duas metralhadoras, que em modelos posteriores já podia ser armada com um pequeno canhão. Manobras do exército experimentando estes novos armamentos não convenciam a decisão política e só em 1939, e perante os desenvolvimentos havidos na Alemanha, é que foi criada uma Divisão Blindada.

A França, que tinha sofrido tremendamente com a I Grande Guerra, para onde tinha entrado com elevado espírito ofensivo, tentava redefinir a sua doutrina militar, com a École Supérieure de Guerre a elaborar sobre os princípios de “uma guerra metódica”. Seguiu os desenvolvimentos em Inglaterra sobre a força mecanizada e um Coronel de Infantaria, o Coronel Charles de Gaulle, escrevia sobre o exército do futuro para a sua nação e advogava a constituição de uma força mecanizada para apoio da infantaria. A indústria ia desenvolvendo alguns modelos já experimentados na guerra.

Nos EUA, com um exército muito reduzido, e mais preocupados com os desenvolvimentos do Japão, no Pacífico, a indústria ia desenvolvendo modelos cada vez mais imaginativos, mas sem obedecerem a quaisquer requisitos operacionais definidos.

Foi na Rússia e na Alemanha, cooperando militarmente até à ascensão de Hitler ao poder,

⁵⁷ MURRAY/MILLET, 2009, p. 3.

em 1933, que os desenvolvimentos da mecanização da força tomaram maiores desenvolvimentos. A Rússia, em 1939, possuía 25000 veículos, mais do que as outras potências juntas.

Na Alemanha, a doutrina desenvolvida depois da derrota realçou alguns princípios que se afastavam das concepções inglesa e francesa. Apostando na ofensiva, na iniciativa, no comando descentralizado e num elevado profissionalismo dos seus quadros, a que dedicou especial atenção, a partir de 1933, a Reichswehr desenvolveu conceitos e aplicação de uma verdadeira força blindada e mecanizada: a força Panzer. Embora limitada no acesso às viaturas blindadas imposto pelo Tratado de Versalhes, a Alemanha prosseguia com o desenvolvimento da sua doutrina sob a inspiração de Generais como Werner von Fritsch e Heinz Guderian, que advogavam que as divisões Panzer deveriam integrar, além dos blindados, unidades de infantaria motorizada, engenharia, artilharia e transmissões.

Perante o ceticismo de parte do seu corpo de oficiais, a campanha na Polónia, em 1939, confirmou as potencialidades da nova força, ainda que o apoio próximo da Luftwaffe só se mostrasse efetivo para o ataque inicial, quer nas ofensivas da Polónia e depois da França, em 1940. A utilização desse apoio para a exploração do sucesso mostrava-se tão perigosa para o inimigo como para o atacante e só em abril de 1940 a 1ª Divisão Panzer e a Luftwaffe conduziram os primeiros testes para o controlo do apoio aéreo tático por meios rádio, durante as operações móveis.⁵⁸

Por razões estratégicas diferentes, mas com algum passado em operações anfíbias, os EUA, a Inglaterra e o Japão foram as potências, no período interguerras, que dedicaram maior atenção às capacidades militares para desenvolverem aquele tipo de operações. Havia resistências a vencer na cooperação entre forças navais e forças terrestres, já que as forças aéreas ainda estavam no início do processo de autonomia como ramo. Havia também um problema tático e técnico a resolver: encontrar uma embarcação que servisse para transportar homens e equipamentos, desde os navios de transporte até às praias de desembarque. A procura das lanchas de desembarque procedeu quase que em moldes idênticos por parte daquelas potências, ao mesmo tempo que corpos especializados, como os *Royal Marines* (Inglaterra) e o *Marine Corps* (EUA) se iam afirmando na sua especialização para este tipo de operações que vieram a ter relevo no conflito próximo que se anunciava, e em todos os Teatros de Operações.

Os meios aéreos, como vimos, já tinham sido utilizados na Grande Guerra, quer em apoio das operações ofensivas terrestres, que tentavam vencer as defesas inimigas, quer no denominado

⁵⁸ MURRAY/MILLET, 2009, p. 43.

bombardeamento estratégico. Como em todas as inovações militares haveria que estabelecer aproximações conceituais, que levassem à formulação de doutrina para aplicar o novo meio de influenciar a ação e novos desenvolvimentos tecnológicos que aperfeiçoassem as capacidades operacionais (autonomia de voo, velocidade, capacidade de carga, resistência às armas antiaéreas terrestres e capacidade de voar em qualquer tempo ou visibilidade), o que só estava ao alcance das nações com capacidades industriais.

Um general italiano, Giulio Douhet (1869-1930), assumiu a função de grande divulgador e defensor do poder aéreo, estabelecendo para o espaço aéreo a importância que Mahan tinha atribuído ao espaço marítimo. Em 1921, Douhet publicou *Il dominio dell'aria*. Resumindo, diria que, enquanto a guerra fosse só desenvolvida na superfície terrestre, seria necessário a um dos oponentes romper as defesas do adversário para conseguir uma vitória. Douhet sugeria que, quarenta aviões, lançando oitenta toneladas de bombas, poderiam destruir completamente uma cidade da dimensão de Treviso, na Itália. Calculava ainda que três aviões poderiam desenvolver um poder de fogo igual ao disparo das armas de um bordo de um navio moderno e um milhão de aviões poderia desenvolver um potencial de fogo dez vezes superior a toda a *Royal Navy*, contando com o disparo de ambos os bordos de trinta *Dreadnought*.⁵⁹

Três nações com capacidade industrial já desenvolvida (Inglaterra, Alemanha, e EUA), associando as suas realidades e ambições estratégicas às suas capacidades industriais, tentaram aproximações diferentes para conseguirem poder aéreo em duas das suas capacidades militares nascentes: o bombardeamento estratégico e o apoio aéreo próximo a operações militares de superfície.

Em Inglaterra, o poder aéreo recebeu grande apoio popular, quer pelos bombardeamentos que Londres tinha sofrido durante a guerra quer pela ação decisiva que tinha assumido na campanha na Palestina, durante 1918, quando o apoio aéreo próximo foi decisivo para a derrota do VII Exército turco pelas forças britânicas sob o comando do General Sir Edmund Allenby, em Wadi el Far, a 21 de setembro.⁶⁰ A Força Aérea (*Royal Air Force-RAF*) ganhou a sua autonomia face aos outros ramos das Forças Armadas, com grandes resistências corporativas, em 1918, e teve de viver as duas décadas seguintes com grandes restrições financeiras. O primeiro Chefe do Estado-Maior da RAF, Sir Hugh Trenchard, colocou no bombardeamento aéreo a missão principal do novo ramo (o que lhe garantia uma certa independência nas missões) e foi desenvolvido o Comando de Bombardeamento

⁵⁹ CREVELD, 2006, p. 89.

⁶⁰ MURRAY/MILLETT, 2009, p. 152.

(*Bomber Command*) e só depois o Comando de Caça (*Fighter Command*). Os meios aéreos para desempenharem as missões específicas destes comandos tinham de vencer desafios tecnológicos diferentes. Enquanto o primeiro procurava meios de grande autonomia de voo, capacidade de carga, condições de voo em todo o tempo e precisão no lançamento de bombas, o segundo tinha de vencer barreiras de velocidade e manobralidade no voo, transmissões terra-ar, identificação de amigo ou inimigo. Será o acelerado desenvolvimento tecnológico nos anos trinta que vem trazer as primeiras soluções para estas questões.

O desenvolvimento de uma força aérea na Alemanha seguiu caminhos diferentes. Primeiro, porque o Tratado de Versalhes impôs sérias restrições ao seu rearmamento, com ênfase no desenvolvimento de meios aéreos. Segundo, porque o período interguerras assistiu ao desenvolvimento de dois regimes políticos muito diferentes no país, que se materializaram na República de Weimar e depois na consolidação do nazismo, em 1933. Esse desenvolvimento materializou-se pela maior importância dada inicialmente ao apoio aéreo próximo, servindo um pensamento militar baseado na ofensiva de uma força terrestre apoiada por meios aéreos, pela concepção de meios aéreos, como o avião *Junkers*, inteiramente metálico e com boa proteção contra o fogo terrestre, e pelos avanços tecnológicos alcançados na identificação de alvos terrestres.

A participação de uma unidade constituída com meios aéreos (Divisão *Condor*) na Guerra Civil de Espanha (1936-39) veio trazer novos ensinamentos à doutrina que a *Luftwaffe* desenvolvia, assim como a ascensão de Hitler a Chanceler do Reich trouxera novas orientações à capacidade militar da Alemanha para o bombardeamento estratégico.

Os EUA e a sua política de isolacionismo dificilmente concebiam uma capacidade de bombardeamento estratégico. A não ser que tivessem de combater numa guerra prolongada contra o México ou Canadá (cenários improváveis), não viam outra missão para essa capacidade militar que não fosse a defesa costeira. Admitindo o Japão como um possível adversário, esperavam resolver a questão com o poder naval de que dispunham e mesmo para a defesa das Filipinas não se punha a questão do poder aéreo. Apesar disso, os americanos olhavam o novo poder com grande entusiasmo, o serviço aéreo transformou-se no *Corpo do Ar* dentro do Exército, em 1926, e, a partir dos anos 30, o desenvolvimento do transporte aéreo e das grandes companhias de aviação deram novo impulso à indústria e ao desenvolvimento do avião plurimotor. O bombardeamento estratégico passou a determinar o desenvolvimento da nova arma, deixando para segunda prioridade o apoio

aéreo próximo e a doutrina desenvolvida pela Escola Tática do Corpo do Ar (*Air Corps Tactical School*) materializava esse pensamento. Foi no *Marine Corps* que o apoio aéreo próximo teve maior desenvolvimento, com experiências recolhidas nas intervenções no Haiti e Nicarágua, durante os anos de 1920, e nos desembarques anfíbios.

O período interguerras levou as potências a debruçarem-se, também, sobre as lições aprendidas com o último conflito nas operações no mar. Submarinos e aviação naval, com navios de onde pudessem operar os meios aéreos (porta-aviões) constituíram áreas de desenvolvimento em Inglaterra, Alemanha, EUA e Japão. Por razões estratégicas diferentes das potências, cada um daqueles meios recebeu também atenção diferente. A Alemanha, que chegou a produzir 320 submarinos, entre 1914 e 1918, perdeu, no mesmo período, 178, dos quais 134 devido a operações antissubmarinas.⁶¹ Mesmo com as restrições impostas pelo Tratado de Versalhes, a Alemanha continuou a apostar no desenho e desenvolvimento de submarinos, recorrendo a estaleiros de países vizinhos, como a Holanda e a Finlândia, para ultrapassar as restrições. A Inglaterra, com grandes resistências da *Royal Navy* a operações no mar, que envolvessem outros meios além dos navios de superfície, procurou desenvolver equilibradamente os dois novos meios. EUA e Japão apostaram no desenvolvimento da aviação naval e no porta-aviões que permitiam projetar potencial aéreo mesmo para áreas onde não se pudesse dispor de bases terrestres seguras.

A transmissão de sinais utilizando as ondas rádio tinha sido iniciada durante o conflito que terminara, e os anos vinte e trinta viram desenvolvimentos significativos na utilização do espectro eletromagnético, agora mais voltados para altas frequências e ondas mais curtas que permitiam detetar objetos à distância pela reflexão de sinais emitidos. Esses desenvolvimentos, tecnicamente mais avançados na Alemanha, foram aproveitados operacionalmente com vantagem pela Inglaterra, lançando os fundamentos do *radar* (*radio detection and range*), que viria a tornar-se uma vantagem significativa no combate no mar e na defesa antiaérea de Inglaterra.

A par dos desenvolvimentos tecnológicos, o pensamento estratégico retomava os conceitos da guerra e da sua importância como um dos instrumentos da política, relendo Clausewitz. Contrariando o papel dominante que os comandantes tinham assumido no primeiro conflito mundial, e o domínio das estratégias militares, a política procurava o seu caminho nas relações político-militares e no controlo dos militares pela direção política, caminho que iria encontrar vias diferentes

⁶¹ MURRAY/MILLET, 2009, p. 321.

no nacional-socialismo e no bolchevismo, a serem percorridas na Alemanha, Rússia, Japão e Itália ou na democracia liberal que se consolidava na Inglaterra e nos EUA. A França, herdeira da revolução da igualdade e da fraternidade, procurava vias intermédias com políticas de frentes populares que tentavam conciliar realismo com idealismo.

O pensamento militar tentava teorizar princípios que conciliassem a ofensiva com a defensiva, ao mesmo tempo que procurava definir Princípios da Guerra (com os conceitos de Ofensiva, Objetivo, Massa, Concentração de Esforços, Segurança, Economia de Meios e outros) e mesmo Leis da Guerra.

Os teorizadores da força militar mecanizada, do poder aéreo e do poder naval, e os seus seguidores, continuaram a escrever sobre a predominância de cada um destes meios num conflito futuro, e as escolas especializadas elaboravam *Manuais* e *Regulamentos* sobre o emprego tático das Armas e Serviços na força terrestre ou das forças navais e aéreas. O ensino militar especializado, em Academias e em Escolas de Estado-Maior e de formação contínua, dedicou-se aos *jogos de guerra* e aos temas táticos como forma de treinar os quadros nas funções de planeamento, de coordenação e de decisão. Pequenas e médias potências, e os seus militares, vão desenvolvendo conceitos e procedimentos para defenderem os seus territórios de prováveis invasões.

O General Eric Ludendorff, na Alemanha, em 1935, publica o livro *Guerra Total (Der totale Krieg)* que vai abrir caminho para o desenvolvimento de estratégias totais que permitissem conduzir a guerra, mobilizando recursos materiais e morais para a sua conduta.

Para Portugal, a experiência da Grande Guerra foi dolorosa, não só no seio da instituição militar como no tecido social profundo, e se as consequências dessa participação, pouco menos do que desastrosa do CEP, na Flandres, não acelerara a queda da I República, pelo menos contribuíram para o divórcio de vastos setores do país com o regime, pondo definitivamente fora de jogo grande parte das elites políticas que fizeram a revolução de 1910, ou que dominaram os anos imediatamente subsequentes.⁶²

Do ponto de vista estratégico, os analistas militares divergiram nos seus pontos de vista e prioridades, ainda que remetidos a um pensamento que privilegiava a estratégia militar e algumas dúvidas sobre a aeronáutica militar nascente. O General Adriano Beça, em 1919, ao refletir sobre o que seriam as lições a extrair do conflito mundial, argumentava que a mobilização total não era mais do que a complexificação do mecanismo militar, privilegiando o emprego tático do avião em direta

⁶² FERNANDES, p. 528.

conexão com o campo de batalha, referindo-se levemente às suas possibilidades de lançar bombas.⁶³ No mesmo ano, Pereira da Silva, parece pouco ter aprendido com o conflito mundial, desvalorizando a campanha submarina alemã e afirmando que são os combates navais que derrotam os antagonistas e não as campanhas submarinas.⁶⁴ Um seu camarada de armas, Alfredo Botelho de Sousa, também nas páginas dos *Anais do Clube Militar Naval*, em 1919, defende que a estratégia naval da guerra tinha sido dominada por dois elementos até aí secundários: a mina e o submarino.⁶⁵

Mais uma vez estavam em discussão concepções diferentes da defesa nacional entre visões continentais e do império. Pereira da Silva, numa conferência, na sede da Liga Naval Portuguesa, em 1930, intitulada “*A política militar e naval portuguesa e a influência dos pactos e dos acordos do desarmamento sobre a nossa diretriz política*” dá sinal da viragem para as colônias, talvez muito em função da nova política imperial nacionalista e centralizadora empreendida pela ditadura militar e depois pelo Estado Novo, a começar logo em 1926 pela promulgação, por João Belo, das *Novas Bases Orgânicas da Administração Colonial*. Pereira da Silva defende a constituição de uma marinha para o exercício de ação à distância. Raul Esteves, em 1935, contrapõe a este ponto de vista a visão realista que a dimensão política do país não pode teoricamente justificar o predomínio do exército ou da marinha.⁶⁶ Continuava uma concepção militar da estratégia, resistindo o pensamento militar português para evoluir para os conceitos da estratégia total.

O novo regime, saído do golpe militar de maio de 1926, dá prioridade ao reequipamento da Marinha, que atinge pontos baixos na tonelagem deslocada em 1928 e 1929 e também devido a preocupações com revoltas em possessões, o que se vem a verificar na Madeira e nos Açores, mas rapidamente reprimidas. A partir de 1935, com o regime consolidado, a situação inverte-se e começa um apreciável programa de reequipamento do Exército incluindo a recém-criada aeronáutica militar naquele ramo.

O início da Guerra Civil em Espanha e divergências com o governo de Inglaterra sobre aquele conflito, levam o Exército Português a desenvolver o seu programa de rearmamento na Alemanha, com Salazar a Ministro da Guerra e o Capitão Santos Costa, como seu homem de confiança, a dirigir esse rearmamento com um gabinete próprio no Ministério. O rearmamento do Exército assenta essencialmente em armamento ligeiro (espingarda *Mauser 98k* e a adoção do calibre 7,92 mm), alguma

63 BEÇA, pp. 463-5, 517-35, 581-92.

64 SILVA, “Os ensinamentos navais da grande conflagração mundial e a nossa acção marítima”.

65 SOUSA, pp. 579-95

66 FERNANDES, p. 533.

artilharia de campanha e aquisição simbólica de auto metralhadoras e blindados. Um programa de motorização é iniciado em 1935, iniciando-se por duas baterias de material antiaéreo.

O rearmamento é acompanhado pelo projeto de transformar a aeronáutica numa arma efetiva, mas como arma auxiliar do Exército ou da Marinha. Na primeira metade dos anos trinta, as atenções centram-se na aviação naval, com quatro hidroaviões centrados em Lisboa e S. Jacinto (Aveiro). A partir de 1935, a par do rearmamento do Exército, são adquiridos, depois de experiências, dez biplanos ingleses *De Havilland Tiger Moth* e licença para o seu fabrico nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico. O equipamento da aeronáutica militar vai voltar-se para a Alemanha e Itália, para a aviação de bombardeamento e ataque, continuando fiel a Inglaterra para a aviação de caça e treino. Quando a guerra começa na Europa, a aviação portuguesa é cerca de cinco vezes inferior à de Espanha. Reduzida a duas esquadrilhas de caças biplanos, a duas esquadrilhas de bombardeamento e a um conjunto obsoleto de mono motores de ataque, ao todo dispunha de cerca de setenta aparelhos.⁶⁷

A preparação dos oficiais do Exército para as novas conceções da guerra tinha sido pensada com a criação da Escola Central de Oficiais, em 1911, que passou a funcionar, a partir de 1926, em Caxias, com os Cursos de Estado-Maior e cursos de informação, para a promoção a Capitão, Major, Coronel e General. Nos cursos de 4º grau ali ministrados (Coronel) passou a constituir matéria nuclear a defesa de Portugal e a estratégia para essa defesa. Em 1932, da autoria do Coronel Tasso Miranda Portugal, são publicadas, em dois volumes, as Conferências sobre Estratégia (estudo geoestratégico dos teatros de operações nacionais) e, em 1937, é apresentada à Assembleia Nacional a proposta de Lei sobre o Recrutamento e o Serviço Militar que iria constituir a base de um Exército Nacional. O conflito no país vizinho merecia especial atenção (um destacamento nacional, sem declarado apoio governamental, Os Viriatos, participou ativamente ao lado das forças franquistas) e, quando aquele terminou, o Pacto Ibérico, firmado pelos dois regimes peninsulares, procurava obter segurança estratégica na Península, perante um conflito futuro que se adivinhava.

Com a reorganização do Exército, iniciada em 1937, apoiada por um rearmamento que continuava, foi criado o Instituto de Altos Estudos Militares, depois transferido de Caxias para Pedrouços e que foi o verdadeiro precursor do estudo da Estratégia no seu entendimento de ciência-arte que procura definir objetivos e adequar recursos para a sua execução.

⁶⁷ TELO, “A Neutralidade Armada (1930-1945)”, p. 423.

BIBLIOGRAFIA

- BEÇA, General Adriano, “Lições da Grande Guerra” in Revista Militar 1919, pp. 463-465, 517-535, 581-592.
- CREVELD, Martin van, Supplying War, Cambridge University Press, 1977. CREVELD, Martin van, The changing face of war, Ballantine Books: New York, 2006. CREVELD, Martin van, The Culture of War, Ballantine Books: New York, 2008.
- FERNANDES, António Horta “Da Grande Guerra aos Anos Trinta, ou da Nação em guerra à aurora da Guerra Total” in Nova História Militar de Portugal, Círculo de Leitores: Lisboa, 2004, Vol.4.
- JORDAN David/KIRAS, James D. e outros, Understanding Modern Warfare, Cambridge University Press, Cambridge, 2009.
- KEEGAN, John, The First World War, Pimlico: London, 1999. LETTOW-VORBECK, My reminiscences of East Africa.
- MURRAY, Williamson/MILLET, Allan R. (Eds.) Military Innovation in the Interwar Period, Cambridge University Press: N.Y., 1996.
- OLIVEIRA, General A. N. Ramires de (coord.) História do Exército Português, Vol. III, EME, Lisboa, 1994.
- PARKER, Geoffrey, ed., The Cambridge Illustrated History of Warfare, Cambridge University Press, 1995.
- RAMOS, Rui (coord.), História de Portugal, A Esfera dos Livros: Lisboa, 2009.
- SAMARA, Maria Alice, “A Política Externa e a Política de Defesa, do 5 de Outubro ao Sidonismo” in Diplomacia & Guerra, Edições Colibri: Lisboa, 2001.
- SARDICA, José Miguel, “Os Militares e a Política entre o Ultimato e a República” in Diplomacia & Guerra, Edições Colibri: Lisboa, 2001.
- SARDICA, José Miguel, Da Monarquia à República, Alêtheia Editores: Lisboa, 2011.
- SILVA, Fernando Augusto Pereira da, “Os ensinamentos navais da grande conflagração mundial e a nossa acção marítima” in Anais do Clube Militar Naval, Lisboa, 1919.
- SOUSA, Alfredo Botelho de “A Grande Guerra e a composição futura da Armada” in Anais do Clube Militar Naval, 1919.
- STEVENSON, David, 1914-1918, The History of the First World War, Penguin Books,

2005

- TELO, António José, “A Neutralidade Armada (1930-1945)” in *Nova História Militar de Portugal*, Círculo de Leitores: Lisboa, 2004, Vol.4.



APLICAÇÃO DAS TRÊS IMAGENS OU NÍVEIS DE ANÁLISE AO EXAME DAS ORIGENS E CAUSAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

José Nelson Bessa Maia¹

Resumo

O objetivo do artigo é analisar as múltiplas causas da Primeira Guerra Mundial utilizando os três níveis de análise ou imagens propostos na concepção inicial de Kenneth Waltz, ou seja: o sistema internacional, o estado soberano e os indivíduos. Para tal, além de apresentar sucintamente as perdas do conflito, realiza um exercício acadêmico sobre suas causas, esmiuçando os variados fatores causais segundo suas vinculações ao sistema, aos atores estatais e aos indivíduos. Conclui que aquele grande conflito mundial teria resultado da interação complexa de fatores claramente identificados em cada um dos três níveis de análise e fazendo um alerta para que suas lições sirvam para orientar a humanidade para a paz por meio do diálogo e da cooperação.

Abstract

This article aims to analyze the multiple causes of the First World War using the three levels of analysis or images proposed by the earliest conception of Kenneth Waltz, i.e. the international system, the sovereign state and individuals. To this end, besides briefly presenting the losses of the conflict, it undertakes an academic exercise on its causes, examining in some detail the various factors according to their linkages either with the system, the state actors or the individuals. It concludes that the Great World War resulted from complex interaction of factors identified in each of the three levels of analysis and by making a warning that its lessons should serve to guide humankind to peace through dialogue and cooperation.

Keywords: World War; International Security; System, Internal Structure of States; Individuals. **Palavras-chave:** Guerra Mundial; Segurança Internacional, Sistema; Estrutura Interna dos Estados; Indivíduos.

¹ Economista, mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e doutorando de Relações Internacionais na UnB (nbessa@unb.br).

INTRODUÇÃO

Dentre as questões que mais preocuparam estadistas e analistas de Relações Internacionais e Geopolítica, a guerra é a mais antiga e a que mais traz mais repercussões no longo prazo. Ela tem sido objeto de reflexão de sábios e estrategistas desde a antiguidade, começando na China com a obra clássica “A arte da Guerra” de Sun Tzu (544-496 a.c.), na Índia com o livro Arthashastra de Kautilya (350-283 a.c.) e na Grécia com a História da Guerra do Peloponeso de Tucídides (460-404 a.c) até pelo menos a obra seminal do general alemão Carl von Clausewitz (1780-1831) “Da Guerra”, publicada no triênio 1832-34. Após a Paz de Versalhes em 1919, a destruição da guerra mundial e suas conseqüências levaram os historiadores da Diplomacia e os eruditos do Direito e da Ciência Política a criarem uma nova disciplina acadêmica chamada “Relações Internacionais” (RI). Essa atenção dada à guerra se justifica, pois os demais valores da sociedade pressupõem um nível mínimo de segurança.

Infelizmente, porém, a História demonstra que nem sempre foi possível conseguir ou manter a paz, pois teriam se registrado cerca de 14.500 lutas armadas nos últimos quase cinco mil anos de civilização humana, com 3,5 bilhões de mortos como resultado direto ou indireto dos conflitos. Só na idade contemporânea (desde 1789) teriam ocorrido entre 224 e 559 guerras internacionais e guerras civis intestinas, dependendo de como se define a guerra.² Depois das duas terríveis Guerras Mundiais do século XX, do surgimento das armas nucleares, e um ligeiro aumento no número de guerras nas décadas seguintes, surgiu a nova tendência de incidência decrescente de guerras entre estados-nações desde o fim da Guerra Fria, em 1991, e conseqüente queda no número de mortos em batalha. No entanto, mesmo assim, muitos teóricos de RI continuam a dedicar parte de suas análises ao tema dos conflitos internacionais e aos mais frequentes episódios de guerras assimétricas e lutas intra-estados.

Os teóricos de RI se preocupam em saber por que as guerras ocorrem e como garantir a segurança dos Estados sem recorrer à guerra. A disparidade de poder entre os atores estatais, a incapacidade de saber quais são as reais intenções dos demais Estados e indivíduos e a falta de uma autoridade internacional abrangente (no contexto da anarquia internacional) implicam que os Estados enfrentam continuamente a necessidade de gerenciar sua insegurança. Os teóricos da abordagem realista privilegiam a balança de poder e a dissuasão para resolver o chamado “dilema da

² Ver, a propósito de informações sobre as guerras e número de vítimas, KAREN, Migst. *Princípios de Relações Internacionais*. Tradução Arlete Simille Marques – Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. pp. 195-196.

segurança”³, ao passo que os de orientação liberal recorrem à sociedade internacional ou a instituições internacionais para coordenar ações de modo a fomentar a cooperação e gerenciar o poder entre estados-nações. Será que a auto-ajuda é a única alternativa? Podem os estados confiar na cooperação e no Direito Internacional para mitigar os efeitos do dilema da segurança? Como a insegurança pode ser gerenciada para evitar a guerra?

Uma forma de responder a essas perguntas é analisar uma situação real de guerra de grande intensidade e repercussão por meio da aplicação dos três níveis de análise (estrutura, sociedade e indivíduos), um recurso amplamente consagrado nas Ciências Sociais em geral e nas RI em particular. No entanto, para elaborar essa investigação empírica convém fugir ao infundável debate teórico agente-estrutura, uma vez que acreditamos que os processos que ocorrem no campo internacional resultam simultaneamente, e em graus variáveis, das ações dos agentes (tanto indivíduos como estados), das restrições da estrutura (o sistema interestatal), assim como da interação dinâmica entre agentes e estrutura.

O autor Kenneth Waltz, em seu livro “*O Homem, o Estado e a Guerra*” (2004), publicado originalmente em 1959, postula que o sistema internacional seria a estrutura primária das relações internacionais, ou seja, não deveria ser entendido como uma consequência do que os homens são ou desejam, nem como ligado a condições internas aos estados, mas apenas como resultante de características políticas do sistema de estados. Porém, essa estrutura existe o tempo todo. Portanto, para explicar por que às vezes as guerras acontecem e às vezes não, precisamos considerar também os demais níveis de análise. Características de indivíduos (líderes políticos ou estadistas e outras personalidades) bem como das massas e da estrutura interna dos estados (políticas e instituições) são algumas das forças que agem dentro do sistema internacional. Waltz em seu livro acima citado acaba por admitir que todos os níveis de análise podem ser aplicados para explicar as causas da guerra. De fato, Waltz conclui afirmando “a terceira imagem [a estrutura do sistema internacional] descreve a estrutura da política mundial, mas sem a primeira [a natureza humana] e a segunda [a estrutura interna dos estados] imagens não pode haver conhecimento das forças que determinam a política; a primeira e a segunda imagens descrevem as forças presentes na política mundial, mas sem a terceira é impossível avaliar a importância ou prever os resultados dessas forças.”³

3 WALTZ, K. *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. Tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Rio de Janeiro, Ano V, Nº 14, Agosto de 2014

Deliberadamente, evitaremos neste trabalho adotar a contribuição posterior de Waltz em seu célebre livro *Theory of International Politics*, publicado em 1979, no qual o autor, formulador teórico da chamada escola do neo-realismo ou realismo estrutural, rejeita o enfoque dito “reducionista” – centrado em indivíduos e nações como nível de análise e o todo entendido a partir dos atributos e da interação das suas partes – e adota o enfoque “sistêmico” ou estrutural, considerando os Estados como atores racionais e unitários, capazes de perceber sua posição no sistema internacional anárquico, o que, ao nosso juízo, os torna, por conseguinte, reféns da estrutura, ou seja, acabam se convertendo em simples “marionetes”, com o comportamento regulado por forças invisíveis, o que equivale a dizer que o poder dos agentes, sejam Estados, suas estruturas políticas ou seus estadistas, seria essencialmente uma qualidade ou mero reflexo da estrutura.⁴

Feita essa ressalva, procuraremos analisar as causas da Primeira Guerra Mundial utilizando os três esquemas de causalidade propostos no texto inicial de Waltz, aos quais ele chama de “imagens: o sistema internacional, o Estado soberano e os indivíduos. Para tal, buscaremos dimensionar sucintamente as perdas do conflito, em seguida examinar suas origens e, por fim, tentar explicar por que razões ela aconteceu. Não se pretende obviamente dar contribuição inovadora ou inédita à questão já tão dissecada pelos grandes historiadores sobre a Primeira Guerra Mundial, mas tão somente realizar um exercício acadêmico plausível sobre as causas do conflito, fazendo uso de um instrumento teórico e analítico disponível, de modo a permitir o entendimento dos variados fatores motivadores da Guerra e suas vinculações ao sistema, aos atores e aos indivíduos.

1- A DIMENSÃO DAS PERDAS HUMANAS E ECONÔMICAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Como uma guerra total, a Primeira Guerra Mundial bateu todos os recordes até então registrados de perdas humanas, girando as estimativas de mortos em combate em torno de 8,5 milhões de militares e 21 milhões de feridos, inválidos e desaparecidos, sem contar os 10 milhões de civis vitimados pelos bombardeios, ataques de artilharia, afundamento de navios e a proliferação da violência, desnutrição e doenças causadas pela guerra.⁵ Os mortos da guerra estavam na faixa de

Martins. Fontes, 2004, p. 295.

4 Ver, a propósito, WALTZ, K. *Teoria das Relações Internacionais*. Tradução Maria Luísa Felgueiras Gayo. Lisboa: Gradiva, 2002

5 A “guerra total” é um conflito de largo alcance no qual os beligerantes mobilizam todos os recursos disponíveis, seja humano, industrial, agrícola, militar, naturais, tecnológicos ou de outra natureza, a fim de destruir totalmente ou inutilizar

19-40 anos, ceifando-se com ela parte significativa da juventude européia e pelo menos 10% de sua mão-de-obra ativa, resultando no rápido envelhecimento relativo da população, assim como na rápida expansão da participação feminina no mundo do trabalho.⁶

O balanço econômico da Guerra foi desastroso: as estimativas dos custos diretos do conflito (com a mobilização de tropas, armamentos, equipamentos e operações militares) oscilam de US\$ 180 bilhões a 230 bilhões (a preços de 1914, ou de US\$ 2,962 trilhões a US\$ 3,785 trilhões a preços de 2008), ao passo que o custo indireto como resultado da destruição da infraestrutura física pública (estradas, cidades, pontes e instalações) e da riqueza privada (danos a moradias e edificações, plantas industriais, rebanhos, navios mercantes etc), teriam alcançado a marca de US\$ 150 bilhões de 1914 (cerca de US\$ 2,468 trilhões de 2008).⁷

Mais danosos do que a destruição de ativos físicos para as economias européias foram o deslocamento e a interrupção dos processos produtivos que provocaram recuos nos níveis de produto do pré-Guerra: declínio de 40% da produção industrial e de 30% no produto agrícola na Europa como um todo e queda do Produto Nacional Bruto (PNB) de 30% na França e de 22% na Inglaterra. O continente europeu teve reduzida sua parcela no comércio mundial (de 63% em 1913 para 50% em 1922) e grande parte de seus ativos no exterior foram liquidados para fazer face às despesas de guerra. Tanto os países europeus vitoriosos como os derrotados se tornaram devedores líquidos em relação aos Estados Unidos da América (EUA) – que se tornaram a maior potência econômica mundial – além de terem suas finanças públicas desorganizadas por muitos anos pelos altos déficits orçamentários, endividamento, inflação e desvalorização cambial.⁸

a capacidade de resistência de seus inimigos. A prática de guerra total foi identificada pelo teórico militar Carl von Clausewitz, como um tipo particular de guerra. Em uma guerra total, há menos (ou nenhuma) distinção entre combatentes e não-combatentes (civis) do que em outros conflitos à medida que, tanto civis como militares, podem ser considerados partes do esforço bélico do adversário.

6 Para estimativas dos números de mortos e baixas na Primeira Guerra Mundial, consultar [<http://www.historylearningsite.co.uk/FWWcasualties.htm>]. Disponibilidade: 10/06/2009. Para mais detalhes sobre as perdas humanas na Primeira Guerra Mundial, consultar ARARIPE, Luiz de Alencar. “Primeira Guerra Mundial” in: MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das Guerras*. São Paulo. Contexto, 2006, pág. 347.

7 Estimativas mais detalhadas dos custos diretos e indiretos da Primeira Guerra Mundial podem ser consultadas em CAMERON, Rondo. *A Concise Economic History of the World: from Paleolithic Times to the Present*. Oxford: Oxford University Press, 3rd Edition, 1997, p. 346-349. Para atualização dos valores monetários a preços de 1914 a preços de 2008 foi utilizado o deflator implícito do PIB dos EUA, publicado no sítio web [<http://www.measuringworth.com/>]. Disponibilidade: 20/06/2009.

8 Para mais dados sobre o balanço econômico e financeiro da Primeira Guerra Mundial, ver ARRUDA, José Jobson. *Nova História Moderna e Contemporânea*. Baurur: Bandeirantes Gráfica, 2004, p. 331-332.

2. UMA REFLEXÃO SOBRE AS ORIGENS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A reflexão em torno das “origens das guerras” caracteriza-se por tentar perceber até que ponto questões de fundo ou acontecimentos secundários têm estado não apenas na origem de um conflito militar específico, mas também na generalidade dos grandes conflitos bélicos. Conforme Fernando Martins (2004), até meados do século XX, o estudo das origens das guerras ou das suas causas não ia além de iniciativas isoladas, por um lado, e por outro, não se resumia ao fenômeno das origens, que acabava engolido pela narração detalhada e explicações daquilo que tinha sido a própria guerra, o que significava que, em circunstância alguma, era possível aos estudiosos separar o que vinha antes e deflagrava a guerra daquilo que sucedia no decurso do próprio conflito militar.⁹

Diante da culpabilização que os vencedores da Primeira Guerra Mundial impuseram à Alemanha e seus aliados por meio do Tratado de Versalhes (artigo 231), considerando-os os maiores responsáveis pelas perdas humanas e materiais e pelas destruições resultantes do conflito, os alemães rebateram com a publicação de seus arquivos diplomáticos e uma tentativa de revisão da História, procurando responsabilizar a França ou a Inglaterra e a Rússia. Por sua vez, historiadores anti-revisionistas, como Herman Kantorowicz (alemão), Pierre Renouvin (francês) e Bernadotte Schmitt (norte-americano) arrolaram argumentos para reiterar a responsabilidade dos impérios centrais pela Guerra. O destacado autor alemão Fritz Fischer (1908-1999), no início dos anos 60 voltou a radicalizar afirmando que a Alemanha, ao dar *carte blanche* à Áustria-Hungria na agressão à Sérvia teria conduzido uma guerra ofensiva, convertendo conscientemente a crise aberta pelo episódio do atentado de junho de 1914 contra o herdeiro do trono austro-húngaro em Serajevo numa guerra generalizada.¹⁰

A partir dos anos 60, porém, sobretudo nos meios acadêmicos anglo-saxões, o estudo da origem das guerras passou a ser encarada como algo mais do que a mera análise político-diplomática e personalista, considerada “reducionista”, negando aos Estados e a seus estadistas individuais a culpa pela deflagração da Primeira Guerra Mundial e atribuindo-a ao próprio sistema internacional e ao caráter anárquico das relações interestatais. Essa interpretação

9 MARTINS, Fernando. As Origens das Guerras in: MARTINS, Fernando e RODRIGUES, Luís Nuno (orgs.). História e Relações Internacionais: temas e debates. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS e UH, 2004, p. 194.

10 Para mais detalhes acerca do debate historiográfico sobre as causas e a culpa da Primeira Guerra Mundial, ver DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e Colapso do Sistema Internacional Europeu (1817-1918) in: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações Internacionais: dois séculos de história: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: IBRI, vol II. 2001, p. 164-168.

behaviorista, tão em voga no contexto da Guerra Fria, incorporou outros fatores coadjuvantes tais como as pressões das forças econômicas, o comportamento da opinião pública, as variáveis de política interna e as motivações que influenciam o processo decisório em política externa e na área de segurança dos governos de Estados soberanos como elementos que contribuíram para que esses mesmos Estados optassem racionalmente pela solução bélica.

Além das mudanças metodológicas e dos diversos enfoques historiográficos utilizados, na evolução do estudo das origens das guerras, o fato é que, de forma alguma, se pode deixar de considerar como fundamental a permanência e preponderância do particular, do singular, do que não se repete, daquilo que não é passível de racionalização, no sentido em que não pode ser traduzido em leis gerais. A nosso ver seria algo pouco sério pretender que o estudo das origens das guerras em geral, e dos conflitos militares do século XX, em particular, possa ser essencialmente “científico” no sentido positivista do termo. Ao contrário de Waltz, em sua abordagem madura (neorealista), mas de acordo com sua visão inicial (de 1959), temos razões para crer que a anarquia internacional torna a guerra possível, mas não faz dela uma certeza. O conhecimento das causas profundas (estruturais) da guerra, embora muitas vezes inquestionáveis, não excluem a pergunta essencial que é saber por que é que aquela guerra específica ocorreu daquela forma e naquele momento particular. Além das causas profundas, os acontecimentos específicos e protagonismos dos indivíduos e grupos também merecem análise adequada.

3 - AS CAUSAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A dificuldade dos historiadores em compreender o fio condutor do desencadeamento da Guerra ainda é patente após 90 anos do término do conflito. Ao contrário do que ocorreria em 1939, quando os países democráticos ocidentais entraram em guerra contra a Alemanha nazista, depois do ataque à Polônia, para impedir que todo o continente caísse nas mãos de Hitler (1889-1945), a Primeira Guerra Mundial não estourou como uma reação direta e concreta, mas sim como uma faísca que incendiou por cima de uma longa série de atritos desde muito tempo atrás.¹¹ Seguindo essa linha de raciocínio, mas buscando particularizar as causas, pode-se afirmar que as razões para a deflagração da Primeira Guerra Mundial constituem uma questão intrincada uma vez que decorrem da interação, em diversos graus, de uma multiplicidade de fatores causais tanto de âmbito estrutural,

¹¹ HERNANDEZ, Jesus. Tudo que você deve saber sobre a Primeira Guerra Mundial. Tradução Flávia Busato Delgado – São Paulo: Madras, 3ª Edição, 2008, p. 25.

como societário interno e individual, tais como:

1. o capitalismo das altas finanças, o imperialismo econômico das principais potências e disputas coloniais não resolvidas;
2. um complexo sistema de alianças de natureza bipolar (a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente);
3. o protagonismo de personagens políticas de natureza militarista e autocrática nos meios dirigentes nos impérios centrais (Alemanha, Áustria-Hungria) e na Rússia;
4. a incapacidade de as forças democráticas da Europa Central e Oriental controlarem os elementos militaristas de suas sociedades;
5. a danosa e dispendiosa corrida armamentista das duas décadas anteriores;
6. o automatismo das reações em cadeia decorrente dos sistemas de alianças e do rígido esquema de planejamento da mobilização militar nas grandes potências;
7. a existência de movimentos ultranacionalistas e extremistas (terroristas) na fragmentada e instável região dos Balcãs;
8. o papel destabilizador da diplomacia secreta e da falta de transparência do processo decisório em política externa e de segurança; e, por fim, mas não menos importante
9. o pessimismo profundo das elites alemãs que tentaram por meio de vitória na Guerra impor sua supremacia na Europa e no mundo e restabelecer sua legitimidade e prestígio internos.

Como veremos, não é possível isolar uma causa, mas é viável decompor o processo histórico em níveis distintos. Em cada um desses níveis, a balança de poder – seja como um sistema multipolar seja como manifestação da política de Estados soberanos ou como protagonismo dos líderes individuais – é algo essencial para poder entender a eclosão da guerra.

A GUERRA COMO RESULTADO DA ESTRUTURA INTERNACIONAL

Os teóricos realistas e neo-realistas, como Waltz, caracterizam o sistema internacional como anárquico, ou seja, onde não existe autoridade acima dos Estados dotados de soberania. Essa estrutura anárquica restringe as ações dos tomadores de decisões e afeta a distribuição de capacidades entre os vários protagonistas. Todavia, os realistas tradicionais reconhecem que os Estados agem sobre o

sistema e o moldam, ao passo que os neo-realistas acreditam que os Estados são constrangidos pela estrutura do sistema. Entretanto, para ambos, a anarquia é o princípio básico de ordenação e, por conseguinte, cada Estado no sistema deve zelar por seus interesses acima de tudo.¹²¹²

Os realistas e neo-realistas costumam diferenciar o sistema internacional em grande parte pela dimensão de polaridade, que se refere à quantidade de blocos de Estados que exercem poder no sistema interestatal. Tal como sintetiza Jack Donnelly, se todas as ordens internacionais são anárquicas e se isso implica diferenciação funcional mínima, então as estruturas políticas internacionais diferem apenas nas suas distribuições de capacidades. Elas passam a ser definidas pelo destino mutável das grandes potências. Em termos mais abstratos, ordens internacionais variam de acordo com o número de grandes potências.¹³¹³

Em termos retrospectivos, a vitória da Prússia sobre a França na guerra franco-prussiana (1870-71) e a subsequente unificação alemã gerou um verdadeiro dinamismo na Europa Central com rápido e sólido crescimento industrial. Essa expansão levou, no final do século XIX, sobretudo após o afastamento do hábil chanceler alemão Otto von Bismarck (1815-1898), à desestabilização da balança de poder europeia que existia desde o fim das Guerras Napoleônicas (1815). Com efeito, ao nível estrutural, o crescimento do poder alemão e a crescente rigidez no sistema de alianças militares viria a desmantelar o longo equilíbrio continental e lançar as bases para a Grande Guerra.

De fato, conforme assinala Joseph Nye¹⁴ (2002:83):

O crescimento do poder alemão foi verdadeiramente impressionante. A sua indústria pesada suplantou a da Grã-Bretanha na década de 1890, e o crescimento do PNB alemão no começo do século era o dobro do da Inglaterra. Na década de 1860, a Grã-Bretanha detinha 25% da produção industrial mundial, mas em 1913, essa parcela tinha diminuído para 10% e a quota da Alemanha tinha aumentado para 15%. A Alemanha transformou parte de sua força industrial em capacidade militar, incluindo um programa de armamento naval poderoso, cujo objetivo era o de construir a segunda maior marinha de guerra do mundo.

Como resultado, a resposta britânica ao poder alemão ascendente viria a contribuir para a segunda causa estrutural da Guerra: a crescente rigidez no sistema de alianças na Europa. Tal como salienta Wolfgang Döpcke (2001: 151): “Porém, os traços específicos da política mundial

12 Para mais detalhes, ver, a propósito, KAREN, Migst. op.cit, p. 77-78.

13 DONNELLY, Jack. “Realism” in: BURCHILL, Scott et al. *Theories of International Relations*. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2005, p. 35

14 NYE, Joseph, Jr. *Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à Teoria e à História*. Tradução de Tiago Araújo. Lisboa: Gradiva, 2002.

alemã fizeram-na ameaçadora. A *weltpolitik* alemã reivindicou a igualdade de direitos com outras potências em relação a posses coloniais, quando o mundo já se encontrava dividido. A Alemanha alicerçava as reivindicações em um gigantesco programa de construção naval, que foi designado como instrumento para extrair concessões políticas à Grã-Bretanha”.

De fato, a Inglaterra saiu de seu semi-isolamento como fiel da balança e firmou aliança com a França em 1904. Três anos depois, a parceria anglo-francesa ampliou-se para incluir a Rússia (já aliada da França desde 1892), que se tornou a Tríplice Entente. Por sua vez, a Alemanha, vendo-se cercada, fortaleceu suas relações com o decadente império austro-húngaro e depois com o império otomano. À medida que as alianças se tornaram mais rígidas, perdeu-se a flexibilidade diplomática. Deixaram-se de se verificar os alinhamentos alternados que caracterizavam o equilíbrio de poder durante os tempos do chanceler Bismarck. Em vez disso, as maiores potências européias agregaram-se em torno de dois pólos, gerando uma mudança estrutural para a bipolaridade, deixando, assim, para trás a balança de poder que funcionou tão bem ao longo do século XIX.

Uma terceira explicação de natureza interna dos Estados que levaram à Primeira Guerra Mundial diz respeito ao automatismo das reações em cadeia decorrente do rígido esquema da estratégia de mobilização militar nas grandes potências. Conforme afirma Henry Kissinger em seu livro *Diplomacy* (1994):

The statesmen of all the major countries had helped to construct the diplomatic doomsday mechanism that made each succeeding crisis progressively more difficult to solve. Their military chiefs had vastly compounded the peril by adding strategic plans which compressed the time available for decision-making. To make matters worse, the military planners had not adequately explained the implications of their handiwork to their political colleagues. Military planning had, in effect, become autonomous.”¹⁵

De fato, a mobilização – que é a maneira como os exércitos organizam seus preparativos de recursos para entrada em operação – impunha uma rigidez que tornava impossível sua reversão após ser dada a ordem de mobilização. Notadamente, antes da Primeira Guerra Mundial, vários países desenvolveram complexos planos para conseguir a rápida e eficaz mobilização em caso de guerra. A mobilização se tornara uma questão importante com a introdução do recrutamento compulsório, bem

15 KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994, p. 201-202.

como com a disponibilidade do transporte rápido e em grande escala por meio das ferrovias.¹⁶

Conforme destaca Jesus Hernández (2008:35):

Os alemães haviam trabalhado meticulosamente durante anos para estabelecer esse mecanismo [de mobilização geral] que, uma vez em funcionamento, já não se podia detê-lo; um pequeno deslize na aplicação do plano tornaria essa manobra perfeitamente sincronizada em um caos completo. Franceses, russos e austríacos também dependiam de planos complexos de mobilização para garantir a concentração dos soldados e seu posterior envio ao front. Ainda que hoje em dia não possamos entender que o caminho da guerra não podia ser detido com uma simples ordem, não se pode excluir esse fator para tentar compreender as circunstâncias que levaram a Europa à guerra sem que, aparentemente, ninguém pudesse fazer nada para impedi-lo.

A GUERRA COMO RESULTADO DA ESTRUTURA INTERNA DOS ESTADOS

O segundo nível de análise refere-se ao impacto de fatores que operavam no seio das sociedades e nas políticas internas das principais potências europeias no início do século XX. O primeiro fator causal da Primeira Guerra Mundial de natureza doméstica dos estados é a disputa econômica entre as grandes potências. De fato, na virada para o século XX, cresciam os conflitos coloniais entre as nações industriais. Desavenças territoriais se intensificavam de acordo com o valor econômico estimado dos territórios. Conforme assinala Jeffrey Frieden conflitos puramente econômicos, tais como disputas comerciais, em geral, inflamavam sentimentos nacionalistas e vice-versa. A luta pela independência econômica e política dos povos do centro, leste e sul da Europa ameaçavam o Império Austro-Húngaro, o Russo e o Otomano, tornando-os particularmente suscetíveis a qualquer perturbação no equilíbrio de poder militar.¹⁷

Na esfera do fator econômico, mas numa perspectiva radical e normativa, vale mencionar o chamado “imperialismo” das potências e suas disputas coloniais, uma tese associada ao marxista russo Vladimir Lênin (1870-1924) em seu livro “*O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*”, publicado em 1916, segundo o qual a Guerra seria consequência dos conflitos imperialistas nas periferias coloniais capitaneados pelos interesses das respectivas burguesias financeiras. Em que pese o apelo emocional e “de senso comum” dessa obra, ela é em parte rejeitável, pois a fase

¹⁶ As mobilizações institucionalizaram o recrutamento forçado, que fora introduzido durante a Revolução Francesa, e que havia mudado o caráter da guerra. Além disso, uma série de mudanças tecnológicas e sociais promoveram a transição para uma forma mais organizada e em grande escala de mobilização de tropas, a exemplo do telégrafo e do transporte ferroviário, que permitiu rápida concentração de soldados, armamentos e suprimentos rumo aos teatros de operações. Só a Alemanha mobilizou cerca de 2,2 milhões de homens em agosto de 1914.

¹⁷ FRIEDEN, Jeffrey. *Capitalismo Global: história econômica e política do século XX*. Tradução: Vivian Mannheimer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2008. p. 145.

mais aguda de disputas das grandes potências por zonas de influência já se encerrara na década final do século. Portanto, não parece crível que tais disputas tenham levado a desencadear a Grande Guerra. Com relação à elite financeira europeia, o seu interesse era pela preservação da paz, conforme assinala Joseph Nye (2002:88): “os banqueiros acreditavam que a guerra iria ser má para os negócios. Sir Edward Grey, o ministro de negócios estrangeiros britânico tinha de se preocupar em levar os banqueiros londrinos a se alinharem com a declaração de guerra [à Alemanha]”.

Na mesma linha de argumentação, Eric Hobsbawm afirma:

Mesmo tendo o desenvolvimento capitalista e o imperialismo responsabilidade na derrapagem descontrolada do mundo em direção a um conflito mundial, é impossível argumentar que muitos dos capitalistas fossem provocadores conscientes da guerra. Qualquer estudo imparcial das publicações do setor de negócios, da correspondência particular e comercial dos homens de negócios, de suas declarações públicas enquanto porta-vozes dos bancos, do comércio e da indústria mostra, de modo bastante conclusivo, que a maioria dos homens de negócios achava a paz internacional vantajosa para eles.¹⁸

Uma terceira causa interna a destacar para explicar a Guerra é a decomposição que se verificava nas estruturas sociais, políticas e institucionais dos impérios austro-húngaro, russo e turco otomano, imersos em secular decadência. Eram impérios atrasados do ponto de vista industrial e territorialmente multinacionais, o que os tornava alvos da reação dos movimentos ultranacionalistas, sobretudo na fragmentada região dos Balcãs, cujos Estados recém independentes de ambos os impérios estavam ávidos pela desforra contra séculos de dominação turca e austríaca. Essa área havia sido inclusive palco de duas guerras recentes (em 1912 e 1913), a primeira para expulsar os turcos, e a segunda por causa da divisão dos despojos. Tais guerras aguçavam o desejo dos Estados balcânicos de livrarem-se de vez da Áustria-Hungria, que desde 1908 anexara a Bósnia-Herzegóvina e mantinha uma postura de forte oposição ao vizinho Estado da Sérvia, um aliado e protegido do império russo.

A propósito, a postura cada vez mais assertiva da Sérvia e a ação de grupos extremistas ou terroristas, estimulados por setores do governo sérvio, provocavam uma animosidade crescente na monarquia dual da Áustria-Hungria, que não era um Estado coeso, mas um aglomerado de povos e fragmentos de nações, unidos apenas pela lealdade forçada à dinastia dos Habsburgs. Temerosos

18 HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steindel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 436.

de uma desintegração de seu império, por força de revoltas das inúmeras nacionalidades de origem eslava, que representavam 47% da população do seu império, o governo de Viena acabou urdindo, com instigação e apoio alemães, a sua entrada na guerra contra a Sérvia, não por causa do assassinato de seu príncipe herdeiro, Francisco Ferdinando, no já mencionado atentado de Serajevo em 28/06/1914, que foi apenas o estopim dos desacertos diplomáticos que levariam ao conflito, mas porque pretendia enfraquecer a Sérvia e impedi-la de seguir sendo um polo de atração para os ativistas nacionalistas entre os povos que viviam sob o jugo austro-húngaro.¹⁹

Quanto à Rússia, o maior país do mundo, um gigante atrasado que se estendia por dois continentes, restava um enigma: debilitado por uma desastrosa guerra que perdeu para o Japão e pela Revolução (ambas em 1905), ele deu uma guinada, tratando de industrializar-se rapidamente e armar-se com apoio da França, sua aliada desde 1894. O país temia a Alemanha e desenvolvia uma temerária diplomacia nos Bálcãs de franca oposição à Áustria-Hungria por meio de seu apoio explícito à Sérvia e à causa do nacionalismo pan-eslavo na região, inclusive financiando atividades de grupos contrários aos austríacos. Em que pese às hesitações do czar Nicolau II em oferecer garantias à Sérvia em caso agressão do governo austro-húngaro, após o atentado de Serajevo em 1914, os generais russos apostavam numa campanha militar fácil e rápida. Conforme salienta Bianca Nunes:

Para o czar, aquela seria uma oportunidade de ouro: a vitória [contra os impérios centrais] despertaria no povo russo um fervoroso sentimento nacionalista, unindo-o em torno do czarismo e da defesa da pátria. Mas o tiro saiu pela culatra. Embora seu gigantesco exército fosse conhecido como “rolo compressor”, ele não estava à altura das tropas bem treinadas e equipadas da Alemanha.²⁰

Outro elemento importante ao nível da política interna dos Estados que contribuiu para causar a Primeira Guerra Mundial foram as mudanças sócio-políticas que se processavam no interior da Alemanha. Na opinião do já mencionado historiador alemão Fritz Fischer, apesar da sociedade alemã, no século XIX, ter avançado muito do ponto de vista da industrialização, ela não conseguiu fazê-lo politicamente. Para ele, a política externa alemã de antes de 1914 teria sido em grande parte

19 Para maiores detalhes sobre as intrincadas relações conflituosas entre a Áustria-Hungria e a Sérvia cujo clímax desembocou na Primeira Guerra Mundial, ver FROMKIN, David. op.cit. p. 116-129, e História em Revista. O Mundo em Armas, 1900-1925. Rio de Janeiro: Abril Livros Time Life, 1992, p. 15-16.

20 NUNES, Bianca. “Outubro Vermelho: não fosse a 1ª Guerra, o levante comunista de 1917 na Rússia jamais teria acontecido” in: LIMA, Eduardo (editor). A Primeira Guerra Mundial: 90 anos o conflito que desenhou o mundo em que vivemos, Revista Superinteressante, Edição Especial. São Paulo: Editora Abril, Edição 252-A, 2009. p. 43.

motivada pelos esforços da sua pessimista e reacionária elite política e econômica no sentido de desviar a atenção do povo do “canto de sereia” do partido social-democrata por meio da transformação da Alemanha na maior potência mundial à custa, sobretudo, da França e da Rússia, resgatando com essa vitória espetacular o prestígio e a legitimidade perante o seu povo.

Com efeito, conforme Fischer, o primeiro historiador a examinar em detalhe os arquivos do governo imperial alemão na sua totalidade, em seu controverso livro *Germany's Aims in the First World War* (na versão inglesa), originalmente publicado em 1961, a Alemanha tinha deliberadamente instigado a Primeira Guerra Mundial, em uma tentativa calculada para alcançar a supremacia mundial. Nesse livro, em que ele abordou o papel desempenhado por grupos de pressão na formação da política externa alemã, Fischer afirmou que vários grupos de pressão na sociedade alemã tinham realmente ambições claras de colocar em prática uma política imperialista agressiva na Europa Oriental, África e Oriente Médio.²¹

Portanto, a utilização da guerra como instrumento de uma política territorialmente expansionista no exterior teria sido a estratégia escolhida pela elite alemã para se conservar no poder e adiar ao máximo a adoção de uma democracia de massas no país. Em que pese o absurdo que essa opção possa aparecer no contexto atual, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, muitos pensavam que a guerra era inevitável, amparada em uma visão fatalista e modernista composta por argumentos darwinistas sociais de que a guerra seria um processo de purgação dos mais fracos e de seleção natural para os mais aptos. Os alemães, entediados pelo seu autoritarismo interno e inebriados pelo seu próprio sucesso econômico, voltaram-se para a guerra. Eles arriscaram e perderam, levando consigo toda a Europa, que perderia sua hegemonia mundial.

A GUERRA COMO RESULTADO DO PAPEL DOS INDIVÍDUOS

De acordo Kenneth Waltz (2004: 23), uma outra imagem ou nível de análise das relações internacionais que explica as causas da guerra reside na natureza e no comportamento do homem, uma vez que as guerras resultam do egoísmo, de impulsos agressivos mal canalizados e da estupidez. Assim sendo, procurar-se-á nesta seção distinguir o papel ou protagonismo de alguns indivíduos em termos de influência que desempenharam no processo decisório que levou ao desencadeamento da Primeira Guerra Mundial. Para facilitar a exposição, faremos uma análise

21 Argumento citado por DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e Colapso do Sistema Internacional Europeu (1817-1918) in: SARAIVA, José Flávio Sombra, op. cit. 167-168.

dos protagonistas selecionados segundo suas vinculações aos três países que assumiram uma postura ofensiva na eclosão do conflito (Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia), sem que isso implique isentar de responsabilidade outros agentes em outros países europeus (França, Grã-Bretanha etc) que, por ventura, tenham contribuído para que a cadeia de eventos escalasse em direção à Grande Guerra.

INDIVÍDUOS PROTAGONISTAS NO IMPÉRIO AUSTRO-HÚNGARO

Começando com a Áustria-Hungria, merecem destaque as figuras do Imperador Francisco José (1830-1916), o arquiduque Francisco Ferdinando (1863-1914) e o conde Leopold von Berchtold (1862-1942), ministro de negócios estrangeiros da Áustria. O imperador Francisco José, um homem velho e cansado, deixou-se manipular pelo conde Berchtold, seu ministro do exterior desde 1912, o qual durante a 2ª guerra balcânica (de 1912-1913) já defendia o projeto de hostilidade contra a Sérvia. No trono austríaco desde 1848 (e da Hungria desde 1867), Francisco José simbolizava o passado e seus valores e virtudes, mas exibia rigidez extrema característica do antigo regime. Ele fora derrotado pela Prússia na guerra de 1866, e perdera a esposa, a duquesa Isabel de Wittelsbach (conhecida por princesa Sissi), em um atentado terrorista em 1898; o filho Rodolfo, o herdeiro, por um suposto suicídio, e o seu irmão Maximiliano por execução no México (em 1867). Era, portanto, uma pessoa amarga e cheia de dramas pessoais, o que o tornou predisposto à frustração e à repressão a seus opositores em Viena e represálias a seus inimigos externos.²²

O sobrinho de Francisco José, o príncipe assassinado pelo terrorista Princip em Sarajevo, Francisco Ferdinando, por ironia do destino, teria sido uma força de contenção da escalada agressiva, pois o herdeiro do trono austro-húngaro tinha idéias políticas mais liberais e maior tolerância para com os súditos eslavos do império. Com seu bárbaro desaparecimento, ele passou a ter mais influência nos acontecimentos, uma vez que seu assassinato foi utilizado pelo *kaiser* alemão e pelo ministro do exterior austro-húngaro como justificativa para espezinhar a Sérvia e provocar uma guerra contra um Estado cliente da Rússia, assumindo, em decorrência do rígido sistema de alianças europeu e das mobilizações militares, riscos de uma conflagração geral, que acabou efetivamente ocorrendo.

De fato, com o assassinato de Francisco Ferdinando no atentado terrorista de Sarajevo,

²² Para uma interessante biografia do Imperador austro-húngaro Francisco José, consultar o sítio web [http://en.wikipedia.org/wiki/Franz_Joseph_I_of_Austria]. Disponibilidade: 21/06/2009.

o ministro do exterior austríaco Berchtold viu a oportunidade para humilhar a Sérvia, propondo a invasão imediata daquele país, decisão somente contida pelo primeiro-ministro húngaro Istvan Tisza, que se posicionou pela solução negociada via diplomacia. No entanto, Berchtold persuadiu o relutante imperador Francisco José a impor inaceitável ultimatum à Sérvia, convencendo-o não apenas do apoio do kaiser alemão, como de que a Rússia não socorreria o país eslavo, o que constituiu o primeiro passo para a guerra. Por fim, Berchtold ignorou a resposta da Sérvia e instigou o seu imperador a declarar guerra à Sérvia em 28/07/1914, o que acabou provocando a Primeira Guerra Mundial.²³

INDIVÍDUOS PROTAGONISTAS NO IMPÉRIO RUSSO

Na Rússia imperial, convém examinar a atuação do czar Nicolau II (1868-1918), do seu ministro dos negócios estrangeiros, Sergei Sazonov (1860-1927) e do seu ministro da guerra, Vladimir Sukhomlinov (1848-1926). O czar era um autocrata isolado que se preocupava, sobretudo, em resistir às mudanças liberalizantes no país. Era influenciado pela sua esposa neurótica, a czarina Alexandra Feodorovna, e pelo conselheiro dela, o famigerado Grigoriy Rasputin (1864-1916), um monge “charlatão, dissoluto, corrupto e odiado pelo povo, que o acusava de espionagem ao serviço secreto alemão”. Nicolau II também era assessorado por ministros incompetentes, os quais acabaram por levá-lo, sem um cálculo mais racional, à decretação de mobilização geral diante da agressão austríaca à sua aliada Sérvia, mesmo diante da provável ameaça de retaliação alemã.²⁴

Com efeito, o assassinato de Francisco Ferdinando levava um país após o outro para o conflito, e cada um de per si a declarar guerra. Nicolau II não queria nem abandonar a Sérvia ao humilhante ultimatum da Áustria-Hungria nem provocar uma guerra geral. Em uma série de cartas trocadas com o kaiser Guilherme II, os dois manifestaram seu desejo pela paz, e cada um tentou fazer com que o outro recuasse. O czar tomou medidas a esse respeito, exigindo que a mobilização russa fosse parcial, somente para a fronteira austríaca, com a esperança de prevenir uma guerra contra o império alemão. Porém, como os russos não tinham planos de contingência para a mobilização parcial, Nicolau II deu o passo fatal de confirmar a ordem para uma mobilização geral. O czar havia sido aconselhado por

23 Posteriormente, Berchtold, diante de exigências italianas de cessão de parte do território irredento de Trieste, recomendou declarar guerra contra a Itália (uma decisão apoiada pelo então chefe do estado- maior austríaco Conrad von Hötzendorf), o que abriu outra e desgastante frente de batalha. Forçado a demitir-se em janeiro de 1915, Berchtold foi substituído no ministério dos negócios estrangeiros pelo ainda mais truculento Barão Istvan Burian. Sobre o protagonismo de Berchtold no processo que levou ao deflagrar da Guerra, vide FROMKIN, David, op. cit. p. 116, 118, 320 e 335.

24 NYE, Joseph, op. cit. p. 89. A propósito, o próprio Sergei Sazonov publicou anos depois um livro se defendendo das acusações (de ter provocado a Guerra) intitulado: *Fateful Years, 1909-1916: The Reminiscences*. New York: F. A. Stokes, 1928.

alguns a não ordenar a mobilização das forças russas, mas diante da insistência de seus ministros do exterior e da guerra, escolheu ignorar esse conselho, pondo o exército russo em “alerta geral” em 25/07/1914. Esse gesto ameaçava as fronteiras alemãs e austríacas e pareceu como uma declaração de guerra.²⁵

Ao lado do czar, Sergei Sazonov foi o estadista russo que atuou como ministro dos negócios estrangeiros no período 1910-1916. O grau de seu envolvimento nos acontecimentos que levaram à eclosão da I Guerra Mundial ainda está aberto ao debate, com alguns historiadores atribuindo a culpa pela rápida e provocadora mobilização a Sazonov. No entanto, em 1914, Sazonov era de opinião que, no caso de uma guerra, a Rússia, como membro da Tríplice Entente, poderia obter ganhos territoriais dos países vizinhos, a exemplo de terras da Silésia, Galícia e Bucóvina. Em 31/07/1914, o czar foi aconselhado por Sazonov a ordenar a mobilização do exército russo, apesar dos riscos de que essa decisão conduziria à guerra contra a Alemanha e a Áustria-Hungria.²⁶

Por seu turno, o general Vladimir Sukhomlinov, o autocrático ministro da guerra russo de 1909-1915, também teria induzido o czar à mobilização geral, mesmo sabendo das notórias deficiências do exército russo e desconsiderando as informações da inteligência sobre o superior potencial militar do exército alemão. Após várias derrotas do exército russo na frente oriental durante o primeiro ano de guerra, Sukhomlinov seria demitido do seu posto, em junho de 1915, e condenado à prisão por abuso de poder e traição, depois de alguns dos seus colaboradores terem sido acusados de espionagem a favor da Alemanha.²⁷ O próprio czar então assumiu o comando das tropas na frente alemã.

3 – INDIVÍDUOS PROTAGONISTAS NO IMPÉRIO ALEMÃO

No caso da Alemanha, o *kaiser* Guilherme II (1859-1941) padecia de complexo de inferioridade. Era fanfarrão e extremamente emocional. Sua inabilidade no episódio do atentado de Serajevo conduziu a Alemanha a uma política arriscada de confronto que desembocou no conflito mundial. Dentre os líderes que contribuíram para a Guerra, sem dúvida a personalidade de Guilherme II teve um papel fundamental. A garantia que ele deu ao já mencionado ministro do exterior austríaco, Leopold von Berchtold, soou como uma *charte blanche* à monarquia austro-húngara

²⁵ Ver, a propósito da biografia do último czar russo, Nicolau II, o sítio web http://pt.wikipedia.org/wiki/Nicolau_II_da_R%C3%BAssia. Disponibilidade: 20/06/2009.

²⁶ NYE, Joseph, op. cit. 89. A propósito, o próprio Sazonov publicaria, anos depois, um livro, intitulado *Fateful Years*, em que ele se defenderia das acusações e justificaria sua atitude de convencer o czar a mobilizar o exército russo.

²⁷ Para maiores detalhes, consultar o sítio web [http://en.wikipedia.org/wiki/Vladimir_Sukhomlinov]. Disponibilidade: 20/06/2009.

para invadir a Sérvia mesmo diante do risco de uma conflagração geral. Conforme menciona David Fromkin (2009:305):

Naquele dia [31 de julho de 1914], Guilherme passou, por telegrama, a Francisco José a seguinte mensagem: nesta dura luta, é da maior importância que a Áustria dirija sua força principal contra a Rússia e não a divida em razão de uma ofensiva simultânea contra a Sérvia. Nesta luta gigantesca em que estamos nos envolvendo ombro a ombro, a Sérvia desempenha um papel completamente secundário.

Em 1909, Theobald von Bethmann-Hollweg (1856-1921), experiente político alemão, fora nomeado chanceler do *Reich*. Na sequência do assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, em Sarajevo, Bethmann e o ministro dos negócios estrangeiros Gottlieb von Jagow agiram de forma determinada para instar os austríacos a tomarem uma posição firme contra a Sérvia. Nos últimos dias antes da eclosão da guerra, ele tentou tardiamente apoiar as tratativas de mediação do ministro do exterior britânico Edward Grey (1862-1933) até que a mobilização geral da Rússia, em 31/07/1914, retirou-lhe o controle da situação. Após deixar o cargo em 1917, Bethmann só viria a voltar à vida pública em junho de 1919, quando solicitou ao comando aliado para ser submetido a julgamento no lugar do ex-*kaiser*, Guilherme II, então em exílio na Holanda. O conselho Supremo Aliado decidiu ignorar o seu pedido, mas ele foi mencionado diversas vezes como um daqueles que poderiam vir a ser julgados por delitos políticos relacionados à origem da Grande Guerra.

Outro importante dirigente alemão responsabilizado pela Primeira Guerra Mundial foi Gottlieb von Jagow (1863 - 1935), cuja gestão como ministro do exterior durou de 1913 a 1916. Durante a crise de julho de 1914, Jagow quis fazer crer que uma guerra da Áustria-Hungria contra a Sérvia seria localizada e que a Rússia não se envolveria no conflito por não estar preparada para uma guerra continental. Todavia, como os fatos demonstraram, essa sua premissa estava incorreta, de modo que a garantia alemã dada à Áustria, que ele defendera com todo o empenho, levou à eclosão da Primeira Guerra Mundial I. Após a Guerra, Jagow atribuiu ao “maldito sistema de alianças” a razão mais profunda para provocar a Guerra Mundial. Por fim, o general Helmut von Moltke (1848-1916), o chefe de estado maior alemão de 1906-1915, foi uma das pessoas do círculo interno de poder do *Reich* que mais influência tiveram para fazer a Alemanha entrar em guerra. Conforme assinala David Fromkin (2009: 319):

Ao sugerir que um ou mais indivíduos começaram a Primeira Guerra Mundial, quero dizer que havia homens que queriam iniciar uma guerra, e que agiram deliberadamente de modo a

começar uma guerra, e que tiveram êxito, pelo que fizeram. Assim, o detetive de romance policial pode apontar seu dedo acusadoramente e dizer: eis o culpado! No caso da Alemanha, apontamos para Moltke. Ele começou a guerra mundial, e o fez deliberadamente”

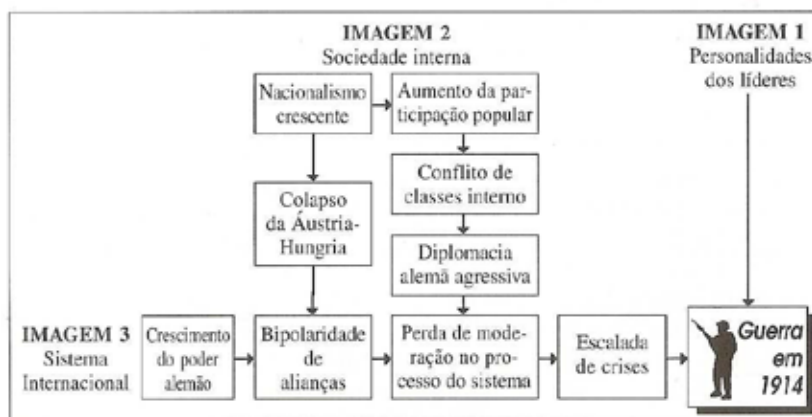
De fato, as descobertas de Fromkin revelam que Moltke era quem queria a guerra contra a Rússia e a França. Ele sempre havia sido impedido de iniciar essa guerra em crises anteriores porque as circunstâncias nunca foram totalmente adequadas. Tudo tinha de estar no lugar: a autoridade do kaiser tinha de estar declinante; a participação austríaca tinha de estar garantida, e a Rússia tinha de aparecer como o agressor. Repentinamente, perto do fim de julho de 1914, tudo realmente se encaixou. Moltke agarrou essa chance; ele viu que sua hora tinha chegado, e tratou de aproveitar. Tanto foi assim, que em carta a um amigo em junho de 1915 (já após ter deixado o cargo) ele afirmou: “É terrível ser condenado à inatividade nesta guerra. Esta guerra que eu preparei e iniciei”.²⁸

CONCLUSÕES

O exame das causas da Guerra segundo os três níveis de análise, sistêmicos, societários e individuais está sintetizado na figura abaixo. A multiplicidade de causas pode, portanto, ser decomposta nos seguintes fatores: i) ao nível do sistema, o crescimento do poder alemão e uma estrutura bipolar de alianças entre as potências que geraram perda de moderação no processo do sistema interestatal, conduzindo a uma perigosa escalada de crises que levaram à guerra em 1914; ii) ao nível da estrutura interna das sociedades nacionais, elementos como o nacionalismo crescente, o colapso dos impérios, o aumento das pressões populares sobre os governos autocráticos, conflitos de classes em países em industrialização acelerada e aventuras externas para diluir problemas internos, e iii) personalidades de líderes autocráticos e militaristas desejosos de arriscar a sobrevivência de seus povos para aumentar seu poder.

Dessa intrincada história, é possível extrair lições para o mundo atual do início do século XXI. Em que pesem as diferenças impostas pelo avanço tecnológico, em especial as armas nucleares e de destruição em massa, e pelas transformações da política e da sociedade, os perigos espreitam por todos os lados.

²⁸ FROMKIN, D. O Último Verão Europeu, op.cit. 337.



O fato de a comunidade internacional e a opinião pública mundial como um todo não aprovarem mais ideologias extremas e negar a inevitabilidade da guerra, a estabilidade não se garante unicamente pela distribuição equilibrada de poder militar. A complacência em relação à paz é algo arriscado. É preciso um esforço geral rumo a formas mais racionais de interação e de distribuição dos frutos do progresso econômico, de maior tolerância para com as diferenças e de maior consciência sobre os limites físicos do planeta. Que as lições da Primeira Guerra Mundial sirvam para a humanidade dirimir suas divergências com base no diálogo e na cooperação e não na busca autista da segurança interna à custa da insegurança alheia. É um desafio imenso para a sociedade humana, mas que vale a pena tentar.

ENTRE FLORES E CANHÕES NA GRANDE GUERRA (1914-1918): O FINAL DA BELLE ÉPOQUE E O COMEÇO DO “BREVE SÉCULO XX” EM UM ÁLBUM DE RETRATOS FOTOGRÁFICOS

Marco Antonio Stancik¹

Resumo

O trabalho analisa oito retratos fotográficos pertencentes a um álbum de família alemão, sete dos quais datados dos tempos da Primeira Guerra Mundial (1914- 1918). As fotografias são abordadas como documentos e monumentos, de forma a evidenciar mudanças operadas na percepção do conflito, a partir de uma narrativa construída sob sua inspiração.

Palavras-chave: fotografia; Primeira Guerra Mundial; fontes historiográficas.

Abstract

“Between flowers and cannons in the Great World War (1914-1918): the end of Belle Époque and the beginning of the “Brief 20th Century” in an album of portraits”

The paper explores eight portraits of a German family album. Seven portraits dated the times of Great World War (1914-1918). The portraits are addressed as documents and monuments to reveal changes in the perception of conflict through the writing of a narrative related to selected photographs. **Keywords:** photography; First World War; historical sources.

Ora, a partir do momento que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda: ponho-me a “posar”, fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem.

... uma imagem – minha imagem – vai nascer: vão me fazer nascer um indivíduo antipático ou um “sujeito distinto”?

Roland Barthes²

As fotos dão às pessoas a posse imaginária de um passado irreal ... A força de uma foto reside em que ela mantém abertos para escrutínio instantes que o fluxo normal do tempo substitui imediatamente.

Susan Sontag³

¹ Doutor em História pela UFPR.

² BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p.22-23.

³ SONTAG, Susan. Sobre fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.19, 127- 128.

Em 11 de novembro de 1918, foi assinado o armistício que encerrou a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Passadas nove décadas do final da “Grande Guerra”, como também ficou conhecida, considera-se pertinente ter um breve contato com modos de pensar, sentir e agir que antecederam o conflito, acompanhando ainda as mudanças que ele proporcionou em curto período.

Começamos perguntando: em meados de 1914, por ocasião do início da guerra, quais as expectativas dos habitantes dos países envolvidos no conflito e como eles o percebiam? Questionamento que pode ter alguns esclarecimentos por intermédio de fontes não muito exploradas pelos historiadores, folheando-se, por exemplo, um álbum de fotografias do período, ou lendo as correspondências particulares de então, entre tantas outras. Documentos que registraram e comunicam sentimentos e representações os mais diversos em relação ao que se passava, e que tenderam a se modificar com o desenrolar da guerra.

No intuito de trazer algumas respostas a tais questionamentos, a proposta deste ensaio é construir uma narrativa – uma entre tantas outras possíveis – a partir de um álbum de retratos de família⁴ dos tempos da Primeira Guerra Mundial e das reflexões por ele suscitadas. Narrativa que não é nada mais que uma interpretação de determinada série arbitrariamente destacada do conjunto de registros fotográficos relacionados àquele conflito e pertencentes a um álbum que traz retratos das famílias Marinho de Azevedo, Seiffen e Gérard. Coleção precedida por uma árvore genealógica em que a data de nascimento mais recuada, entre os retratados, remete ao ano de 1836, e que contém registros fotográficos desde o final do século XIX até a década de 1940. Conjunto construído em solo europeu, em sua quase totalidade na Alemanha, e trazido ao Brasil junto aos pertences de uma família emigrada, o álbum foi adquirido pelo autor em leilão realizado no mês de outubro de 2008.

4 Nas palavras de Mauro Koury, o álbum fotográfico familiar é um “instrumento privado em que se depositam as lembranças iconográficas familiares, de amigos próximos e pessoas importantes que, de forma direta ou indireta, estiveram presentes na vida e na organização familiar” (KOURY, Mauro G. P. Fotografia e interdito. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.19, n.54, p.129-141, fev. 2004. p.131-132). Segundo Susan Sontag, por intermédio de fotografias, “cada família constrói uma crônica visual de si mesma – um conjunto portátil de imagens que dá testemunho da sua coesão” (SONTAG, 2004, p.19). Por sua vez, Eder Chiodetto percebe tais álbuns como “uma edição em ritmo de filme açucarado de sessão da tarde, em que todo o atrito, tudo o que impeça a felicidade plena, deve ser extirpado. Amnésia para os momentos infelizes e eternidade para a felicidade, essa é a lógica que permeia os álbuns de família” (CHIODETTO, Eder. Coleções de casamentos, nascimentos, aniversários. In: ITAÚ CULTURAL. Enciclopédia de artes visuais. Disponível em: www.itaucultural.org.br; Acesso em: 10 nov. 2008). Miriam M. Leite também destaca a exclusão de conflitos e hostilidades nessa auto representação das famílias, que, ao mesmo tempo, focam a hierarquia, a dignidade, a estabilidade. E acrescenta: “como a fotografia é utilizada para reforçar a integração do grupo familiar, reafirmando o sentimento que tem de si e de sua unidade, tanto tirar as fotografias, como conservá-las ou contemplá-las emprestam à fotografia de família o teor de ritual de culto doméstico”. A autora também adverte que não é toda a vida que é fotografada para fazer parte de um álbum de família, pois uma fotografia é resultado de uma seleção (LEITE, Miriam Moreira. Retratos de família: leitura da fotografia histórica. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2001. p.78, 87, 95). Tais afirmações corroboram as conclusões do pesquisador colombiano Armando Silva, segundo o qual não há álbum de família isento da intenção de contar uma história (SILVA, Armando. Álbum de família: a imagem de nós mesmos. São Paulo: Ed. Senac, 2008. p.23).

Registros produzidos para a fruição privada e não para a exposição pública, acompanhados de anotações a caneta, algumas sobre a superfície emulsionada (ver Fotografias 4, 5 e 7), em língua alemã e portuguesa, muitas vezes informando algo sobre o fotografado. Geralmente identificando-o e, menos frequentemente, trazendo alguma indicação sobre data, local e grau de parentesco.

No total, são 145 fotografias, algumas muito danificadas e/ou recortadas de forma irregular, afixadas com cantoneiras e, em muitos casos, com cola em seu verso, situação que, enquanto persistir, impossibilita o acesso a algumas anotações ali existentes. Entre elas, 38 trazem retratados em trajes militares dos tempos da Primeira Guerra Mundial, inclusive quatro cartões postais.⁵ Há ainda duas fotografias produzidas durante a Segunda Guerra Mundial (1939- 1945) ou às suas vésperas.

Até o momento, foi possível identificar a autoria de apenas 14 fotografias⁶, e as selecionadas para o presente estudo não trazem indicações a respeito. Desconhecer seus autores é, sem dúvida, um fator limitador do trabalho, ao se ter em conta a advertência de Sontag, segundo a qual “na medida em que a fotografia é (ou deveria ser) sobre o mundo, o fotógrafo conta pouco, mas na medida em que é o instrumento de uma subjetividade questionadora e intrépida, o fotógrafo é tudo”. Afinal, a câmara não é, como pensavam os primeiros fotógrafos, uma máquina copiadora, pois não é ela que vê, que dá o foco (Sontag, 2004, p.104, 138).

O fotógrafo “compõe a fotografia com a realidade e desta se apropria, a fim de melhor mostrar a si próprio”. Ele seleciona ou exacerba as “modalidades de ser dos atores sociais ou das situações fotografadas”.⁷ Através da fotografia ele se comunica, expressando ideias, emoções, sentimentos, valores, preconceitos, por vezes de forma involuntária. O mesmo é feito pelo fotografado, conforme se discutirá em seguida.

HISTÓRIA, FOTOGRAFIA, RETRATOS

A Foto-retrato é um campo cerrado de forças. Quatro imaginários aí se cruzam, aí se afrontam, aí se deformam. Diante da objetiva, sou ao mesmo tempo: aquele que eu me julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele de que ele se serve para exhibir sua arte.

Roland Barthes (1984, p.27)

⁵ A presença de cartões postais que remetem à guerra e/ou fazem apologia ao militarismo, mantidas junto às fotografias de familiares, evidencia sua relevância para aquele que as preservou. Relevância perceptível ainda em dois retratos de soldados, ladeados pela observação “não são parentes”.

⁶ Foto Samson comparece com cinco fotografias; Frohsinn, com três; Carl Fellner, Hoven e Alboldin, com uma. Fotografia Vahlendick figura com três cartões postais. Parece razoável supor que existam mais fotografias produzidas por Foto Samson, uma vez que o sobre- nome aparece entre parentes com retratos incorporados ao álbum.

⁷ CANABARRO, Ivo. Fotografia e cultura fotográfica. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v.31, n.2, p.23-39, dez. 2005. p.32.

No presente estudo, e tendo por pressuposto que a fotografia não é apenas uma forma de expressão, mas um meio de informação e comunicação, pelos indícios nela presentes, o primeiro procedimento para sua análise foi a seleção de uma pequena parcela dos registros que compõem o álbum. Seleção arbitrária, mas presa aos propósitos de proceder à sua leitura no contexto da Primeira Guerra Mundial, dando destaque àqueles que suscitavam reflexões sobre a expressão de sentimentos dos retratados, suas formas de vivenciar o conflito e as alterações por este operadas em suas vidas. Gesto inspirado nas reflexões de Miriam Moreira Leite, segundo a qual a fotografia de família:

Como é imóvel e estática, representa um tempo presente, um *agora* diante do qual o pesquisador é levado a reconstruir o que levou aquelas personagens a es- tar ali, assim, daquele jeito, naquele momento, para poder prever o desenlace, os momentos seguintes que podem vir a ser encontrados em outros instantes isolados, em outras fotografias. (Leite, 2001, p.37)

Os registros fotográficos foram tomados não apenas como uma imagem com a qual se procurou captar a realidade⁸, mas como sua construção e/ou leitura, como meio de comunicação através de mensagens de caráter não-verbal e forma de mostrar-se para si e para os outros: ao fazer pose, o fotografado não apenas fixa determinada postura, mas seleciona previamente os elementos que irão compor o seu retrato. Realiza, dessa forma, um trabalho social de produção de sentido, operado pelo fotógrafo e, não menos, pelo fotografa- do que faz pose diante da câmara (Barthes, 1984). Formas de expressão produzidas tendo em vista determinados usos, individuais e/ou coletivos, e que nos revelam pistas sobre diferentes maneiras de pensar, sentir e agir. Formas que não são, necessariamente, correspondentes às daquele que delas se apropria posteriormente.⁹

Considerada a fotografia como uma imagem e como uma forma de interação social e de comunicação, tem-se por pressuposto que seu significado mais profundo não se encontra necessariamente explícito, pois é imaterial, apesar do “realismo fotográfico da aparência” de que ela se reveste (Kossoy, 2001, p.117). Comunicação que não se realiza pela linguagem verbal do

⁸ Segundo Boris Kossoy, “A imagem fotográfica pode e deve ser utilizada como fonte histórica. Deve-se, entretanto, ter em mente que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, um e só um enfoque da realidade passada: um aspecto determinado. Não é demais enfatizar que este conteúdo é o resultado final de uma seleção de possibilidades de ver, optar e fixar um certo aspecto da realidade primeira” (KOSSOY, Boris. Fotografia e história. 2.ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.107). Por sua vez, ao propor que “fotos fornecem um testemunho”, Sontag defende que há que se ter em conta que, “embora em certo sentido a câmera de fato capture a realidade, e não apenas a interprete, as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos”. E, mais adiante: “contudo, a representação da realidade pela câmera deve sempre ocultar mais do que reve-la” (SONTAG, 2004, p.16, 17, 34). Para uma breve proposta de crítica da fonte fotográfica, consultar: BURKE, Peter. Como confiar em fotografias. Folha de S. Paulo, 4 fev. 2001, Caderno Mais!, p.13.

⁹ CARDOSO, Ciro F.; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

fotografado, mas, no caso de retratos, como se trata no presente estudo, através de outras formas de expressão: a corporal e a gestual, entre outras. Busca-se, portanto, identificar seu conteúdo e deduzir, ao menos parcialmente, o que não está visível, ou seja, as articulações do conteúdo interno com o externo às fotos (Leite, 2001, p.44).

Sendo assim, toma-se o retrato fotográfico como um produto social e cultural, concebido como documento e como monumento. Como registro, um fragmento que chega até nós oriundo de outros tempos, e como recurso apto a comunicar representações, ou seja, modos pelos quais indivíduos e grupos sociais representam a si e ao mundo. Representações elaboradas cultural/estética/tecnicamente¹⁰, mais evidentes quando fixadas em retratos de corpo inteiro, valorizando a pose, como a quase totalidade das selecionadas para o presente estudo. Conforme proposto por Ana Maria Mauad, reportando-se às reflexões do historiador francês Jacques Le Goff:

parafraseando Jacques Le Goff, há que se considerar a fotografia, simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado – condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo.¹¹

Sem esquecer, não menos, que, mesmo muito tempo depois de realizada, ela segue sendo interpretada, oscilando os seus significados¹², afinal a fotografia, seja em sua produção, seja em sua recepção, sempre dá margem a um processo de construção de realidades (Kossoy, 2002, p.42).

O presente ensaio não propõe nada além disso. Seu intento é expor uma interpretação possível de oito retratos selecionados entre quase uma centena e meia daqueles que compõem um álbum de família. Interpretação focada não na representação operada pelo fotógrafo, mas pelos fotografados, não menos importante, como destacado por Barthes (1984), uma vez que há cumplicidade entre o fotógrafo e o fotografado. Cumplicidade mais evidente nos registros posados, em que ambos revelam

10 KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002; SAMAIN, Etienne (Org.). O fotográfico. São Paulo: Senac, 2004.

11 MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história – interfaces. Tempo, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.73-98, dez. 1996. p.80. Para a problemática documento/monumento, consultar LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ROMANO, R. (Dir.). Enciclopédia Einaudi. v.1 – Memória, História. Lisboa: Impr. Nacional/Casa da Moeda, 1984. p.95-106.

12 KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.25, n.49, p.35-42, 2005. p.39.

a intenção de fixar determinada representação social, durante o “gesto radical” de produção desse artefato cultural, dessa “fatia única e singular de espaço-tempo”.¹³

Para interpretar tais representações, as fotografias são exploradas em busca de formas de comunicação não-verbal, registradas através de gestos, poses, olhares, expressões faciais, orientações do corpo, posturas, distância e distribuição espacial entre os indivíduos, organização e disposição dos objetos.¹⁴ Essas poses são analisadas em suas interações com três recursos expressivos nelas presentes: as vestimentas (verdadeiros prolongamentos do corpo), os objetos simbólicos e a ambientação, característicos das fotografias de estúdio.¹⁵

Compreendendo-se que tais formas de comunicação não-verbal empregadas para transmitir mensagens apresentam diferentes significados em diferentes sociedades e culturas, contextos e/ou períodos, circunstâncias e situações, são elas analisadas pelo método iconográfico/iconológico proposto por Kossoy (2001; 2002). Ou seja, a partir de sua inserção e em contraponto com o contexto histórico em que foram produzidas; mediante o confronto entre o global e os pormenores (Leite, 2001, p.158), entre aqueles fragmentos e seu contexto mais amplo, entre o privado (o retrato de família) e a esfera pública. Procedimento a partir do qual pretende-se torná-las historicamente significativas, não para contar a história de determinada família, mas para pensar o impacto da Grande Guerra sobre a vida familiar na Europa, em dado tempo e espaço.

RETRATOS DE QUEM VIVEU OS TEMPOS DA GRANDE GUERRA

O vestígio da vida cristalizado na imagem fotográfica passa a ter sentido no momento em que se tenha conhecimento e se compreendam os elos da cadeia de fatos ausentes da imagem.

Além da verdade iconográfica.

Boris Kossoy (2001, p.117-118)

13 DUBOIS, Philippe. O acto fotográfico. Lisboa: Veja, 1992. p.163.

14 SILVA, Lúcia Marta Giana da et al. Comunicação não-verbal: reflexões acerca da linguagem corporal. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v.8, n.4, p.52- 58, ago. 2000; RECTOR, Mônica; TRINTA, Aluizio Ramos. Comunicação do corpo. 4.ed. São Paulo: Atica, 1999; WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. 63.ed. Petrópolis: Vozes, 2007; DIMITRIUS, J.; MAZZARELLA, M. Decifrar pessoas: como entender e prever o comportamento humano. São Paulo: Alegro, 2000.

15 A fotografia de estúdio, trabalho produzido por um profissional, é habitualmente associada ao século XIX. Boris Kossoy a descreve como um “ato fotográfico teatral”, cujo personagem central é o próprio retratado, ao passo que o fotógrafo desempenha os papéis de diretor da peça, iluminador e contrarregista (KOSSOY, 2001, p.110-111). O ambiente criado nos estúdios era, em regra, composto por móveis rebuscados, entalhados, repletos de detalhes e objetos os mais variados, que podiam ir de um livro, emprestando ao fotografado um ar intelectualizado, a animais, empalhados ou não. Recursos que tinham o objetivo de realçar determinadas características do fotografado, fossem elas reais ou fictícias. Para mais detalhes, consultar: LEMOS, Carlos A. C. Ambientação ilusória. In: MOURA, Carlos E. Marcondes de (Org.). Retratos quase inocentes. São Paulo: Nobel, 1983. p.46-113; TURAZZI, Maria Inês. Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889). Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1995; MUAZE, Mariana de Aguiar F. Os guardados da viscondessa: fotografia e memória na coleção Ribeiro de Avellar. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.14, n.2, p.73-105, jul.- dez. 2006; KOUTSOUKOS, Sandra Sofia. M. No estúdio do photographo, o rito da pose (Brasil, segunda metade do século XIX). Revista Agora, Vitória, n.5, p.1-25, 2007. Disponível em: www.ufes.br/ppghis/agora; Aces- so em: 27 dez. 2008.

O século XX começou sob um clima de animosidade contínua entre as grandes potências da época, marcando os tempos finais da *Belle Époque*. Embora fosse assim, o período pode ser traduzido, de forma muito breve, como de euforia entre parcelas das classes abastadas da sociedade europeia e, não menos, brasileira, diante das promessas de progresso e modernidade que marcaram o século XIX.

O grande modelo civilizatório era a deslumbrante Paris, a “Cidade Luz”, e a ideologia cientificista vivia seu apogeu, pois se acreditava que, com o auxílio da ciência, todos os problemas do mundo deveriam ser resolvidos. Na ciência era a Alemanha que se destacava, com suas universidades, escolas técnicas superiores e revistas especializadas. Sua influência se estendia para além da Europa, alcançando países como Estados Unidos e Japão. O desenvolvimento tecnológico era outro fator de deslumbramento. E a Grande Guerra, em que ainda houve o emprego de espadas, cavalos e pombos-correio, iria intensificá-lo ainda mais!

Documentos aparentemente banais, como uma correspondência sem maiores pretensões – esse ‘documento essencial’ que tende ao desaparecimento¹⁶ –, nos trazem mais pistas sobre a percepção daqueles que vivenciaram o grande conflito. Em breve correspondência datada de 16 de maio de 1915 e remetida da Noruega para Paranaguá, um tal de J. Jacobsen informava não pretender viajar para outros países “até a guerra acabar-se”, em sutil indicação de que acreditava que o conflito logo chegaria ao final. Em outra passagem, contava aos amigos deixados no Brasil que na cidade de Stavanger, onde fixara residência, existia “até cinematógrafo”!¹⁷ As incríveis imagens em movimento conquistavam aqueles que a elas tinham acesso!

Apesar do clima tenso entre os países europeus, sob tais circunstâncias, parcelas de suas classes abastadas esperavam que as coisas continuassem “caminhando bem”, rumo à felicidade e ao progresso. Essa sensação também era revelada pelas fotografias, imagens que, estáticas, marcadas pela imobilidade no âmago do mundo em movimento (Barthes, 1984, p.15), podem nos transmitir inúmeras mensagens, embora de forma distinta daquelas das telas de cinema, que encantavam e seduziam as plateias desde as primeiras décadas do século XX.

Tanto era assim que, em um álbum repleto de retratos de uma família alemã daquele período, encontramos imagens de jovens soldados trajando uniforme militar, prontos para seguirem para a

16 PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.186.

17 JACOBSEN, J. Correspondência. Stavanger, Noruega, 16 mai. 1915. Acervo do autor.

guerra como quem se preparava para um empolgante evento! Apesar da expressão facial serena e sem qualquer esboço de sorriso daqueles soldados, são imagens que remetem ao contexto da guerra que se iniciava, mas não à dor, ao sofrimento, destacando outros sentimentos e expectativas em relação a ela.

Segundo observou o historiador inglês John Keegan, no início do século XX, ao se ter em vista a solução de conflitos, a política posta em prática pelos países europeus se pautava no fortalecimento do poder militar em detrimento de outros recursos. Naquele contexto, “havia, reconhecidamente, um medo abstrato da guerra. Entretanto, mais forte do que isso era o medo de falhar em face do desafio da guerra”.¹⁸

Ainda assim, não se apostava na eclosão de um conflito duradouro e de grandes proporções. Aos olhos de hoje, pode parecer inacreditável, mas a expectativa mais corriqueira era por uma guerra breve e, até mesmo, entusiasmante! Sob tal perspectiva, a imagem que se divulgava era a de bravos e cavalheirescos soldados, que, em curto período, retornariam cobertos de glória e seriam recebidos como heróis!

De fato, o plano da Alemanha, com sua poderosa máquina militar no auge do poderio, era derrotar com rapidez a França e, logo a seguir, a Rússia. Segundo relatos do período, após a corrida para o alistamento, a partida dos soldados aconteceu em meio a um clima festivo, com as mulheres depositando flores nas suas armas (Keegan, 2004)! Contudo, e isso logo se tornaria patente, o desenrolar da guerra foi bem diverso daquilo que inicialmente se previa, tomando rumos bem mais dolorosos.

Do lado francês, o que se observava não era muito diferente. A ponto de seus combatentes seguirem para os campos de batalha trajando vistosos uni- formes, com calças vermelhas. A cavalaria, por sua vez, portava capacetes guarnecidos de plumas e cintilantes peitorais de aço. Verdadeiros trajes de gala, resquícios do século XIX, usados por homens que não imaginavam o que os esperava!¹⁹

Se as coisas se passavam mais ou menos dessa forma, antes de seguir para a frente de batalha, o jovem alemão Ferdinand²⁰ vestiu seu uniforme militar de oficial carabineiro e fez pose, ou

18 KEEGAN, John. História ilustrada da Primeira Guerra Mundial. 3.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p.23, 25.

19 Da bibliografia disponível sobre o conflito, foram fundamentais para o presente estudo as obras KEEGAN (2004); HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914- 1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995; FERRO, Marc. História da Primeira Guerra Mundial. Lisboa: Edições 70, s.d.; NEVES, Luis F. da Silva. Ciência e tecnologia na Grande Guerra, 1914-1918. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. Encontro Estadual de História – ANPUH/ Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: www.rj.anpuh.org/Anais/2004/ Simposios Tematicos; Acesso em: 22 out. 2008. Para muitas das situações descritas, também foram de grande utilidade os relatos de REMARQUE, Erich M. Nada de novo no front. São Paulo: Abril Cultural, 1974, obra de ficção inspirada nas experiências vividas por seu autor como combatente nas trincheiras alemãs.

20 Optou-se por omitir os sobrenomes dos fotografados. Prenomes e datas mencionados correspondem às anotações presentes no álbum e/ou nas fotografias.

seja, assumiu uma postura estudada e artificial, para duas fotografias. Era o momento de registrar sua imagem para a posteridade. Uma delas foi produzida no interior de um estúdio (Fotografia 1), onde era costume, desde meados do século XIX, compor uma cena para a pose do retratado. Desta podiam fazer parte móveis, cortinados, painéis e objetos variados, disponíveis nos estúdios fotográficos.

No caso da representação visual de “Ferdi”, como também era chamado na intimidade, o cenário para o cerimonial fotográfico (Barthes, 1984, p.24), cuja seleção tinha a função de “valorizar o retratado” (Moura, 1983, p.120), era uma bucólica e tranquila paisagem romântica repleta de flores, que contrastavam surpreendentemente com sua postura ereta, tranquila, mas austera. Essa foi a sua opção ao encenar para a posteridade, incorporando um homem das armas. Uma escolha intencional que contrasta com a guerra e a violência que a caracteriza, documentando e monumentalizando um instante, de forma que agora nos oferece pistas sobre como foi percebido e vivenciado por aquele e outros atores sociais.



Fotografia 1 Ferdinand faz pose em estúdio fotográfico, 1914. 14,0 x 9,0 cm
Fotografia 2 Ferdinand e a parede de tijolos, sem data. 14,0 x 9,0 cm

Já não era, é bem verdade, o retrato repleto de objetos e acessórios, como se costumava fazer no século XIX. Mas se trata, sem dúvida, de uma teatralização ainda inserida naquele espírito de fazer a representação de determinado papel social. De tal forma, a performance de Ferdinand em um cenário ilustra bastante bem uma tendência observável nos retratos fotográficos produzidos em

estúdio, qual seja, a de registrar não necessariamente uma ‘realidade social’, mas sim ‘ilusões’ ou ‘fantasias’ sociais.²¹

Já se sugeriu que jardins e flores presentes em retratos produzidos em estúdios fotográficos seriam sinônimo de delicadeza (Koutsoukos, 2007, p.17). No caso de Ferdinand, contudo, propõe-se algo distinto. Em busca de uma possível explicação para a opção por uma ambientação tão singela e florida para a pose de um militar, tem que se ter em conta que, se a guerra havia chegado, Ferdinand posava como se fosse um guardião do bem-estar, da tranquilidade, enfim, da paz! Postado à frente do portal de um jardim, era como se ele, com seu ar sereno, sua postura ereta e confiante, fizesse o papel de responsável por zelar pela paz e tranquilidade representadas pelo cenário.

Por isso, no retrato, ele permanecia estacado na estrada imaginária que conduzia ao jardim florido e murado. Para alcançá-la seria inevitável passar pelo soldado ali postado, cuja imagem se desenhava em primeiro plano, como um obstáculo que não apenas barrava o acesso, como a visão daquilo que vinha além.

Misto de sensibilidade e força, o retrato posado procurava convencer que Ferdinand estaria a serviço da paz. Nem que para isso fosse obrigado a fazer uso da força e, no limite, matar o inimigo...

No álbum, a expressão tranquila e serena da imagem de estúdio foi fixada ao lado de outra (Fotografia 2), onde a perspectiva vertical ascendente assumida pelo fotógrafo permitia a Ferdinand fixar o olhar de cima para baixo, trazendo a impressão de poder, segurança e confiança.²² A força e o poder expressos pelo retratado eram reforçados pela presença de uma parede com os tijolos expostos. Esta lhe servia de fundo e emprestava à imagem um ar pesado e austero, cuja escuridão contrastava profundamente com a claridade, transparência e leveza da imagem anterior, realizada em estúdio. Ao mesmo tempo, o paredão pesado e sombrio não permitia vislumbrar qualquer possibilidade de ir além, de prosseguir, diferindo novamente da outra fotografia, que dava a impressão de profundidade e amplitude.

Em ambos os retratos de Ferdinand em uniforme militar ficava estampada a imagem de quem estava prestes a lutar pela sua pátria, esforçando-se para imortalizá-la de forma nobre, com a melhor aparência possível, naquele momento de posar para homenagear a si próprio. O contraste

21 MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. Escrevendo a História com imagens fotográficas: historiografia das principais tendências no Brasil. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. IX Encontro Estadual de História – ANPUH/Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: www.eeh2008.anpuh-rs.org.br; Acesso em: 13 dez. 2008.

22 Miriam Moreira Leite observa que, “como a câmera assume o lugar do observador ou leitor da fotografia, amplia o sentido do fotografado quando olha de baixo para cima e reduz sua importância quando o olha de cima para baixo” (LEITE, 2001, p.137).

entre os claros e os escuros daqueles registros se acentua com sua presença, lado a lado, na forma como foram incorporados ao álbum fotográfico. Retratos fotográficos que confirmam as proposições de Ana Maria Mauad, que os associa à necessidade de não apenas ressaltar a individualidade do fotografado, como ainda inscrevê-lo em determinada identidade social.²³

Explorando o álbum, constatamos que vários parentes de Ferdinand posaram para fotografias em trajes militares usados na Grande Guerra. Aparentando ser bem mais jovem, Hermann compareceu com dois retratos em uniforme militar germânico, posicionando-se em meio perfil. Em um deles, empunha um fuzil na mão direita, à altura da cintura (Fotografia 3). Como nos registros de Ferdinand, trata-se de imagens de corpo inteiro, com expressão facial sem qualquer esboço de sorriso, muita pose e quase nenhuma espontaneidade. Lábios ligeiramente comprimidos, expressando firmeza de propósitos, segundo Weil e Tompakow (2007). Ao fundo da cena, novamente se observa a presença de vegetação. Mas desta vez não se tratava do cenário de um estúdio fotográfico, pois os retratos foram produzidos ao ar livre.

Neste caso, contudo, fica uma pergunta, por conta de sua aparência extremamente jovem: seria ele, de fato, um dos muitos soldados ainda adolescentes que tomaram parte no conflito? Ou, em um momento no qual a ênfase no militarismo estava em alta e o exército alemão era o modelo para os demais, Hermann teria simplesmente vestido uma farda – que parece um pouco grande – para fazer apologia ao militarismo e à guerra? Ou seja, teria produzido intencionalmente não apenas um documento, atestando ser ele um jovem militar, como os descritos por Remarque (1974), mas também um monumento, firmando seu apoio àqueles que seguiam para a guerra e – quem sabe? – o seu propósito de imitar-lhes o exemplo. Não se sabe.

Tanto Ferdinand como Hermann optaram pelo retrato individual. Nele, representavam um determinado papel social de destaque: o de militar. E assim realizavam uma encenação, travestindo-se de forma a registrar e perpetuar uma imagem de si como um militar que, na condição de oficial ou soldado raso, estava, ou talvez desejasse estar, a caminho da guerra. Um momento único que, uma vez captado, perpetuaria algo que pretendiam mostrar aos seus contemporâneos e às gerações futuras.

23 MAUAD, Ana Maria. Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941- 1942). Revista Brasileira de História, São Paulo, v.25, n.49, p.43-75, 2005. p.65-66.



Fotografia 3
O jovem Hermann faz apologia ao militarismo, 1915. 12,5 x 9,0 cm

Não são imagens de quem está no campo de batalha, mas fotografias de quem, no contexto da guerra, fez pose de militar. Esse personagem era, então, ao mesmo tempo, extremamente valorizado, pois representava o braço armado a defender seu país, e extremamente desvalorizado, seguindo para a morte aos milhões, muitos sem compreender por quê, como se observou no correr da Primeira Guerra Mundial.

Mas ambos fazem apologia à guerra. Não questionam, antes a reafirmam e a reconhecem como legítima, mostrando-se dispostos a dela tomar parte, dar sua contribuição. Ao mesmo tempo, afirmam uma identidade: a de um indivíduo do sexo masculino, um militar nascido na Alemanha e a seu serviço.

Outro membro da família a figurar no álbum em trajes militares foi Anton Hermann. São várias fotos suas na companhia de sua esposa Frieda Elizabeth, com quem se casou no início de 1914. E também com seus filhos, Maria Christine, ou “Mia”, nascida em outubro de 1914, e Hermann Hans, nascido no início de 1917 (Fotografia 4). Esposa de Anton, Frieda era irmã de Hermann e, possivelmente, de Ferdinand (Fotografias 1, 2 e 3).



Fotografia 4
Anton, Frieda e seus filhos, 1918. 14,0 x 9,0 cm

Nos retratos, Anton, que, conforme narrado, teve um período pleno de acontecimentos no correr da guerra, se apresentava habitualmente trajando uniforme militar: ao telefone, ao lado de outros militares, ou na convivência com a família: nos momentos de lazer, amparando o filho nos seus primeiros passos em uma propriedade rural, e em outras situações em que, à semelhança de retratos anteriores (Fotografias 1 e 3), a vegetação estava presente, servindo de cenário.

Nas cenas familiares, além da tranquilidade do lar, evidenciava-se que esposa e filhos estavam sob a guarda e a dependência de um membro das forças armadas. Registrados, portanto, os papéis sociais do militar e da família. Representação/exibição de poder e de um determinado pertencimento, na vida privada e social. Na representação familiar apresentada na Fotografia 4 permaneceram todos muito próximos, esboçando um ligeiro sorriso e formando um bloco compacto em que se apoiam e protegem reciprocamente. O filho mais jovem, com um ano de idade, permanece entre os pais, apoiado por Anton e assumindo a posição central, sobre a cadeira ocupada por Frieda, para compensar sua pequena estatura. A filha, então contando quatro anos de idade, é a mais exposta, posicionando-se à frente de todos.

É tentador especular em torno da hierarquia expressa pela composição da imagem, que, em um rápido relance do olhar, parece dar igual importância a todos os membros do grupo familiar.

Contudo, ao aparecer em primeiro plano, paradoxalmente Mia tem sua relevância reduzida, pois ocupa a posição mais baixa, sendo seguida por sua mãe, a segunda personagem feminina da cena. Em escala ascendente, seguem os representantes do sexo masculino, Hermann e, finalmente, no topo, Anton.

Posando para a fotografia, o grupo provavelmente encenou, de forma talvez involuntária, a representação social percebida como adequada, em que o homem, que também é militar, ocupa a mais alta posição, e o filho Hermann, mesmo ainda criança, está acima da mãe, cujo sexo a relega a um papel de menor prestígio social.

Apesar disso, ao se focar a imagem de Frieda constata-se que ela assumiu uma postura ereta, que expressa confiança, altivez e sobriedade. Características acentuadas pelo traje escuro e pelos cabelos presos. Talvez de forma mais explícita que o esposo militar, cujo olhar não é tão firme quanto o da esposa e cuja perna esquerda, ligada à emoção, está cruzada sobre a direita, a da razão, se dermos crédito às conclusões de Weil e Tompakow (2007) em relação à postura corporal e seus significados. Provavelmente, Anton não conseguiu ocultar por completo a sensação de conforto experimentada no refúgio familiar, quando estava temporariamente afastado da guerra. É como se expressasse, com seu corpo, e sem pronunciar nenhuma palavra, aquilo que estava sentindo no momento.

Ao final do álbum, duas fotografias, uma com a anotação “1938” em seu verso, outra sem menção a data, remetem a um conflito de maiores proporções, a Segunda Guerra Mundial, ou às suas vésperas. Em ambas, a suástica nazista está presente. Sobre uma delas, estampada uma anotação: “H. Hans” (Fotografia 5). Seria o filho de Anton e Frieda fazendo parte dos quadros nazistas, décadas após, que aparecia enquadrado no canto inferior da fotografia, posando em meio perfil e encarando a lente do fotógrafo?

Há grande possibilidade de a resposta ser afirmativa, pois o álbum de fotografias em questão possivelmente pertenceu a um filho de Anton e Frieda, responsável por muitas das anotações que identificam os fotografados. Na Fotografia 5, ao lado da inscrição “H. Hans”, há a observação “irmão”, o que torna plausíveis as suposições sobre o retratado ser Hermann Hans, ainda muito jovem, e a autora de algumas legendas ser Maria Christine.²⁴

24 Outras anotações que acompanham os retratos dão força a essa suposição. É o caso de fotografias de Frieda e de Anton com a observação “mamãe” e “papai”. Há, contudo, observações de outra autoria, por exemplo, identificando retratos de Maria Christine, em idade adulta, como “Tia Mia”.



Fotografia 5
H. Hanns (de cachimbo): filho de Anton e Frieda?, sem data. 8,0 x 11,5 cm

Seja qual for a resposta, mais uma vez algum membro daquela família pode ter tomado parte em um conflito de caráter mundial e diretamente ligado à Grande Guerra de 1914-1918, pois a conflagração seguinte foi o desdobramento trágico da primeira. Os tratados, os acordos, as sanções e todas as consequências que estes trouxeram ao povo alemão no período entre guerras têm estreitas relações com o que se seguiu.

Retornemos ao início da guerra, em 1914, quando, embora possa parecer inverossímil, os britânicos não perceberam com bons olhos o emprego de metralhadoras, por julgá-las excessivamente letais! E o que dizer dos primeiros aviadores que, como verdadeiros cavalheiros, cumprimentavam os pilotos inimigos (Neves, 2004; Keegan, 2004)?

Até então, ninguém era capaz de imaginar que o que aguardava os combatentes, em curto período, era uma grande carnificina de homens confinados em trincheiras fétidas e cheias de piolhos. Nelas, tentava-se sobreviver em meio às doenças, à lama, ao frio, à fome e à falta de água e medicamentos. Situação ainda mais insuportável em razão da presença sempre próxima do inimigo e de cadáveres insepultos, que eram devorados pelos ratos! Nesse contexto, pensar em vitória passou a ser simplesmente vislumbrar a possibilidade de sobreviver e retornar para casa sem grandes sequelas físicas ou emocionais.

Onde estava o *glamour* de tudo isso, e de que forma tal situação correspondia às imagens dos retratos do álbum de família? Pode-se afirmar que em absolutamente nada! A dura realidade da guerra – do novo tipo de guerra que não poupava nem mesmo aos civis – aos poucos iria se tornando patente, em meio ao conflito que, no dizer do historiador inglês Eric Hobsbawm (1995), assinalou o

colapso da civilização ocidental do século XIX e deu início ao “Breve Século XX”, “o século mais assassino de que temos registro”. Afinal, prossegue Hobsbawm, 1914 inaugurou a “era do massacre”. A partir de então os civis e a vida civil tornaram-se alvos certos, quando não preferenciais da guerra dirigida aos não-combatentes.

Já não era mais possível idealizar o conflito, e não havia mais motivos para entusiasmo diante do seu prosseguimento. As cenas da guerra real, travada em meio ao sangue e ao sofrimento que marcaram o século XX, iriam contrastar profundamente com aqueles “retratos quase inocentes”, como talvez os qualificaria o estudioso e colecionador de fotografias Carlos Marcondes de Moura (1983). Retratos que, no caso de Anton, podem ter funcionado como recurso para perenizar as ocasiões em que pôde fugir ou se afastar, ao menos momentaneamente, dos horrores da guerra, que dia após dia tornavam-se mais manifestos.

Sentimentos que parecem estar presentes em outro registro fotográfico. Folheando novamente o álbum, deparamos com uma fotografia em tom sépia de Frieda Elizabeth, esposa de Anton. Imagem captada no interior de uma residência, mas tão posada que lembra muito uma fotografia realizada em ambientação de estúdio. Isso, apesar do excesso de móveis e objetos que lhe servem de cenário e denunciam o espaço doméstico. Diferindo dos demais registros selecionados, Frieda não encara a câmara, mas tem o olhar perdido durante a realização do cerimonial fotográfico em que ocupou o centro da cena. Seu ar pensativo, distante, algo desnorteado (Fotografia 6), parece tender para a sensação de insegurança, tristeza e absoluta desilusão. Sentimentos que, após 1914, substituíram a euforia da Belle Époque que se findava, dando início ao “Breve Século XX”.



Fotografia 6
Frieda não olha para a câmara fotográfica, sem data. 9,0 x 14,0 cm

Sentimentos expressos pela linguagem corporal de Frieda, através de sinais como o ar de indiferença, apatia, os olhos baixos, o corpo largado e o isolamento (Dimitrius; Mazzarella, 2000, p.76). E desta feita é Frieda que sobrepõe a perna esquerda (a da emoção) sobre a direita (a da razão). Postura que contrasta profundamente com a segurança e altivez expressas na Fotografia 4, em que se apresentou confiante, servindo de apoio a ambos os filhos. Naquele momento, seu olhar expressava segurança, até mesmo se comparado com o de seu esposo Anton, conforme já destacado.

Em outro retrato, provavelmente produzido na mesma ocasião, Frieda fez pose ao lado de duas mulheres (Fotografia 7). O fotógrafo afastou-se talvez um passo, obtendo uma visão mais ampla do cenário, que permanece o mesmo da fotografia anterior (Fotografia 6). Sentadas no sofá, todas mantêm o olhar dirigido à sua direita. Estariam olhando em direção à porta (que não aparece), à espera de alguém? O marido, filho, irmão, ou algum parente e/ou amigos que estariam nos campos de batalha, como Frieda exemplificava tão bem?

Em ambas as fotografias, o sofá é ladeado por duas cadeiras vazias (uma delas ocupada por uma almofada), que também parecem aguardar por alguém. Ao fundo o papel de parede florido, e a bata vestida por Frieda também é coberta por motivos florais. Novamente as flores surgem na ambientação.



Fotografia 7
 À espera de alguém?, sem data. 9,0 x 14,0 cm

Ao lado das outras mulheres, Frieda tem em sua mão esquerda o que parece ser uma carta ou, talvez, uma fotografia. As demais, na mão direita, seguram uma rosa de tons claros. Na pose individual, o objeto desaparece das mãos de Frieda.

O refúgio doméstico, escolhido por Frieda e pelas mulheres que posaram ao seu lado, parece ter se transformado no espaço da solidão e da espera, experimentadas por elas e outras esposas e mães do período.

Os dois retratos no sofá, em sua encenação, em certa medida ilustram o estado de espírito daqueles que vivenciaram a dramática experiência da Grande Guerra e tiveram de enfrentar suas duras consequências nos anos que se seguiram. Momento em que se tornara raro ter notícias de famílias europeias “sem viúvas, órfãos, grandes mutilados”. E logo ficaria claro que aquela não seria a última guerra, apesar de tão grande sacrifício e tantas atrocidades, em meio a uma luta de morte que prosseguiu até a exaustão completa dos beligerantes, arruinando vencedores e vencidos (Prost; Vincent, 1994, p. 212-213; Hobsbawm, 1995, p.37-38).

Mais à frente Frieda reaparece no álbum com os filhos e o marido, em retrato extremamente desbotado – por isso não reproduzido. As crianças cresceram, e ele comparece em trajes civis. Estão todos defronte a um grande ar- busto, que lembra o cenário escolhido pelo jovem Hermann (Fotografia 3). Anton está sentado em uma cadeira, com o filho no colo. A menina Mia e a mãe permanecem em pé. Frieda se posiciona ligeiramente atrás do esposo e apoia a mão direita no encosto da cadeira de Anton. O casal, sobretudo Frieda, esboça um ligeiro mas inegável sorriso.

A família reunida, a vestimenta de Anton, um leve sorriso... A fotografia não traz indicação do ano em que foi tirada, mas tudo nela faz crer que estavam, ao menos momentaneamente, distantes da guerra. Ou teria ela terminado?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

... tanto o documento escrito quanto as imagens iconográficas ou fotográficas são representações que aguardam um leitor que as decifre.

Miriam Moreira Leite (2001, p.23)

Destino perverso esse da fotografia que, num dado momento, registra a aparência dos fatos, das coisas, das histórias privadas e públicas, preservando, portanto, a memória desses fatos, e que, no momento seguinte, e ao longo de sua trajetória documental, corre o risco de significar o que não foi.

Boris Kossoy (2005, p.39)

Oito retratos fotográficos em preto e branco. Oito diferentes cenários e situações nos quais o sorriso esteve invariavelmente ausente, esboçando-se sutilmente em apenas um deles. Entre outros motivos, porque aqueles eram tempos de guerra. Mas também porque era exatamente assim que se comparecia diante de uma câmara fotográfica para tão importante cerimonial de composição de uma representação visual. Sete também são registros nos quais houve extremo cuidado com a pose. Talvez a única exceção seja o retrato não pertencente ao contexto da Primeira Guerra, a fotografia de número 5, um instantâneo amador, denunciado pelo enquadramento e pelo corte dos corpos.

Naqueles retratos, Ferdinand, Frieda, Hermann e os demais fotografados, personagens estáticos e mudos, monumentalizaram uma representação. Legaram-nos documentos que são monumentos. Exemplos exacerbados da monumentalização de representações, verdadeiros paradoxos entre o 'real' e o imaginário, se colocados em contraponto com a carnificina ocorrida nas trincheiras da Grande Guerra.

A encenação que caracteriza as fotografias, apesar de produzidas para circular no contexto da intimidade familiar, revelam, mesmo assim, leituras do mundo e encenações de si. Os retratos do álbum de família, congelando um instante, uma pose, uma mensagem, apresentavam recortes e escolhas capazes de nos colocar em contato com representações muito particulares do período em que foram produzidas, esboçando interpretações singulares do mundo, denunciadas pela linguagem não-verbal dos retratados, em toda sua riqueza e complexidade.

É lícito propor, portanto, que aqueles retratos revelam muito mais que detalhes da moda e das vestimentas, do mobiliário, das construções, dos armamentos, ou de circunstâncias ligadas exclusivamente àquele grupo familiar, pois permitem ter acesso a formas de ser e agir daquele contexto. Afinal, uma chapa fotossensível, mais que capturar a realidade, fixa determinada interpretação do mundo produzida por aquele que é fotografado e por aquele que aperta o botão da máquina. Fixa, na superfície emulsionada de uma fotografia, não necessariamente aquilo que eles eram, mas aquilo que queriam ou pretendiam ser. "Já se disse que o retrato é uma representação de alguém que sabe que está sendo fotografado" (Leite, 2001, p.97). Fala sobre como queriam ser percebidos e sobre como percebiam o mundo do qual faziam parte.

O fotógrafo seleciona, enquadra, recorta, escolhe o ângulo, enquanto o fotografado, ao se perceber focado, faz pose: postura ereta e peito estufado, como convém a um militar; olhar tranquilo dirigido ao obturador, ou a um ponto qualquer... No entanto, antes da pose o fotografado já selecionou

o traje, os objetos e o ambiente e já fixou a postura e o gestual considerados mais adequados. Isto é, durante o cerimonial, realiza uma encenação de si, de forma que a imagem captada pela chapa fotográfica seja o mais parecida possível com aquilo que ele deseja ser, na forma como deseja ser, embora não necessariamente correspondente àquilo que é: mais jovem, mais alto, menos gordo, sorridente, bem-sucedido... Sempre dando margem a renovadas leituras, pois, se a imagem registrada não se modifica, está sempre sujeita a interpretações, a cada vez que um olhar lhe é dirigido.

Quanto ao álbum familiar, pode-se afirmar, sob o apoio de diversos estudos, que habitualmente é construído na forma de uma crônica das coisas boas da vida.²⁵ Talvez até mesmo quando fala dos tempos de guerra. Os combatentes comparecem, mas os aspectos terríveis do conflito ficam de fora. Quase todas as fotografias confirmam tais assertivas. Mas a solidão e o olhar distante de Frieda (Fotografia 6) nos advertem de que a vida também tem momentos de dor, de angústia, de incerteza. Seu olhar perdido rompe, em certa medida, com essa tendência dos álbuns de família de adocicar a vida com fotografias mais suaves. E assim, na intimidade do lar e sob um ponto de vista muito particular, Frieda nos remete àquilo que se passava no mundo de então e ao drama da Grande Guerra que deu início ao “Breve Século XX”.

Por isso, os retratos de Frieda sentada no sofá, assim como os demais, todos pertencentes ao contexto da guerra, podem ter, no momento de sua produção, expressado sentimentos muito diversos daqueles aqui propostos. Mesmo tendo marido e irmãos envolvidos no conflito. E assim se reafirma que, “através da fotografia aprendemos, recordamos, e sempre criamos novas realidades” (Kossoy, 2005, p.36). Sua interpretação, além de múltipla, é sempre subjetiva, pessoal. Pode então parecer mais seguro o seu emprego apenas como ilustração, como habitualmente se faz na pesquisa historiográfica. Mas ela exige mais, devendo suscitar reflexões que obriguem ao historiador ir além.

Em outras palavras, se lhe dirigirmos um olhar inquiridor, torna-se irresistível ler para além daquilo que a imagem fotográfica em si apresenta explicitamente. A encenação que dá vida àqueles retratos em nada inocentes nos conduz aos medos, incertezas, expectativas, alegrias, tristezas, e tantos outros sentimentos mais ou menos ocultos de homens e mulheres fotografados e que há muito se foram. E, não menos, aos daqueles que, mesmo passadas muitas décadas, deles se apropriam, dando-lhes renovadas interpretações, pois há uma interação entre as características do objeto e daquele que o observa (Leite, 2001, p.145).

²⁵ Ver nota 3.

Essa encenação, essas poses, esse fabricar-se instantaneamente como imagem são como a teia, que esconde e, por isso mesmo, pode revelar a aranha. Isso força o historiador a perguntar, sempre que depara com uma fotografia, ou outro documento qualquer: quem está dizendo o quê, de que forma, por quê, para quem, em que contexto? Porque ela não apenas registra um instante com uma imensa aparência de realidade, mas, possibilitando uma interpretação subjetiva, suscita reflexões, e sua leitura é sempre histórica.



RESUMO

Breve relato dos fatos e condições que levaram o Brasil a entrar na Grande Guerra, suas ações e as consequências do conflito.

Palavras Chave: I Guerra Mundial – Brasil – DNOG

A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial é um incidente pouco conhecido e, em termos do Conflito, de pequenas consequências. Contudo, deu-se em um momento delicado de nossa história e inseriu-se dentro de uma proposta de se obter uma maior participação nacional nos negócios mundiais, de forma que teve uma relativa importância local. Mais importante do que isso, as suas consequências econômicas foram marcantes, de forma que abordar o assunto é relevante para o sítio GrandesGuerras, como uma demonstração de como o Grande Conflito influenciou muito a situação mundial, mesmo nos países que tiveram uma pequena participação nele.

A situação do Brasil nas vésperas do conflito não era das melhores. O boom econômico da borracha, que tinha financiado em parte os programas de modernização da marinha (adquiriu dois encouraçados, dois cruzadores e 10 contratorpedeiros do último tipo em 1910) e do exército (comprou centenas de metralhadoras, 212 canhões de diversos calibres e 400.000 fuzis Mauser entre 1905 e 1910) tinha acabado, com a substituição das importações européias pela borracha da Malásia. Isso resultou no fato de que as forças armadas contassem com equipamentos modernos, mas carecessem de meios de operá-los eficazmente.

Por outro lado, a situação social e econômica também era complicada. A economia nacional ainda era basicamente uma fundamentada na exportação de apenas um produto agrícola, o café (na década de 1900 a 1910, correspondia 53% da pauta de exportações, a borracha sendo responsável por outros 26%), e este não podia ser classificado como essencial, de forma que suas exportações (e as rendas alfandegárias, a principal fonte de recursos do governo) diminuíram com o conflito. Isto foi um fator que se acentuou com o imediato bloqueio imposto às Potências Centrais e, mais tarde, com a proibição de se importar café feita pela Inglaterra em 1917, quando esta passou a considerar que o espaço de carga nos navios era necessário para produtos mais vitais, por causa das grandes perdas

causadas pelos afundamentos de navios mercantes pelos alemães.

Do ponto de vista da economia não-agrícola, ainda muito incipiente neste período, pode-se dizer a Guerra ajudou no desenvolvimento de uma indústria local, pois foi necessário montar-se um esquema de substituição de importações, com a criação de fábricas aqui, Mas mesmo isso não foi tão acelerado quanto poderia ter sido, pois os tradicionais países exportadores de capital, que financiariam estes empreendimentos fabris, estavam envolvidos no conflito e, sem os recursos provenientes das exportações de café, faltava dinheiro para financiamento industrial.

Aos problemas econômicos, juntavam-se outros, de natureza social. Para se conseguir braços para a lavoura, o Brasil tinha implantado uma política de incentivo à imigração, sendo que no período de 1904 a 1913, tinham entrado mais de um milhão de imigrantes no País – 4% da população total, de 25 milhões. Esses números tornam-se mais significativos quando lembramos que eles vieram a se juntar à outros imigrantes já morando no Brasil e que a maioria de importantes grupos étnicos envolvidos no conflito (duzentos mil italianos, 56.000 alemães e austríacos e 42.000 turcos) se concentravam em um região restrita, São Paulo e, principalmente, nos três estados do sul do País (onde esses imigrantes recentes chegaram a compor por volta de 10% da população total).

Como o governo não tinha uma política de assimilação cultural para esses imigrantes, havia diversos enclaves onde a língua – inclusive a escrita, em jornais – era a de seus países de origem, não havendo uma identificação desses imigrantes com a sua nova nação. Muito pelo contrário, eles se viam mais como nacionais europeus do que como brasileiros.

Finalmente, a crise econômica causada pela Guerra teve suas conseqüências no espaço urbano, com o crescimento dos problemas trabalhistas nas fábricas, ocasionado pelas péssimas condições de trabalho, baixos salários e alta inflação. Estes fatores incentivavam a ação dos anarquistas e outros socialistas entre os trabalhadores, levando ao surgimento de um movimento operário que era contrário à Guerra européia. Por exemplo, uma assembléia realizada em março de 1915 com representantes de organizações e jornais operários, criou uma “Comissão Popular de Agitação contra a Guerra”, que conseguiu uma certa adesão. No dia 1º de maio daquele ano foi feita uma manifestação no largo de São Francisco, com cartazes contra o conflito, entre os quais havia uns onde se lia “Viva a Internacional” [Socialista], “Abaixo a Guerra” e “Queremos a paz”. Nesta ocasião foi lido um manifesto pela paz, onde estava escrito, sem exagero:

“Os efeitos maus da guerra não se delimitam às fronteiras das nações conflagradas. Eles

repercutem mais ou menos fundamente por toda a parte. No Brasil, por exemplo, nunca se atravessou crise parecida com a atual. As fábricas, as oficinas estão paradas, e as que ainda não o estão, funcionam dois ou três dias por semana. Formam legiões os operários sem trabalho. Por outro lado, a carestia dos gêneros de primeira necessidade é cada vez mais acentuada. Atravessamos uma situação como jamais se viu. A miséria agora é regra. Milhares de famílias proletárias passam fome”.

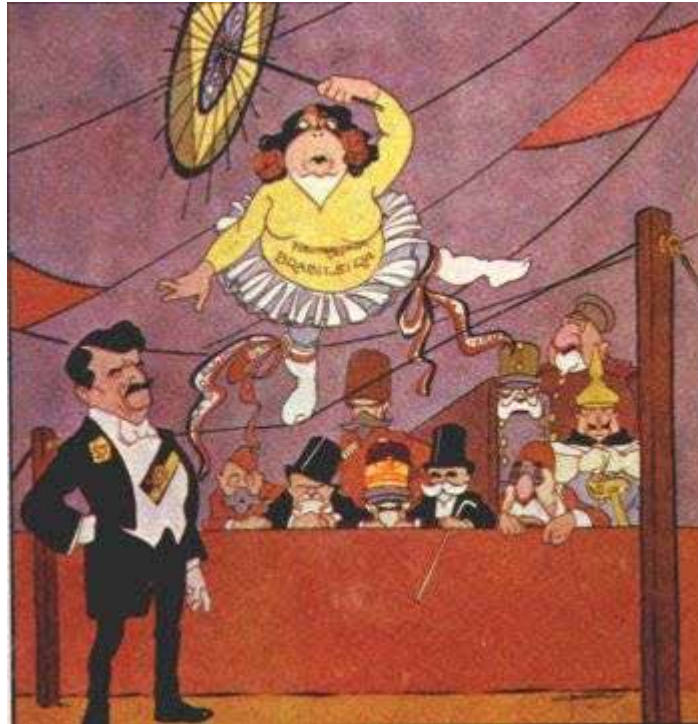
Em termos de 1913, os salários perdem 25% do seu valor, enquanto os preços aumentam 23% um ano depois do início da Guerra, fator agravado com o aumento dos impostos gerais, feito pelo governo para suprir a queda das rendas alfandegárias, dando razão aos trabalhadores, que viam na Guerra um dos seus maiores problemas.

Muitos desses problemas sócio-econômicos já existiam e eram evidentes em agosto de 1914, de forma que a decisão do então presidente Hermes da Fonseca, de manter uma estrita neutralidade é perfeitamente compreensível, já que qualquer outra medida só aumentaria os conflitos internos. Apesar disso, o Brasil foi o único país da América do Sul a protestar formalmente contra a invasão da Bélgica pelos Alemães.

No processo de firmar a nossa neutralidade, o presidente baixou o decreto 11.037, de 4 de agosto de 1914, definindo estritas regras de conduta para o País, com a proibição de atracamento de navios de guerra e de recrutamento de pessoal para ir lutar no exterior, além de vedar o armamento de corsários, exportação de material de guerra, instalação de estações de apoio aos beligerantes (inclusive radiotelegráficas) e assim por diante. Esses decretos foram detalhados e ampliados em outros documento legais, os decretos 11.093, de 24 de agosto e 11.141, de 9 de setembro.

Por estas normas, por exemplo, foram internados 45 navios mercantes das Potências Centrais, com cerca de 1.200 tripulantes e até uma canhoneira, a Eber, mas não antes que o armamento e a maior parte do seu pessoal tivessem sido transferidos ilegalmente em Trindade, para armar o corsário Cap Trafalgar. Mesmo assim, a ação de agentes estrangeiros teve continuidade, especialmente entre as comunidades de imigrantes, com a venda de bônus de guerra e um pequeno recrutamento clandestino, principalmente entre os italianos. É óbvio que nem todas as ações contrárias à neutralidade brasileira podiam ser evitadas. O caso dos corsários, como o Möwe, que teria se abastecido e carvão no então distante e abandonado igarapé do Inferno no Amapá (28 de janeiro de 1917) é sintomático dos problemas de nossa marinha em patrulhar a costa, apesar de ter sido criada uma força de patrulha justamente para coibir este tipo de atividade. Registros abundam da ação desses incursores de superfície nas nossas

costas, desde o já citado Cap Trafalgar, indo até o Karlsruhe e o famoso Seeadler. Só não se pode dizer que foi totalmente ineficaz, pois a instalação de uma pequena guarnição na ilha da Trindade em 1916, equipada com um rádio, impediu uma repetição do incidente do desarmamento da Eber: quando o corsário Wolf, de acordo com as memórias de seu comandante, percebeu o tráfego de rádio vindo de Trindade, ele deixou de usar a ilha como ponto de abastecimento de carvão.



Cartum tratando da neutralidade brasileira

Independentemente da vontade brasileira e da eficiência da aplicação das normas, a política de neutralidade tinha seus problemas. O Brasil, por exemplo, não considerava o café como material de guerra – nem o poderia fazer, já que era a base de sua economia –, mas o produto era visto como contrabando por todos os beligerantes, estando sujeito a imediata apreensão assim que fosse descoberto a caminho de um porto inimigo. Isso resultou na imediata proibição de venda para as Potências Centrais, mas conseguimos manter um certo comércio com os aliados, vendendo café aos ingleses (pelo menos até 1917), e aos franceses durante o conflito. Isso não foi muito problemático nos dois primeiros anos da Guerra, pois, de acordo com as normas do direito internacional, um bloqueio só poderia ser declarado se ele pudesse ser efetivamente implantado, com a inspeção de navios suspeitos, para procura de contrabando de guerra. Devido à superioridade naval inglesa, era impossível aos alemães estabelecerem um bloqueio nesses termos aos portos aliados, de forma que

ossos navios, navegando totalmente iluminados, com o nome do País pintado no casco e a bandeira içada, para não serem confundidos com navios de guerra, podiam seguir até os portos aliados.

Desta forma, somente um navio brasileiro, o Rio Branco, foi afundado por um submarino nos primeiros anos da guerra (em 3 de maio de 1916), mas este estava em águas restritas, operando a serviço inglês e com a maior parte de sua tripulação sendo composta por noruegueses, de forma que, apesar da comoção nacional que o fato geral, não poderia ser considerado como um ataque ilegal dos alemães.

Esta situação de paz se alterou em 1º de fevereiro de 1917. Neste momento, o almirante Tirpiz, convencido que uma campanha irrestrita de ataques ao comércio teria condições de retirar a Inglaterra da Guerra, autorizou seus submarinos a afundar qualquer navio que entrasse nas zonas de bloqueio, sem as formalidades legais da vistoria para verificar se o navio portava contrabando ou não.

Sabedor dessa medida, Lauro Müller, o ministro das relações exteriores do Brasil, apesar de ser considerado germanófilo (era descendente de alemães), reuniu os embaixadores e representantes de outras nações sul-americanas em Petrópolis, conseguindo o apoio para uma tomada de posição firme por parte do Brasil, com relação a nova política alemã, fato este que foi facilitado pelo fato noticiado na imprensa, poucos dias depois, da descoberta de uma estação de rádio clandestina alemã, em Niterói.

Mesmo assim, em 9 de fevereiro, o ministro das relações exteriores alemão, Zimmerman, encaminhou um ofício a Lauro Müller, nos seguintes termos:

... contra suas intenções, devido à atitude dos inimigos da Alemanha, [esta] se vê na obrigação de abater as restrições às quais se sujeitou o emprego de suas forças navais durante quase dois anos, apesar dos importantes interesses militares prejudicados por semelhante resolução.

O documento era acompanhado de outro, a notificação de bloqueio de 31 de janeiro, em que se colocava que:

O Governo Imperial [da Alemanha] não poderia assumir a responsabilidade perante sua própria consciência, perante o povo alemão, perante a História, de não utilizar todos os meios para apressar o fim da Guerra. Tinha sido o desejo e a esperança de ai chegar por via de negociações. Os adversários têm respondido à tentativa de entrar nesse caminho pela declaração de intensificar a luta. O Governo Imperial, para servir a humanidade em sua expressão mais alta e para não se sobrecarregar com pesada falta aos olhos de seu próprio povo, deve pôr em ação todos os meios a fim de continuar a luta a que foi compelido para defender sua existência. Vê-se forçado pois a suprimir as restrições mantidas até agora no

emprego dos meios de combater no mar (...)”

No mesmo dia do recebimento do documento, o embaixador na Alemanha o respondia, afirmando que os termos da proclamação eram inaceitáveis, pois o bloqueio por submarinos não poderia ser considerado como legal e efetivo, além de protestar contra as imensas áreas declaradas como estando sob bloqueio e contra a forma como as operações se dariam, sem restrições. O protesto brasileiro terminava concluindo:

Por isso o Governo brasileiro, não obstante o seu sincero e vivo desejo de evitar divergências com as nações amigas ora em luta armada, sente-se no dever de protestar contra esse bloqueio, como efetivamente protesta e, em consequência disso, deixo ao Governo alemão a responsabilidade de todos aqueles casos que se derem com cidadãos, mercadorias e navios brasileiros, desde que se verifique a postergação dos princípios reconhecidos do Direito Internacional ou de atos convencionais dos quais o Brasil e a Alemanha sejam parte.

Os protestos brasileiros caíram em ouvidos moucos. Em 5 de abril o Paraná, um dos maiores navios da nossa frota mercante (4.466 toneladas), carregado de café, foi torpedeado a 10 milhas do Cabo Barfleur, na França, apesar de vir iluminado, estar com a bandeira brasileira içada e ter a palavra “Brasil” pintada no casco. Somando-se a esta ofensa, o submarino alemão, emergindo, ainda disparou cinco tiros de canhão contra os naufragos, além de, obviamente, não prestar socorros a eles.

A reação do governo foi a de se recusar a receber o embaixador alemão, Pacti, que tinha ido apresentar explicações sobre o incidente. De forma mais contundente, as relações diplomáticas com a Alemanha foram rompidas no dia 11 do mês, com o argumento de que o bloqueio germânico era ilegal do ponto de vista do direito internacional, não sendo aceito pelo Brasil, além da desumanidade do ataque feito contra o Paraná. Neste momento foram devolvidos os passaportes aos funcionários alemães no Brasil, não mais vistos como personas gratas. Além disso, se assumiu a posse legal dos navios mercantes alemães surtos nos nossos portos, sem os confiscar, contudo, só se determinando que fossem colocados guardas a bordo deles, para reduzir a sabotagem que já estavam sofrendo por parte de suas tripulações.

A neutralidade, contudo, foi mantida, como pode-se observar pelo decreto 12.458, de 25 de abril, que declarava o País neutro no conflito que se estabelecia entre as Potências Centrais e os Estados Unidos, que tinham entrado em guerra em 9 do mês, ainda em função da campanha submarina irrestrita. Essa decisão moderada não foi bem vista por todos. O povo foi as ruas, clamando por uma

reação mais forte do Governo, posição que foi apoiada por políticos da oposição, como Rui Barbosa, que fez um discurso dizendo que o mero abandono da neutralidade não seria suficiente – nada além da entrada na Guerra satisfaria a nação. Rui Barbosa colocava ainda que a posição do Brasil era semelhante à dos EUA, perguntando se as vidas dos brasileiros valeriam menos do que as dos norte-americanos, já que eles tinham entrado na Guerra e nós não.

Se a declaração de guerra dos EUA a Alemanha não tinha sido suficiente para parar o conflito, certamente não seriam os protestos do Brasil que fariam diferença, de forma que a campanha submarina contra o comércio continuou – e as conseqüências disso para o Brasil não tardaram. Em 20 de maio outro navio brasileiro, o Tijuca, foi afundado ao largo de Brest, sendo seguido seis dias depois, pelo Lapa, que foi inspecionado e afundado por três disparos de um submarino, ao largo do Cabo Trafalgar.

Em função desses ataques, o presidente Wenceslau Brás declarou sem efeito nossa neutralidade em relação aos EUA (permitindo o uso de nossos portos e outras pequenas vantagens aos navios de guerra norte americanos), fato que foi aproveitado logo pelos americanos, que enviaram uma esquadra com quatro encouraçados em meados de junho, para fazer uma visita de boa vontade ao Brasil. Wenceslau Brás também autorizou o uso dos navios alemães que aqui se encontravam (decreto legislativo 3.266, de 1 de junho e decreto 12.501, de 2 de junho). Finalmente, os benefícios dados aos norte-americanos foram estendidos a neutralidade em relação a França, Inglaterra, Japão e Portugal, mantendo uma dúbia neutralidade em relação aos conflitos que ocorriam entre a Itália e Alemanha e entre os aliados e a Áustria-Hungria, Império Otomano e Bulgária.

Esses fatos foram recebidos de forma diversa pela população: um importante segmento, alimentado pela máquina de propaganda, assumia uma posição agressiva contra as Potências Centrais, como quando da suposta descoberta pelo Contra-torpedeiro Maranhão do que seria uma base de operações de submarinos alemães em Combari, perto de Santos, ou a acusação de que o incêndio do jornal o “O Paiz” teria sido causado por um alemão, de nome Hubner, dentro de uma atuação de sabotagem semelhante a que ocorria nos EUA. Para atender essas pessoas – e mostrar uma posição firme – o general Lauro Müller foi substituído no ministério por Epiácio Pessoa.

Mas a ameaça de guerra não tinha conseguido afastar de todos os problemas que o conflito vinha trazendo ao País. A questão operária, tratada como se fosse “caso de polícia”, vinha recrudescendo, com o aumento do custo de vida, inflação e congelamento de salários, a ponto de

estourar a primeira grande greve entre os operários de São Paulo. Em junho de 1917, estes cruzam seus braços, pedindo 20% de aumento, em 14 de julho o número de grevistas chegava a 40.000 e o movimento se alastrava para Santos e Campinas. Alguns aumentos são obtidos e o movimento se encerra, mas é considerado um marco no movimento sindical brasileiro e pode ser usado também como índice do aumento da industrialização, pois agora o setor urbano já era numeroso suficiente para causar preocupações ao governo.

Do ponto de vista do conflito externo, a situação continuava a mesma, a campanha de submarinos prosseguia e o Brasil tinha que manter seu comércio de exportação de café, de forma que novos confrontos eram inevitáveis. Os navios alemães apresados aqui faziam parte da “Lista Negra” aliada, o que permitia a sua apreensão pelos aliados, mas o Brasil fez um acordo com a França, arrendando 30 deles (com tripulações brasileiras) e passando a usar os 15 outros, retirados da lista negra. Os que não se encontravam muito sabotados por seus tripulantes alemães (recolhidos em campos de internação no Rio de Janeiro), foram imediatamente postos em uso no comércio exterior. Um desses, o Macau, ex-Palatia, em 18 de outubro estava com uma carga de café a 200 milhas do Cabo Finesterra, quando foi parado por um submarino alemão. O capitão do navio, seguido por seu despenseiro, foram a bordo do submarino com os papeis do cargueiro, sendo aprisionados (e nunca mais vistos). O navio em seguida foi torpedeado.



Ilustração retratando o afundamento de navio por submarino alemão

O conflito já existia de fato e só restava ao governo brasileiro reconhecer a existência do estado de guerra (o Brasil nunca declarou guerra a ninguém). Assim, o presidente Wenceslau Brás

enviou em 25 de outubro uma mensagem ao congresso, onde dizia: ... não haver como iludir a situação ou deixar de constatar o estado de guerra que nos é imposto pela Alemanha”. O Congresso, no dia seguinte, aprovava o decreto 3.361, onde se “reconhecia e proclamava o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil”.

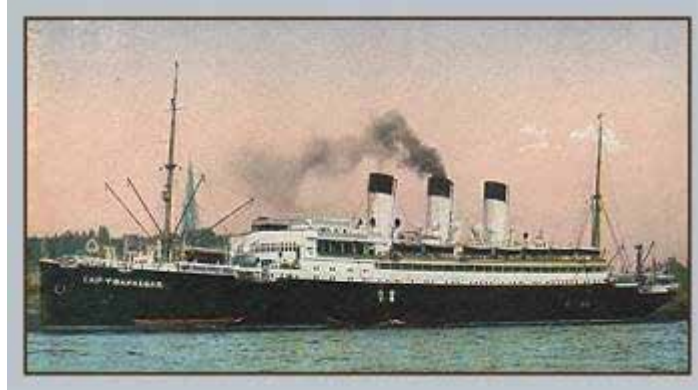


Assinatura a declaração de guerra feita pelo Brasil.

Os contra-torpedeiros Piauí e Mato Grosso foram enviados para a Bahia, para capturar a canhoneira Eber, mas os tripulantes desta conseguiram incendiar o navio antes que pudessem ser detidos. Além disso, como uma das primeiras medidas de reforço da nacionalidade, os jornais em língua alemã foram proibidos. Mas esses atos não atendiam os interesses da população dos políticos, que queriam uma participação mais ativa, como uma forma de vingança e para desviar a atenção dos problemas internos. Desta forma, foi criada a Divisão Naval em Operações de Guerra (D.N.O.G.), além de ter sido declarado o Estado de Sítio nos estados do Sul (com numerosos imigrantes estrangeiros) e no Rio de Janeiro e São Paulo, por causa das agitações operárias.

A iniciativa da criação de uma divisão naval tinha sido apresentada pelo Brasil na conferência de Paris, no final de novembro, com a oferta de dos dois cruzadores leves (Bahia e Rio Grande do Sul) e de quatro contra-torpedeiros, para operar no circuito Dacar-São Vicente-Gibraltar. Aceita a oferta, a Divisão foi criada em 30 de janeiro de 1918, com do citados cruzadores e os contra-torpedeiros Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina, sob o comando do contra-almirante Pedro Max Fernando de Frontin. Este pediu a cessão de um navio para servir de tender, tendo-lhe sido designado o Belmonte (ex-alemão Valesia), armado como cruzador auxiliar. Finalmente, o rebocador

Laurindo Pita (hoje preservado como navio-museu no Rio de Janeiro) completava a DNOG, com um efetivo total de 1502 homens: 75 oficiais de armada, 4 médicos, 50 oficiais de máquinas, 5 oficiais comissários (intendentes), um farmacêutico, um dentista, um capelão, um sub-maquinista, 41 sub-oficiais, 43 mecânicos, 4 auxiliares de fiel, 702 marinheiros, 481 foguistas, 89 taifeiros, um padeiro e três barbeiros.



Cap Trafalgar, corsário armado em Trindade

Deve-se observar que essa oferta não era apenas simbólica – os aliados necessitavam urgentemente de navios e tripulações para o serviço de escolta de comboios. Por exemplo, 22 comboios (19 lentos e 3 rápidos) foram organizados entre o Rio de Janeiro e a Inglaterra em 1917 e 1918 e para acompanhar esses comboios eram necessários navios de guerra – e isto em uma frente secundária. O desespero por navios e, mais ainda, tripulações, era tal que a Inglaterra teve que desativar alguns encouraçados velhos para usar as tripulações em navios de escolta e aceitou-se até o envio de uma esquadra de destróieres japoneses para operar no Mediterrâneo, cedendo a eles também dois contratorpedeiros ingleses, para serem tripulados por nipônicos.

Mesmo sendo uma medida necessária, a formação da flotilha brasileira sofreu de uma série de problemas, desde o início. Os navios brasileiros, lançados ao mar em 1910, não estavam equipados para a guerra anti-submarina: não tinham hidrofones para detecção de embarcações submersas e não havia calhas especializadas para o lançamento de bombas de profundidade. Além disso, os navios eram movidos por máquinas a vapor queimando carvão, o que exigia um número elevado de foguistas e demandava reabastecimentos constantes, fator agravado pelo pequeno porte de todas as embarcações – os contra-torpedeiros tinham somente 600 toneladas e um raio de ação muito limitado, exigindo constantes transferências de carvão, atividade muito complicada de ser feita em alto-mar.

Finamente, devido à própria Guerra, que impedia o fornecimento de peças de reposição, as caldeiras dos cruzadores precisavam ser reparadas, o que não pode ser feito no Brasil.

Apesar de todos os pesares, a Divisão seguiu para o Teatro de operações em 16 de julho de 1918. Na viagem, o incidente mais notável teria sido um ataque de torpedo feito contra o tender Belmonte, nas proximidades de Dacar, felizmente não bem sucedido. O suposto submarino foi atacado por tiros de canhão e bombas de profundidade, mas o ataque e o possível afundamento do submarino não puderam ser confirmados. Contudo o almirantado inglês informou sobre o desaparecimento de um submarino alemão que operava na rota da DNOG.

Em Dacar, onde a Divisão chegou em 26 de agosto, após sucessivas paradas na rota, os navios receberam ordens de operar na área de Cabo Verde, até então só patrulhada – de forma inadequada – por duas canhoneiras inglesas. Os problemas, entretanto, continuavam. O vírus da gripe espanhola, adquirido em Freetown, começou a causar baixas (no final, a DNOG perderia 110 mortos e 140 incapacitados pela doença: 17% do seu efetivo total). Somava-se a isso os problemas mecânicos, que imobilizaram os dois cruzadores e um dos contra-torpedeiros, o que certamente reduziu em muito a eficácia de ação da Divisão.

Após algum tempo, nossos navios receberam ordens dos ingleses para seguirem para Gibraltar, tendo ocorrido na rota alguns incidentes. O Almirante Frontin fora alertado pra tomar cuidado, pois o encouraçado Britânia, designado para acompanhar a flotilha brasileira tinha sido afundado em rota por um submarino e havia um alerta de presença de submersíveis na área. Desta forma, foi com muita tensão que navegamos, o que pode ser a explicação de duas confusões que ocorreram. A primeira foi a muito conhecida “batalha das toninhas”, quando um cardume destes peixes foi confundido com o rastro de um periscópio, fazendo com que o Bahia disparasse seus canhões contra os peixes. O outro incidente foi um ataque de canhões, feito pelo contra-torpedeiro Piauí contra o caça-submarinos 190 da marinha norte-americana, confundido com um submarino devido às suas pequenas dimensões, felizmente sem causar danos ao navio aliado, que logo se identificou.



Ilustração retratando a DNOG em alto mar.

A Divisão chegou a Gibraltar no dia 10 de novembro, às vésperas do armistício, retornando ao Brasil após uma visita de boa vontade à Inglaterra. A ação da DNOG não foi das mais gloriosas. Mesmo tendo sido uma tentativa de mostrar nossa capacidade e vontade de combater o inimigo, serviu mais para ilustrar as deficiências que nossa incipiente marinha tinha que superar. Isso fica claro nos “comentários finais” escritos na História Naval Brasileira, a obra oficial que trata do assunto:

“A DNOG escreveu página mais triste do que gloriosa da História da Marinha brasileira. Mas nossa participação na Primeira Guerra, com suas dificuldades e limitações, foi grito de alerta sobre a importância de se manter permanentemente força naval pronta e adestrada, mesmo que modesta, pois, dispondo-se do material, os marinheiros que o guarneceriam não desmentirão, a bravura, a abnegação, o entusiasmo, o espírito de sacrifício, que foram o apanágio das tripulações da DNOG”.

Afora a participação da Divisão Naval, o Brasil também enviou um hospital completo para Paris, com 100 médicos e pessoal de apoio, assim como oficiais para participarem do conflito, aprendendo as últimas técnicas que estavam sendo desenvolvidas, como as relativas à aviação (oito pilotos lutaram com a RAF, sete da marinha e um do exército) e em terra. Houve até um oficial que esteve presente na Batalha de Jutlândia e outros combateram na Frente Ocidental. Um deles, o tenente Carlos de Andrade Neves, morreu de doença enquanto servia no 8º Regimento de Artilharia de Campanha Francês, em 1918.

Destes oficiais que serviram no exército francês, o caso mais importante e famoso foi de José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que comandou pelotões de cavalaria francesa de três regimentos diferentes, sendo que pelo menos em um dos casos ele comandou uma pequena unidade do 504 Regimento de Dragões, equipados com tanques (Renault FT-17). A experiência adquirida com esses

carros e o papel deles no conflito fez com que o exército comprasse o primeiro material blindado do País, uma companhia de 12 carros Renault FT-17, que seria comandada por Albuquerque. A experiência dele com os carros permitiu também que eles fossem adaptados para o Brasil, corrigindo-se uma série de pequenos defeitos de projeto. Por essas razões o General Albuquerque é conhecido como o pai da força blindada brasileira.

Além disso, a Guerra – e a compreensão das novas realidades causadas pelo conflito – facilitou em muito a implantação do recrutamento obrigatório no Brasil. Esta era uma campanha que vinha sendo desenvolvida à vários anos pela Liga de Defesa Nacional, e por alguns expoentes de nossa cultura, o maior de todos sendo o poeta Olavo Bilac. Entretanto, essa proposta não tinha tido muito sucesso. Durante a Guerra, todos os grandes exércitos passaram a ser compostos de recrutas conscritos, sendo que alguns dos grandes exércitos já antes da Guerra eram compostos de cidadãos que tinham recebido o treinamento básico durante a paz (54% dos homens franceses em idade militar antes de 1914 tinham recebido esse treinamento). Os antigos exércitos profissionais, de pequenos efetivos, não tinham mais lugar na nova guerra de massa, e isso forçou o Brasil a adotar o recrutamento em 1917 – um fato de grande efeito, pois até hoje nosso exército é formado por um grande número de conscritos que recebem treinamento básico, formando as reservas mobilizáveis em caso de guerra.

Os beligerantes também prestaram apoio às forças nacionais, com o envio de missões militares e material de guerra. Os franceses cederam, por exemplo, trinta aviões, base de nossa incipiente aviação militar. Mais tarde, o Brasil contrataria uma missão militar francesa, para treinar nosso corpo de oficiais, fato que teria profundas implicações, já que duas gerações de oficiais foram treinados e instruídos pelos Franceses, entre 1921 e 1934.

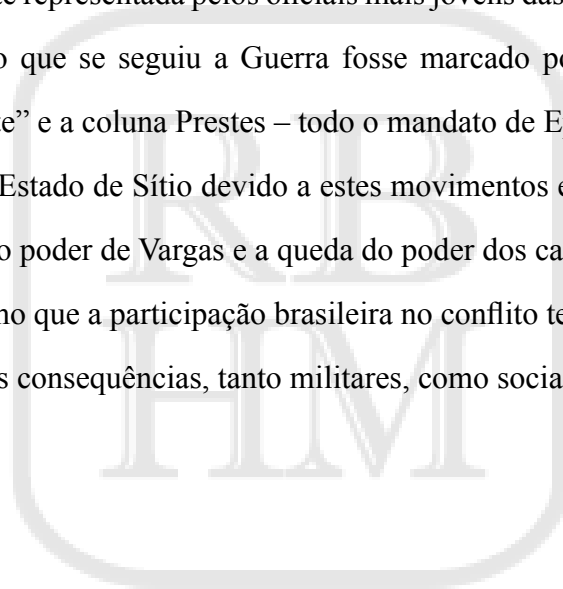
Do ponto de vista da paz, o Brasil enviou uma imensa comitiva para participar da conferência de Versalhes, chefiada pelo futuro presidente Epitácio Pessoa. Esta comitiva conseguiu incluir dois parágrafos no acordo de paz, um relativo à indenização de sacas de café apreendidas em portos alemães quando da declaração da Guerra e outro relativo a venda dos navios alemães apresados (menos dois, apreendidos pelos Franceses), ambas em condições favoráveis a nós. O Brasil também foi um dos fundadores da Liga das Nações, órgão que antecedeu as Nações Unidas e na qual nossos diplomatas colocaram grandes esperanças, pelo menos inicialmente. A decisão norte-americana de não participar da Liga, e medidas posteriores tomadas por esta, nos desiludiram, fazendo com que o Brasil abandonasse a Liga alguns anos depois, sendo a saída Brasileira considerada por muitos como

um símbolo do fracasso daquela organização.

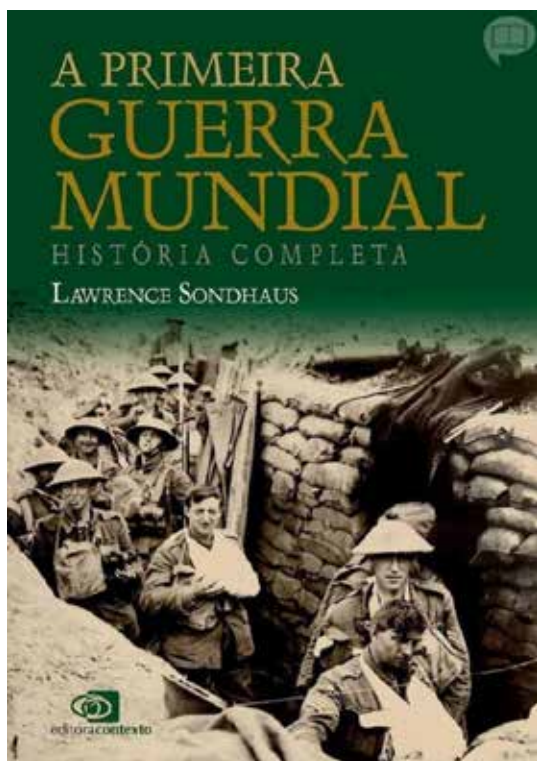
Internamente, a Guerra implicou em uma transformação interna mais profunda. A necessidade de substituir importações tinha levado ao surgimento de um núcleo industrial maior e este tinha sido financiado, basicamente, por capitais norte-americanos, já que a Inglaterra, antiga financiadora primordial, não era mais capaz de fazê-lo, marcando uma mudança de orientação na formação de nossa dependência econômica, situação que só viria a se acentuar ao longo das décadas seguintes.

De um ponto de vista econômico mais imediato, a crise da Guerra não seria totalmente solucionada com o término do conflito. A isso somava-se a visão de diversos setores – interessados na modernização do País – de que uma economia dependente de apenas um único produto agrícola não era aceitável, o Brasil precisando de reformas econômicas e sociais. Esta visão de que reformas eram necessárias, claramente representada pelos oficiais mais jovens das forças armadas, os Tenentes, fizeram com que o período que se seguiu a Guerra fosse marcado por revoltas internas, como o movimento dos “18 do Forte” e a coluna Prestes – todo o mandato de Epitácio Pessoa (1922 a 1926) foi passado com o país em Estado de Sítio devido a estes movimentos e o problema só se resolveria em 1930, com a ascensão ao poder de Vargas e a queda do poder dos cafeicultores de São Paulo.

Desta forma, mesmo que a participação brasileira no conflito tenha sido restrita, a 1ª Guerra teve profundas e duradouras consequências, tanto militares, como sociais e econômicas.



Livro em Destaque



SONDHAUS, L. A Primeira Guerra Mundial: História completa. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

A Primeira Guerra Mundial, deflagrada em 1914, provocou mudanças sem precedentes na História. O mapa da Europa foi redesenhado, impérios seculares desmoronaram como castelo de cartas, os EUA afirmaram sua hegemonia, a União Soviética se apresentou ao mundo. Tudo isso começou com o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do Império Austro-Húngaro, pelo bósnio Gavrilo Princip, de 19 anos.

As consequências da guerra vão muito além de alterações de fronteiras. O embate revolucionou as relações de poder dentro das sociedades e, para além dos âmbitos militar, político e diplomático, transformou normas e atitudes sociais, relações de gênero e relações de trabalho, o comércio e as finanças internacionais.

Neste livro, o mais abrangente e atual já escrito sobre o tema, o historiador Lawrence Sondhaus faz um relato minucioso das forças envolvidas, da explosão do conflito e das várias frentes que teve em todo o planeta. É uma obra de referência, escrita com brilho e precisão, para ser lida por todos, graças ao seu estilo narrativo e envolvente. Depois da Primeira Guerra Mundial, o mundo nunca mais foi o mesmo. Nem nossa percepção sobre ela, após a leitura deste livro.

Sobre o autor:

Lawrence Sondhaus é professor de História na Universidade de Indianápolis, onde dirige o Instituto para o Estudo da Guerra e da Diplomacia. Entre suas publicações anteriores estão “Franz Conrad von Hötzendorf: Architect of the Apocalypse” (2000), “Naval Warfare”, 1815-1914 (2001) e “Strategic Culture and Ways of War” (2006).

Ficha técnica:

ISBN: 978-85-7244-815-4

Formato: 16x23 cm

Peso: 1,010kg

Acabamento: brochura

Páginas : 560

Edição: 1ª

Ano de Lançamento: 2013







Revista Brasileira de

História Militar

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.